

Como era ingênuo

ILUSTRAÇÕES RONALDO CASTRO



o meu
vigário

POR GUSTAVO MAIA GOMES
ECONOMISTA



A beata: “Tá aqui um leitãozinho pra Santo Antônio”

O padre: “Pode deixar que eu entrego”

(PIADA DOS ANOS SESENTA, DIVULGADA POR STANISLAW PONTE PRETA)

Como era ingênuo o padre do leitãozinho pra Santo Antônio! Morava numa pequena e modorrenta cidade do interior. Que gostava de dinheiro, gostava. E o conseguia, em doses moderadas, com relativa facilidade. Representante da entidade que, durante séculos, praticamente monopolizou o mercado de serviços religiosos no Brasil, ele tinha pouca ou nenhuma competição a enfrentar. E, assim, ia levando. Pobre, mas conformado. Quatro ou cinco beatas estavam sempre por perto, freqüentando suas missas diárias. Só no domingo vinha mais gente. Então, ele falava sobre o reino dos céus, para onde iriam os bons católicos. Mas era sempre a mesma prática e as pessoas não lhe davam atenção.

Além do pequeno salário que lhe pagava a Igreja (ou o Estado, dependendo da época), o padre conseguia um reforço de renda com a clientela: as beatas lhe ofereciam leitões e ele os recolhia com prazer. Dinheiro era, também, pedido — para a igreja e para ele próprio — e recebido, sem a necessidade de aplicar grande pressão psicológica sobre os fiéis. O padre embolsava uma parte do apurado (quem lhe iria auditar as contas?), mas o fazia com certa dor de consciência, pois sua relação com o dinheiro envolvia um traço de vergonha, timidez, pecado. Nisso, ele refletia as ambigüidades da Igreja que, sem jamais questionar a própria riqueza, sempre teve um discurso antagônico aos bens materiais.

A pobreza dos sacerdotes não impediu a Igreja de acumular uma imensa fortuna (pelo contrário), particularmente enquanto a oferta de serviços religiosos permaneceu um monopólio católico. Nessa época, especialmente na Europa medieval, mas também no Brasil pré-republicano, o discurso contra os bens materiais tinha uma funcionalidade óbvia: ele associava riqueza com danação eterna e, assim, predispunha os ricos a doarem parte de seus bens à Igreja, em troca da salvação.

Além disso, o preconceito contra o dinheiro estimulou as famílias abastadas a encaminharem um ou mais filhos aos seminários e conventos — quem sabe esse ato de fé não seria recompensado com a salvação também dos irmãos, pais e avós? — com o que a Igreja assegurava que outra parte das heranças fosse por ela apropriada. (Alguém duvida de quão conveniente é o celibato clerical?) Por fim, a hegemonia do catolicismo também se transformou em dinheiro e bens, ao assegurar-lhe toda sorte de privilégios, garantidos pelo Estado.

Enquanto durou o exclusivismo religioso, não havia como escapar à pregação dos padres e nem às leis que beneficiavam o catolicismo. De modo que a estratégia de acumulação funcionou. A Igreja era ambígua, mas enriqueceu; o vigário era tímido e permaneceu pobre — as duas coisas se casavam muito bem. (Se é que se pode falar em casamento, aqui. Benza-nos Deus!) O futuro, porém, reservava uma surpresa: quando o mercado religioso se tornou competitivo, os católicos perceberam que seus velhos métodos de arrecadar dinheiro não eram mais tão bons, ao menos, em termos comparativos.

No Brasil, a situação se agravou muito nos últimos 20 anos, quando apareceram novos competidores — pastores desprovidos de qualquer *ambigüidade* em relação ao dinheiro — que se revelaram imbatíveis na busca de fiéis e na arrecadação financeira. Nas duas frentes, vão se dando bem: por um lado, o número de seus seguidores não pára de crescer; por outro, eles têm conseguido extrair de uma clientela bastante pobre quantidades de dinheiro proporcionalmente muito maiores do que a Igreja Católica jamais conseguiu tirar dos seus fiéis mais ricos. Resultado: enquanto as novas igrejas enriquecem e se multiplicam, o velho catolicismo brasileiro definha a olhos vistos.

Como era ingênuo o meu vigário!

A NOVA FÉ

As igrejas que mais estão crescendo no Brasil, segundo dados dos censos demográficos, são as pentecostais, como a Universal do Reino de Deus, a Deus é Amor, a Renascer em Cristo, entre outras. Seu traço distintivo é serem concebidas e administradas como empreendimentos econômicos explicitamente voltados para a geração de lucros. Com resultados, via de regra, notáveis. Tanto que, para um número crescente de pessoas, “fundar uma igreja pentecostal tornou-se sinônimo de ‘tirar a sorte grande’, de estar na dianteira de um negócio escuso e altamente lucrativo, baseado na intermediação de bênçãos divinas”¹. São as “religiões do lucro”, aquelas para as quais “templo é dinheiro”.

Quais são as características principais dessas igrejas, cujo crescimento espetacular tem despertado a atenção de tantos observadores? Não é difícil perceber que no centro mesmo das novas religiões está a relação financeira. Depoimentos importantes, porque respaldados em critérios científicos, sobre as práticas das igrejas pentecostais confirmam isso[†].

† Os pentecostais praticam o exorcismo como forma de curar doenças ou impedir seu aparecimento. Mas os demônios também são, na teologia dessas igrejas, a causa das pessoas serem pobres. Expulsar o demônio se torna, portanto, parte da sua liturgia financeira.

Carlos Tadeu Siepierski, por exemplo, na sua tese de doutorado sobre a Renascer em Cristo, diz: “agora todos, em silêncio, ouvem o pastor. O tema é a prosperidade financeira”. E prossegue: “o pastor enfatiza a necessidade de dar para receber. [Ele] solicita então que cada um dos espectadores pegue o envelope que já se encontrava sobre a poltrona no momento em que haviam chegado na reunião e [nele] coloque sua contribuição financeira”. Siepierski continua: “enquanto [os fiéis] separam a quantia a ser ofertada, o pastor sugere que quanto maior a quantia, melhor. De preferência, tudo”, diz ele. Cheques pré-datados também são bem-vindos.²

Pré-datados, porém com fundos. Ou alguém iria se meter a enganar (*tosse, tosse*) Deus? Mas, continuemos. Outro que tem estudado o pentecostalismo no Brasil é Dario Rivera. De que mais falaria ele, senão da “estratégia para obter mais dinheiro”, na igreja Deus é Amor? Estratégia que “é sempre a mesma: começa-se pedindo notas de 100 [reais], logo de 50, de 20 e daí em diante. Claro, as notas maiores são poucas e o pedido é precedido, sempre, por uma revelação. [Diz o pastor:] “o Espírito Santo me revela que há cinco pessoas dispostas a dar 100 [reais]”. A emoção é aproveitada para reunir o dinheiro que sustenta e financia a expansão da empresa religiosa: “num mesmo culto, observamos que as sacolas para coletar as oferendas circulam sete vezes. E sempre imediatamente depois das sessões de milagres”.³

Falar em pagamentos à igreja, pensaríamos nós, seria falar em dízimos. Mas o dízimo é, apenas, “o limite mínimo de doação exigido por Deus para a prosperidade financeira [do fiel]”.⁴ Não obstante pastores da Universal de Belo Horizonte “terem inovado em matéria de dízimo e cobrado 30% — 10% pelo Pai, 10% pelo Filho e 10% pelo Espírito Santo” —, diz Ricardo Mariano, o dízimo “é fixo e dá muito pouca margem a manobras”. Com as ofertas, a coisa é bem diferente. “Nesse terreno pode ser observada toda a inventividade dos pastores em criar formas e métodos para arrecadar ofertas em volumes crescentes”.⁵

Dízimos e ofertas; prosperidade e curas milagrosas: é dando que se recebe. Da soma destes elementos, resulta a “teologia da prosperidade”, a ideologia da nova fé. Não se trata mais de prometer, como o catolicismo, uma vida eterna e feliz após a morte, em troca da obediência aos preceitos da Igreja; trata-se de garantir aos fiéis que eles terão a solução imediata dos seus problemas mundanos (pobreza, desemprego, doenças) se derem dinheiro, muito dinheiro, à igreja. “De preferência, tudo”, o que, freqüentemente, acontece.

A PRINCIPAL INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (OU, MELHOR, TEOLÓGICA) DA IGREJA UNIVERSAL É INTERPRETAR A RELAÇÃO DO CRENTE COM DEUS COMO UM ATO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO

Como é óbvio, para que o fiel acredite sem duvidar no poder multiplicativo de suas doações (“a dúvida é o demônio”, diz o pastor), é preciso que ele seja insistentemente doutrinado. Para isto existe o culto, momento ideal para inculcar no público as palavras de ordem da nova fé. Quem escuta é gente, na maioria pobre, que sabe perfeitamente do que o orador está falando:

chega de comer frango só aos domingos;

chega de usar dentadura colada com Durepox;

chega de escova de dente estraçalhada;

chega de carro fundindo o motor;

chega de cheque sem fundo e nome protestado;

chega de receber salário mínimo;

comece agora a desejar com fé o melhor; engravide-se do melhor.

Jeová Jiré transforma o deserto de Sim num poderoso shopping center.⁶

“Um poderoso shopping center” ao qual, vale dizer, o fiel comparecerá (um dia!) como comprador privilegiado. A sua prosperidade virá com a oferta de dinheiro à igreja, mas o pastor pode ajudar, se adequadamente remunerado, expulsando os demônios, responsáveis por todos os males econômicos e sanitários do mundo.

A “oração para a prosperidade financeira”, nesse caso feita no templo de Santa Cecília (São Paulo) da Igreja Universal do Reino de Deus, é um bom exemplo: “que o Senhor venha atender aos nossos pedidos. Venha-nos dar prosperidade, saúde...”, diz o pregador. E prossegue: “eu quero que os espíritos malditos, os demônios que estão na vida destas pessoas colocando a miséria, os problemas, o desemprego, saiam!”.

É quando as entidades maléficas começam a ser nomeadas, uma por uma. “Podem se manifestar, vamos! Manifesta o Tranca-rua! Vá saindo! Os Exus-caveira, o Oxalufã, a Pombagira, sai, sai!”. Terminou? Ainda não: “o Lúcifer, a Maria-bonita, a Pombagira Sete Gargalhadas do Bordel, podem manifestar-se agora! O Exu-veludo Veludinho, o Preto-velho, a Maria-conga vão-se manifestando! Vocês vão ser queimados, queimados, queimados!”⁷

Como se vê, a demonologia da Universal é muito rica. Não só a demonologia; a igreja também é. Sua principal inovação tecnológica (ou, melhor, teológica) — como a das outras igrejas pentecostais — é interpretar a relação do crente com Deus como um ato de investimento financeiro, sendo o crente o investidor. Um respeitado sociólogo explica o ponto numa linguagem *religiosa*:

O crente que almeja receber grandes bênçãos de Deus precisa ser radical na demonstração de sua fé. (...) Deve assumir riscos, doando à igreja algo valioso, como salário, carro, casa, poupança, herança, jóias, caminhão etc., com a certeza de que reverá, multiplicado, o que ofertou. (...) Bastante estimulada, tal demonstração de fé é denominada de ‘provar’ ou ‘desafiar’ a Deus, [que fica] ‘obrigado’ a conceder bênçãos ainda mais generosas. (...) Distinto da promessa no catolicismo popular, que condiciona o pagamento ao atendimento da súplica, o desafio antecede o recebimento da bênção. O fiel paga primeiro.⁸

AS IGREJAS PENTECOSTAIS PODEM ESTAR SENDO, TAMBÉM, USADAS COMO INSTRUMENTOS PARA A SONEGAÇÃO FISCAL E A LAVAGEM DE DINHEIRO

Grande negócio. Nessa relação do crente com os poderes divinos, explicitamente equiparada à compra de um título financeiro, a igreja desempenha o papel do banco. Com uma diferença: ela recebe o dinheiro, mas não assume a responsabilidade de remunerar o investidor. (Essa responsabilidade é de ninguém menos que Deus.) O título tem, portanto, um custo baixíssimo para quem o vende, pois o valor recebido nem entra no passivo da igreja. É exatamente como se uma pessoa depositasse hoje R\$ 100 mil na Poupança Bradesco e, na semana seguinte, fosse cobrar R\$ 150 mil, não ao Bradesco — mas ao Tesouro Nacional. Para o banco (ou seja, para a igreja), não pode haver investidor melhor; se ele tiver muitos amigos com a mesma predisposição, o banqueiro (quer dizer, o bispo evangélico proprietário de uma igreja) multiplicará sua fortuna em poucos dias.

A transferência de responsabilidade pela devolução dos valores (multiplicados, naturalmente) precisa ser aceita pelo doador. E disso a igreja cuida bem. Ao crente, é passada a mensagem de que, como ele pagou por um benefício, tem o direito de ser exigente. Nesse contexto, o professor Kleber Rodrigues, da Universidade Federal de Pernambuco, revela que são comuns na Igreja Universal exortações do tipo: “eu determino, Senhor, que a minha vida seja uma vida vitoriosa, uma vida abundante”. Ou como essa, ainda mais incisiva, de um pastor da mesma igreja para seus fiéis contribuintes: “revolte-se com Jesus e exija que Deus o abençoe com uma vida de prosperidade”.⁹ Ou seja, deixa entender o pastor: se o investimento não render o prometido, não é a ele que o crente deve pedir satisfações.

Na verdade, tanto o pastor quanto Jesus podem dormir tranquilos. Ou alguém iria ao Procon fazer uma queixa contra Deus?

SONEGAÇÃO E LAVAGEM

Como foi visto, a credulidade das pessoas simples, que os novos pastores tão bem sabem explorar, lhes permite vender um produto de baixo custo e alto preço, embolsando o dinheiro e transferindo a um terceiro a responsabilidade pela devolução do principal, acrescido dos juros. Isso vale tanto para os dízimos quanto para as ofertas e os “desafios”. Uma parte das razões que explicam o sucesso econômico das novas igrejas é, assim, revelada.

Mas só uma parte das razões. A julgar pela grande quantidade de denúncias aparecidas na imprensa, as igrejas pentecostais podem estar sendo, também, usadas como instrumentos para a sonegação fiscal e a lavagem de dinheiro o que, se for verdade, multiplica por mil seu potencial de crescimento. Tais denúncias serão comprovadas (em alguns casos, já foram), ou não, na Justiça, mas a probabilidade das acusações terem fundamento parece alta. Uma organização que, como essas igrejas, recebe somas fantásticas de dinheiro sem ter de emitir recibos, notas fiscais, ou qualquer outro documento que registre a transação, é *infiscalizável*, para cunhar um neologismo. Nessas condições, o convite à sonegação (do imposto de renda dos seus proprietários, por exemplo) e à lavagem de dinheiro se torna, praticamente, irresistível.

É evidente que a simples existência de facilidades para o exercício de transgressões não constitui prova de que os crimes estejam, efetivamente, sendo cometidos. Mas vale relembra algumas notícias recentes. Elas mostram que, em nome de Jesus, podemos estar presenciando o desenvolvimento de novas modalidades do crime organizado:

Federal Indicia Pastor. O pastor David Miranda, líder da Igreja Pentecostal Deus é Amor, foi indiciado ontem pela Polícia Federal por evasão de divisas e sonegação fiscal. A PF continua investigando o envolvimento da igreja com a lavagem de dinheiro.¹⁰

Há acusações ainda mais pesadas. A ligação de algumas igrejas com o tráfico de drogas, por exemplo, também já foi objeto de denúncia:

Igreja Acusada de Lavar Dinheiro. Um ex-funcionário da Igreja Pentecostal Deus é Amor denunciou ontem no Jornal da Band, da TV Bandeirantes, que a entidade teria ligações com narcotráfico e lavagem de dinheiro. Diz que mais de US\$ 40 milhões já teriam sido enviados para o exterior.¹¹

Pelo visto, para essa igreja, se “Deus é amor”, uma porção de cocaína deve ser o orgasmo. Mas as acusações não param por aí:

Universal Faz Tráfico. Jorge Coelho, ex-pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, acusa a instituição de estar envolvida com tráfico de drogas, de armas, contrabando de diamantes, falsificação de dinheiro, lavagem de dinheiro e prostituição. Segundo ele, a Universal está ligada ao Cartel de Cali, que teria financiado a compra da TV Record no Brasil.¹²

Tudo indica, portanto, que — seja nas suas atividades legais, seja nas, supostamente, criminosas — não falta empreendedorismo aos pastores. À primeira vista, portanto, a sua única dificuldade para manter e expandir o negócio pareceria ser encontrar um número suficiente de pessoas dispostas a tomar tão arriscadas “decisões de investimento” como doar todo o seu salário à igreja, em troca da promessa de conseguir reavê-lo em dobro. Mas a experiência mostra que isso não tem sido um problema. Pelo menos, até agora†.

O PRODUTO RELIGIOSO

Sonegação e lavagem de dinheiro à parte, as novas igrejas já ganham muito com suas atividades propriamente religiosas. O que leva tantos crentes a entrar em relações financeiras tão desiguais, em que a igreja leva tudo e eles, aparentemente, não levam nada? O que essa gente está, realmente, comprando, talvez até sem ter consciência disso? Qual é a natureza real do produto oferecido pelas igrejas pentecostais?

Desde logo, é preciso distinguir entre a promessa e a realização. Com certeza, não tem havido tantas curas milagrosas assim, ou tantos casos de súbito enriquecimento de fiéis, para que se possa confundir as palavras com a realidade, ou seja, para que se possa identificar o “produto” religioso com aquilo que ele diz ser. As filas do Sistema Único de Saúde continuam enormes, os cemitérios não demonstram queda de movimento e, nas cidades, as favelas ainda proliferam, a despeito do número sempre crescente de pessoas pobres e ingênuas que entregam seu dinheiro à igreja, exatamente para que tais coisas não aconteçam (com eles). Qual é, então, numa análise mais rigorosa, o produto que os seguidores dessas igrejas compram?

† As igrejas pentecostais, não obstante seu caráter abertamente comercial, são (como as demais) beneficiadas com a isenção de impostos, sob o pretexto de se tratarem de “organizações sem fins lucrativos”. Considerando o exposto, esse é um eufemismo dos mais *eufemísticos*. Os empresários de setores concorrentes legais, como os proprietários de circo ou os fabricantes de cachaça, têm razão em protestar contra a competição desigual. Os responsáveis pelo (ilegal) tráfico de drogas, idem.

Em parte, eles compram bilhetes de loteria, com a diferença de que, somando-se o poder persuasivo do pastor à fragilidade emocional e intelectual do fiel, este é convencido de que a sua probabilidade de ser premiado é 100 por cento. É essa certeza que lhe predispõe a pagar um preço muito elevado (em relação à sua renda, ou ao seu patrimônio) pela aposta. Se o milagre não vier, o pastor o convencerá de que sua oferta não foi suficientemente alta e de que ele precisa tentar de novo.

Mas talvez não seja *só isso*, o bilhete de loteria — nem sequer *principalmente isso* — o que o fiel compra. Mas, então, o que será? Uma resposta plausível foi exposta num artigo significativamente intitulado “Religião paga, conversão e serviço”. O autor começa por reconhecer que “nunca como hoje tantos brasileiros seguiram religiões cuja adesão implica gastos relativamente altos (...), mas que têm a vantagem de oferecer pautas de solução efetiva de problemas, sobretudo questões de saúde e dinheiro”. E continua, perguntando: “quem tem tão pouco, e tão pouco pode dar, como avalia aquilo que recebe em troca (...) como a auto-estima, a revalorização da vida, o interesse pela própria mudança e a confiança que faz romper o ceticismo [?]”. Ele mesmo arrisca uma resposta: “vale a pena pagar por isso tudo, pode ser a resposta do converso. Pois isso é inegável: o pentecostalismo é capaz de devolver aos seus convertidos auto-estima e autoconfiança”¹³



O FIEL COMPRA BILHETES DE LOTERIA
CONVENCIDO DE QUE A SUA
PROBABILIDADE DE SER PREMIADO É 100%



Não é pouca coisa, de fato, embora talvez se pudessem imaginar formas mais baratas (para o fiel) e mais construtivas (para a sociedade) de atingir os mesmos resultados, sem imbecilizar as pessoas e sem induzi-las a entregar parcelas significativas de seu patrimônio ou renda, esperando uma recompensa financeira que nunca vem. Formas “mais baratas” e “construtivas” seriam, por exemplo, a criação de empregos produtivos por ação direta do Estado; a implementação de um programa de microcrédito que realmente funcionasse; a abertura de espaços para a convivência comunitária nos bairros pobres; e a promoção de atividades culturais capazes de gerar emprego e renda. Nada que já não tenha sido feito, aqui ou em alguma outra parte do mundo.

TABELA 1

Distribuição da afiliação religiosa por grupos de rendimentos*

BRASIL, 2000

Grupos de Rendimentos	População Total	Católicos Romanos	Evangélicos Pentecostais	Espíritas
PERCENTAGENS				
"Pobres" **	31,0	32,6	29,6	10,0
"Médios"	61,9	60,4	67,0	66,8
"Ricos"	7,1	7,0	3,4	23,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupos de Rendimentos	População Total	Católicos Romanos	Evangélicos Pentecostais	Espíritas
NUMERO INDICES				
"Pobres"	100,0	105,2	95,6	32,1
"Médios"	100,0	97,5	108,2	108,0
"Ricos"	100,0	98,7	47,4	325,9

* Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por religião, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos.

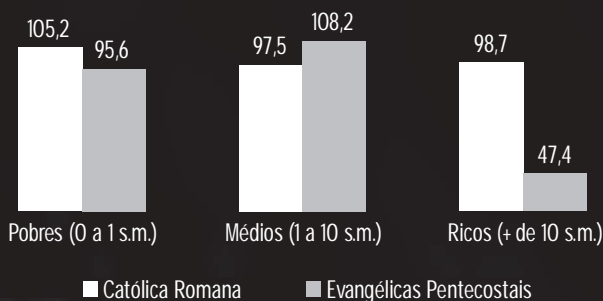
** "Pobres": Rendimentos entre zero e um salário mínimo; "Médios": mais de um e menos de 10 salários mínimos; "Ricos": mais de 10 salários mínimos.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

GRÁFICO 1

Afiliação religiosa por grupos de rendimento em salário mínimo (s.m.)

BRASIL, 2000



De qualquer forma, que fique o registro: parte do sucesso dos pentecostais é, sem dúvida, explicável pela sua capacidade de fazer aquelas pessoas simples e marginalizadas no mundo real se sentirem poderosas e importantes no mundo imaginário, mas sentido como verdadeiro, de sua igreja. Some-se a isso, reforçando o mesmo resultado, a atenção pessoal que o pastor, pelo menos nos templos menores, procura dedicar a cada fiel, algo muito diferente do relacionamento distante, formal, frio — com frequência, socialmente desnívelado — que o padre do leitãozinho dava aos seus paroquianos†.

POBRES, RICOS E REMEDIADOS

A adequação do "produto" e a capacidade dos pastores de bem vendê-lo constituem condições necessárias para o sucesso das igrejas que seguem a "teologia da prosperidade" — as que mais crescem, no Brasil, em número de fiéis e, provavelmente, em faturamento bruto e patrimônio. São, também, condições suficientes? Em outras palavras, poderão as igrejas pentecostais continuar, indefinidamente, a crescer? Será o céu o limite?

Se sim, ou não, depende, em parte, de quais segmentos da população são mais suscetíveis ao discurso das novas igrejas. Nesse terreno, há um consenso entre os estudiosos de que o pentecostalismo encontra seus adeptos predominantemente entre as pessoas mais pobres da sociedade brasileira. Por exemplo:

Pesquisas quantitativas realizadas nos anos 90 por ISER e Datafolha confirmaram a percepção geral de que o pentecostalismo é uma ‘opção pelos pobres’, mostrando que os pentecostais concentram-se nas faixas mais baixas de renda e escolaridade e suas igrejas, nas áreas mais violentas, precárias e desassistidas pelos poderes públicos. Em suma, a religião pentecostal cresce na pobreza e está associada à marginalidade social.¹⁴

A afirmação foi feita nos anos 1990, mas a publicação dos resultados do censo demográfico de 2000 não a confirmou inteiramente. E nem seria de esperar que o fizesse. É verdade que, dada a natureza da “teologia da prosperidade” (que exige dos fiéis uma credulidade quase infinita, sobretudo quando se trata de doar somas relativamente grandes à igreja), não seria de esperar que muitos homens e mulheres de renda mais elevada — portanto, com instrução acima da média — estivessem engrossando as fileiras das igrejas pentecostais. Mas, por outro lado, a orientação voltada para o lucro dessas novas igrejas também tende a afastá-las dos muito pobres, os inteiramente despossuídos, que nada têm para dar.

Na prática, o que se constata do censo está exposto na tabela 1 (Anexo) e no gráfico 1. Se definirmos como “pobres” as pessoas de 10 anos ou mais que estavam ocupadas na semana de referência do censo 2000 e que tinham rendimentos entre zero e um salário mínimo, iremos verificar que a “igreja dos pobres” é a Católica — e não o conjunto das evangélicas pentecostais. Isso porque, do total de católicos, 32,6% ganhavam entre zero e um salário mínimo, uma proporção maior do que o mesmo grupo na população total (31%). Enquanto isso, apenas 29,6% dos evangélicos pentecostais estavam nessa faixa de renda, ou seja, eram “pobres”, na nossa definição^{††}.

Não é entre os mais pobres, portanto, que as igrejas pentecostais estão atuando de forma particularmente intensa. É nas camadas “médias” (mais de um e até 10 salários mínimos). Isso, também, é mostrado no gráfico 1 e na tabela 1: nada menos de 67% dos evangélicos pentecostais estavam nessa faixa de renda, uma proporção bastante maior do que a observada para o conjunto da população brasileira (61,9%). Finalmente, quando se trata dos “ricos” (mais de 10 salários mínimos), a predominância volta a ser da Igreja Católica, pelo menos no confronto com os pentecostais.

† Sobre o mesmo ponto, assim se expressou Ricardo Mariano: “constitui quase uma desonestidade intelectual não perceber que a conversão pentecostal pode ajudar os pobres a enfrentarem a pobreza e a organizarem a vida. (...) O pentecostalismo (...) pode servir como estratégia de sobrevivência e espaço terapêutico. (...) Pode fortalecer os laços familiares, auxiliar na libertação do alcoolismo, de drogas ilegais e na renúncia de condutas anti-sociais, melhorar a auto-estima dos conversos, estimular o apoio mútuo, dar-lhes esperança no futuro e até uma nova identidade subjetiva”. (Ricardo Mariano, “O futuro não será protestante”, São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998).

†† Embora o gráfico não mostre (mas a tabela, sim), o espiritismo tem reduzidíssima aceitação entre os pobres: apenas 10% dos espíritas são “pobres”, (na definição deste artigo) embora os pobres sejam quase um terço da população brasileira. Já entre os “ricos”, a situação se inverte: a proporção dos ricos entre os espíritas é três vezes maior do que a mesma proporção na população total.

Em suma: apesar de não atuarem preferencialmente com os mais pobres (zero a um salário mínimo), os pentecostais provaram ser possível extrair bastante dinheiro de pessoas que, afinal, com rendimentos entre um e dez salários mínimos, estão muito longe de serem ricas. A teologia da prosperidade, portanto, realmente funciona. Pelo menos, para os proprietários das novas igrejas. Como bons empresários, eles estão diversificando seus negócios, mas estão, também, investindo fortemente na captação de novos fiéis. Nisso se mostram muito mais eficientes do que os padres e bispos católicos.

Mas há limites — antes do céu — para a expansão continuada, nos moldes atuais. São limites folgados, é verdade, dado que, em termos quantitativos, a filiação católica ainda é amplamente majoritária. (Ou seja: ainda há muito terreno a ser ganho, nas camadas médias de renda, convertendo católicos à nova fé.) Um dia, entretanto, esse estoque de potenciais convertidos na classe “média” estará esgotado.

Desse momento em diante, expansões posteriores das igrejas pentecostais passarão a depender da maior aceitação de seu discurso, seja entre os “ricos”, seja entre os “pobres”. Em um caso, como no outro, os resultados econômicos poderão não ser tão favoráveis como os obtidos até agora. Isso porque, de um lado, os *custos* de conquistar os ricos podem vir a ser muito altos (mais propaganda; templos mais luxuosos; pastores melhor treinados; uma doutrina mais sofisticada), em relação aos ganhos prospectivos. E, de outro, porque os *retornos* da conversão dos muito pobres podem se revelar demasiadamente baixos, dada a pouca capacidade financeira destes. Problemão.

Quer dizer, talvez *não seja* o céu o limite.

CRESCIMENTO EVANGÉLICO

Antes dos pentecostais chegarem a esse impasse, entretanto, se chegarem, muita água passará sob a ponte. Como já vem passando, desde o século XIX. Com efeito, se bem que o crescimento espetacular das religiões do lucro no Brasil seja muito recente, a perda de posição relativa da Igreja Católica não o é: desde 1890, pelo menos, os evangélicos vêm aumentando sua participação no mercado religioso brasileiro. Na verdade, enquanto de 1890 a 2000 a popu-



lação brasileira se multiplicou por 12, o número de evangélicos aumentou 195 vezes!

Não se trata de uma ilusão estatística ou, para dizê-lo em outras palavras, essa diferença não é explicada pela pequena base inicial da população evangélica. Na verdade, o gráfico 2 conta uma história bem diferente: por ele se observa que as taxas médias anuais de crescimento da população evangélica têm crescido ao longo dos anos, registrando notável aceleração exatamente nas décadas de 1980 e 1990 (ou seja, a população de evangélicos cresceu em termos absolutos e, apesar disso, sua taxa percentual de crescimento continuou em elevação). De 1991 a 2000, o processo tornou-se mais rápido e a velocidade de crescimento da população evangélica alcançou quase cinco vezes a da católica.

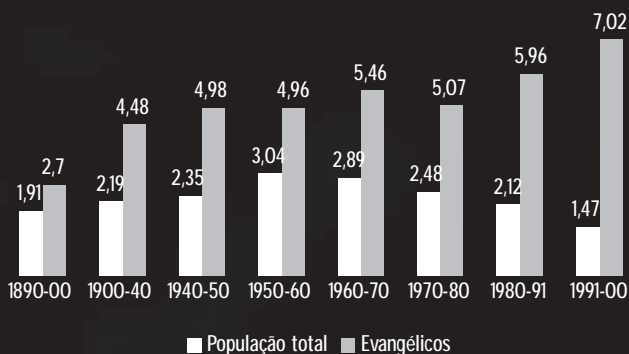
Uma análise mais detalhada dos dados censitários revela outras facetas do processo. Nas duas últimas décadas, especialmente, são as igrejas pentecostais (e não as evangélicas de *missão*, como a Batista, a Metodista, a Adventista, a Luterana e a Presbiteriana) que mais têm expandido sua clientela. Proliferam, também, as seitas minúsculas, que competem ferozmente entre si, tentando conquistar seguidores das igrejas rivais. A ponto de começarem a aparecer sérios conflitos já não mais apenas entre a Igreja Católica, de um lado, e o conjunto das evangélicas, de outro, mas internamente a este segundo grupo. Além disso, em oposição ao universo das microempresas, algumas igrejas se destacam, crescem, tornam-se organizações multinacionais, diversificam sua atuação, entrando, por exemplo, no setor de rádio e televisão. É um mundo em ebulição.

ENQUANTO DE 1890 A 2000 A POPULAÇÃO BRASILEIRA SE MULTIPLICOU POR 12, O NÚMERO DE EVANGÉLICOS AUMENTOU 195 VEZES! VEJA NO GRÁFICO ABAIXO QUE AS TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA REGISTRAM NOTÁVEL ACELERAÇÃO EXATAMENTE NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990. DE 1991 A 2000, O PROCESSO TORNOU-SE MAIS RÁPIDO E A VELOCIDADE DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA ALCANÇOU QUASE CINCO VEZES A DA CATÓLICA

GRÁFICO 2

Afiliação religiosa por grupos de rendimento em salário mínimo (s.m.)

BRASIL, 2000



Diante disso, algumas perguntas se impõem. De uma perspectiva mais abrangente do que a adotada nas seções anteriores, quais são os fatores determinantes do crescimento das igrejas evangélicas, particularmente nos últimos 20 anos, das pentecostais? O que explica a proliferação de pequenas igrejas nesse mercado religioso? Como e por que algumas dessas microempresas religiosas se tornam grandes organizações, com atuação multinacional?

Pode a teoria econômica ajudar a responder tais perguntas? Com certeza, sim. Existe, inclusive, uma disciplina, a “economia da religião”, que se baseia nos princípios da escolha racional e que, como as igrejas pentecostais no Brasil, também se expande rapidamente. Um dos seus principais autores chegou a publicar uma “Introdução à economia da religião” no prestigioso *Journal of Economic Literature*.¹⁵ É certo que explicar o crescimento das igrejas pentecostais não é um tema que tenha sido analisado pelos que se dedicam à economia da religião. Mas nada impede de que uma vez seja a primeira.

RELIGIÃO E ECONOMIA¹⁶

A expansão das novas seitas religiosas pode ser analisada pelo ângulo da teoria econômica porque, por um lado, os elos de dependência entre religião e economia sempre existiram. Para funcionar, qualquer igreja precisa cobrir seus custos: quem sustenta o padre ou pastor? Como é paga a manutenção dos templos? De onde vêm os recursos para a expansão do número de igrejas? E, por outro, porque as organizações religiosas modernas, como as pentecostais, no Brasil, têm sido mais e mais concebidas como empreendimentos econômicos, geradores de receitas e de lucros.

São empresas, ademais, que operam num mercado altamente competitivo, embora nem sempre tenha sido assim. Como já foi lembrado acima, originalmente, no Brasil a oferta de serviços religiosos era monopólio da Igreja Católica. Desde o fim do Império, entretanto, o movimento de separação entre a Igreja e o Estado vem avançando (com certa recaída nos anos de Getúlio Vargas, especialmente durante o Estado Novo, 1937-1945).¹⁷

Até pouco antes do advento da República, a Igreja Católica detinha amplas franquias, que reforçavam sua posição de monopolista no mercado religioso. Ela desempenhava, com exclusividade assegurada em lei, tarefas que depois foram reconhecidas como de responsabilidade do Estado, como fazer registros de nascimento e oficializar casamentos. Além disso, ser católico era condição imprescindível para quem quisesse votar ou ser votado. É claro que, com essa proteção legal se estendendo para o terreno (hoje) civil, o monopólio religioso ficava bem protegido[†].

† Até a reforma eleitoral de 1881, as eleições eram realizadas nas igrejas (católicas, naturalmente). A Constituição do Império excluía do Congresso os não-católicos, que também não podiam votar. Havia formas de burlar a lei, mas, formalmente, era essa a situação. Ver, a respeito, Richard Graham, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, (Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 1997), especialmente as pp 261 e seguintes.

†† Os carismáticos imitam, especialmente, a Igreja Universal. Num ponto, a imitação é boa. A exemplo dos pentecostais, essa variante do catolicismo consegue trazer o Espírito Santo para o cotidiano dos fiéis (pelo menos, na imaginação destes), tornando-o uma espécie de síndico da igreja, aquele que expulsa demônios a torto e a direito e está sempre pronto para resolver os problemas mais graves e prementes. Mas na questão crucial do dinheiro, os carismáticos perdem feio, talvez porque a centralização da Igreja Católica e a falta de uma política de incentivos à arrecadação impedem a apropriação pelos padres de alguma parte dos ganhos que eles poderiam extrair da sua clientela.

Contando com fatores como esses, a Igreja Católica manteve-se como praticamente a única organização produtora de serviços religiosos no Brasil até, pelo menos, meados do século XX, oferecendo um produto único, que deveria ser consumido indistintamente por ricos e pobres, jovens e velhos, brancos e negros. (Um exemplo do antimarketing, mas monopólios não precisam de marketing.) Foi somente após o fim da Segunda Guerra, com a recuperação da economia mundial e o início de um período de forte industrialização no Brasil, que essa situação viria a ser significativamente alterada. Sobretudo porque, junto com a indústria, veio a cidade, como espaço predominante de moradia do povo.

Na cidade, as massas agora anônimas de gente não mais poderiam ser controladas pelas mesmas técnicas que funcionavam tão bem na sociedade rural. O catolicismo do leitãozinho pra Santo Antônio, em particular, foi-se revelando cada dia menos atrativo para pessoas cujo modo de vida havia mudado tão radicalmente. Um dia, quebrou-se o encanto: na lei e na prática, não era mais proibido procurar substitutos para a religião de nossos pais e avós. Estava aberta a competição, condição necessária, embora não suficiente, para o aparecimento de dissidências no próprio catolicismo e, em última análise, para a proliferação de novas religiões.

Ao se sentirem ameaçados, setores da Igreja Católica trataram de enfrentar a concorrência diversificando seu produto. Assim surgiram, inicialmente, as iniciativas políticas (vide a Ação Católica, com atuação destacada nos anos anteriores ao golpe militar de 1964)¹⁸ que viriam a desaguar na chamada teologia da libertação, dirigida a jovens com preocupações sociais; um pouco depois, apareceria a religião-espetáculo, que leva violões e conjuntos musicais para animar as missas dos jovens modernos e alienados; surgiu, enfim, o movimento carismático, diretamente inspirado nas igrejas pentecostais, como elas prometendo tornar o imaginário religioso diretamente acessível aos fiéis¹⁹.

A reação católica ao rolo compressor dos evangélicos, em geral (e, mais recentemente, dos pentecostais, em particular) garantiu uma sobrevivência à mais tradicional igreja no Brasil, mas não eliminou suas desvantagens na competição por receitas e lucros. Pois ainda falta ao catolicismo se desvencilhar da sua velha ambigüidade com relação aos bens materiais. Dificilmente um padre se sentiria à vontade usando seu púlpito para pedir dinheiro de uma forma tão incisiva quanto os pastores (“quanto mais, melhor; de preferência, tudo”). Ou, se ele o faz, não se arrisca a prometer que o doador ficará rico e, portanto, não terá grande êxito em sua empreitada.

AS QUATRO DESCOBERTAS

Por tudo isso, quando o mercado religioso brasileiro se abriu à competição, os evangélicos estavam melhor equipados para ganhar a guerra. Como bons empresários, eles fizeram quatro descobertas fundamentais:

- (1) que o investimento inicial necessário para fundar uma igreja é muito pequeno;
- (2) que os custos correntes do negócio também são baixos;
- (3) que existe uma demanda praticamente ilimitada por produtos *religiosos* tais como promessas de curas miraculosas, de superação de problemas financeiros, exorcismos e — talvez mais importante que tudo isso — a sensação de pertencer a um grupo escolhido por Deus;
- (4) que é possível vender esses produtos por meio da cobrança de dízimos e da extração de ofertas.

Passando da teoria à prática, os novos empresários logo estavam convertendo possibilidades em lucros. Ou seja: os quatro fatores acima, somados à existência de pessoas dotadas de capacidade empresarial, explicam a proliferação das pequenas igrejas, que continuam surgindo do nada, aos montões. Trata-se, em suma, de um setor de atividade que tem registrado taxas de lucro significativamente superiores à média dos demais setores (como evidenciado pelo próprio crescimento das empresas já instaladas) e no qual são extremamente baixas as barreiras à entrada (a tecnologia é de domínio público, o capital inicial requerido para iniciar o negócio é pequeno, a mão-de-obra requer pequena especialização e é amplamente disponível). Nessas condições, a teoria econômica nos leva a prever que esse setor atrairá novos investimentos, como, de fato, tem acontecido.

Mas, se os elementos relacionados no parágrafo anterior favorecem à multiplicação dos pequenos empreendimentos religiosos, como explicar que algumas dessas igrejas tenham crescido espetacularmente? A chave da resposta está no fato de que, a exemplo das drogas, a religião também causa dependência física e mental. Devido a isso, se tiver habilidade para convencer os clientes de que sua particular seita é a única “verdadeira”, o pastor-empresário poderá contar com a fidelidade praticamente incondicional de seus seguidores. Em microeconomia isso se chama diferenciação de produto, geralmente alcançada com o auxílio da propaganda e artifícios de embalagem.

Quanto mais conseguir diferenciar seu produto, ou seja, associar seus serviços a uma marca percebida pelos consumidores como melhor que a dos concorrentes, mais uma determinada igreja reduzirá a elasticidade-preço do mesmo, o que significa dizer que as pessoas consumirão quantidades constantes daquela espécie particular de serviço religioso, ainda que a pressão do pastor para extrair dinheiro de seus fiéis alcance intensidade maior do que a da igreja vizinha.

Os empresários que conseguiram um bom resultado nessa empreitada puderam ter taxas de lucro ainda maiores que as da concorrência e, assim, financiar um grande crescimento de suas igrejas. Os mais espertos dentre eles diversificaram sua atuação econômica — abriram filiais no exterior, compraram redes de televisão, criaram fábricas de CDs e fundaram bancos, como os proprietários da Universal, da Renascer em Cristo e da Deus é Amor. Descobriram, em suma, um mercado consumidor que vai muito além daquele localizado no âmbito das próprias igrejas de subúrbio[†].

Dessa forma, tomadas em conjunto, as características do processo produtivo e as propriedades narcotizantes do produto religioso explicam tanto a profusão das pequenas igrejas (pois o mercado é livre, os custos de montar o negócio são baixos e as perspectivas de lucro, altas) quanto à extraordinária expansão de algumas delas (cujos clientes aprenderam a perceber a diferença entre seis e meia dúzia). O acesso aos meios de comunicação em massa, privilégio das maiores seitas, apenas reforça essa última tendência, favorecendo o crescimento das que já são grandes.

† A edição de 3 de setembro de 2003 da *Istoé Dinheiro* foi dedicada à “indústria de Jesus”. Segundo a revista, “explodem as vendas de produtos religiosos e, apesar da crise, o setor vai crescer 30% neste ano, gerando negócios de R\$ 3 bilhões no Brasil”. Precisa dizer que a maior parte dessa indústria já está nas mãos dos evangélicos?

EPÍLOGO

Dadas as características do mercado religioso brasileiro, cuja abertura é recente e cujo estoque de pessoas “convertíveis” ao pentecostalismo é muito alto, é de se prever que o crescimento das novas igrejas ainda persistirá por muito tempo. Isso, em dois sentidos: as igrejas grandes continuarão a crescer em dimensão econômica e em tamanho da clientela; as pequenas, por seu turno, crescerão por proliferação de denominações.

Resta saber se a Igreja Católica será capaz de contrapor a essa tendência uma reação mais efetiva do que a posta em prática até agora. Os prognósticos para a velha igreja não são bons. Mas a batalha será feroz e a vitória, na opinião de alguns observadores, pode depender do marketing. É o que pensa, por exemplo, Antônio Kater Filho, católico devoto, carismático, administrador de empresas e *marketeiro* da religião. Em 1999, ele deu uma entrevista às páginas amarelas da *Veja* para dizer, entre outras coisas, que a religião católica tem o melhor produto do mundo, que é a salvação. O preço também é incomparável. A praça, ou os pontos de distribuição, também são um ponto forte. (...) O problema da Igreja é que ela não faz promoção. [Ao contrário de Jesus, que] tinha uma estratégia de comunicação. (...) Para falar à multidão, ele subia à montanha e usava o eco de sua voz para que um maior número de pessoas pudesse ouvi-la. Também escolhia o local em que praticaria os milagres. Fazia suas curas estrategicamente em cidades onde havia grande trânsito de viajantes.¹⁹

Em resumo: o problema da Igreja Católica, segundo Kater e os que pensam como ele, “é que ela não faz promoção”. A receita para vencer a guerra santa, que continuará a ser travada entre católicos e pentecostais, no Brasil dos próximos anos e décadas, portanto, pode estar numa boa campanha publicitária.

Não é assim que os candidatos a Presidente ganham (ou perdem) eleições?

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ricardo Mariano, “O debate acadêmico sobre as práticas monetárias da Igreja Universal”, texto não publicado, obtido na Internet, p. 7
2. Carlos Tadeu Siepierski, “De bem com a vida: O sagrado num mundo em transformação” (Um estudo sobre a igreja Renascer em Cristo e a presença evangélica na sociedade brasileira contemporânea). Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
3. “O Paraíso está no Shopping Center”, (*O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 2000), citando a tese de doutorado de Dario Rivera, “Pautas para uma Sociologia da Transmissão Religiosa”, Universidade Metodista de São Paulo, s/d
4. Ronaldo R. M. Almeida, “A universalização do reino de Deus”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 44, março de 1996, p. 16.
5. Ricardo Mariano, “Os neopentecostais e a teologia da prosperidade”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 44, março de 1996, p. 37.
6. “O Paraíso está no Shopping Center”, (*O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 2000), citando a tese de mestrado de Ricardo Bitun, “O neopentecostalismo e sua inserção no mercado moderno”, Universidade Metodista de São Paulo, s/d.
7. Ricardo Mariano, *Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*, São Paulo, Edições Loyola, 1999, 246 pp. (Originalmente, uma dissertação de mestrado em sociologia, apresentada à Universidade de São Paulo, em 1995). A citação foi colhida na Internet e está nas páginas 128 e seguintes.
8. Ricardo Mariano, “Os neopentecostais e a teologia da prosperidade”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 44, março de 1996, p. 38.
9. “Discurso da Igreja Universal assimila valores de mercado”, boletim *Comunicampus*, da UFPE, ano VIII, n. 108, janeiro de 2003, disponível na Internet (www.ufpe.br/ascom/cconline/)
10. Odair Del Pozzo. *O Dia On Line*, 17 de maio de 2000.
11. *Jornal da Tarde*. 10 de maio de 2000.
12. Jair Rattner, *Jornal da Tarde*, 7 de janeiro de 2001.
13. Reginaldo Prandi, “Religião paga, conversão e serviço”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 45, julho 1996, p. 75
14. Ricardo Mariano, “O debate acadêmico sobre as práticas monetárias da Igreja Universal”, texto não publicado, obtido na Internet, p. 12.
15. Laurence Iannaccone, “Introduction to the Economics of Religion”, *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVI (September 1998), pp. 1465-1496.
16. Esta seção e a próxima se baseiam em artigo anterior do autor. Gustavo Maia Gomes, “A microeconomia da empresa religiosa”, *Valor Econômico*, 3 de julho de 2001.
17. Thomas C. Bruneau, “The changing political role of the Catholic Church”, in H. Jon Rosenbaum and William G. Tyler (eds), *Contemporary Brazil: Issues in Economic and Political Development*, New York, Praeger, 1972, pp. 300-1
18. Bruneau, *idem*, p. 309.
19. “Como vender a fé” (entrevista com Antonio Miguel Kater Filho), *Veja*, 9 de junho de 1999, p. 9.

e - m a i l : g u s t a v o m a i a g o m e s @ a o l . c o m

POR **J. Carlos de Assis** JORNALISTA

E se

o Governo Lula



ILUSTRAÇÃO **Juliano Guilherme**

**hãẽ
mudar?**

de 2003. Eis como vejo o futuro próximo e o remoto. O Governo Lula está entre a alternativa de tolerar o aprofundamento da crise social em nome da segurança financeira e a alternativa de tolerar o risco de uma crise temporária no balanço de pagamentos para enfrentar e reverter a crise social. No primeiro caso, ele conservará as bases da política macroeconômica em curso. No segundo, terá que inverter a política macroeconômica — baixar e até eliminar temporariamente o superávit primário, reduzir drasticamente a taxa de juros real para patamares internacionais e controlar o fluxo de capitais —, o que implicará uma virtual ruptura com o FMI e dificuldades óbvias de fechar o balanço de pagamentos.

Do ponto de vista estritamente econômico, a segunda alternativa, de vigorosa retomada do desenvolvimento, implicará sérios riscos em nossas relações financeiras internacionais. Sem o concurso dos capitais de curto prazo, o déficit em conta corrente se explicitará. Preventivamente, o Governo poderá adotar um rígido programa de substituição de importações e de novos estímulos às exportações, de forma a fechar o déficit sem a sangria das

parcas reservas líquidas e sem apoio financeiro externo, pelo menos no primeiro momento. Se a estratégia funcionar no curto prazo, é possível que se estabilize um superávit comercial estrutural, concomitante com a retomada do crescimento interno.

Num contexto de crescimento, o país, por seu amplo mercado interno, poderá se constituir num atraente espaço para investimentos internacionais produtivos, de risco, que compensassem folgadoamente a ausência de inversões especulativas de curto prazo. Internamente, como a situação de partida é de alto desemprego e elevada ociosidade na maior parte do parque produtivo (exceto no parque exportador e no petroquímico), não é de se esperar pressão inflacionária relevante, independentemente de déficits nominais. À medida que o programa avance, o crescimento induzirá a expansão da receita tributária, sem aumento de carga, de forma a, progressivamente, estabilizar a relação dívida/PIB, elevada eventualmente no início por força da redução do superávit primário.

Este, em síntese, é o cenário econômico da opção pela retomada, com todos os seus riscos. Agora vejamos o cenário da continuidade da política macroeconômica, pelo lado também de seus riscos específicos. Dado que o Banco Central não tem qualquer tipo de restrição na política monetária (ele já é independente, segundo o modelo de metas), qualquer possível crise cambial será enfrentada com elevação da taxa de juros, combinada ou não com aumento do superávit primário. Portanto, do ponto de vista econômico, não há risco de crise financeira externa. O superávit comercial, a despeito das oscilações do câmbio, está e pode permanecer num nível tranquilizador do ponto de vista do mercado financeiro. E o câmbio flutuante ajustará eventuais desvios na balança em conta corrente.

As elites financeiras acalentam o sonho de que Lula segurará a rebelião das massas.

O próprio Lula pode ter essa ilusão

Também a volta de uma inflação alta não deve preocupar, pelos mesmos motivos: enquanto durar a recessão (e ela durará tanto tempo quanto durar a atual política macroeconômica), não há risco de inflação de demanda, e a inflação de custo (sobretudo de origem cambial e a resultante de indexação de preços administrados) continuará sendo eficazmente enfrentada, como tem sido até aqui, com mais elevação de juros, para forçar um realinhamento de preços relativos. Portanto, a economia já “aprendeu” a lidar com os riscos de crise externa e de crise inflacionária. Simplesmente acionam-se os mecanismos geradores de recessão e de desemprego, e tudo se ajusta num nível mais baixo de atividade econômica. Este padrão, portanto, é capaz de resistir a crises externas e a ataques especulativos. Quanto à crise social e de desemprego que a acompanha... bem, isto não diz respeito nem se inclui entre as preocupações da equipe econômica.

Qual das duas alternativas o presidente Lula vai escolher? Do meu ponto de vista, ele vai insistir no modelo atual até ser confrontado com uma explosão de frustrações dos movimentos sociais. A razão é simples: a percepção de crises financeiras, e a reação a ela, é imediata, e tende a ser tratada segundo o padrão convencional da chamada responsabilidade fiscal e monetária, enquanto a percepção e a reação à crise social é mascarada pelo seu próprio ritmo lento de evolução, por sua opacidade e por sua viscosidade. Assim, poucos se dão conta de que a taxa atual de desemprego — 15% pelo Censo do IBGE de 2000, mais 13,5% de ocupados que ganham menos de um salário mínimo, segundo a PME — já se encontra em níveis catastróficos por qualquer comparação internacional. Para citar apenas uma referência, é da ordem da maior taxa média de desemprego nos Estados Unidos e na Alemanha no pico da Grande Depressão dos anos 30 (26%)!

Esta comparação é relevante para a análise política prospectiva, pois foi sobretudo a alta taxa de desemprego nos principais países capitalistas, nas décadas de 20 e 30, que abriu quatro distintas avenidas de alternativas políticas no mundo: o fascismo italiano, o nazismo alemão, a social democracia sueca e o New Deal nos Estados Unidos. Obviamente que, a uma distância de sete décadas, as situações e as circunstâncias são diferentes, mas o fato relevante a reter, à margem da economia, é que situações sociológicas dramáticas produzem, cedo ou tarde, conse-

quências políticas dramáticas. Já nos encontramos numa situação sociológica estrutural ativadora de mudanças políticas. O que falta são os catalisadores propriamente políticos da mudança. Eles aparecem cedo ou tarde. Eles, na verdade, já se revelaram em forma de vitória eleitoral de Lula em 2002 — ou essa vitória de Lula teria um significado social menor que a vitória de Roosevelt nos Estados Unidos em 32?

O fato de Lula não querer assumir todo o papel de Roosevelt como um verdadeiro reformador da economia não significa que as condições sociológicas da crise brasileira não continuarão a agravar-se e a impulsionar mudanças políticas. Alguém ou muitos jurarão fazer pelas massas o que ele não quiser ou não souber fazer. Repita-se: com a atual política macroeconômica — especificamente, com superávit primário e juros reais nos níveis em que se encontram — não há perspectiva de redução efetiva do desemprego, quaisquer que sejam os esforços em políticas setoriais. As elites financeiras, as únicas beneficiárias deste modelo, acalentam o sonho de que Lula segurará a rebelião das massas. O próprio Lula pode ter essa ilusão. De La Rúa tinha. Aliás, também ele começou seu governo por “reformas” estruturais — entre outras, a compra de votos para a reforma trabalhista —, mantendo a economia no rumo neoliberal que lhe imprimiu Menem.

Assim mesmo, embora deseje ardentemente, não acho que Lula se antecipará preventivamente ao aprofundamento da crise. Sejam francos: não tenho qualquer preconceito contra não-economistas que cuidam de assuntos de economia¹, mas o círculo decisório íntimo de Lula não tem um único formulador econômico — Palocci não é, assim como Dirceu, Gushiken, Dulci, Tarso, Frei Beto e outros. Obviamente, quando tomam decisão, chamam os assessores, e os assessores relevantes no caso são os de Palocci, recrutados entre ortodoxos delirantes do meio acadêmico. Certamente, existe o senador Mercadante. Mas se Mercadante não quis ir para o Governo é porque acredita que melhor ajuda ao Governo ele dará no Senado Federal.

Pode parecer arriscado sair do quadro de uma avaliação impessoal dos rumos do Governo, mas a observação

de caráter pessoal da equipe é pertinente justamente porque uma mudança estrutural na economia — uma mudança não de política econômica, mas de economia política — requer uma tremenda segurança na decisão, uma segurança que poucos terão se não tiverem uma visão clara da realidade e das alternativas econômicas, dos riscos e das formas de superação. Infelizmente, Palocci não tem, e os outros ministros do círculo íntimo não têm obrigação de ter. E não porque lhe falta diploma de economista, mas pelas deficiências de um curso prático que simplesmente o encharcou de teoria neoclássica e de preconceitos neoliberais, conforme se pode deduzir da política que pratica e que vendeu a Lula, para Lula defender por ele.

Se o patriotismo costuma ser o refúgio dos canalhas, a ortodoxia e o conservadorismo são o refúgio dos economistas inseguros — e mais ainda dos não-economistas que se colocam diante de decisões econômicas de destino. Onde há dúvida aposta-se no caminho sancionado pela sabedoria convencional dominante. No Brasil do Governo Lula, esta sabedoria convencional tem nome: chama-se Delfim Netto. É hoje o economista externo mais ouvido por Palocci e Lula, e é um conservador. Assim, não será do conselho político íntimo do presidente que se vai esperar uma recomendação de ousadia, mesmo que a experiência internacional e do próprio país em outras eras indique que não se trata exatamente de dar um salto no escuro, como sugerem os doutrinadores do *status quo*. É risco, sim. Mas, guardadas as proporções, não é risco maior que organizar o movimento operário sob as botas da ditadura militar dos anos 70!

Se a mudança provavelmente não virá pelo conselho ao Príncipe, alguma mudança virá pela pressão da plebe. Resta saber se ela virá de forma orgânica ou não. No melhor dos casos, Lula se moverá pela intuição e se colocará na sua liderança, tentando costurar os pedaços de uma sociedade esgarçada a partir da inversão da política monetária-fiscal, sem o que não haverá recursos para nada. No plano econômico, o desafio e os riscos serão os mesmos: para mudar o eixo de acumulação do setor financeiro especulativo para o setor produtivo, há de se enfrentar as poderosas forças do “mercado” e seus feitores multilaterais, pois, visto de Washington ou de Nova Iorque, o Brasil não passa de um espaço de acumulação a ser mantido nas trilhas da economia “saudável”.

Temo porém

a irrupção da rebeldia e dos protestos inorgânicos, ou mesmo dos inicialmente organizados que se degenerem ao longo do processo de luta política. Por enquanto, quem se junta para reivindicar trabalho, terra e teto acredita basicamente num Estado capaz de prover ou de criar as condições para que sejam providos trabalho, terra e teto. Estão nos movimentos dos sem-terra, dos sem-teto, nas periferias dos movimentos sindicais e populares, nas filas para emprego na Comlurb. Muitos têm liderança visível, carteira de identidade e um comportamento basicamente legalista. Em algum momento, pela falta de resultados objetivos, perderão as esperanças. E só quem acredita que a história acabou pode relaxar na ilusão de que a falta de esperança de hoje produza alguma coisa diferente da desesperança que foi a causa profunda do fascismo, do nazismo, do anarquismo e... do comunismo em circunstâncias similares do século passado. O comunismo stalinista, este sim, parece que acabou, ou se tornou irrelevante. Mas terá acabado o instinto de preservação da vida e da dignidade humana?

São movimentos não-ideológicos, não-partidários, não-facciosos. Buscam resultados. Esta é a cara dos únicos movimentos políticos que realmente crescem no Brasil contemporâneo, além dos evangélicos. Não são de esquerda, de direita ou de centro. É uma questão de busca direta de justiça social — ou de proteção divina. À medida que a preocupação com a justiça social seja identificada com a esquerda, pode-se talvez dizer que caminham pela esquerda. E só. Isso parece escapar a alguns analistas que tentam simplificar o processo dizendo que o Governo Lula está se identificando com o centro, convergindo com o PSDB, pela natureza mesma das funções de governo que exigem um certo equilíbrio entre extremos.

Isso, a meu ver, não tem sentido do ponto de vista da política econômica. Deste ponto de vista, o que desapareceu no mundo e no Brasil foi o centro. Não mais existe. O que existe é a ortodoxia liberal (a direita, se quiserem) e a heterodoxia keynesiana (esquerda). É o estado mínimo contra o estado regulado. Não há meio caminho entre os dois porque os ortodoxos, ou novos radicais, não aceitam nada que não seja o primado absoluto da propriedade pri-

vada, e qualquer tentativa de regulação é vista como um ataque à livre iniciativa — uma quebra de contrato, como dizem. Se quiserem usar a linguagem da topologia, não digam que Lula está caminhando para o centro. Ele está na direita liberal — e aí, sim, junto com o PSDB, o PFL, etc., etc., etc. Já a esquerda tradicional, social e partidariamente, é irrelevante, pois ainda está apegada aos signos ideológicos do passado e não entendeu o espírito atual das massas, que busca resultados: trabalho, terra e teto!

No círculo íntimo de Lula, Frei Beto é um dos poucos que costumam se atrever a vôos teóricos mais elaborados que apontam o modelo de sociedade que devemos perseguir. Acabo de ler um texto dele dizendo que Lula não foi eleito para fazer uma revolução. A mensagem é que, para governar, ele tem que conciliar — conciliar com todos, suponho, desde o Vale do Jequitinhonha à Avenida Paulista. O fantasma presente na imaginação de boa parte do círculo político presidencial é o fantasma de Allende, cujo erro teria sido justamente a não-conciliação, confrontando os interesses econômicos dominantes em nome do socialismo. O que intelectuais *soft* como Frei Beto não compreendem é que há, sempre houve e até onde a vista alcança sempre haverá uma terceira via pacífica entre o capitalismo liberal e a coletivização revolucionária da propriedade — o caminho óbvio da social-democracia real, um caminho que num livro de 2000 chamei de “quarta via”, para não confundir com o neoliberalismo caricato, tão caro a Fernando Henrique Cardoso, que Tony Blair denominou de “terceira via”.

Allende não perdeu o mandato e a vida porque buscava conscientemente uma terceira via, mas porque ficou esgarçado entre a direita liberal agarrada a privilégios e a esquerda ideológica que queria o socialismo imediato. Lula nunca correu esse risco, porque, ao que eu saiba, nem o PT nem qualquer outra corrente partidária relevante querem o socialismo imediato no Brasil. Ninguém espera dele uma revolução expropriadora da propriedade privada. Ninguém o pressiona para isto. Se ele, por causa dos fantasmas chilenos, escolheu o centro para não parecer de esquerda, nada mais fez que realizar um antigo sonho dos liberais radicais: controlar o povo através de um terceiro carismático, de forma a cumprir o destino do liberalismo sem travas dentro da boa ordem pública.

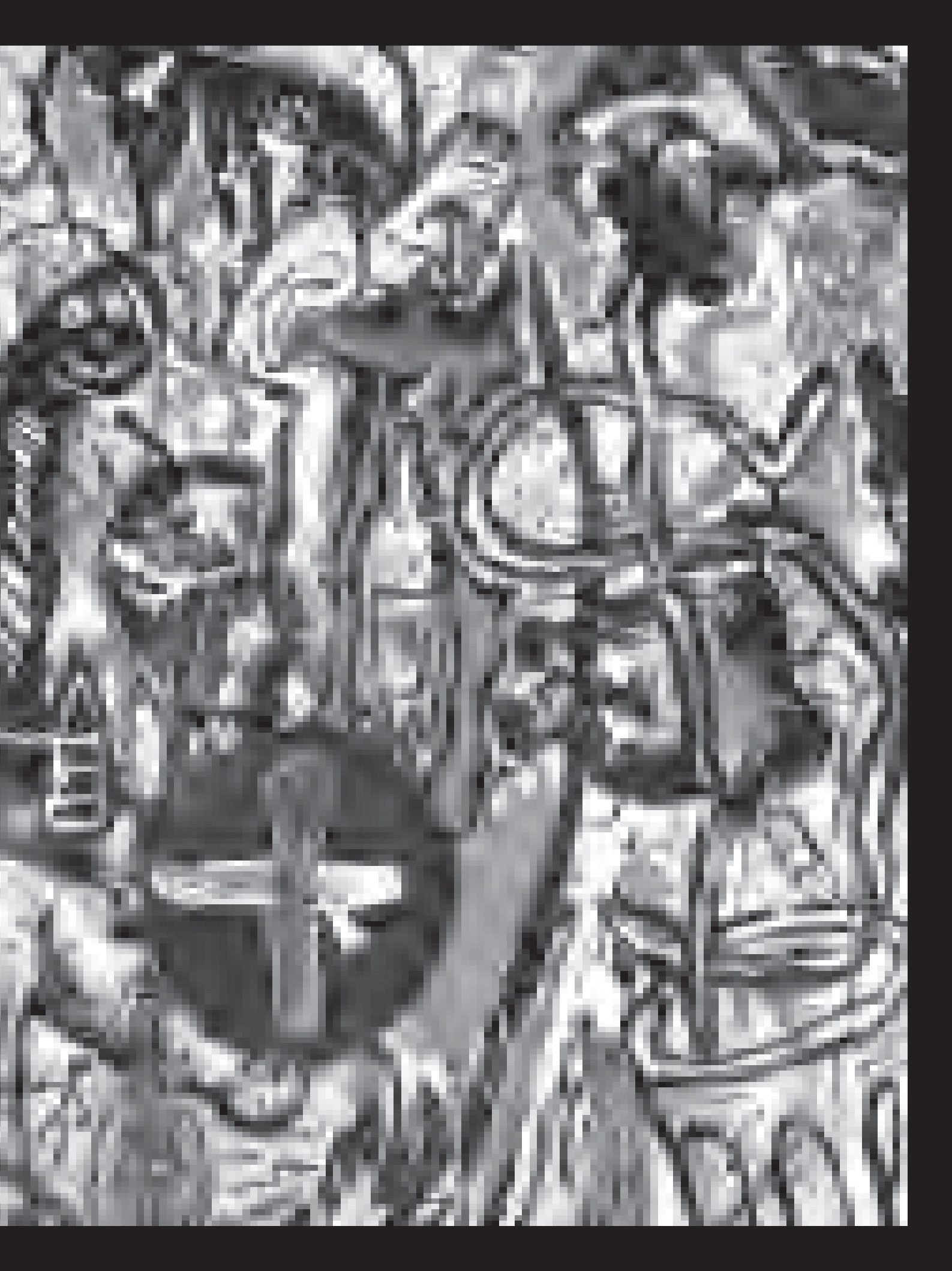
Li também um outro texto mais remoto de Frei Beto



Se o patriotismo costuma ser o refúgio dos canalhas, a ortodoxia e o conservadorismo são o refúgio dos economistas inseguros

onde ele denuncia a social-democracia (continuo falando da social-democracia europeia real, não das caricaturas) como uma tentação política a ser evitada. Não entendi bem o que ele propunha como alternativa, nem ele chegou a dizê-lo explicitamente, mas lendo o texto mais recente, confrontado com a política real de Lula, me vem à mente um mundo spenceriano no qual a riqueza insolente, dinheiro que cria dinheiro sem passar pela produção, deve ser respeitada (junto com os contratos) como uma graça de Deus; no qual os muito pobres têm a função precípua de estimular a virtude da caridade cristã (agora institucionalizada no Fome Zero), e no qual as classes intermediárias que se danem com seu intolerável espírito corporativista.







Lula não corre o risco de Allende

Escrevi em outro contexto que, por certo involuntariamente, o que a política de Lula expressa de forma objetiva é uma espécie de aliança entre a alta finança e a miséria assistida, enquanto no meio as classes médias vão sendo estranguladas pelo desemprego. Não tenho a menor simpatia pelos interesses corporativos que avançam sobre os interesses gerais, mas, no presente contexto, a mobilização de funcionários públicos e de sindicatos trabalhistas por trabalho e renda, à medida que se traduz numa proposta de mudança da política econômica, representa legitimamente o interesse geral da nação. Esperar deles outra coisa é pretender que a espantosa lucratividade dos bancos e dos ativos financeiros seja de alguma forma compensada psicologicamente pelo Fome Zero. Ou que, em vez de olhar com inveja para cima, as classes médias devam olhar com piedade para baixo!

Lula não corre o risco de Allende. Ele pode vir a correr o risco de De La Rúa, embora, por enquanto, a melhor e mais próxima analogia de seu governo é com o governo de Lech Valessa, na Polônia. Como Valessa, Lula é um líder autêntico da classe operária que se afirmou nacionalmente na luta política, concorrendo decisivamente para a democratização do regime. Como Valessa, ganhou eleições

presidenciais democráticas. Ainda como Valessa, se cercou de intelectuais progressistas, muitos deles católicos, para formar seu governo. E, como Valessa, se viu prisioneiro de uma economia política de favorecimento redundante aos ricos, monitorada pelo FMI. Quando saiu do governo, um tanto consternado com a própria performance, Valessa deu uma declaração penitente: “Não adianta ganharmos as eleições porque não conseguimos mudar as políticas públicas.” Será este o destino também de Lula?

Os caminhos pelos quais uma situação sociológica próxima da convulsão social se transforma numa situação de convulsão social concreta são imprevisíveis. Mas pode-se fazer algum exercício com base em sinais precursoros. Alguns imaginariam que isso só acontecerá com o desgaste completo da imagem de Lula diante da opinião pública, o que estaria longe de acontecer pelas pesquisas de opinião. Esquecem apenas de que o desgaste pode ser também uma consequência de focos de convulsão, não sua causa. Por exemplo: os sem-teto que invadiram em julho o terreno da Volkswagen em São Paulo, cerca de nove mil, se fossem menos organizados poderiam ter tentado resistir ao despejo. As consequências poderiam ficar fora do controle, e acabar em violência generalizada. Quais seriam, neste caso, as consequências para a imagem do presidente?

No país dos massacres de Carandiru, Candelária, Eldorado de Carajás, tudo é possível acontecer quando se confrontam polícia e populares. O que o Governo Lula vai fazer à medida que aumentem as invasões de terras rurais e urbanas? Ou alguém tem dúvida de que as invasões vão continuar e aumentar? Muitos desses líderes, com Stédile, são antigos companheiros de Lula na luta social, mas quem os conhece sabe perfeitamente que sua lealdade não é com Lula, mas com o movimento e seus objetivos concretos, apenas marginalmente ideológicos. À medida que, com a atual política macroeconômica, é financeiramente inviável acelerar a reforma agrária ou atenuar a crise habitacional, eles prosseguirão lutando com determinação pelo que acreditam ser seus direitos — assim como Lula, debaixo da ditadura, lutou pela liberdade sindical.

Se o ajuste fiscal impede que sejam atendidas objetivamente as demandas dos sem-trabalho, terra e teto, os interesses econômicos dominantes vão exigir que sejam contidos, em nome da ordem pública e do sagrado direito de propriedade. O Governo, aliás, já se antecipou e deixou

claro que agirá com energia. A sorte, pois, está lançada: por cima de uma situação sociológica estruturalmente explosiva, estão se movendo movimentos sociais determinados a perseguir suas demandas, e um Governo disposto a fazer valer a sua autoridade. Enquanto tudo acontecer no compasso ordeiro da direção do MST — invasão, liminar, desapropriação ou despejo, retirada —, haverá apenas tensão. Mas por quanto tempo? O MST controla todos os seus militantes? Os governantes controlam toda a sua polícia? Se não há controle, e aumentam as razões e as oportunidades de conflito, a teoria de probabilidade nos diz que o primeiro evento de sangue é apenas uma questão de tempo!

Além disso, esses são os movimentos explícitos, que ainda contêm algum grau de previsibilidade. Mas há muita coisa encoberta. Nos idos de 1978, testemunhei de um ponto de observação privilegiado as greves do ABC, que se tornariam históricas. Durante quarenta dias, elas se espalharam como rastilho de pólvora por São Paulo e pelo resto do país, de uma forma absolutamente surpreendente, pois os sindicatos estavam sob intervenção direta ou virtual. Os comandos de greve surgiam como cogumelos, à margem da estrutura sindical formal. A imprensa, como não conseguia explicar um movimento social daquelas proporções, não-ideológico nem institucionalizado, começou a dizer que se tratava de greves “espontâneas”. Depois das greves, fui como jornalista a São Paulo exclusivamente para conhecer e levantar um perfil de Lula. O movimento — disse-me ele, ao longo de uma conversa de quase um dia — tinha sido preparado em algumas empresas havia mais de um ano. Como um segredo de estado. Os poderosos tentáculos do “sistema” de informação da ditadura sequer se aperceberam deles, antes da eclosão.

As condições sociológicas de fundo que justificaram o sucesso dessa organização paciente foi o arrocho salarial (reajustes apenas anuais, quando a inflação já passava de 35%), insegurança de emprego e busca de liberdade

política. É claro que a relação de emprego facilitava o trabalho de mobilização, mas, considerando a situação de hoje, se nove mil sem-teto aparecem do dia para a noite no terreno vazio da Volkswagen não estamos exatamente diante de uma mobilização espontânea. Dadas as condições sociológicas, a organização aparece. Também não adianta dizer que se trata de trabalho de oportunistas e agitadores, para desqualificá-lo, pois não houve oportunista mais sagaz que Lula quando ganhou as eleições prometendo a criação de dez milhões de empregos.

Para evitar

a convulsão social, ou para regulá-la e revertê-la, o Governo Lula terá que dar um cavalo-de-pau, sim, na política econômica. Trata-se, sim, de uma revolução política. É que, para um liberal, não é menos que uma revolução política, uma iniciativa de regulação do capitalismo na moldura social-democrata, ou do estado do bem-estar social, ou do estado desenvolvimentista. Entretanto, Lula poderá também recuar para uma ortodoxia cada vez mais extremada e apostar na estabilidade da repressão e dos cemitérios. E este é o pior dos mundos entre as possibilidades que nos esperam: um mundo que acha que o desemprego se deve ao baixo nível da educação ou ao número de horas da jornada de trabalho; um mundo que acha que a violência crescente é função da posse de armas de fogo; um mundo que acha que a miséria se deve à falta de generosidade social; um mundo de máximas mazelas sociais, infra-estrutura degradada e estagnação econômica, de um lado, e estado mínimo e lucro financeiro insultante, de outro.

Este mundo projeta cenários que escapam à previsão da Ciência Política. Pertence à Teoria do Caos.

e-mail: j.cassis@terra.com.br

NOTA

1. O fato político mais relevante que, a meu juízo, aconteceu na história do capitalismo foi o New Deal, e no New Deal o meu grande herói, além do próprio Roosevelt, não foi Keynes, como é de muita gente, mas Mariner Eccles. E Eccles, como Roosevelt, não era economista. Aliás, Eccles não tinha sequer curso universitário.

Tinha a experiência de pequeno banqueiro no Meio-Oeste norte-americano e foi capaz de tirar da crise da Grande Depressão conclusões do mais elevado bom senso, que se tornariam pouco depois a agenda central do New Deal — que ele próprio ajudou a conduzir como presidente do FED, nomeado por Roosevelt.



Eram deuses
os pais da
globali

Por **Armindo Abreu**
Economista



Ilustrações Nilton Pinho

zaçãõ?

“O mundo é governado por personagens muito diferentes daquelas imaginadas pelas pessoas que não contemplam os bastidores”, dizia o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Benjamin Disraeli, sob a Rainha Vitória. Sim, o poder tem síndicos ocultos. Existem sólidas evidências de que sempre foi assim: manipuladores e marionetes. Mas, quem está, invisível, no comando dos títeres? Por trás das cortinas desse processo tido como irreversível, a globalização, quem são os diretores de cena? E se detém o controle dos nossos cordéis, como manipulam os mercados a partir de símbolos, tecem a teia das religiões e se encobrem em sociedades secretas? Não, esse ensaio não é uma peça de ficção. É preciso recuar muito, muitíssimo, no tempo, na História e em certos conceitos para encontrarmos o fio da meada da nossa tese. O maior truque das fraternidades que ditam a evolução ou involução dos movimentos e modelos globais é convencer a todos de que não existem.

Com o amplo apoio de historiadores, antropólogos, etnólogos e geneticistas, podemos, de modo geral, aceitar que o núcleo primário da chamada *raça branca* seja originário das montanhas do Cáucaso, do Irã e do Curdistão. Tal princípio já estaria tão consagrado que os homens e mulheres de pele branca são, aberta e oficialmente, reconhecidos e identificados, em documentos de países do Hemisfério Norte (em especial pelos formulários do Departamento de Imigração dos Estados Unidos...), como *caucasianos*.

Segundo princípios de antropologia defendidos por estudiosos dessa matéria específica, desenvolveram-se duas novas linhagens terrenas, a partir do grupo caucasiano inicial: uma procurou manter-se íntegra, relacionando-se apenas entre seus membros e descendentes *exclusivos*, conservando a *pureza genética* e a aparência original, definida aos nossos olhos pela pele muito clara, cabelos louros e os olhos azuis. Seriam, nessa ótica arrogantemente racista da *Elite Global*, os membros *excelsos* ou *sublimes* da nossa civilização, os que exerceriam de fato o controle de todos os demais, conhecidos e identificados apenas pelos seus pares do mais alto grau de iniciação da *Fraternidade Babilônica*. A outra vertente teria se formado pela interação do grupo inicial com os habitantes autóctones das terras baixas, originalmente negros, amarelos ou vermelhos, dando início às novas correntes biológicas terrenas, como as conhecemos hoje. Ressalte-se, entretanto, que os integrantes dessa segunda vertente, a *reprodutora*, têm procurado manter-se tão *puros* quanto possível, relacionando-se quase sempre entre famílias de *iguais*, os descendentes do pequeno círculo formado por pessoas de antecedentes genéticos assemelhados. Estes seriam, na voz dos ‘especialistas’, “...os membros predominantes das famílias dos ‘Illuminati’ que têm manipulado o curso da História desde os tempos da Antiga Suméria.”^{1, 2}

O círculo mais restrito e particular desses alvos habitantes das *terras altas* teria adquirido ou desenvolvido conhecimentos esotéricos, filosóficos e científicos tão exclusivos e sofisticados para a época que passaram a se distinguir dos demais, não somente pela aparência mas, em especial, pela avançada cultura, atraindo para si invejas, incompreensões e hostilidades.

-
1. Icke, David in “... and the truth shall set you free”, by Bridge of Love Pub., Cambridge, England, 1995. P. 25 e 26.
Icke, David in “The Biggest Secret”, em diversas passagens.
 2. Tese Central do livro de Springmeier, Fritz em “Bloodlines of the Illuminati”, Ambassador House, New York, 1992.

Isso fez com que se retraíssem e passassem a compartilhar esses conhecimentos de forma velada, em associações formadas apenas entre seus *iniciados*, ou *irmãos*, daí o nome de *Fraternidade* dado ao seu exclusivíssimo conjunto, hoje espreado por todo o globo terrestre.

E esses núcleos de iniciados constituíam o que hoje os pesquisadores denominam “Escolas de Mistérios” (*Mystery Schools*).

Entre as principais, pioneiras, estavam as Escolas de Mistérios da Babilônia, do Egito e da Grécia, onde o conhecimento restrito e esotérico era guardado sob o mais estreito sigilo: na verdade, a quebra ao juramento de silêncio era punida com a morte!

Segundo o filósofo e autor maçônico Manly Hall, ... *“As Escolas de Mistérios foram criadas e estabelecidas como sociedades secretas para evitar as interferências externas, enquanto nelas os iniciados tentavam estabelecer uma ponte que reduzisse as distâncias entre o conhecimento dos mundos material e espiritual.”*

O fato é que, independentemente de sua origem, visando escapar de incômodos maiores, membros dessa sofisticada elite branca alterosa teriam emigrado, há milhares de anos (após o dilúvio bíblico), para as terras mais baixas, correspondentes ao que hoje chamamos de Iraque, Egito, Israel, Palestina, Jordânia, Síria, Irã e Turquia, misturando-se *seletiva e cuidadosamente* aos povos locais.

Naquele tempo, já existia nessas terras uma civilização chamada Suméria, estabelecida na região da Mesopotâmia, hoje Iraque, formada entre os rios Tigre e Eufrates. Estima-se que a Suméria possa ter-se formado cerca de 6.000 anos a.C. e ela fez parte do Império Babilônico, que tanto influenciou as crenças do judaísmo e, por este, o cristianismo, assim como também veio a ocorrer com a civilização egípcia.

Alguns autores afirmam que a Suméria foi o berço original de grande parte do conhecimento que moldou a nossa existência e a nossa cultura. Para eles, a crença cristã num *Filho de Deus* e num *Cordeiro de Deus* morrendo para a remissão dos pecados da humanidade podia ser encontrada na Babilônia, na Suméria e no Egito. A idéia de um cordeiro morrendo para perdoar os pecados da humanidade também se origina da crença Suméria de que se um desses animais fosse sacrificado num altar os pecados das pessoas envolvidas no ritual seriam literalmente perdoados pelos deuses.

... “Mães virgens de homens-deus ‘salvadores’ abundaram no mundo antigo e ainda podem ser encontrados nas crenças de povos nativos das Américas do Norte, do Sul e Central. A história bíblica dos Jardins do Éden é espelhada na história muito anterior do Jardim de Edinnu, e mesmo a idéia do Sabbat judaico pode ser encontrada no dia de repouso Sumeriano, o Sabattu. Os judeus que foram mantidos no cativeiro da Babilônia levaram muitas dessas histórias consigo, de volta para a Palestina, quando foram libertados pelos persas. Elas encontraram seu caminho no Velho Testamento da Bíblia e, daí, passaram ao Novo Testamento Cristão. Muitas idéias religiosas de hoje são meras reciclagens de antigas crenças e histórias simbólicas... e hoje, quando seu sentido original se perdeu, aparecem distorcidas, sob uma avalanche de mitos e invenções...”³

3 Icke, David, in “... and the truth shall set you free”, Bridge of Love Pub., Cambridge, 1995. P. 25 T.A.

Fecundando ou influenciando alguns desses habitantes dos baixios babilônicos, os homens brancos trouxeram-nos para o seio de sua linhagem genética, tornando-os partícipes do elevado conhecimento de que desfrutavam e das ações que empreendiam às escondidas. Esses novos grupos étnicos expandiram-se e infiltraram-se pelo novo território e suas populações, sob denominações distintas, entre as quais se pode destacar os povos hitita e fenício.

Ambos, outrora creditados exclusivamente como semitas, acredita-se hoje tenham sido definitivamente mesclados pela linhagem dos antigos árias, razão precípua de muitos ainda possuírem características físicas daquele grupo, levadas também no passado, em suas incursões militares e comerciais, ao Norte da Europa e a outras partes do mundo.

Pesquisas conduzidas por Desborough⁴ garantem mesmo que os fenícios foram o primeiro grande grupamento étnico caucasiano a ser formado como descendente consanguíneo da *Fraternidade Babilônica*. Eles seriam, nessa qualidade, tanto os pais de outros povos, seus contemporâneos, como, por exemplo, o cérebro por trás da avançada civilização egípcia.

Após essa suposta miscigenação registra-se, coincidentemente, um súbito surto de progresso cultural e tecnológico dos povos que habitavam a Suméria, a Assíria, o Egito e o Vale do Indústão.⁵

Segundo a “historiografia oficial”, foi a raça branca “ariana” (eles se autodenominavam árias), das montanhas do Cáucaso, que se moveu em direção ao Vale do Indústão, na Índia, pelo ano 1550 a.C., e criou o que se conhece hoje como religião (ou filosofia) hindu, o vedismo, sucedido pelo bramanismo.⁶

E foi essa mesma raça “ariana” que introduziu na Índia a antiga língua sânscrita⁷, bem como as estórias e mitos contidos no livro sagrado hindu, os *Vedas*⁸, onde a trindade divinal chamada trimúrta, composta por Brama-Xiva-Vixnu reproduz outros triunviratos *histórico-religiosos*, como o babilônico Nemrod-Semiramis-Tammuz e o egípcio Osiris-Ísis-Hórus que precederam, em muitos séculos, a *Sacra Família* cristã, Jesus-Maria-José!

4. Desborough, Brian in “The Great Pyramid Mystery, Tomb, Occult Initiation Center, Or What?” Fonte: Icke, David in “The Biggest Secret”, P.16.

5. Vale do Indústão: Vasta península triangular da Ásia meridional, limitada ao norte pelo Himalaia, e banhada pelo Golfo de Bengala, pelo Mar de Omã e pelo Mar das Índias. Índia atual. Fonte: Dicionário Lello, Porto, 1963, Volume III, P.1671.

6. Bramanismo: nome atribuído à organização social, política e religiosa que, depois de haver sucedido ao vedismo e de o haver transformado, se desenvolveu entre os Árias do Vale do Ganges, sob influência da casta sacerdotal ou dos brâmanes. Segundo as concepções religiosas destes últimos (o dito bramanismo), Brame, deus supremo, impessoal, encarnou-se sucessivamente em Brama, deus pessoal, Vixnu e Shiva. Esta tríplice encarnação constitui a trindade indiana, chamada Trimúrta. Por seu lado, Brama, primeira encarnação de Brame, teve quatro filhos de que emanaram as quatro castas hereditárias da Índia: brâmanes, xátrias, os impuros e os párias. A época, por excelência, do pensamento bramânico, compreende os sete séculos anteriores a Jesus Cristo. Fonte: Dicionário Lello, Porto, 1963, Volume III, P.1465 e 1931.

Vedismo: Forma primitiva da religião hindu, conforme denominada pelos europeus.

Fonte: Dicionário Lello, Porto, 1963, Volume II, P.1279.

7. Sânscrito: Língua sagrada dos brâmanes e do Indústão (vasta península triangular da Ásia meridional, limitada ao norte pelo Himalaia, e banhada pelo Golfo de Bengala, pelo Mar de Omã e pelo Mar das Índias. Índia atual). Fonte: Dicionário Lello, Porto, 1963, Volume III, P.1671.

8. Vedas: Os quatro livros sagrados da Índia em língua sânscrita, atribuídos à revelação de Brama (deus supremo dos antigos hindus, emanação de Brame e criador do mundo, dos deuses e dos seres. Na forma atual da religião, Brama é a primeira pessoa da trindade, mas agora considerado apenas uma emanação, quer de Xiva quer de Vixnu). São coleções de orações, de hinos, de fórmulas de consagração, de expiação etc., relacionando-se com o sacrifício e a manutenção do fogo sagrado Os Puranas, os Sutras etc., são comentários desses livros. Fonte: Dicionário Lello, Porto, 1963, Volume III, P.1465 e 1931.

9 O Dilúvio: Na concatenação da História da Salvação, a Bíblia recolhe uma lenda babilônica antiga, comum tanto aos sumérios como aos romanos. Essa lenda mesopotâmica deve ter tido sua origem em alguma inundação famosa verificada nos seus rios Tigre e Eufrates. Nas mitologias antigas o dilúvio é pintado como um dos castigos dos deuses. A Bíblia utiliza essa velha crença popular, adaptando-a ao Deus vivo. Não obstante, a narração do dilúvio, uma simples lenda assumida pela Bíblia, contém uma grande mensagem teológica: Deus não suporta a iniquidade, mas Sua misericórdia está sempre presente, mesmo quando castiga. Ao destruir um mundo corrompido suscita um germen de salvação: Noé, o arauto da justiça.

O dilúvio, lavando o mundo antigo dos seus crimes e fazendo nascer da água um mundo novo, é figura do batismo que nos salva. Fonte: a "Bíblia Sagrada, Nova Edição Papal", Missionários Capuchinhos, Lisboa, Notas às páginas 23 e 24.

10 Titã: Do grego titán, pelo latim titane. Cada um dos gigantes que, segundo a mitologia, pretenderam escalar o céu e destronar Júpiter. Fonte: Dicionário Aurélio Século XXI.

Titã: Personagem da mitologia grega. 1. Cada um dos doze filhos (seis homens e seis mulheres) havidos entre Urano (o Céu) e sua mãe Gaia (a Mãe-Terra) e, posteriormente, todos os seus descendentes. Eles se rebelaram contra seu pai e o depuseram, elevando Kronos, um deles, ao trono do universo. Depois de uma longa disputa, foram derrotados por Zeus (ou Júpiter, em latim, N.A.), e sucedidos pelos deuses do Olimpo. 2. O sol personificado; o deus-sol Helios. Fonte: Webster's New Twentieth Century Dictionary of the English Language", second edition, Collins World, 1975, USA, p.747 e 1915.T.A.

11 Fonte: Icke, David in "The Biggest Secret", P.53.

12 Desborough, Brian in "The Great Pyramid Mystery", Fonte: Icke, David in "The Biggest Secret", P.182.

Um olhar mais recente e atento dos estudiosos dessas questões revela que a época estimada para a fundação do império babilônico parece, agora, bem anterior ao que se estimou inicialmente, remontando à era pré-diluviana.⁹

Segundo lendas, textos antigos e a própria Bíblia, um dos construtores do Império Babilônico teria sido Nemrod, filho de Cush, neto de Noé.

Cush assumira a chefia do clã babilônico e institucionalizara o sistema politeísta numa época em que os homens *eram endeusados pelos próprios homens* e Anu considerado o pai e chefe de todos os demais deuses.

Por sua ação terrena e espiritual, Cush tomou o lugar de Anu (Annu ou An) no imaginário religioso e assumiu, ele próprio, o seu lugar divinal, tornando-se *pai de todos os deuses e demônios* e, nessa qualidade, foi adorado também com os nomes de Enlil, Bel, Janus, Mercúrio, Hermes e Caos, nomes ou títulos transferidos, posteriormente, a seu filho Nemrod.

Nemrod, sucessor do pai Cush, nomeara a cidade de Calneh em homenagem ao deus de outrora, destronado por seu pai (Calneh significa *A Fortaleza de Anu*, Gênesis, 10:9).

Dessa forma, Nemrod inaugurou uma tradição de respeito e louvor a Anu que, estranhamente, perpetuou-se até nossos dias, inclusive entre o catolicismo. O símbolo de Anu, duas cruzes superpostas em forma de asterisco, aparece ornamentando o chapéu mitral do sumo pontífice.

Nemrod, ao suceder a Cush, ficou conhecido como um tirano poderoso, um dos *gigantes ou titãs*¹⁰, que reinou com sua mulher, a rainha Semiramis, sendo ambos *reconhecidos ou elevados a deuses* da *Religião Babilônica* por seus contemporâneos, descendentes e adeptos.

Semiramis também é reverenciada como "Astarte" ou *A Mulher que fez a Torre*, uma provável referência à Torre de Babel, supostamente construída por seu marido Nemrod.¹¹

Entretanto, esse nome parece ter mesmo evoluído a partir de uma antiga deidade originária da Índia, Semi-Rama-Isis ou Semi-Ramis.¹²

- 13 Hathor ou Heather: ambas as denominações possuem a mesma pronúncia em inglês, representando, na verdade, formas gráficas alternativas para o mesmo nome da deusa. N.A.
- 14 Na mesma obra.
- 15 Fonte: Hopkins, Marilyn; Simmans, Graham & Wallace-Murphy, Tim in "REX DEUS", Imago, Rio, 2000. P. 286.

Uma ampla gama de nomes e expressões identificam a deusa da religião babilônica Semiramis. Entre os vários encontrados ou identificados por este autor, nas diversas fontes citadas nesta obra, destacam-se (em ordem alfabética):

IDENTIDADES ALTERNATIVAS de SEMIRAMIS

Afrodite, Angerona; Antu; Artemísia; Astarte; Astoreth; Astorga; Athena; Baali; Baphomet; Barati; "Cabeça 58m" (Head 58m ou Caput LVIII m); Ceres; Cibele; Deméter; Diana; "Estátua da Liberdade"; "Grande Mãe Terra" (A Gaia, da New Age); Hathor (ou Heather)¹³; Hera; Ishtar; Isis; Juno; Kali; Lilith; Lucifera; Mari; Maria; Minerva; "Mistério da Babilônia é o seu nome" ("Mystery Babylon, her name..."); Mulher Escarlata; Mut; Ninkharsa; Noiva do Homem Verde; Nossa Querida Senhora (Our Dear Lady); Nossa Senhora da Luz; Ostara; Rainha do Céu (Rhea); Rainha do Mar; Rainha do Mundo; Rainha do Submundo; "Semiramis, A Viúva"; "Sobre a sua testa estava escrito um nome: Mistério, A Grande da Babilônia, A mãe de todas as Prostitutas e Abominações da Terra" (Upon her forehead was a name written: Mystery, Babylon The Great, The Mother of Harlots and Abominations of the Earth); Stella Maris; Sophia; Vênus; Virgem Celestial; Virgem do Lago; Virgem Mãe dos Deuses; Virgem Negra; Virgem Que Chora; Virgo.

Já a Nemrod, celebrado como o "deus-sol", foi dado o título de Baal (*Meu Senhor*) e a Semiramis, consagrada como a deusa-lua, o de Baali (*Minha Senhora*).

Não passa, por isso, despercebido a esses pesquisadores o fato da expressão *Mea Dona*, equivalente latino de *Minha Senhora*, título atribuído a Semiramis-Baali, ao ser transportada para o italiano haver-se transformado em *Madonna*, expressão que designa, também, Maria, a mãe de Jesus.¹⁴

Nemrod era reverenciado num duplo papel: o de Deus-Pai-Senhor e também no de Ninus, o filho carnal havido de Semiramis, supostamente através de um *nascimento virginal*, um dos significados místicos do ramo de oliveira, este também um símbolo dos cavaleiros templários.¹⁵

De Ninus, igualmente denominado Tammuz, dizia-se haver sido crucificado, tendo um cordeiro aos pés, e seu cadáver sepultado em seguida numa caverna.

Dias depois, quando a pedra que guardava a entrada da caverna foi rolada, o corpo de Ninus-Tammuz havia desaparecido, ascendido aos céus...

Para pesquisadores ocidentais mais céticos, o enredo desta antiqüíssima trama babilônica é por demais conhecido entre nós, também a partir da era cristã, para ser considerado, apenas, mera coincidência entre tradições religiosas aparentemente tão distintas...

“Tammuz, filho de Ishtar, é provavelmente a mais antiga divindade a incorporar o princípio da ressurreição para uma nova vida que se acreditava ocorresse na primavera, e é celebrado hoje nos festivais populares do Dia da Primavera.

Para os maçons, Tammuz é uma figura de imenso significado, representando a corporificação da ressurreição espiritual para um estado superior de consciência e gnose”.^{16, 17}

IDENTIDADES ALTERNATIVAS de NEMROD:

*Adad; Adonis; Alcides; Amen-Ra; Anu; Attis; Baal; Bacchus; Baco; Bali; Bell; Brehillahm; Cadmos; Caos; Cronos; Deoius; Dionísio; Eannus; El-Khidir; Enlil; Eros; Hércules; Hermes; Hesus; Hórus; Indra; Iswara; Ixion; Jano; Janus; Jao; Jesus; João Batista; Krishna; Krst; Mammon; Mercúrio; Mitra; Mitras; Moloch; Ninus; Odinio; Osiris; Quirinus; São Jorge; Salivahana; Saturno; “Senhor da Vida e da Morte”; Tammuz; Taut; Thor; Virisana; Zoar; Zoroastro.*¹⁸

Segundo o livro do *Gênesis*, os primeiros centros do reino de Nemrod-Tammuz foram a Babilônia, Akkad e outros no reino de Shinar (Suméria). Diz-se, também, que ele governou a região onde hoje é o Líbano e os árabes crêem que foi Nemrod quem construiu ou reconstruiu, logo após o dilúvio, a assombrosa estrutura de Baalbek, com suas três formidáveis pedras de 800 toneladas cada.

Mais tarde, ele teria expandido o reino até a Assíria e construído Nínive, sua capital, onde foram recuperadas muitas tábuas de barro em linguagem sumeriana.

Essa civilização, acredita-se hoje em dia, foi uma das mais antigas surgidas na era bíblica pós-diluviana. Foi precisamente entre seus membros mais seletos e competentes, especula-se, o foco de onde surgiram as correntes (escolas) de mistérios pagãos, de estudos esotéricos¹⁹ e o grupo de iniciados que desenvolveu e guardou seus mais exclusivos segredos.

Este teria sido, portanto, o verdadeiro embrião das antigas e místicas *sociedades secretas* que se espalharam pelo mundo nos milênios subseqüentes. Muito significativamente, as terras descritas correspondem, também, ao berço das três grandes religiões monoteístas prevalentes.

Em decorrência, segundo muitos pesquisadores, a cristandade e a Igreja Romana teriam sua fé baseada em muitas das tradições babilônicas, principalmente nas lendas do “deus-sol” conhecido por *Nemrod, Baal ou Moloch*, que possuía um equivalente anterior, na Pérsia e na Índia, denominado *Mitra*.

De Tammuz ou Adonis (O Senhor, *The Lord*, em inglês), que foi endeusado na Babilônia e na Síria, dizia-se que nasceu *à meia-noite de 24 de dezembro*. E ele também era saudado como *o filho de deus*.

Portanto, além de Nemrod e de Mitra (um deus romano-persa, pré-cristão), outros reverenciados *filhos de deus* teriam sido Tammuz (Ninus ou Adonis) e Dionísio ou Baco, este cultuado em Roma, na Grécia e na Ásia Menor.

Todos eram idolatrados como filhos divinais que morreram para que os nossos pecados fossem perdoados, nascidos de mães virgens e seus aniversários celebrados, coincidentemente, em ... 25 de dezembro!

16 Fonte: Hopkins, Marilyn; Simmans, Graham & Wallace-Murphy, Tim in “REX DEUS”, Imago, Rio, 2000. P. 286 e 287.

17 Gnose: Conhecimento, sabedoria. Conhecimento esotérico e perfeito da divindade, e que se transmite por tradição e mediante ritos de iniciação. Fonte: Dicionário Aurélio Século XXI.

18 Conforme pesquisas deste autor nas fontes citadas nesta obra. N.A.

19 Esoterismo: Do francês *ésotérisme*. 1. Filos. Doutrina ou atitude de espírito que preconiza que o ensinamento da verdade (científica, filosófica ou religiosa) deve reservar-se a número restrito de iniciados, escolhidos por sua inteligência ou valor moral. 2. Designação que abrange um complexo conjunto de doutrinas práticas e ensinamentos de teor religioso e espiritualista, em que se confundem influências de religiões orientais e ciências ocultas, associadas a técnicas terapêuticas, e que, supostamente, mobilizam energias não-integrantes da ciência e visam a iniciar o indivíduo nos caminhos do autoconhecimento, da paz espiritual, da sabedoria, da saúde, da imortalidade etc. Fonte: Dicionário Aurélio Século XXI.

Mitra foi crucificado, mas ressurgiu dos mortos no dia 25 de março, isto é, em plena Páscoa! As iniciações a ele eram feitas em cavernas adornadas com os signos de Capricórnio e de Câncer, simbólicos dos solstícios de inverno e de verão, os pontos mais alto e mais baixo do Sol em relação à Terra!²⁰

Mitra era freqüentemente representado por um leão alado, o símbolo da cidade de Veneza, um ícone solar até hoje utilizado por sociedades secretas!

Um outro símbolo alternativo para ele é um leão com o corpo envolvido por uma serpente, enquanto segura uma chave que conduz ao céu.

Os *iniciados* nos ritos de Mitra eram chamados de *Leões (Lions)* e tinham suas testas marcadas com a cruz egípcia! As referências ao leão e aos *apertos de mão do tipo pata do leão*, do Grau *Mestre Maçônico* da Franco-Maçonaria, são originários da mesma onda de simbolismos das escolas de mistério.

No primeiro grau, suas cabeças eram ornadas com uma coroa dourada com espigões, representando o seu *interior espiritual* e idêntica coroa pode ser vista na Estátua da Liberdade, à entrada do porto de Nova York!

*Esta é uma das várias origens das coroas das dinastias "reais" e da simbólica "coroa de espinhos" usada por Jesus, "O Sol".*²¹

A grave e antiga confusão conceitual, hoje ressuscitada, entre mito e religião, paganismo e cristandade, tão dolorosa para os do Vaticano, vem suscitando, tanto de autores contemporâneos materialistas, marxistas ou comunistas, quanto dos pesquisadores com respeitável formação religiosa, alguma convergência acerca dessas velhas e desconfortáveis interpretações.

Aos olhos dos cristãos mais convictos, entretanto, elas mal passariam de simples blasfêmias ou de meras provocações de cunho político.

August Franzen, escritor católico, em sua *"História da Igreja"*²², assim se refere a essa antiga disputa e às fortes emoções e angústias que ela ainda desperta na cúpula do catolicismo:

"...Desde os Séculos XVIII e XIX que a existência histórica de Jesus foi freqüentemente contestada em nome da ciência esclarecida e liberal, e da crítica histórica...

Todos (esses críticos liberais) se esforçaram por apresentar o cristianismo como uma invenção dos apóstolos, a figura de Jesus como uma personificação irreal, ficcional e mítica, de aspirações e de representações religiosas; como uma impostura devota do círculo dos seus discípulos ou como adaptações e variações de heróis divinos dos cultos dos mistérios, oriundos do Oriente Próximo e do período helenístico.

*A ciência da religião comparada emergente descobriu, subitamente, semelhanças e paralelismos entre a vida de Jesus e o deus do Sol, Mitras (H.B. Smith, 1991) ou o herói da epopéia babilônica do Gilgamexe*²³ (Jensen, 1906), ou com a figura mítica do deus redentor que morre e ressuscita (R. Reitzenstein e outros); (a ciência da religião comparada) julgou poder-se interpretar a imagem descrita nos Evangelhos acerca da vida e das doutrinas de Jesus como a personificação de aspirações sociais das massas oprimidas. Todas essas teorias foram atualmente postas de parte e têm de ser encaradas, do ponto de vista científico, como ultrapassadas.

Poderiam, deste modo, ser ignoradas, se não persistissem na propaganda marxista e comunista. Dado o facto de Karl Marx e de Friedrich Engels terem retomado e divulgado as novas idéias radicais para o seu tempo, de Bruno Bauer, esta concepção atrasada pertence ainda à vulgata comunista e continua a ser propagada acriticamente."

Sendo ou não conveniente ao embate político-religioso, o fato objetivo, duro, é que, ao seu tempo, Mitra era tido como o filho de deus²⁴ que morreu para salvar a humanidade e lhe dar a vida eterna. Após o culto de iniciação, os membros participavam de uma refeição composta de pão e vinho, em que eles acreditavam estar ingerindo *o seu corpo e o seu sangue*.

20 Solstício: Época em que o Sol passa pela sua maior declinação boreal ou austral, e durante a qual cessa de afastar-se do equador. Os solstícios situam-se, respectivamente, nos dias 22 ou 23 de junho para a maior declinação boreal, e nos dias 22 ou 23 de dezembro para a maior declinação austral do Sol. No Hemisfério Sul, a primeira data se denomina solstício de inverno e a segunda solstício de verão; e, como as estações são opostas nos dois hemisférios, essas denominações invertem-se no Hemisfério Norte.

Fonte: Dicionário Aurélio, Século XXI.

21 Fonte: Icke, David in "The Biggest Secret", P. 92

22 Franzen, August in "Breve História da Igreja", Ed. organizada por Remigius Bäumer, Presença, Lisboa, 1996. P.11 a 18. Destaques de nossa autoria.

23 Gilgamexe: Legendário rei babilônico, herói e autor de narrativa épica acerca do dilúvio bíblico, vivida e completada cerca de 2.000

24 Na fonte original pesquisada, em inglês, há um jogo de palavras impossível de ser corretamente traduzido em português. O texto menciona Mitra como sendo "the son (Sun) of God", isto é, literalmente, o "filho (Sol) de deus". Isso porque as palavras son e sun (filho e sol), além da grafia assemelhada, têm idêntica pronúncia e o autor pesquisado insinua que, na aceção apontada, teriam também o mesmo significado, daí o trocadilho. N. A.

25 Incenso: Resina extraída de plantas das famílias burseráceas, estiracáceas e anacardiáceas, ou preparação contendo tais resinas e essências naturais aromáticas, que *se queima para perfumar* ambiente. É amplamente usado em celebrações litúrgicas e designava, originalmente, a resina extraída do olíbano. Fonte: Dicionário Aurélio, Século XXI.

Mirra: Designação comum a duas árvores da família das burseráceas (*Commiphora mallis* e *C. myrrha*), originárias da África,

cuja resina dimana por incisão e se *usa como incenso* e em perfumes, unguentos etc. A resina dessas árvores. Fonte: Dicionário Aurélio, Século XXI.

Nota do Autor: A mirra era usada nos processos de *limpeza e embalsamamento de cadáveres*, o que pressupõe uma certa natureza premonitória para a peculiaridade do presente, estranhamente oferecido a um recém-nascido. Essa hipótese dá alguma base aos pesquisadores que sugerem serem esses "Reis Magos" (Wise Men, sábios, na tradição inglesa) sacerdotes ocultistas babilônicos, que tanto previram e festejaram o nascimento de Cristo como anteviram o trágico destino que ele viria a ter. Por isso, presentearam a Sacra Família com tais óleos sagrados, não apenas visando ao tratamento futuro do cadáver, mas, principalmente, como uma profética advertência sobre seu infortúnio.

26 Fonte: Icke, David in "The Biggest Secret".

Este, como, ademais, uma longa lista de outros deuses teria também recebido, ao nascer, a visita de três *reis magos*, na verdade sábios ou adivinhos babilônicos, que lhes trouxeram presentes de ouro, incenso e mirra ²⁵.

O culto misterioso a Mitra espalhou-se da Pérsia ao Império Romano e, em certa época, podia ser encontrado em qualquer parte da Europa!

O terreno onde assenta hoje o Vaticano foi um local sagrado para os seguidores de Mitra e sua imagem, esculpida em pedra, já foi encontrada em diversas antigas províncias ocidentais do Império Romano, como a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha.

Esses rituais, simbolizando a ingestão do corpo e do sangue divinos, representados pelo pão e o vinho, já eram praticados há milhares de anos na Babilônia, em cerimônias em honra de Nemrod, da Rainha Semiramis e de seu filho Ninus-Tammuz, sendo também reproduzidos, posteriormente, no antigo Egito.

Lá, Hórus, filho de Osiris, nascido igualmente de um nascimento virginal de Ísis (Semiramis), também era o *filho de deus*. Sua história transcende às meras semelhanças acidentais, de praxe, com a trajetória de Jesus e, por isso, representa um grande incômodo para a exclusividade de certas tradições cristãs:

Jesus era a *Luz do Mundo*. Hórus era a *Luz do Mundo*.

Jesus afirmou ser *o Caminho, a Verdade e a Vida*. Hórus disse ser *o Caminho, a Verdade e a Vida*.

Jesus nasceu em Belém, *o lugar do pão*. Hórus nasceu em Annu, *o lugar do pão*.

Jesus era o *Bom Pastor*. Hórus era o *Bom Pastor*.

Sete pescadores embarcaram com Jesus. Sete pescadores embarcaram com Hórus.

Jesus era *o cordeiro*. Hórus era *o cordeiro*.

Jesus foi identificado com a cruz. Hórus foi identificado com a cruz.

Jesus foi batizado aos 30 anos. Hórus foi batizado aos 30 anos.

Jesus era filho de uma virgem, Maria. Hórus era filho de uma virgem, Ísis (Semiramis).

O nascimento de Jesus foi anunciado por uma estrela. O nascimento de Hórus foi anunciado por uma estrela.

Jesus foi o menino que pregou no Templo. Hórus foi o menino que pregou no Templo.

Jesus teve 12 discípulos. Hórus teve 12 discípulos.

Jesus era a *Estrela da Manhã*. Hórus era a *Estrela da Manhã*.

Jesus era o Cristo. Hórus era o Krst.

Jesus foi tentado por Satanás numa montanha. Hórus foi tentado numa montanha por Set. ²⁶

27 Desborough, Brian in "The Great Pyramid Mystery", Fonte: Icke, David, in "The Biggest Secret".

28 Na mesma obra.

29 Na mesma obra.

30 Jano: Personagem mítico, o mais antigo rei do Lácio. Como aco- lhesse favoravelmente Saturno, expulso do céu, o deus reconheci- do dotou Jano duma sagacidade tão maravilhosa que o futuro, assim como o passado, estavam sempre presentes aos seus olhos. Essa dupla faculdade fez com que o representasse com duas vi- sões, e alude-se muitas vezes a esse privilégio do deus. Em Roma, o templo de Jano só estava fechado quando a República estava em paz, o que só aconteceu nove vezes em mil anos. Fonte: Dicioná- rio Lello, Porto, 1963, Volume III, p.1682.

Três dos elementos principais da religião babilônica eram o fogo, os répteis e o sol. O deus Nemrod, Baal, Osiris e seu filho Ninus, Tammuz ou Hórus, entre muitas outras denominações, podiam ser confundidos ou representados tanto pelo *astro-rei* quanto por um *ser híbrido*, mistura de *homem com cabeça e chifres de touro* ou então *meio-peixe* (ou sáurio?), *meio-homem*.

Sua consorte, a deusa Semiramis ou ainda Isis, Baali, Ishtar, Afrodite, Vênus ou Diana, pode aparecer na forma da *lua*; como uma *linda e jovem mulher, raios luminosos* emer- gindo do alto da cabeça, tendo uma *tocha luminosa* na mão direita, e, alternativamente, na forma de uma *doce mãe*, sustentando seu filho Ninus-Tammuz-Horus ao colo.

Ou, ainda, *tout court*, sob a aparência de uma cândida *pomba branca*.²⁷

Ela, um *Espírito Santificado*, mas, também, a *Deusa do Amor*, é, nessa última qualida- de, figurada muitas vezes por um *peixe com escamas*, representação pictórica da *genitá- lia feminina* e simbólica da intensa carga de *energia sexual* que carrega e transmite, porquanto os babilônicos imaginavam que os peixes fossem *afrodísíacos*.

Já em seu simbolismo exclusivamente *espiritual* é vista, de preferência, como uma *pomba*, carregando no bico um ramo de oliveira.²⁸

Como o onomato *Semiramis* significa, etimologicamente, *Ze* (a, aquela que), *emir* (ramo, galho), *amit* (portadora), literalmente *aquela que carrega o ramo*, fica implica- tamente associado à pomba que sobrevoou a arca de Noé, com o ramo de oliveira no bico, depois de baixadas as águas do dilúvio.

Para os teóricos da *Fraternidade*, um claro registro simbólico de que *Eles* estariam de volta ao poder, logo após o desastre, sob a proteção de *Semiramis*, *a que deu à luz o filho de deus num nascimento virginal*...²⁹

Nemrod também era *Eannus*, mais tarde conhecido entre os romanos como *Jano*, o rei de duas faces, uma contemplando o passado outra o futuro.³⁰

A águia de duas cabeças, uma olhando para a esquerda outra para a direita, ocidente e oriente, que aparece em tantas bandeiras e brasões, nada mais é do que um símbolo maçônico para Nemrod no papel de *Eannus*.

O leão, conhecido como *rei dos animais* e assíduo frequentador de emblemas reais britânicos, também foi largamente usado no imaginário babilônico para encarnar o *deus-sol*, Nemrod, Baal ou Osiris, cujo remanescente mais conhecido e visitado é a esfinge egípcia, cabeça humana, corpo de leão... A própria *águia* seria, para alguns, a representação encoberta de um *sáurio alado*, o conhecido *dragão*³¹ das lendas milenares, combatido e vencido por São Miguel Arcanjo, ao percebê-lo encarnando Satanás, e por São Jorge, o bravo príncipe-guerreiro da Capadócia³², martirizado ao tempo do imperador romano Diocleciano, em 303 a.D.

De São Jorge diz-se também haver sido Hércules, a encarnação grega de Tammuz ou, ainda, segundo a tradição católica, um guerreiro que se recusou a obedecer as ordens de Diocleciano para perseguir cristãos e que, em consequência, foi torturado e morto. Nessa antiga simbologia, o "Dragão" vencido por São Jorge representava Roma, cujos exércitos lutavam sob uma flâmula ostentando a figura de um ícone pagão, o dragão vermelho.

"Segundo o Papa Gelásio (494 da Era Cristã), São Jorge era um santo venerado pelo homem, mas cujos atos só eram conhecidos por Deus", adensando o enigma de sua controvertida existência.

"A mais antiga personagem conhecida em que se acredita haver-se baseado São Jorge é Tammuz, cujas origens lhe são muito anteriores. A maioria das autoridades modernas acredita hoje que el Khidir, o padroeiro dos sufistas³³, Tammuz e São Jorge sejam simplesmente uma mesma pessoa retratada em diferentes trajes. Descreve-se Tammuz como o esposo, filho ou irmão da deusa Ishtar (Isis ou Semiramis), e ele é conhecido como "O Senhor da Vida e da Morte", um título que tem profundos matizes maçônicos, mas antecede em vários milênios a reputada história desse movimento secreto. É interessante observar que também se descreve São Jorge em cima de uma tábua cor-de-rosa enfeitada com rosas e rosetas, estabelecendo uma explícita ligação com a deusa babilônica Ishtar, cujos templos eram tradicionalmente enfeitados com rosetas".³⁴

Releva destacar que São Jorge (ou Tammuz) continua sendo, até hoje, o Patrono da Inglaterra, e a Estátua da Liberdade (Semiramis ou Isis), o Símbolo Maior dos Estados Unidos!

Inglaterra e Estados Unidos, *Tammuz* e *Semiramis*, mais uma vez e, ao que parece indissolúvelmente, a braços dados!

Retornando ao dragão, esse animal mítico, sempre *desperto e alerta*, era consagrado, na simbologia greco-romana, a Atena ou Minerva, deusa da sabedoria, patrona das Escolas de Filosofia mundo afora e que, como sabemos, é apenas uma das muitas faces e denominações de *Semiramis-Baali*, a indicar que a *verdadeira sabedoria* (a dos sábios e deuses babilônicos) *nunca adormece, permanecendo sempre vigilante!*

31 Dragão: Animal fantástico, imaginado com garras de leão, asas de águia e cauda de serpente, era consagrado à Atena ou Minerva, deusa da sabedoria e *alterego* de Semiramis, para indicar que a *verdadeira sabedoria* nunca adormece. Nas lendas cristãs, o dragão, derrubado por São Jorge e São Miguel, personificava o pecado, o espírito do mal, o próprio Satanás ou a Roma pagã. Na Idade Média foi introduzido nas magias; a cavalaria adotou-o como símbolo dos obstáculos a vencer. Encontra-se muitas vezes nos brasões. Fonte: verbete correspondente no Dicionário Lello, Porto, 1963, Volume III, P.1564, complementado pelo autor. Segundo a Enciclopédia Britânica, o dragão representaria, de modo geral, as serpentes, também símbolos dos mistérios babilônicos, quer vistas como símbolos do bem ou do mal. No Século XX, o dragão foi oficialmente incorporado às armas e brasões do Príncipe de Gales, herdeiro oficial do trono da Grã-Bretanha.

32 Capadócia: Antiga região da Ásia Menor, a oeste da Armênia, hoje território da Turquia. N. A.

33 Sufistas: adeptos do misticismo árabe-persa, que sustenta ser o espírito humano uma emanação do divino, no qual se esforça para reintegrar-se. N.A.

34 Fonte: Hopkins, Marilyn; Simmans, Graham & Wallace-Murphy, Tim in "REX DEUS", Imago, Rio, 2000. P. 286.

O aparecimento, nas representações heráldicas, do leão e da águia, suas versões simbólicas mais sofisticadas, não impediu, entretanto, que os próprios dragões ou lagartos alados aparecessem, em pessoa, nos brasões imperiais, em coroas, cetros e outros emblemas da realeza, especialmente a britânica.

Além da figuração tradicional nesses antigos símbolos, o dragão foi, no final do Século XX, também *oficialmente incorporado* às armas e brasões do Príncipe de Gales (Ele mesmo, Charles de Windsor, viúvo de Lady Di e *namorado* de Camila Parker-Bowles), herdeiro oficial do trono da Grã-Bretanha!

Uma profusão de histórias, lendas e até mesmo teses científicas envolvendo deuses, homens, aves e répteis tem sido herança freqüente e usual em muitas culturas.

Cientistas do mundo livre asseguram mesmo, por mais estranho que isso possa soar, que nossas prosaicas aves, inclusive as galinhas, descendem dos antigos dinossauros!

O símbolo da *serpente*, além de profusamente encontrado no lendário mesopotâmico, também está presente na antiga Bretanha, na Grécia, em Malta, no Egito, no Novo México, no Peru e em todas as Ilhas do Pacífico.

Antigas lendas da Assíria, Babilônia, China, Roma, América, África, Índia e arredores, até mesmo passagens do Antigo Testamento, trazem estórias sobre dragões e homens-serpente.

Existe uma semelhança irresistível entre alguns tipos de dinossauros e antigas descrições dos míticos dragões. Certas espécies de pequenos répteis indo-malaios, com asas cobertas por membranas interdigitais, se parecem tanto com o animal das lendas que vieram a receber o nome genérico de *dragão*.

Porém, um dos mais interessantes desses animais é um lagarto alado e encouraçado, também semelhante à figura tradicional, conhecido por *Moloch Horridus*.³⁵ Moloch, como sabemos, é a antiga deidade fenícia identificada com Nemrod-Baal-Tammuz, em louvor da qual milhares de crianças foram e ainda são sacrificadas, em ritos satânicos.³⁶

O próprio nome Tammuz significa *aquele que aperfeiçoa pelas chamas* (*Tam=aperfeiçoar e Muz=queimar*), o que melhor ainda se explica pelo antigo ritual de se queimarem crianças vivas, em sua homenagem, até hoje barbaramente praticado.

Outra suposta divindade, à qual se oferecem sacrifícios de crianças em rituais de satanismo é Cronos, rei dos Ciclopes e um dos *Gigantes ou Titãs* da mitologia grega. Ele era conhecido como o *construtor da torre* e, nessa qualidade, seria certamente uma outra versão para Nemrod, que erigiu a bíblica Torre de Babel.³⁷

O antigo festival celta de Beltane, na Bretanha, em 1º de maio (conhecido como *May Day*), quando os druidas³⁸ homenageavam a primavera e a chegada do verão, envolvia cerimônias em que crianças eram queimadas no oco de enormes figuras humanas feitas em palha ou vime. Herança claramente babilônica, após a expansão da *Fraternidade*, através do seu braço navegante fenício, pelo norte da Europa.

35 Moloch Horridus: (Moloch: de cor malva, róseo-arroxeadado. Horridus: horrível, selvagem, bárbaro, medonho, cabeludo. Fonte: Dicionário Latino-Português, por Cretella Jr. e Ulhoa Cintra, Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1953. T. A: Dragão-Roxo Horrroso ou Bicho-Cabeludo Roxo).

36 Icke, David in "The Biggest Secret", P. 55.

37 Desborough, Brian in "The Great Pyramid Mystery", Fonte: Icke, David, na obra citada.

38 Druida: Antigo sacerdote pagão, entre os gauleses, celtas e bretões. Não possuindo templos, reuniam-se nos bosques e veneravam certas plantas como o visco, que era colhido todos os anos, solenemente, com uma foice de ouro. Reconheciam vários deuses, mas sua principal divindade era Teutates, rei da Guerra. Acreditavam na imortalidade da alma e na metempsicose (Fonte: Aurélio, doutrina segundo a qual uma mesma alma pode animar sucessivamente corpos diversos, homens, animais ou vegetais; transmigração). A sua filosofia não era bem conhecida porque eles não escreviam e confiavam tudo à memória dos discípulos. Além do seu papel religioso, tinham altas atribuições judiciárias. Nas grandes calamidades, imolavam vítimas humanas a título expiatório. Eram também astrólogos, adivinhos, feiticeiros; recrutavam-se entre a nobreza e obedeciam a um grande sacerdote, eleito por toda a vida. Fonte: Dicionário Lello, Porto, 1963, Volume III, P.1565.

39 Inquisição: Designam-se por este nome os tribunais estabelecidos em certos países na Idade Média e nos tempos modernos, para perseguir e punir os hereges. Teve principio em França nos fins do Século XII. Ordenando aos bispos lombardos que entregassem à Justiça os hereges que recusassem converter-se, o concílio de Verona (1183) lançou as bases da Inquisição. Para lutar contra os progressos da heresia albigense no Languedoc, Gregório IX organizou (1283) um tribunal especial que confiou ao domInicanos. A ação deste tribunal estendeu-se, pouco a pouco, a quase todo o resto da cristandade. Em Itália, e, principalmente, em Espanha, tomou o nome de *Santo Oficio*, criou fortes raízes e tornou-se instituição poderosíssima que deixou lúgubres recordações, a que estão ligados os nomes dos dois grandes inquisidores Torquemada e Ximenes. A característica principal do modo de proceder da

Inquisição era o segredo absoluto da instrução judiciária. Foi D. João III quem introduziu a Inquisição em Portugal (1536). Teve tribunais efetivos em Lisboa, Évora, Goa e, temporariamente, em Coimbra, Lamego, Tomar. O primeiro auto-de-fé realizou-se em Lisboa, na Ribeira Velha, em 20 de setembro de 1540. O marquês de Pombal reduziu consideravelmente o poder do Santo Oficio, que foi extinto definitivamente em 1821. Durante os dois séculos do seu exercício em Portugal, a Inquisição queimou cerca de 1.600 pessoas e condenou a diversas penas mais de 26.000. Ignora-se o número das que morreram no cárcere. Em 1808, Napoleão suprimiu-a em Espanha; mas tornou a vigorar de 1814 a 1883.

40 Desborough, Brian in "The Great Pyramid Mystery", Fonte: Icke, David, na obra citada. P. 55.

Teria havido, por acaso, nessas terríveis práticas, alguma origem comum ou inspiração para que a Igreja, através da Inquisição³⁹, tenha se fixado na fogueira como método favorito de expiação de crimes e de purificação da fé?

Já a festa em honra de Ninus-Tammuz era celebrada no dia 23 de junho, comemorando sua ascensão do mundo subterrâneo, dias depois de haver morrido. Uma vez ressuscitado, Tammuz passou a ser conhecido como Oannes, o *deus-peixe*, e Oannes também é, como sabemos, uma versão latina do nome João.

"Por isso, o nome João tem sido sempre usado como um símbolo para camuflar Tammuz-Nemrod em personagens como, por exemplo, João, o Batista".

*A data de 23 de junho, a Festa de Tammuz, tornou-se o dia em que a cristandade celebra o dia de ... São João!"*⁴⁰

Dessa mesma forma dissimulada, Nemrod e Semiramis têm freqüentemente reaparecido, ao longo das idades, sob diversos outros simbolismos ocultos, perceptíveis apenas aos olhos dos *iniciados*.

O mais comum e impactante de todos, pois é contemplado diariamente por milhões de pessoas em todo o mundo, quase sem ser notado, é o *Grande Selo dos Estados Unidos*, que abriga o misterioso *olho vivo*, representativo do deus egípcio Osiris (ou seu equivalente babilônico Nemrod-Baal), sobre uma pirâmide inacabada, o símbolo máximo dos *Illuminati*, presente no verso de todas as notas de um dólar!

Em 1945, o antigo presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt, um reconhecido maçom, rosa-cruz e membro da sociedade secreta *Antiga Ordem Árabe dos Nobres e Místicos*, no Grau *Cavaleiro de Pythias* (uma ramificação dos antigos *Illuminati*, que teve como membros de destaque Mirabeau, Frederico o Grande, Goethe, Spinoza, Kant, Francis Bacon e o *nosso* Garibaldi), decidiu introduzir tal símbolo na moeda americana.

A idéia lhe fora sugerida por Henry Wallace, seu secretário da Agricultura, um ocultista praticante que achava haver chegado um momento de grande importância na História americana, quando significativas transformações espirituais viriam fatalmente a ocorrer entre a sua população.

Ele esposava essas crenças por influência de um mentor psíquico, o místico russo Nicholas Roerich, também guru de outros membros do Gabinete de Roosevelt.

Roerich adquirira conhecimentos ocultos e supostas habilidades paranormais através de estágios em mosteiros budistas do Nepal e do Tibet. Ele buscava, nessas ocasiões, além do aperfeiçoamento religioso e da meditação profunda, indícios para localizar a cidade perdida de *Shambala*⁴¹, mítica sede de uma legendaria fraternidade cujos desconhecidos adeptos (ou *Mestres*), na crença de muitos, *teriam influenciado todos os grandes acontecimentos mundiais ao longo da História*.

41 Shambala: Essa misteriosa cidade seria a capital de Agarta ou Agarti, um vasto império escondido nas profundezas terrestres que, segundo fontes ocultistas e várias escolas de mistério, seria composto por milhares de habitantes distribuídos por inúmeras outras cidades. Alguns peritos sustentam que este mundo subterrâneo teria acesso através de compartimentos secretos existentes dentro da base da grande Pirâmide de Queops, no Egito. De acordo com as mesmas fontes, existiriam também algumas entradas (embocaduras) para Agarta localizadas no Brasil. As mais conhecidas são: "Sete Cidades" no Piauí, "Serra do Roncador" no Mato Grosso, "Vila Velha" no Paraná, "Ilha de Itaparica" na Bahia, "Circuito das Águas" em Minas Gerais, e a "Pedra da Gávea" no Rio de Janeiro. Para se penetrar nestes mundos seria necessária uma aceitação prévia ou a posse de uma senha (que pode ser um determinado nível de desenvolvimento espiritual-Gnose). Segundo a mitologia persa, esses portais seriam guardados por quatro estrelas, situadas nos quatro pontos cardeais: Aldebaran ao Leste, Fomalhaut ao Sul, Regulus ao Norte e Antares a Oeste. Especula-se que, em 1919, o oficial britânico Percival Fawcett, na companhia de seu filho e de alguns carregadores, teria comandado uma expedição rumo ao centro da Terra. Ele esperava estabelecer contato com uma evoluída civilização intraterrestre, supostamente descendente dos Atlântidas. O mundo nunca mais ouviria falar dele. Segundo diversas comunidades místicas, o explorador teria encontrado o portal que liga a Terra a essa e a outras civilizações antigas, de grande poder espiritual e mais desenvolvidas que a nossa, preferindo não mais regressar à superfície. Esta expedição teve lugar em solo brasileiro, no Estado do Mato Grosso, na Serra do Roncador! Formada por chapadões como um típico planalto, ela começa na cidade de Barra do Garças, a 500 quilômetros de Cuiabá, e se estende até a Serra do Cachimbo, no Pará.

Fonte: Página na Internet do Instituto de Pesquisas Psíquicas Imagick.

42 Para o relato completo deste episódio envolvendo Roosevelt, ver: Howard, Michael, Na obra citada. P. 95. Tradução deste autor.

Estes adeptos eram referidos nos círculos ocultistas por nomes tão diversos quanto *Chefes Secretos*, *Mestres Ocultos* ou *Grande Irmandade Branca*.

Roosevelt ficou entusiasmado com a sugestão de Wallace e mostrou-se ansioso para introduzir no dinheiro a imagem maçônica do *olho que tudo vê* (segundo ele e outros da Maçonaria, um ícone para o *Grande Arquiteto do Universo*), mas, como temia ferir suscetibilidades dos católicos, decidiu sondar antes a opinião da Igreja.

Pediu, então, a James Farley, outro membro proeminente do seu Gabinete, que fizesse a intermediação, obtendo como resposta um simpático e surpreendente "OK. *Vá em frente, nada contra!*"⁴²

Ao adquirir a certeza de que a inserção desses símbolos babilônicos no dólar americano não causaria desgostos, aflições, nem impediria que o Vaticano continuasse a receber seus óbolos, a transacionar ou a acumular poupança entesourando as *verdinhas pagãs*, Roosevelt, aliviado, imediatamente instruiu o Departamento do Tesouro a mandar rodar as novas notas de dólar!

Para aqueles autores e intelectuais que conseguem enxergar, sem quaisquer dúvidas, símbolos do credo babilônico nos corpos das principais religiões monoteístas, eles seriam uma prova milenar de heranças da *Fraternidade* entre os seus primeiros crentes, sacerdotes ou teólogos, remanescendo e influenciando, em seu seio, até nossos dias.

Nessa linha simbiônica, o chapéu Mitral (mesma raiz de Mitra!) *em forma de peixe*, ainda hoje usado pelos Papas, não passaria de um antigo símbolo de Nemrod. Este mesmo significado teria, igualmente, o *anel do pescador*, usado por Sua Santidade.

De volta aos símbolos terrenos, portanto mais sólidos e tangíveis: o trono de São Pedro, supostamente uma antiqüíssima reliquia do Vaticano, teve sua real idade avaliada por uma comissão de especialistas, em 1968, que estabeleceu as suas origens como datando do Século IX.

O que causa estranheza não é, propriamente, o fato dele ser bem mais recente do que se imaginava antes, mas sim o da *Enciclopédia Católica* descrevê-lo como ornado por *doze painéis, retratando os doze trabalhos de Hércules e, ao mesmo tempo, registrar em suas páginas que Hércules era outro nome de Nemrod, antes dele se tornar, também, um deus grego.*⁴³

Teria essa decoração no trono papal recebido uma influência tão poderosa e recente da *Fraternidade* e de sua religião babilônica? Como se explica esse enigmático acontecimento?

Em 1825, o Papa Leão XII autorizou o Vaticano a cunhar uma medalha comemorativa, *retratando uma mulher em pose que reproduzia, de forma escandalosa, a tradicional efígie da Rainha Semiramis. Ela segurava um crucifixo na mão esquerda, uma taça na direita e trazia na cabeça uma coroa de sete raios, idêntica à da Estátua da Liberdade, uma outra representação de Semiramis oferecida à cidade de New York pela Maçonaria Francesa.*⁴⁴

O povo judeu, como grupo étnico supostamente monolítico (religião à parte), também não fica incólume ao bombardeio teórico.

Ao relatarmos a trajetória dos *homens brancos*, após haverem descido das montanhas do Cáucaso, do Irã e do Curdistão, passando pelos solos do que hoje seriam o Egito, a Palestina, Israel, Jordânia, Síria, Irã, Iraque e Turquia, esses mesmos estudiosos afirmam, categoricamente:

...Aqueles que nós chamamos de raça judaica, muitos também se originaram da região do Cáucaso e não das terras de Israel, como todos reivindicam. A história judaica e fontes antropológicas têm mostrado que somente uma pequena parcela do povo conhecido como judeu tem alguma relação genética com Israel. No Século VIII, um povo conhecido como Khazars, vivendo nas montanhas do Cáucaso e na Rússia meridional, fez uma conversão maciça à religião judaica.⁴⁵ Mais tarde, quando o Império se desdobrou, esse mesmo povo, durante longo período de tempo, migrou para o norte e se fixou em outras partes da Rússia (e dos países bálticos – N.A.), Lituânia, Letônia e Estônia. Dali eles passaram à Europa Ocidental e, eventualmente, aos Estados Unidos.

A família Rothschild pertence a esse ramo. Henry Kissinger também...⁴⁶ Segundo o escritor judeu Arthur Koestler, quase todos os que colonizaram e povoaram o estado judaico, exceto uma pequena minoria, têm sua origem genética na Rússia meridional e não em Israel.

Koestler escreve a propósito dos khazars, o povo genericamente russo que se converteu maciçamente ao judaísmo, em 740 d.C.

“Os khazars não vieram do Jordão, mas do Volga; não vieram de Canaã, mas do Cáucaso. Geneticamente eles são muito mais relacionados aos Hunos⁴⁷, aos Ugros⁴⁸ e Magiares⁴⁹ do que às sementes de Abraão, Isaac e Jacó. A história do Império Khazar, ao emergir lentamente do passado, começa a se revelar como a maior fraude que a História já perpetrou”.⁵⁰

43 Icke, David in *The Biggest Secret*, P. 55.

44 Na mesma obra. P.54.

45 Khazars: O sítio www.jewishencyclopedia.com oferece mais completas informações sobre a matéria, sob os verbetes Khazars ou Chazars. N. A.

46 Icke, David, in *The Biggest Secret*, P.182.

47 Huno: Indivíduo dos hunos, povo bárbaro da Ásia Central, que invadiu a Europa, sob a chefia de Átila, nos meados do séc. V. Fonte: Dicionário Aurélio Século XXI.

Huno: Povo bárbaro das margens do Mar Cáspio que invadiu a Europa e devastou a Gália, capitaneado por Átila. Fonte: Dicionários Lello Irmãos Editores, Portugal, 1963, Volume II, P.1661.

48 Úgrico, Ugro ou Uigúrico: Indivíduo dos úgricos, povo finês pescador e criador de renas que habita a Sibéria Ocidental (Rússia), de baixa estatura, trigueiro, de face mongólica. A língua uralo-altaica falada por esse povo. Pertencente ou relativo aos montes Urais e Altai (Ásia Central) ou aos povos que neles habitam. Povos de língua uralo-altaica: Família lingüística que se estende pelos Balcãs e N.E. da Ásia, e que se subdivide em três grupos: (a) o túrcico ou turco, que inclui o turco, o turcomano e o azerbaijani; (b) o mongoliano, cuja principal língua é o mongol; e (c) o manchu-tungue, que inclui o manchu e o evenque ou tungue. Compilação do autor nos Dicionários Lello Irmãos Editores, Portugal, 1963, Volume II, P.1262 e Aurélio, Século XXI.

49 Magiar: Povo uralo-altaico descendente dos Ugros (antigo nome dos ostíacos) emigrados dos Urais em 898 e que povoou a Hungria. Húngaro. Fonte: Dicionário Lello Irmãos Editores, Portugal, 1963, Volume II, P.1726.

50 Koestler, Arthur, in *The Thirteenth Tribe*, Hutchinson, London, 1976.

"O nariz adunco, considerado tão judeu, é um traço genético do sul da Rússia e do Cáucaso, não de Israel".⁵¹

Segundo o pesquisador e escritor judeu Alfred M. Lilenthal, ... *Não existe nenhum antropólogo de boa reputação que discorde de ser o racismo judaico uma tolice tão grande quanto o racismo ariano... A Antropologia divide a espécie humana em três grandes grupos raciais reconhecíveis: os Negros, os Mongólicos ou Orientais e os Caucásianos ou Brancos (muito embora algumas autoridades se refiram a uma quarta raça — os Australóides)...*

Membros da fé judaica são encontrados em todas essas raças e nas suas subdivisões.⁵²

Em síntese, e do ponto de vista exclusivamente científico, ensina o doutor em Física pelo M.I.T. e reitor da Universidade de Brasília no período 1975-1985, J. C. de Almeida Azevedo, que ... *Não há raças, há uma espécie apenas; todos os humanos pertencem ao reino animal, ao filo cordata, à classe dos mamíferos, à família dos hominídeos, ao gênero homo e à espécie homo sapiens.⁵³*

A tese, em seu rigor antropológico, aproximaria o judaísmo, incômoda e definitivamente, à trilha exclusiva da fé e não de uma "raça judaica" empalidecendo, sobremaneira, certas reivindicações ortodoxas da religião e do seu braço político, conhecido mundialmente por *Movimento Sionista*, que defende a posse das terras da Palestina como lar exclusivo de seu povo, pelos direitos divino, histórico e sangüíneo!

Enfraqueceria, também, os esforços da combativa ADL (*Anti-Defamation League*)⁵⁴ ou "Liga Antidifamatória" da B'nai B'rith⁵⁵, sociedade sediada nos Estados Unidos, mas de ação planetária, dedicada a combater todas e quaisquer pressões contra o povo judeu, em especial as que possam advir de conotações supostamente racistas.

Muito embora o movimento de *defesa racial*, comandado pela ADL, ainda seja fortíssimo e assim, compreensivelmente, deva continuar, a percepção da real existência dessas manipulações internas começou a provocar, já há algum tempo, indignadas reações, corajosamente iniciadas no próprio seio do judaísmo.

51 Icke, David in *The Biggest Secret*, P. 90.

52 Lilenthal, Alfred M. in *What Price Israel?* Henry Regnery, Chicago, 1953, P. 213, 214.

53 Azevedo, José Carlos de Almeida (doutor em Física pelo MIT-Massachusetts Institute of Technology; vice-reitor da Universidade de Brasília entre 1968 e 1975; Reitor da Universidade de Brasília de 1975 a 1985) in "Horóscopos e telescópios", no J. do Brasil, em 10/04/2003, P. A15.

54 ADL-Anti-Defamation League: Zeloso "Comitê de Guarda" da B'nai B'rith, suspeito de ser resultado de uma operação de inteligência britânica. Alguns, como Devon Jackson, (Na obra "Conspiração", Plume-Penguin Books, N.Y., 1999. P. 47) afirmam que foi fundada nos Estados Unidos pelo MI6 (Serviço Secreto Britânico) e dirigida durante algum tempo por Saul Steinberg, um rumoroso associado em negócios com os Rothschild.

55 B'nai B'rith: Uma Fraternidade Judaica fundada em 1843 em New York, hoje possuindo um quadro de associados internacional. Fonte: o "Webster's New Twentieth Century Dictionary of the English Language", second edition, Collins World, 1975, USA, p.201.

B'nai B'rith: Organização gêmea da ADL, a "Ordem Independente da B'nai B'rith", que também significa "Fraternidade da Aliança", é uma loja maçônica de escol destinada à assimilação (aceitação pacífica pelas sociedades locais) de seus membros. Fundada num restaurante nova-iorquino, em 1843, por imigrantes judeus maçons que pretendiam se tornar bons americanos. Seus membros incluíram o ator Eddie Cantor e o teórico-marxista Leon Trotsky. Fonte: Jackson, Devon Na obra citada. P.47. T.A.

Benjamin Freedman, escritor judeu ligado aos sionistas de topo dos anos 30 e 40, demonstra como essa insidiosa infiltração pode prejudicar interesses genéricos do seu povo, desservindo a causa judaica, e por certo afirma, tão contundentemente, que a expressão *anti-semitismo deveria ser banida da língua inglesa*:

*“O anti-semitismo serve apenas a um propósito, nos dias de hoje. Ele é usado como uma expressão de injúria. Quando aqueles que se autodenominam judeus sentem que alguém se opõe aos seus objetivos reais, procuram desacreditar suas vítimas aplicando-lhes os termos anti-semita ou anti-semitico, através de todos os meios que tiverem sob seu comando ou sob seu controle”.*⁵⁶

Para ajudar a que melhor se compreenda a tese da manipulação religiosa, desde a mais remota antiguidade, Icke nos propõe solucionar o seguinte enigma⁵⁷:

— De quem estou falando?

“Ele nasceu de uma Virgem, pela Concepção Imaculada de um Espírito Santo. E isso confirmou uma antiga profecia. Quando nasceu, um tirano que estava no poder quis matá-lo. Seus pais tiveram que fugir em busca de segurança. Todas as crianças do sexo masculino, com menos de dois anos, foram mortas pelo tirano, que visava exterminar aquele menino. Anjos e pastores compareceram ao seu nascimento e ele ganhou de presente ouro, incenso e mirra. Ele foi saudado como o Salvador e levou uma vida de elevados padrões morais e de humildade. Operou milagres que incluíram desde a cura de doentes e o restauro da visão de cegos quanto o exorcismo de demônios e a ressurreição de mortos. Foi dado à morte numa cruz, entre dois ladrões. Ele desceu aos infernos e, ressurgindo dos mortos, subiu aos céus”.

Parece Jesus? Sim? Mas não é.

Esta é uma exata descrição da vida de **Virishna**, um deus salvador oriental, cultuado 1.200 anos antes do nascimento de Cristo!

Ainda segundo aquele autor, se quisermos encontrar um salvador que tenha morrido para que fossem perdoados todos os nossos pecados é só escolher um do mundo antigo, pois todos se originaram, igualmente, *com os antigos árias e seus descendentes consangüíneos da corrente gerada no Oriente Próximo e nas montanhas do Cáucaso!*

E estes são alguns desses *Filhos de Deus*:

Krishna do Indústão; *Buda* da Índia; *Salivahana* da Bermuda; *Osiris* e *Horus* do Egito; *Odínio* da Escandinávia; *Zoroastro* da Pérsia; *Baal* e *Taut* da Fenícia; *Indra* do Tibete; *Bali* do Afeganistão; *Jao* do Nepal; *Tammuz* da Síria e da Babilônia; *Attis* da Frigia; *Xamolxis* da Trácia; *Zoar* dos Bonzos; *Adad* da Assíria; *Deva Tat* e *Sammonocadam* do Sião; *Alcides* de Tebas; *Micado* dos Xintoístas; *Beddru* do Japão; *Hesus* ou *Eros* e *Bremhillahm* dos Druidas; *Thor*, filho de *Odínio*, da Gália; *Cadmus* da Grécia; *Gentaut* e *Quetzalcoatl* do México; *Ischi* de Formosa; *Fohi* e *Tien* da China; *Adonis*, filho da virgem *Io*, da Grécia; *Ixion* e *Quirinus* de Roma; *Prometeus* do Cáucaso e *Maomé* de Arábia.

Todos esse *filhos de deus* ou *profetas* (com algumas poucas exceções) e suas respectivas religiões *feitas sob medida* para cativar as mentes, vieram dos locais ocupados ou influenciados pelos povos do Cáucaso e do Oriente Próximo. Exatamente as terras dos membros da *Fraternidade!*

56 FREEDMAN, Benjamin, citado por Icke, David em “The Biggest Secret”, by Bridge of Love Pub., Mo., USA, 2ª ed. revista e ampliada, 7ª impressão, Nov. 2001, P. 89. Destaques deste autor.

57 Em “The Biggest Secret”, by Bridge of Love Pub., Mo., USA, 2ª ed. revista e ampliada, 7ª impressão, Nov. 2001, P. 91, T.A.

Sutilezas e divergências religiosas ou pseudo-raciais à parte, excelentes pretextos para dividir e conquistar a todos nós, voltemos a nos concentrar nas simbologias ocultistas da Fraternidade.

O peixe e a pomba, antigos ícones babilônicos, continuam largamente usados em rituais religiosos e em símbolos e cerimônias nacionais.

O *Sinn Fein*, braço armado do IRA (*Irish Republican Army*, o Exército de Libertação Nacional da Irlanda do Norte), visto por muito como terrorista, tem a pomba como escudo, também encontrada nos cetros usados pela monarquia britânica. *Ambas as instituições seriam fronts modernos para a Fraternidade Babilônica!*⁵⁸

Explicam-nos os teóricos que, *nos eventos pagãos, esses emblemas têm seu significado comum revertido*, para passarem despercebidos aos olhos do público. Assim, nesses rituais ocultistas, *a pomba*, para todos nós, supostamente o símbolo da Paz, representaria, na realidade, *a morte e a destruição*.

Essa reversão das simbologias permite que a *Fraternidade* possa dispor de seus ícones em público, sem despertar atenções, justamente porque as pessoas comuns não têm a mínima idéia do que representam para o círculo íntimo e mágico do poder.

Como visto, todas as linhagens de sangue da realeza européia descenderiam dessa dinastia babilônica, pelo ramo *Merovíngio*, e os belos símbolos que ostentam nas cabeças coroadas seriam meras representações modernas do barrete com chifres, visto nas representações pictóricas de Nemrod-Baal, o deus-sol.

Os grandes cornos representavam a autoridade do monarca e, mais tarde, evoluíram para uma tiara metálica com três pequenos chifres estilizados, símbolo do poder real pela autoridade divina, cujo moderno ícone é a *flor-de-lis* (belíssimo emblema da trindade babilônica: *Nemrod-Semiramis-Tam-muz*), encontrada em todos os objetos de poder da moderna realeza.⁵⁹

A flor-de-lis, uma espécie de lírio, que historiadores ortodoxos da arte eclesiástica dizem ser representação de pureza, para os iniciados, entretanto, transmite também a integridade consangüínea dos descendentes da Casa Real de Israel (David, Salomão e Jesus), unida por laços de pureza genética às dinastias Merovíngias.⁶⁰

Não é de se estranhar, portanto, diante de tantas possibilidades de estarmos convergindo para um sincretismo étnico e religioso que, pelo mundo afora e em todos os tempos, tenha sido possível encontrar-se os mesmos rituais e religiões do Sol, tanto na Suméria, Babilônia, Assíria, Egito, quanto na Bretanha, Grécia e na Europa em geral, México e América Central, Austrália, enfim, em todo lugar!

A adoração ao fogo e ao *astro-rei* era o foco da religião na Índia, onde seus festivais homenageavam, simbolicamente, o ciclo do Sol, durante todo o ano.

Na história de Jesus é possível perceber-se constantes referências aos ciclos solares e aos simbolismos da astrologia e das escolas de mistérios. A coroa de espinhos nada mais seria que uma tosca representação dos raios solares, exatamente como a coroa de espigões em torno da cabeça da Estátua da Liberdade (Semiramis-Isis)!

As cruzes e os círculos desenhados sobre cabeças também identificam o Sol e têm papel intensamente simbólico na astrologia.

Leonardo da Vinci, grão-mestre do *Priorado de Sion* (Sion=Zion=Sol)⁶¹ usou desse mesmo simbolismo para pintar sua "Última Ceia", exposta em Milão.

58 Na mesma obra.

59 Na mesma obra.

60 Fonte: Hopkins, Marilyn; Simmans, Graham & Wallace-Murphy, Tim in REX DEUS, Imago, Rio, 2000. P. 286.

61 Priorado de Sion ou A Ordem do Sol: misteriosa e ultrapoderosa sociedade secreta da qual se diz que controlava a Ordem dos Templários e sucessoras, operando até os dias de hoje. Ordem do tipo gnóstica, criada originalmente para preservar a linhagem de sangue dos reis Merovíngios, que se consideravam descendentes do Rei Salomão e do próprio Jesus Cristo. Estabelecida em 1099, no Monte Sião, em Jerusalém, foi a força-guia da Maçonaria e dos Cavaleiros Templários, tendo entre seus membros mais famosos Da Vinci, Isaac Newton, Joana d'Aarc, Claude Debussy e Jean Cocteau. Fonte: Jackson, Devon, na obra citada. P.40.

62 Icke, David in The Biggest Secret, P. 95.

Ele dividiu os 12 discípulos (os doze símbolos do Zodíaco) em quatro grupos de três com Jesus, *o Sol*, no meio deles.

É voz corrente que Da Vinci também pode ter pintado um dos doze discípulos de sua *Última Ceia* (hoje bastante danificada e um tanto diferente do desenho original, por ter sofrido diversas restaurações), com *feições femininas* para que representasse, aos *olhos iniciados*, a deusa *Semiramis*, *Ísis*, *Minerva*, *Barati*.

Dizem os teóricos que a crença cristã de haver Jesus nascido em 25 de dezembro deve-se a uma data emprestada ao culto religioso do *Sol Invictus* (o Sol nunca vencido), pelas razões já aventadas. Ele teria morrido na Páscoa, pregado na cruz, versão tomada à mesmíssima história antiga, pois os egípcios já representavam *Osíris* na cruz, uma simbologia astrológica.

Segundo os antigos, o Sol teria levado três dias para se recuperar de sua *"morte"*, em 21 ou 22 de dezembro. Nos Evangelhos, quantos dias se passaram entre a morte e a ressurreição de Jesus? Três! O mesmo tempo que o filho do deus babilônico, Ninus-Tammuz, demorou para se reerguer da morte! ⁶²

Assim o Evangelho de Lucas descreve como aconteceu a morte de Jesus (o Sol) na cruz:

"Por volta da hora sexta, as trevas cobriram toda a terra, até a hora nona, por haver o Sol se eclipsado." (Lucas, 23-44)

O Filho/Sol (*Son/Sun*, em inglês, com a mesma pronúncia) morreu e então se fizeram as trevas... E quantas horas se passaram na escuridão? Três!

O dia universal do repouso semanal cristão, o domingo, nada mais é do que o mesmo dedicado ao deus-sol *Nemrod-Baal* (*SUN-day*, dia do Sol na língua inglesa), ao passo que o dia da semana dedicado a Semiramis é a segunda-feira (*MON-day*, em inglês) ou, ainda melhor, *MOON-day* (dia da Lua, na mesma língua).

A tradição simbólica diz que Jesus foi crucificado na Páscoa certamente por ser o equinócio da primavera (no Hemisfério Norte), quando o Sol (Jesus) entra no signo astrológico de Áries (o Carneiro), e o Sol (Jesus) triunfa sobre a escuridão!

Não por acaso essa é a época em que, no Hemisfério Norte, as vidas animal e vegetal se recompõem (é o tempo do renascimento), por haver nos dias mais claridade que escuridão...

Já as Igrejas Cristãs, *todas elas*, são construídas no sentido leste-oeste, com os altares voltados para o leste. Isso simplesmente significa que os fiéis, sem exceção, e provavelmente sem nunca haverem percebido, oram sempre em direção e reverência ao *Sol nascente*...

Apesar da tradição de prevalência usualmente concedida a Baal sobre Semiramis, a hierarquia nessa tribo consanguínea não seria absolutamente masculina uma vez que muitas posições-chave, ao longo dos tempos, têm sido ocupadas por mulheres. Em termos gerais, entretanto, ela é predominantemente masculina e será referida, daqui por diante, nesta obra, pela mesma denominação utilizada por alguns desses autores: a *Fraternidade*.

TRECHO DE LIVRO QUE ESTÁ SENDO ESCRITO PELO AUTOR

e - mail: brasil@armindoabreu.ecn.br
 website: www.armindoabreu.ecn.br



ILUSTRAÇÃO
**ROSANE
CANTANHEDE**

CHEGA de SAUDADE

POR LUÍS NASSIF
JORNALISTA

A literatura sobre a música brasileira é escassa. Há muita música para pouco pesquisador. Essa carência de estudos acaba estratificando análises que, formuladas em algum momento da História, acabam se fixando no imaginário intelectual e popular do país como verdades imutáveis.

Dentre todos os movimentos musicais brasileiros, nenhum foi tão dogmatizado como a bossa-nova. A partir das batalhas jornalísticas de Ronaldo Bôscoli — o grande divulgador do movimento na mídia —, depois reforçadas pelo livro de Ruy Castro “O Fino da Bossa”, criou-se a mitologia de que a bossa-nova significou uma ruptura na música popular brasileira. Antes, só haveria o dó-de-peito, o cantor que berava, e uma produção musical bolerão, sem refinamento. A bossa-nova teria surgido, com seu estilo “clean” e levado a música brasileira para a transição, para a contemporaneidade. Depois, teria submergido devido à mediocrização e à “infantilização” da MPB.

Vamos rever alguns dos mitos da bossa-nova, a partir de uma conceituação inicial — para organizar o debate.

Quando se fala em música popular, há certa dificuldade em conceituar seus vários aspectos. Grosso modo, pode-se considerar **gênero** como um conjunto de características pelas quais se pode classificar um tipo de música. Samba é gênero, assim como o baião, o coco, o maracatu. Já **estilo** caracteriza um modo específico de tocar um gênero. Há vários estilos de interpretação no jazz, no samba, na valsa e no próprio baião. Finalmente, o **movimento** caracteriza atuações de grupos de músicos em torno de determinada bandeira. O tropicalismo foi tipicamente um movimento que comportava vários estilos e gêneros, assim como a MPB liderada por Elis Regina. A rigor, não se prendiam nem a um gênero nem a um estilo específico de tocar, mas a um auê em torno de uma bandeira.

Posto isto, o que foi a bossa-nova? Foi

um movimento, sem dúvida, com símbolos próprios (violão, banquinho, praia). Juntou, de forma brilhante, o *marketing* do Rio de Janeiro — desde a década anterior um símbolo mundial de alegria, mulheres bonitas e sensualidade —, casando com a contemporaneidade da classe média moderna. Virou padrão mundial de modo de vida.

E, aí, é importante dar o ônus e o bônus à mídia, ao jornalismo cultural na consolidação de movimentos. A bossa-nova se impôs, em muito, graças às batalhas de Bôscoli como jornalista. Como em muitos movimentos culturais, em muitos modismos que acometem a intelectualidade, adotou-se uma estratégia de guerra na sua consolidação, que implicava em destruir o que vinha antes.

Essas táticas são comuns na economia, na filosofia e na própria política. A afirmação do novo modelo tem que se dar sobre os escombros do modelo anterior. Bôscoli abusou dessa retórica, jogando toda a produção anterior no mesmo balaio, das interpretações rebuscadas e da produção melodramática. Senão, como entender as críticas contra Antônio Maria, autor de obras refinadíssimas, senão como uma tática de guerra?

É evidente que existia esse gênero na época, o boierão, os cantores exagerados. Mas essa produção “brega” (para usar uma caracterização preconceituosa) existiu em todos os momentos da música popular, antes, durante e depois da bossa-nova. A chamada produção de qualidade jamais poderia ser hegemônica por ser, por definição, seletiva.

A música brasileira pré-bossa-nova foi extremamente rica. O próprio boierão — uma das influências do período anterior — é um gênero sofisticado, tanto harmonicamente quanto na temática. Como me disse certa vez Baden Powell, “nós fazíamos um tipo de música, surgiu a bossa-nova e continuamos a fazer a mesma coisa durante e depois”.

Até a bossa-nova, a música popular brasileira acompanhou e se deixou influenciar enormemente pelo jazz e, de forma secundária, por outros ritmos internacionais, desde a valsa no começo do século, o *dixieland* nos anos 20, o foxe nos anos 30 e o boierão.

Nos anos 40, a revolução ocorrida no jazz refletiu-se de imediato no Brasil através dos músicos instrumentais, especialmente no choro. Os anos 40 são riquíssimos em inovação harmônica e melódica. É desse período a explosão de Severino Araújo, K-Ximbinho, Radamés Gnatalli, Fon-Fon, Garoto — que influenciaria não apenas o violão, como o bandolim de Jacob e o cavaquinho de Waldir Azevedo.

Na canção, na música cantada, há três movimentos sofisticadíssimos e limpos, despidos da dramaticidade dos cantores dó-de-peito. Dois deles ainda não foram reconhecidos como estilos independentes pelos estudiosos: o samba-choro e o samba-sincopado. O terceiro — o sambacanção — sim.

O samba-choro foi praticado por inúmeros compositores dos anos 30 e 40 entrando na própria bossa-nova. “Conversa de Botequim”, de Noel Rosa, “De Conversa em Conversa”, de Lúcio Alves e Haroldo Barbosa, “Casinha da Marambaia”, de Henricão, “Palhoça”, de J. Cascata e Leonel Azevedo, “Pra que discutir com madame”, de Janet de Almeida, são composições com características em comum, que vão desembocar em “Chega de Saudade”, de Tom Jobim e Newton Mendonça.

Classifiquei a música como samba-choro recentemente, em coluna que escrevi para a “Folha”, e fui questionado por alguns professores que estudaram a bossa-nova. Depois, descobri uma entrevista do próprio Tom a Tárík de Souza, no início dos anos 70, confirmando que compôs a música pensando nos conjuntos regionais que tocavam choro. Esse estilo está presente em “Maria Ninguém”, de Carlos Lira, e em outras composições consideradas tipicamente bossa-nova.

O segundo estilo, o samba-sincopado, teve em Wilson Baptista e Geraldo Pereira seus expoentes, nos conjuntos vocais da época, especialmente na dupla Joel e Gaúcho, seus maiores intérpretes. É a música desses conjuntos vocais que influencia diretamente João Gilberto, e é onde ele vai recolher parte das composições que integram seus primeiros discos.

O terceiro fenômeno da época é o próprio sambacanção, modernizado pela evolução da harmonia na música brasileira, fruto da influência da música norte-americana sobre os músicos patricios.

Se, como movimento, a bossa-nova superou todos os anteriores, como produção deixou a desejar. A produção tipicamente bossa-nova é reduzidíssima, muito mais pobre do que a produção do período anterior.

Nos anos 40 e 50, na pré-bossa-nova, estavam no auge Ary Barroso, Dorival Caymmi, Dick Farney. Despontavam os coronéis-compositores, Klecius Caldas, Armando Cavalcanti, Luiz Antônio, além de Paulo Soledade e tantos outros. Como se pode falar em padrão dó-de-peito para um período, anos 40, em que se consolidaram cantores como

Vassourinha, Ciro Monteiro, Janet de Almeida, conjuntos como Anjos do Inferno, Garotos da Lua, e, nos anos 50, *crooners* como Dick Farney, Ivon Cury, Lúcio Alves, compositores como Johnny Alf, Luiz Bonfá, Billy Blanco, o próprio Tom Jobim, Dolores Duran?

O grande salto da bossa-nova foi a batida de João Gilberto, que permitiu incorporar ao movimento as grandes contribuições da música brasileira do período anterior, os clássicos do samba-choro, do sambacanção.

Na produção da bossa-nova, há três compositores pesos-pesados — Tom Jobim, Carlos Lira e Roberto Menescal. Dos três, apenas Menescal é tipicamente bossa-nova. A produção de Tom Jobim é muito mais vasta. Antes da bossa, ele foi o último expoente do gênero musical brasileiro que mais admiro — a canção, pegando a vertente que vem de Villa-Lobos, passa por Valdemar Henrique, Jayme Ovalle, Heckel Tavares e termina com ele — e continuou após os anos do movimento, crescendo cada vez mais. Lira jamais admitiu ser um compositor de bossa-nova, e não considera a bossa-nova um gênero, mas apenas uma forma de tocar o samba. Na bossa-nova, há um estilo muito elaborado de canção romântica (“Primavera”, de Lyra, “Canção do Amanhecer”, de Edu, “Preciso Aprender a Ser Só”, dos irmãos Valle) muito mais próxima do sambacanção modernizado do que da bossa-nova.

O *marketing* da bossa-nova foi importante para espalhar por todo o país um modo de tocar, de harmonizar restrito aos grandes músicos do Rio e de São Paulo.

Mais que relativizar sua importância, assim como exorcizar os mitos que ela criou, como considerar que toda interpretação impostada é de qualidade inferior, toda letra que não fale de barquinho e mar (quer algo mais infantilizado?) é melodramática, e que as demais formas de expressão musical, como o sambacanção e o baião foram inferiores?

e - mail: l u i s n a s s i f @ u o l . c o m . b r

Como considerar a sua toda interpretação impostada e de qualidade inferior, toda le

DISSOLUÇÃO NUNCA MAIS!

POR
ISABEL LUSTOSA
SOCIÓLOGA

A PRIMEIRA
Constituinte
brasileira

ILUSTRAÇÃO
HELICIO BARROS

Este ano se comemoram os 180 anos da primeira Constituinte brasileira. Inaugurada em 3 de maio de 1823, a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil foi dissolvida por Dom Pedro I em 12 de novembro do mesmo ano. Acusada por Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, autor de parte da Carta outorgada em 1824, de ter sido uma reunião de irresponsáveis que teriam chegado a colocar em risco a própria independência política recém-conquistada, e por historiadores coevos como John Armitage, de ser composta em sua maioria por médiocres, teve sua defesa produzida ainda no século XIX, por Francisco Ignácio Homem de Melo. Desde então a importância da primeira Constituinte brasileira vem sendo reavaliada. Otávio Tarquínio de Sousa relativizaria a mediocridade atribuída aos deputados, lembrando que, de médiocres sempre se constituiu a massa de todos os Parlamentos do mundo.

Dentre os noventa constituintes eleitos por 14 províncias, e que, de fato, assumiram suas cadeiras constavam 23 bacharéis em Direito, 7 doutores em direito canônico, 3 médicos, 19 padres (entre os quais um bispo), 3 marechais de campo e 2 brigadeiros, além de alguns proprietários rurais e funcionários públicos. Eram, segundo Afonso Arinos, os espíritos esclarecidos das classes dominantes, não havendo, acrescenta, representantes das classes trabalhadoras. A Assembléia de 1823 reunia, na visão de Sérgio Buarque de Holanda, o que havia de melhor e sobretudo de mais representativo do Brasil. *A Constituinte era a pátria, a casa comum de tudo o que se forjara de melhor no país e não só nos idos de 1821 e 22.* Instruídos, capazes e equilibrados, assim já

qualificava aqueles deputados testemunha insuspeita do tempo. O embaixador austríaco, Barão Wenzel de Marschal escrevendo a Meternich informava que a Assembléia era *composta de homens sábios, moderados. Eu mesmo conheço vários que parecem sê-lo.*

Nossos primeiros deputados não pertenciam a partidos definidos pois estes ainda não existiam como tal e eram, de acordo com a mentalidade política do tempo, vistos como atividade conspiratória. Eram, na maioria, liberais moderados, representantes da ordem e do centro. Eleitos de forma indireta e através de voto censitário, não representavam certamente a massa de excluídos por aquele sistema. Representavam, em sua maioria, os interesses da aristocracia rural.

O sistema de voto censitário, aliás, fora adotado sob protesto daqueles que tinham se manifestado junto a Dom Pedro I e a seus ministros em defesa da eleição direta. A decisão tomada por Dom Pedro I, em junho de 1822, atendendo às manifestações dos liberais do Rio, de convocar eleições para a Assembléia Constituinte Brasileira, tivera sua força atenuada pela escolha da eleição indireta com base no voto censitário. Pelo decreto imperial, o direito de voto foi concedido apenas à população masculina livre, com mais de 20 anos, alfabetizada ou não. Estavam excluídos religiosos regulares, estrangeiros não-naturalizados e criminosos, além de todos aqueles que recebessem salários ou soldos. Garantia-se assim que a sociedade brasileira seria representada pelas elites produtivas de maior poder econômico e excluía-se das decisões sobre o futuro da nação, não só aquele mais de um terço da população que era composta de escravos, como também todo um enorme contingente de homens livres.



Nossos primeiros deputados não pertenciam a partidos definidos pois estes ainda não existiam como tal e eram, de acordo com a mentalidade política do tempo, vistos como atividade conspiratória

A afastando o “partido português” e os radicais da vida política, obtinha-se a garantia de que o processo político ficaria na mão dos senhores de terras e não na dos comerciantes majoritariamente portugueses



Antes de ser extinta a Assembléia deixou aprovadas seis leis fundamentais. Através delas se extinguiu o Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias; revogava-se o alvará de 1818 que proibira o funcionamento das sociedades secretas; proibia-se aos deputados a acumulação de empregos; determinava-se que parte da legislação anterior devia continuar a vigorar e concedia-se anistia geral para os implicados em crimes políticos. Seu aspecto mais importante era a garantia de que o controle das províncias seria centralizado na Corte do Rio de Janeiro, contrariando os impulsos federalistas da vertente mais radical da Assembléia e sancionando a obra centralizadora que garantiria a estabilidade do novo império.

Ao lado dessas seis leis foi apresentado ao imperador o anteprojeto da Constituição, redigido por Antônio Carlos de Andrada. O anteprojeto continha 272 artigos onde se destacavam os princípios da soberania nacional e do liberalismo econômico. Se, de um lado, descartava a democracia, ao limitar a participação na vida política às elites limitava também o poder de Dom Pedro I. Quem saía valorizado era o Legislativo pois o projeto declarava a indissolubilidade da Câmara; dava o controle das Forças Armadas ao Parlamento e concedia ao imperador apenas o veto suspensivo.

A CONSTITUINTE DA MANDIOCA

O anteprojeto da Constituição de 1823 mantinha a eleição indireta e o voto censitário com uma peculiaridade: a riqueza era medida pela quantidade de farinha de mandioca que se pudesse produzir. Os eleitores da paróquia, ou de primeiro grau, deveriam ter uma renda mínima equivalente a 150 alqueires de farinha de mandio-

ca. Eles elegeriam os eleitores de províncias, ou de segundo grau, cuja renda mínima exigida era de 250 alqueires. Por fim, estes últimos elegiam os deputados e senadores, que precisavam de uma renda correspondente a 500 e 1.000 alqueires, respectivamente, para serem elegíveis. Diz Tobias Barreto que *tão estranha e pitoresca exigência despertou a veia humorística do povo, donde logo partiu o apelido destinado a ferir de ridículo: Constituição da Mandioca.*

Houve quem visse nessa medida, maroteira de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o redator do projeto. Os três irmãos Andrada, José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos, depois que os dois primeiros haviam sido afastados do Ministério (16 de julho de 1823), comandavam uma campanha de feroz lusofobia. Talvez por inspiração deles, o padre Muniz Tavares, que estivera junto com Antônio Carlos na conspiração pernambucana de 1817, propôs logo nos primeiros trabalhos da Assembléia, lei que expulsava do Brasil todo português suspeito de conspiração. Os detalhes da proposta eram claramente discriminatórios e injustos e ela foi rejeitada pelo plenário.

A maroteira andradista consistia em que, ao fazer depender o voto da produção de farinha, excluíam-se, ao mesmo tempo, as camadas populares e os comerciantes portugueses. As primeiras porque não apresentavam rendas suficientes e os segundos porque, por serem comerciantes, tinham a renda expressa diretamente em dinheiro, e não em alqueires de mandioca. Afastando o “partido português” e os radicais da vida política, obtinha-se a garantia de que o processo político ficaria na mão dos senhores de terras e não na dos comerciantes majoritariamente portugueses.

O CONSTITUCIONALISMO

O anteprojeto da Constituição de 1823, baseava-se, como, aliás, quase todos os do tempo, nas poucas experiências existentes: a Constituição espanhola de 1812, as Constituições francesas (principalmente as partes iniciais da Constituição da Convenção, as partes dispositivas da Constituição de 1795 e alguma coisa da Carta de Luís XVIII, de 1814); na constituição americana e principalmente nas idéias do grande inspirador de todas elas: Benjamin Constant, principalmente as expressas em seu *Cours de Politique Constitutionnelle*.

Afonso Arinos, em seu belo estudo: *O constitucionalismo de Dom Pedro I*, do qual tiramos as informações acima, aponta a grande contradição do liberalismo/constitucionalismo de molde latino, que vicejou na França e, por sua inspiração, na Espanha, em Portugal, em Nápoles e, nas colônias da América Latina. Lembra Arinos que, para Locke, *o estudo das idéias não pode assentar-se senão na experiência dos fatos e na vivência das sensações. Idéias dogmáticas, ou preconcebidas, representavam, para ele, uma forma intolerável de opressão intelectual*. No entanto, continua Afonso Arinos, quando aplicada a teoria filosófica ao pensamento político, seguiu-se que, nos países latinos da Europa e da América, os princípios do constitucionalismo, oriundos das condições próprias da Inglaterra, tornaram-se dogmáticos, *fazendo com que uma vigorosa abstração racional sufocasse as realidades sociológicas e históricas dos povos que adotaram o modelo constitucional, criando com isto crises e desajustamentos repetidos*.

Nos Estados Unidos, como bem o perceberam os constituintes brasileiros de 1823 — argumento muito habilmente utilizado por Vergueiro no debate em torno do projeto de se organizar o Estado brasileiro sob a forma de Federação —, as instituições políticas das províncias já funcionavam plenamente quando se deu a revolução de sua Independência. A Constituição norte-americana que se produziu a partir daí apenas formalizou e aperfeiçoou o que já existia na prática.

O mesmo não aconteceu nos países que, tal como a França, tiveram sua legislação pensada a partir de projeções idealizadas do homem e do que seriam seus direitos naturais. Coisas que apenas existiam na concepção de seus filósofos. O modelo anglo-saxão que inspirara Mon-

tesquieu e, depois, Benjamin Constant, considerado a forma ideal de organização do Estado e dos homens em sociedade, não se baseava em nenhuma experiência anterior daquelas sociedades.

Nas Américas, a questão da igualdade e da liberdade se complicava diante da imensa população de escravos. O contraste entre os exaltados discursos de liberais brasileiros, ferrenhos partidários do constitucionalismo, como Gonçalves Ledo e João Soares Lisboa em defesa da liberdade e seu enorme silêncio, quando não repúdio a qualquer projeto de abolição da escravatura é flagrante. Os dois, aliás, adversários de José Bonifácio, condenariam veementemente qualquer tentativa de envolver escravos nos projetos de independência.

OS DEPUTADOS NA CONSTITUINTE

A Constituinte de 1823 e seus deputados devem ser compreendidos a partir do contexto daquele momento. Um país cuja unidade territorial ainda seria objeto de disputa por muitos anos. País cuja elite, dividida em grupos de interesse que se digladiavam ou se aliavam em função das alternativas políticas que melhor lhes convinham, escolhera representantes para formular o projeto de sua Constituição. Representavam também as diversas partes do Brasil pela primeira vez reunidas. Só a experiência, acrescentava Mareschal, poderia provar o que seriam esses homens numa posição inteiramente nova. *Indivíduos eleitos em pontos tão afastados uns de outros, num país em que a civilização está muito atrasada, (...) podem muito bem trazer consigo muitas idéias falsas, princípios errôneos e pretensões exageradas*.

A reunião de brasileiros numa Assembléia era um experimento totalmente novo e, mesmo reconhecendo-se que a maioria era de natureza conciliadora, a consequência de sua reunião era imprevisível. Como disse um deputado na última sessão, aquela que passou à História como a “noite da agonia”, ele não temia pela presença do povo nas galerias, não temia a reação do povo. Temia sim, a sua própria reação diante dos debates, os impulsos apaixonados que em meio a uma discussão mais tensa podem levar a atitudes que até então não se esperava adotar.

E essa primeira Constituinte foi, neste sentido, um laboratório em que se formularam políticas e desenvolveram atitudes que marcariam a vida do Império que se

estava fundando. Uma aliança de circunstância entre radicais, absolutistas e oportunistas, logo nos primeiros meses de trabalho foi a causa da queda dos Andrada do Ministério. As surpreendentes divisões entre os unidos irmãos paulistas, com Antônio Carlos e Martim Francisco mais exaltados e José Bonifácio, mais reflexivo, mais moderado. Os discursos avançadíssimos para o tempo, dos padres em defesa da liberdade religiosa, contraditando o leigo e reacionário José da Silva Lisboa. O bairrismo expresso na discussão sobre o melhor lugar para a criação da primeira universidade brasileira, onde cada representante puxava a brasa para a sardinha de sua localidade. A eloqüente defesa da liberdade de imprensa produzida pelo padre Alencar. O protesto indignado de Carneiro da Cunha — que, meses antes, quase se batera com Antônio Carlos — contra a sub-reptícia ordem do imperador de fazer a Assembléia expulsar os três irmãos paulistas.

Enfim, os vários números do *Diário da Assembléia*, reunidos em cinco volumes, são o grande testemunho deste primeiro exercício de cidadania que o Brasil assistiu. O rigor nos procedimentos formais, a elegância e a correção dos debatedores, a obediência às determinações da mesa e o respeito entre os que discordavam dão mostras de um avançado sentido de responsabilidade civil. Mas também dão o testemunho da inteligência, da sobriedade e da inteireza que marcou os trabalhos da Assembléia até o seu fechamento. Na sessão final, nos últimos instantes, quando já se ouvia o rumor das tropas que marchavam para cercá-la e para deter os deputados, Maciel da Costa, que a presidia, pôde dizer: *o que me dá satisfação, no meio de tudo, é ver a tranqüilidade da Assembléia.*

O GRANDE TEMA

A questão dos limites do poder do soberano do novo Império estivera sempre na pauta de todos os que participaram do processo da Independência. A pressão dos liberais para fazer com que Dom Pedro I jurasse a Constituição antes mesmo dela estar feita, mobilizara a opinião durante o ano de 1822. Tratava-se de garantir que o poder ficasse nas mãos da elite brasileira, através do Legislativo e não nas do imperador que podia, como o fez, tender para o partido português.

A mesma questão esquentaria os debates na Assembléia deste a inauguração de seus trabalhos. Por trás da discussão em torno de temas aparentemente banais — quando vier à Assembléia, deve o imperador se apresentar coberto ou descoberto, deve ter um assento mais alto ou igual ao do presidente? — estava em jogo a definição de quem era a maior autoridade: o imperador ou a Assembléia. Dali se seguiriam os temas mais cruciais: se as leis feitas na Assembléia dependeria da sanção do imperador para serem implementadas; se o imperador teria o direito de propor leis; se teria o direito de vetá-las; se teria o poder sobre as armas ou se este ficaria submetido à Assembléia.

Do outro lado da rua, no Paço, estava um príncipe que tinha sobre a Assembléia a vantagem de já existir antes desta, fora ele que a convocara, era, de certa maneira, seu criador. Era também, ao contrário da maior parte dos deputados, homens maduros e experimentados, muitos deles portadores de uma cultura superior, um moço rude, de temperamento impetuoso e autoritário. Nele se combinavam sem encontrar ponto de equilíbrio boas intenções e pendoros despóticos.

Desde o começo, Dom Pedro I demonstrara seu desa-



A reunião de brasileiros numa Assembléia era um experimento totalmente novo e, mesmo reconhecendo-se que a maioria era de natureza conciliadora, a consequência de sua reunião era imprevisível



Foi José Bonifácio certamente quem incluiu, no discurso pronunciado pelo imperador na abertura dos trabalhos da Assembléia, a fórmula infeliz em que Dom Pedro dizia que juraria a Constituição se ela fosse digna do Brasil e dele

grado com as tentativas da Assembléia de limitar seu poder. Fora estimulado a isto por José Bonifácio. Temeroso que a autonomia das províncias proposta pelos partidários do modelo federativo levasse à fragmentação do país e que a continuidade das disputas na Assembléia acabasse por reproduzir os excessos que assistira na França — onde estava em 1789, José Bonifácio lutaria pela concentração maior do poder nas mãos do Executivo. Ele era, inicialmente, na verdade, contrário à instalação da Constituinte, a que acedera apenas diante da pressão dos liberais de 1822 sobre o ânimo de Dom Pedro. Trabalhara no sentido de que as eleições fossem indiretas e, depois de instalada a Assembléia, junto com os irmãos, insinuaria, mais de uma vez, que, se os rumos da votação indicassem a redução dos poderes do imperador era muito provável que ele viesse a dissolver a Constituinte.

Entre José Bonifácio e o grupo liderado por Gonçalves Ledo, seu principal opositor, estavam em jogo duas concepções de soberania: uma, a defendida por Ledo, queria que a soberania residisse na Nação, representada pelos deputados. A outra, advogada por José Bonifácio, queria que ela fosse partilhada entre o imperador e a Assembléia. No poder, ele pretendia governar mantendo um delicado equilíbrio entre as forças representadas pelo “partido brasileiro”, pelos liberais radicais, pelo “partido português” e pelas pretensões absolutistas de Dom Pedro.

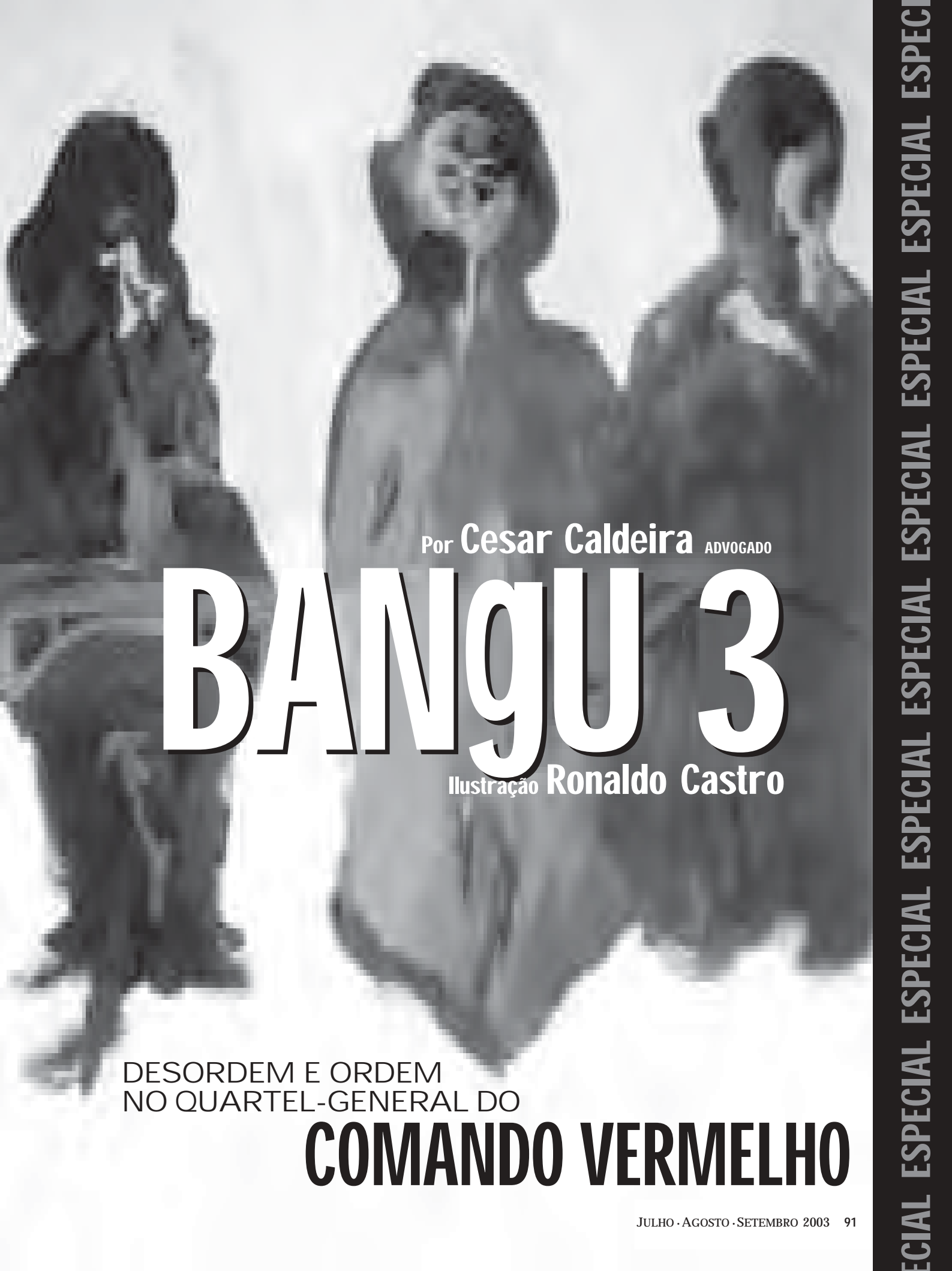
Foi José Bonifácio certamente quem incluiu, no discurso pronunciado pelo imperador na abertura dos trabalhos da Assembléia, a fórmula infeliz em que Dom

Pedro dizia que juraria a Constituição se ela fosse digna do Brasil e dele. Frase que provocou o primeiro embate do imperador com a Assembléia: muitos deputados entenderam-na como se o imperador estivesse a dizer-lhes que poderiam fazer uma Constituição indigna. A frase também lhes parecera eivada de ameaças. O padre Alencar indagaria da tribuna: e se ele a considerasse indigna o que faria?

Fora José Bonifácio quem sugerira ao imperador o caminho da carta outorgada, tal como fizera Luís XVIII. Dom Pedro, pelo visto, fora ruminando a idéia em seu íntimo, à medida que acompanhava a evolução dos trabalhos da Assembléia. Seu rompimento com José Bonifácio em pleno curso dos debates só reforçaria essa convicção. Os Andrada cedo provariam de seu próprio remédio. Pois foram os primeiros a sentir a força que poderia ter a mão imperial, sem o controle da Assembléia.

O projeto de Antônio Carlos, já era conhecido, circulara nas reuniões do Apostolado. Modificado essencialmente pela inclusão do Poder Moderador, ele se transformaria na Carta de 1824. Esta alcançou a forma mais próxima da que idealizara José Bonifácio: garantia o controle do Legislativo pelo Executivo, a centralização do poder com a indicação dos presidentes de província pelo imperador e o poder das armas nas suas mãos. Só que, do ponto de vista dos interesses representados, com a aproximação do imperador do chamado partido português, foi para aquele lado que o poder pendeu. E só voltaria às mãos dos brasileiros, no 7 de abril de 1831.

e-mail: isabellustosa@uol.com.br



Por Cesar Caldeira ADVOGADO

BANGU 3

Ilustração Ronaldo Castro

DESORDEM E ORDEM
NO QUARTEL-GENERAL DO

COMANDO VERMELHO

A imprensa não entrou no complexo penitenciário de Bangu na terça-feira 19 de agosto de 2003, segundo dia da greve de fome de cerca de 7.000 presos ligados ao Comando Vermelho. Os repórteres, junto com os familiares dos presos, ficaram perto da cancela e tentavam informar-se sobre o que se passava lá dentro.

Ao Conselho da Comunidade da Comarca do Rio de Janeiro¹ — entidade de fiscalização da execução penal² — foi permitido acesso a Bangu 3. A sua presença fora solicitada pelo comando de greve dos presos.

Esta visita tinha um objetivo extraordinário, face às atribuições legais do Conselho da Comunidade, e limitado, em seu alcance prático: abrir as negociações entre a direção da penitenciária e a liderança do Comando Vermelho. Até a primeira reunião dos conselheiros com o comando de greve, os dirigentes do presídio, e demais autoridades do estado, não tinham uma lista de reivindicações.

A análise desse processo de mediação para a resolução do conflito permite situar as perspectivas e expectativas dos atores, identificar seus recursos, bem como suas estratégias. O problema ostensivo de gestão de crise consistia no risco de uma greve de fome pacífica ser direcionada para uma rebelião ampliada.³ Havia também preocupação com a saúde

de presos mais fracos em caso de greve de fome prolongada.⁴ Por outro lado, no exame da situação revelam-se algumas das causas condicionantes da desordem institucional nas prisões do Rio. Por tudo isso, apresentar criticamente este episódio de pouca visibilidade pública ajuda a compreender aspectos importantes da dinâmica da crise na área de segurança pública no Rio.

NÃO EXISTE PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA; EXISTE APENAS PRISÃO DE VIGILÂNCIA MÁXIMA

Se este princípio da sabedoria penitenciária for correta, todos devem se sentir inseguros em Bangu 3, onde 12 agentes⁵ pretendem vigiar uma prisão com capacidade para 896 detentos.⁶ Naquela terça-feira havia apenas 10 agentes penitenciários para garantir a ordem entre 780 presos mobilizados no protesto. Um agente daquele turno estava de férias; outro estava de licença pelo luto de seu irmão, também agente penitenciário, que no domingo havia sido capturado por um grupo de dez homens armados durante um churrasco com a família e executado na rua.⁷ Era o terceiro agente penitenciário assassinado em menos de 30 dias. Dentre esses servidores executados, estava o diretor do presídio Bangu 3, Abel Silvério de Aguiar, 43 anos, morto em

1 O Conselho da Comunidade da Comarca do Rio de Janeiro – COMERJ foi criado e instalado na forma dos artigos 80 e 81 da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.

2 O Conselho da Comunidade é um dos órgãos da execução penal e tem as seguintes atribuições legais: I – visitar pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na Comarca; II – entrevistar presos; III – apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário; IV – diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento; V – observar e proteger o beneficiário do livramento condicional; VI – fiscalizar o cumprimento das condições da suspensão condicional da pena; VII – suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução, na qualidade de um dos órgãos da execução penal; VIII – propor, sempre que cabível, a aplicação de penas alternativas e acompanhar sua execução e conseqüências.

3 Bangu 3 continua a exibir, em 2003, nas suas paredes perfuradas por balas e em suas vidraças quebradas as marcas de duas dramáticas rebeliões ocorridas em 2001 e 2002. Na sexta-feira, 22 de agosto de 2003, a greve de fome difundira-se

pelos delegacias e contava com a adesão de cerca de 10.000 presos identificados com o Comando Vermelho.

4 Entre outros problemas, nas delegacias não existe atendimento médico ou remédios para os presos que aderiram ao movimento grevista.

5 De acordo com o regulamento do DESIPE (RPERJ), cada turma deveria ter 35 agentes em Bangu 3. Em visita anterior, em 18 de dezembro de 2002, fui informado que havia em média 14 guardas por turma. Ao verificar a presença, constatei que estavam no local apenas 13 guardas na turma.

6 No dia 28 de julho foi encontrado, em Bangu 3, o corpo do traficante Márcio Amaro de Oliveira, conhecido como Marcinho VP do morro Dona Marta, em Botafogo. A respeito, ler: “Suspeita de convivência: hipótese de envolvimento de guardas na morte de Marcinho VP em Bangu 3 será investigada”, *O Globo*, caderno rio, 30/07/2003, p. 11.

7 “Agente de Bangu é assassinado em festa de família” *Estado de São Paulo*, caderno Cidade, 19/08/2003. Disponível em: <http://www.jt.estadao.com.br/editorias/2003/08/19/ger025.html>

emboscada por um bando encapuzado no dia 5 de agosto na Avenida Brasil.⁸ Talvez porque ninguém estivesse disposto a aceitar dirigir sozinho, em nome do estado, o quartel-general do Comando Vermelho, o presídio continuava sob as ordens de um coletivo de cinco autoridades duas semanas depois do assassinato.

É notável a vulnerabilidade dos agentes penitenciários, que trabalham desarmados, pelos corredores, convencidos que armas estão sob controle dos detentos. "Você ainda vai cair na Avenida Brasil" é uma das frases usadas atualmente pelos presos para intimidar, inclusive os diretores do presídio. Depois da execução do coordenador de segurança do complexo penitenciário de Bangu, Paulo Roberto Rocha, de 47 anos, na Avenida Brasil, no dia 24 de julho por dois homens que estavam em uma motocicleta, todos têm justo receio que outras violências ocorram.⁹ Como os detentos conhecem muitas vezes os locais de residência dos agentes¹⁰, guardas e diretores, a relação de poder parece invertida: quem vigia os agentes de autoridade são os custodiados do estado.¹¹

As duas rebeliões ocorridas em Bangu 3, em novembro de 2001¹² e outubro de 2002¹³, justificam entre os agentes o medo de virarem reféns, e cria para os diretores da unidade dificuldades em obter servidores que aceitem trabalhar lá. O cidadão nas ruas talvez não compreenda que esse risco profissional ampliou-se a ponto de ser um risco social.



- 8 O diretor foi executado com 17 tiros. A resolução número 7 da SEAP, publicada no DO, do dia 7 de agosto, prevê que os diretores dos quatro presídios de segurança máxima (Bangu 1, 2, 3, 4) e os três coordenadores das unidades prisionais (Bangu, Frei Caneca e Niterói/Interior) são obrigados a circular com seguranças (dois PMs) e a andar com coletes à prova de bala. Cf. "Policial que testemunhou assassinato do diretor de Bangu 3 depõe hoje: Inspetor que passava na hora chegou a conversar com um dos criminosos", *O Globo*, 2ª ed., caderno Rio, 8/08/2003, p. 15.
- 9 Os dirigentes do Comando Vermelho afirmam que Paulo Rocha tinha alguns problemas devido a atividades de familiares que conflitavam com criminosos de outra facção.
- 10 Os presos de Bangu 3 obtiveram os endereços de cerca de 70 agentes penitenciários que trabalhavam no presídio durante a rebelião de novembro de 2001 e passaram a fazer ameaças veladas a eles durante as revistas nas celas. Os endereços dos agentes constavam das fichas funcionais roubadas pelos presos durante a rebelião, conforme registro feito à época na 34ª DP (Delegacia de Polícia), em Bangu (Zona Oeste do Rio). Os presos também roubaram nessa ocasião carteiras de identidade, de habilitação e contas dos agentes. Cf. "Presos de Bangu obtêm endereços de agentes", *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 26/10/2002, p. C4.
- 11 Existe também uma denúncia grave de que o tráfico de drogas está infiltrando seus membros entre agentes penitenciários. Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores da Secretaria de Justiça, Francisco Rodrigues: "O crime está mandando gente para ser agente penitenciário. É um cidadão que o próprio crime patrocina e bota para estudar para que ele seja aprovado nos concursos". Ele disse que no concurso de 1997 para o Desipe, cerca de 200 candidatos já aprovados foram eliminados porque tinham algum tipo de ligação com o tráfico de drogas. Cf. "Traficantes se infiltram nos presídios do Rio", *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 9/9/2000, p. C4.
- 12 Ler: "Entrada de armas pesadas em Bangu 3 não é explicada; Agentes são suspeitos de depredar a escola dos presos", *O Globo*, 2ª ed., caderno Rio, 24/11/2001, p. 23; "Motim revela arsenal atrás das grades". Acordo assinado por secretário recebe críticas, mas presos de Bangu III depõem metralhadoras, pistolas e até granadas", *Jornal do Brasil*, 22/11/2001. Disponível em:
<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cidade/2001/11/22/jorcid20011122006.html>; "Presos se rebelam com metralhadoras no Rio", *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 23/11/2001, p. C1.
- 13 "Bandidos tentam invadir Bangu 3", *O Globo*, 16/10/2002, p.1; "Presos tinham explosivo usado por terroristas: Cinco quilos de C-4, que tem alto poder de destruição, seriam usados para derrubar muro e permitir fuga em massa", *O Globo*, caderno Rio, 17/10/2002, p. 15.

MÁS NOTÍCIAS SOBRE BANGU 3

“Eu não tenho medo da violência.
Tenho medo das manchetes.”

MILLÔR FERNANDES

A trajetória de Bangu 3, conforme noticiada na imprensa, mostra como a proliferação de celulares no complexo de Bangu foi deixando de ser notícia. No dia 11 de abril de 1999, numa revista feita à meia-noite, os guardas apreenderam oito *telefones celulares*, além de duas pistolas de calibre 22, 180 trouxinhas de maconha, 106 sacolés de cocaína e 69 balas de calibre 22.¹⁴ Às vezes, as revistas geram desordens. No dia 30 de novembro de 1999, revoltados com a apreensão de seis celulares e uma quantidade não divulgada de maconha e cocaína, os presos bateram nas grades, provocando tumulto. Três agentes policiais ficaram feridos.¹⁵

Na sexta-feira, 12 de julho de 2002, encontra-se o primeiro computador na revista. São apreendidos 22 telefones

celulares, 25 carregadores, 15 papelotes de cocaína, uma picareta e um *laptop*.

Em setembro de 2002, a novidade era um *aparelho de DVD*¹⁶, pois os celulares já não eram mais notícia depois da megarrebelião do Primeiro Comando da Capital (PPC), em São Paulo, em fevereiro de 2001.¹⁷ Na revista do dia 2 de dezembro de 2002, foram apreendidos 25 celulares de presos em Bangu 3. A notícia nem chegou ao leitor dos jornais.

Com as promessas das autoridades de eventualmente bloquearem os sinais dos celulares,¹⁸ chegaram aos detentos os radiotransmissores. Em março de 2003, a polícia vasculhou Bangu 3 e acabou encontrando um *laptop*, 113 telefones celulares e três *radiotransmissores*. Também encontraram quatro carregadores (pentes de munição) de pistolas, 91 projéteis de calibre 9mm, 12 de calibre 38, cinco de calibre 40, facas e facões, cocaína, maconha e uma balança de precisão.¹⁹ Com a introdução dos radiotransmissores no presídio, a tecnologia de ponta está tornando os detentos de Bangu 3 parte da aldeia global, pois não existe ainda instrumentos para bloqueá-los.

14 “Presos de Bangu 3 escondiam até celular”, *Estado de São Paulo*, 12/04/1999. Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/04/11/cid840.html>. Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Justiça do Estado o diretor do presídio, Lafaiete Fragozo, não seria afastado do cargo. As investigações deveriam durar cerca de 30 dias. Ler: “Presídio de segurança tem armas e celulares”, *Jornal do Commercio*, Recife, 12/04/1999. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_1999/1204/br1204d.htm.

15 “Polícia acha celulares e drogas em presídio”. *Estado de São Paulo*, 1/12/1999. Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/jornal/99/12/01/news124.html>

16 “Revista em Bangu 3 encontra celulares e até um DVD”, *Folha online*, 14/09/2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/cotidiano/ult95u59046.shtml>. Esta matéria informa que também “foram apreendidos quatro celulares, dez carregadores de batedeira, *disquetes de computador*, maconha, cocaína.” Portanto, era previsível que havendo disquetes por lá, computadores já estivessem nas mãos dos detentos.

17 “25 mil presos fazem motins em 19 cidades”, *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 19/02/2001, p. C1; “Rebelião deixa 16 mortos e revela falência do sistema penitenciário”, *O Globo*, 20/02/2001, p.1. No programa *Domingo Legal*, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), um preso falou ao vivo, da Casa de Detenção, pelo celular com o apresentador Gugu Liberato. Cf. “‘Domingo Legal’ causa polêmica”, *Estado de São Paulo*, 20/02/2001, p.C-5. Pelo menos 32 celulares foram apreendidos em 15 presídios no interior de São Paulo que participaram na rebelião convocada pelo PPC no domingo 18 de fevereiro de 2001. É um número muito pequeno de celula-

res apreendidos, o que sugere que as operações varredura não foram eficientes. Os celulares entram nas cadeias trazidos pelos visitantes (incluindo os advogados), ou pelos agentes penitenciários. Na época, a “propina” para facilitar a entrada de um celular nos presídios paulistas variava de R\$ 300 a R\$ 600. Cf. “Revista detecta 32 celulares”, *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 21/02/2001, p. C3. Um preso foi fotografado falando tranqüilamente em seu celular, sentado na janela da sua cela na Casa de Detenção de São Paulo, meia hora após encerrada a megavarredura realizada pela Polícia Militar. Esta foto estampada na primeira página dos jornais. Cf. “Presos desafiam a polícia: varredura nos presídios não impede o uso de celulares”, *O Globo*, 21/02/2001. Ler ainda: “Celulares, a principal arma para as rebeliões”, *O Globo*, 2ª ed., caderno O País, 20/02/2001, p. 9. A maior rebelião na História do país custou no mínimo R\$ 7 milhões ao governo do Estado de São Paulo, apenas em reformas de prédios. Cf. “Rebelião deixa prejuízo de R\$ 7 milhões ao estado”, *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 15/03/2001.

18 Um seqüestrador, Carlos Brás Victor da Silva, o “Fiote”, comandava sua quadrilha de dentro de Bangu 3. A notícia da tentativa frustrada da Divisão Anti-Sseqüestro (DAS) de negociar com “Fiote” a liberação de um pastor evangélico que estava num cativeiro em Caxias, repercutiu na mídia e gerou promessas de algum bloqueio dos celulares. “Preso comanda crime de dentro da cadeia” *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 24/07/2000, p. C3.

19 “Preso revela esquema de corrupção em Bangu 3”, notícia dada em 9/03/2003. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI92645-EI316,00.html>

- 20 Ler: "Celular liberado em Bangu: Teste mostra que bloqueadores de sinais não funcionam em quatro presídios", *O Globo*, caderno Rio, 7/09/2003, p. 20. "O ex-governador Anthony Garotinho, atual secretário de Segurança Pública, chegou a defender a liberação do uso de celulares em presídios, para fazer escutas autorizadas pela Justiça e obter informações sobre as quadrilhas. A polêmica foi revivida logo depois que a governadora Rosinha Matheus assumiu o governo. Ela chegou a cogitar a retirada do bloqueador de Bangu I, mas voltou atrás". *Idem*.
- 21 A notícia consta na matéria "Seis presos usam cano de esgoto para fugir", onde se lê: "Em outro presídio, Bangu 3, agentes descobrem túnel que detentos tinham escavado numa das galerias." *O Globo*, caderno Rio, 24/11/1999.
- 22 Ler: "Polícia descobre túnel para fuga em Bangu 3", *Estado de São Paulo*, 23/01/2003. Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/jornal/01/01/23/news303.html>; "Túnel começou a ser planejado a 1 ano", *Estado de São Paulo*, 24/01/2001. Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/jornal/01/01/24/news152.html>
- 23 "Desipe descobre túnel de fuga em Bangu 3", *O Globo*, caderno Rio, 19/07/2001.
- 24 "Computador e 22 celulares são apreendidos em Bangu", *O Globo*, caderno Rio, 13/07/2002.
- 25 "Desipe diz que armas estavam há mais de um ano dentro de Bangu III", *O Globo*, caderno Rio, 18/10/2002.
- 26 "Descoberto túnel em Bangu 3: presos da galeria serão julgados por comissão que pode determinar aumento das penas", JB online, 9/08/2003. Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cidade/2003/08/08/jorcid20030808006.html>
- 27 Um levantamento feito no jornal *O Globo* indica que os chamados presídios de "segurança máxima" são bastante vulneráveis. Sobre Bangu 1, ler: "Polícia reforça segurança na área de Bangu 1", caderno Rio, 12/11/2000. O texto informa que foi encontrado túnel feito para alcançar Bangu 1. Sobre Bangu 2, ler: "Guardas penitenciários descobrem dois túneis em Bangu 2, um com 18 metros", *O Globo*, caderno Rio, 23/07/1997; "Presos destroem duas galerias em Bangu 2", *O Globo*, caderno Rio, 22/07/1999. Nesta matéria é informado que um guarda descobriu um túnel de oito metros no cubículo de um detento; "Guardas de presídios encerram greve após ameaças e concessões do estado", *O Globo*, caderno Rio, 28/07/2001. O texto afirma que: "PMs acham túnel para fuga no presídio de segurança máxima Bangu 2". Sobre Bangu 4, ler: "Casas de Custódia também têm erros de projeto e problemas de segurança". *O Globo*, caderno Rio, 26/01/2001. Nesta matéria é feita referência a "túnel feito por presos de Bangu 4 há um mês". "Apreendidos 53 celulares no presídio Bangu 4" *O Globo*, caderno Rio, 15/02/2003. Esta matéria relata que "um grupo armado explodiu parte do muro abrindo um buraco por onde seriam resgatados os presos". Por último, há a notícia seguinte sobre Bangu 4: "Um túnel de 15 m de extensão e 1,5 m de largura foi encontrado nesta manhã em uma das celas da galeria A da Penitenciária Jonas Lopes de Carvalho, a Bangu 4, no complexo penitenciário de Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro. Segundo o Desipe, o buraco foi encontrado em uma cela da galeria A-5 — que abriga 64 presos — durante uma revista." Disponível em <http://noticias.bol.com.br/geral/2003/04/15/ult95u73153.jhtm>

Não há, de fato, necessidade dos presos de Bangu 3 abandonarem, por enquanto, em agosto de 2003, seus celulares: durante um período de cerca de três semanas, antes, durante e depois da greve de fome, o sistema de bloquear ligações de celular não estava funcionando. Antes não bloqueava sinais em algumas partes do presídio.²⁰

Bangu 3 distingue-se por seus túneis para fuga. Em novembro de 1999, foi descoberto um túnel em Bangu 3.²¹ No dia 22 de janeiro de 2001, foi encontrado um outro túnel de 86 metros de extensão e 1,70 metro de altura, a seis metros de profundidade, iluminado e com sistemas de drenagem e refrigeração. Todo em concreto, o caminho, que começava em uma casa na Favela de Catiri, a 150 metros do presídio, chegaria, em linha reta, até Bangu 3 e depois ligaria o presídio até Bangu 1, que fica ao lado.²² Em julho de 2001, foi encontrado um terceiro túnel de 2,5 metros de altura por três de extensão.²³ Um ano depois, "operação de revista feita pelo Desipe acha túnel em Bangu 3, que vinha sendo cavado há três dias."²⁴ Era o quarto túnel. Em outubro de 2002, foi achado o quinto túnel, que ligava a cela B-9 ao pátio. O major Hugo Freire afirmou na época que "Eles conseguiram remover 30 centímetros de concreto e pôr uma fôrma que você, batendo com uma marreta no local, não percebe que o material foi removido".²⁵

O sexto túnel, de cerca de 20 metros de comprimento, foi descoberto no dia 8 de agosto de 2003 na galeria A2.²⁶ O buraco começava embaixo de um tanque de lavar roupas que fica no interior da galeria. Pergunta-se: além de não ser um presídio de *vigilância máxima*, as instalações de Bangu 3 também não são de "segurança máxima"?²⁷

TÚNEL DO TEMPO: A INAUGURAÇÃO DE BANGU 3 POR FHC

A imprensa divulgou que “o mais moderno presídio da América Latina”²⁸ era o Dr. Serrano Neves. Bangu 3 recebeu o certificado internacional ISO 9002, pelo sistema de segurança adotado na construção.²⁹ No dia 21 de julho de 1997, o jornal *Folha de São Paulo* apresentou a matéria seguinte³⁰:

O presídio Bangu 3, que terá capacidade para 896 presos em celas individuais, estava vazio. A nova penitenciária, que é de segurança máxima, *tem chão de concreto de alta resistência com 80 cm de espessura*, circuito interno de TV e custou R\$ 13 milhões, *dos quais R\$ 8 milhões foram recursos federais*.

FHC disse que parecia “talvez irônico” o fato de estar inaugurando ontem um presídio, ao lado do governador do Rio, Marcello Alencar (PSDB) — que foi advogado de presos políticos. “O governador Marcello Alencar e eu próprio temos horror a presídios.”

“Mas nós sabemos que, nesse momento, o que nós estamos fazendo não é algo contra o interesse dos cidadãos, ou mesmo contra o interesse do delinqüente. É alguma coisa que permitirá maior segurança. (...) As prisões não podem continuar sendo, como ainda são no Brasil, uma escola de crimes, de violência, de desrespeito.”

Na ocasião o presidente Fernando Henrique prometeu que Bangu 3 seria a primeira de “uma lista de obras em presídios que deve chegar a 125 até o fim do governo”.³¹ A crise gerada pela falta de uma prisão federal de “segurança máxima” para encarcerar o traficante Fernandinho Beira-Mar evidenciou para todos, em 2002, que as metas afirmadas por FHC nessa ocasião não foram cumpridas.

Há algo mais desconcertante, porém. Os comentários feitos pelos agentes penitenciários de Bangu 3 são de que *não existe* o referido *chão de concreto de alta resistência com 80 cm de espessura*. Há uma camada de concreto de dois palmos; e esta camada não está presente em toda a obra. Talvez essa matéria de fato devesse ser objeto de um inquérito civil pelo Ministério Público Federal, pois se o presídio realmente construído não está de acordo com o anunciado na inauguração pode ter ocorrido fraude na execução do projeto.

Por fim, a inauguração de Bangu 3 trouxe um relativo alívio para um sistema penitenciário superlotado. Nessa época, haviam 12 mil detentos em acomodações feitas para 10 mil presos. Nas delegacias estavam cerca de 7 mil presos, sendo que destes, 1.500 já condenados, lá cumpriam penas.³² Uma curiosidade histórica. Segundo relatou um dos diretores de Bangu 3, Dr. Hilário,³³ quando o presídio foi inaugurado, com toda pompa e mídia, em 1997, tinha 28 guardas por plantão diário. “Nem na inauguração se tinha o número de guardas necessário”, disse o diretor.³⁴

28 “Assassinado mais um detento em prisão no Rio”, *Estado de São Paulo*, 14/07/1997. Disponível pela data em: <http://www.estado.estadao.com.br/pesquisa/procura.html>

29 “Obras de Bangu 4 começam em agosto”, *Estado de São Paulo*, 22/07/1997. Disponível pela data em: <http://www.estado.estadao.com.br/pesquisa/procura.html>

30 FHC defende maior uso de penas alternativas: “Não basta construir cadeias”, afirma presidente na inauguração do Bangu 3, com 896 vagas, ontem no Rio. *Folha de São Paulo*, caderno cotidiano, matéria assinada por William França, Mário Moreira e Rogério Simões, 22/07/1997, p. 3 – 5.

31 “Segundo o governo, estão em construção 53 presídios em todo o país e outros 23 estão passando por reformas ou ampliações.” *Idem*.

32 “Prisões à beira da explosão: nem inauguração de uma nova penitenciária deve afastar o risco de rebeliões provocadas pela guerra entre facções criminosas”, *Jornal do Brasil*, caderno Cidade, 13/07/1997, p. 40.

33 Visita realizada em dezembro de 2002.

34 Segundo afirmam os agentes do Desipe o número adequado de guardas para se ter controle efetivo é 35; o mínimo necessário, 30.



A GREVE DE FOME DO COMANDO VERMELHO: A MEDIAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE

A greve de fome começou à zero hora de segunda-feira dia 17 de agosto de 2003, dia seguinte às visitas mais concorridas. Todo o movimento parecia ter sido preparado com grande antecedência, mas precipitado com um dramático evento em Bangu 3.

Na quinta-feira, 14 de agosto, houve uma revista geral. Os presos estavam sob a vigilância do SOE (Serviço de Operações Externas). Quando o superintendente do Sistema Penitenciário, tenente-coronel Cid Souza Sá, que dirigia a operação, foi chamado para ver um *laptop* que havia sido descoberto, a tensão aumentou entre os presos e os agentes do SOE. Cinco detentos foram atingidos por tiros de balas de borracha, pelas costas e de bem perto.³⁵

Nove conselheiros foram a Bangu 3 no segundo dia da greve de fome, 19 de agosto.³⁶ Um defensor público que trabalha na unidade acompanhou o grupo. A visita sempre começa com uma conversa com a direção da unidade penitenciária. Do ponto de vista da direção, essa visita serviria para relaxar a tensão na unidade e para saber quais eram as reivindicações dos presos.³⁷

Era a segunda vez que entrava em Bangu 3. A primeira vez que fiz uma visita foi no dia 4 de dezembro de 2002. Fiquei, então, alarmado com o que vi e ouvi. Somente os muros de sete metros garantiam o presídio contra a fuga. Tomar os guardas com reféns parecia inevitável nas condições existentes. As portas que tinham sido arrancadas na última rebelião ainda estavam encostadas no muro esburacado por balas de rifles. Como se diz no presídio: "As grades são coladas com cuspe". Mas com as rebeliões um dos diretores aprendeu o seguinte: era necessário deixar uma porta permanentemente aberta, com uma escada para o pátio. Quando retorno à sala do diretor me pergunto se alguma vez terei que descer naquela escada.

35 O secretário Astério confirmou que houve feridos, encaminhados ao IML (Instituto Médico-Legal) para a realização de exames. "Vai tudo ser apurado, mas, enquanto eles estão levando tiros de borracha, meus diretores estão levando tiros de chumbo e morrendo", disse ele, em referência aos assassinatos do diretor de Bangu 3, Abel Silvério de Aguiar, há duas semanas, e do chefe de segurança do complexo de Bangu, Paulo Roberto Rocha, em julho. Cf. "Presos ligados ao CV fazem greve de fome; governo corta visitas", *Folha de São Paulo*, 19/08/2003. Disponível em: <http://noticias.bol.com.br/destaques/2003/08/19/ult95u80570.jhtm>

36 Em represália à greve de fome, o secretário Astério, suspendeu as visitas e fechou as cantinas. "Já que é greve de fome, é greve de visita, é greve de tudo", afirmou ele. Por ordem do secretário, as refeições não foram preparadas nas cozinhas dos presídios desde o início da greve. Segundo ele, era uma forma de economizar recursos do estado, já que os presos não estavam comendo. *Idem*.

37 Até esse momento as reivindicações não eram conhecidas da direção do presídio ou da Secretaria de Administração Penitenciária.

O pátio está longe de ser um local seguro. As ratazanas circulam livremente. Em volta do presídio existe uma vala negra. Os guardas nas guaritas merecem o adicional de insalubridade, pois precisam se defender dos mosquitos, e do excessivo calor no verão, e do frio úmido no inverno de Bangu. Durante um jogo de futebol, em que as galerias competem, conversei com um guarda. Perguntei a ele por que os presos não fugiam pelos cerca de dez buracos que existiam no alambrado. Ele olhou para seu fuzil, com alguma dúvida no rosto. Talvez seja mais uma vez por causa do muro que os presos continuam a sonhar em explodir.

Quando entrei na área dos presos, pela primeira vez, fiquei impressionado com uma forte cantoria. “Que calor é esse em volta do altar? É o poder de Deus que está nesse lugar!”. Eram 17 rapazes que se reuniam, de terno e gravata, na sala da “Congregação Evangélica uma luz na prisão”.

Na segunda visita feita para ajudar a encerrar a greve de fome, quando descemos do gabinete do diretor, já encontramos alguns dos líderes do CV. Eram 13 pessoas, sendo seis brancos, cada um representando uma das galerias que estavam ativas.³⁸ Vários eram apenas representantes de galeria. Nenhum preso usava o novo uniforme previsto na regulamentação da Secretaria de Administração Penitenciária.

Os anfitriões rapidamente montam uma roda de cadeiras na sala da “Congregação Evangélica”. Rezo para que desse encontro surja alguma luz para administrar pacificamente a crise prisional. Todos se apresentam. Os presos que estão sentados ao lado das mulheres mantêm uma respeitosa distância. A conversa só começa quando os agentes penitenciários concordam em saírem da área.

Gaúcho abre a conversa. Situa a importância daquele movimento coletivo: “Greve de fome é último caso”. Eram cerca de 7.000 presos organizados naquele dia. Até quando essa mobilização seria pacífica?

Fernando tem nas mãos um manifesto, uma carta contendo reivindicações gerais e um documento de 14 páginas em que, em termos jurídicos, são sustentadas as demandas encaminhadas. Este último texto foi sem dúvida preparado por algum advogado.

Algumas reivindicações são apenas tentativas de tornar direitos efetivos direitos previstos na legislação. Outras demandas vão direto ao cerne da política disciplinadora que vem sendo imposta desde o governo da Benedita da Silva.

O problema de mais difícil encaminhamento era a conflituoso relacionamento do SOE com os presos. Os guardas do SOE se identificam com o BOPE, e às vezes usam até uma inscrição na roupa “Serviço de Operações Especiais”. Mas o SOE não tem a disciplina e preparo que o BOPE, em seus melhores momentos, consegue demonstrar. A hostilidade que os detentos nutrem pelo SOE só é comparável ao receio de serem alvo de maus-tratos. Alguns presos não entram nos veículos do SOE que deveriam conduzi-los para tratamento de saúde, porque temem pela sua integridade física. Em operações de revista, os presos afirmam que seus pertences — como chinelos, CDs de música, tênis — são furtados. Nessas oportunidades as provocações talvez sejam recíprocas. Um dos presos disse na reunião: “Eles estão agitando para ter um problema grave”.

Na revista geral do dia 14 de agosto, segundo o relato dos presos, os agentes do SOE usavam toca ninja. Numa situação de descontrole, sete presos foram alvo de disparos. Os conselheiros pediram para ver os presos. Foram buscá-los nas galerias. Deveriam ser detentos “caídos”, os pobres e subjugados no presídio. Era curioso ainda que fossem sete presos trazidos na ocasião. Nos documentos distribuídos, há referência a cinco presos que foram atingidos por disparos de bala de borracha. A explicação é que somente estes cinco foram para exame médico. Parece que a liderança decidiu fazer pública apenas a denúncia do que podia provar, inclusive com algumas fotos, além dos pareceres médicos. As lesões eram visíveis nos corpos exibidos na reunião.

38 Um das galerias estava desativada porque os presos tinham feito um túnel, conforme se viu anteriormente nesse estudo.

O documento longo foi lido. Lembrava um seminário de faculdade de Direito. Possível título: o uso alternativo do direito pelo CV. A leitura foi bem-feita. O orador só teve alguma dificuldade com os algarismos romanos. Era um pouco desconcertante estar entre criminosos que provavelmente foram condenados por crimes hediondos, e que agora argumentavam firmemente que a lei necessitava ser cumprida.

Era preciso afunilar todas aquelas demandas em uma pequena lista de pontos de negociação. Foi pedido ao coletivo para que se fizesse um resumo do essencial. E com isso os conselheiros retornaram para a sala da direção do presídio.

Foi relatada a conversa e as reivindicações principais para o coletivo de diretores de Bangu 3. Algumas daquelas demandas são "históricas", ou seja, já fazem anos que são apresentadas e reapresentadas porque não são obtidas. Marcelo Freixo já disse até aos presos para deixá-las numa petição padrão para agilizar as negociações.

Os coordenadores de Bangu 3 alertavam os conselheiros para o significado prático de algumas queixas apresentadas na conversa anterior. Por exemplo, em relação ao funcionamento da escola. Os presos reclamavam que havia um funcionário "desestruturado" que criava problemas. Na versão da direção, o agente não era corrupto e estava implantando uma nova política que consistia em impedir o entra e sai das lideranças na sala de aula. No passado a escola tinha virado um ponto de encontro dos líderes. "Agora só vai para a escola quem vai estudar".

Retornamos para a sala da "Congregação Evangélica". O manuscrito final estava pronto. Era possível perceber um certo talento e preparo naqueles bandidos. Em algumas turmas de faculdade de Direito talvez o resultado não fosse tão rápido e pragmático. Eis o texto original, manuscrito pelo coletivo do CV, *sem qualquer correção*.



As reivindicações das unidades em greve de fome:

1. Abuso de poder da (SOE), Serviço de Operações Externas.
Solução: sem espancamento, ofensas morais e tentativas de homicídio e furtos nas revistas das unidades.
2. Alimentação estragada, mal preparada e crua, condicionada em quentinhas.
Solução: que os presos passem a fazer a própria comida ou passe a acompanhar e ajudar na limpeza da cozinha, com a alimentação sendo distribuídas em contêiner.
3. Respeito com os visitantes e familiares.
Solução: sejam melhor atendidas em: confecção das carteiras, entrada agilizada nas unidades, revistas femininas com respeito e que pare as humilhações e pressão psicológicas.
4. Enfermarias adequadas.
Solução: médicos, medicamentos em geral e atendimento emergencial 24 horas, sendo os medicamentos dentro do prazo de validade.
5. Seja cumprido o direito aos materiais: colchões, cobertores, lençóis e materiais de limpeza e higiene.
6. Queremos que enquanto durar a greve de fome, que sejam doados os alimentos de todas as unidades em greve de fome ao projeto Fome Zero, do governo federal, e queremos prova de que estão sendo entregue os alimentos ao referido projeto.
7. Que seja criada uma junta de assistentes sociais para agilizar os processos de liberdade e atendimento aos familiares de todas as unidades.
8. Que sejam apurados os sumiços de todos aparelhos que foram retirados dos internos.
9. Que seja cumprida de imediato a transferência dos internos que ganharam o direito a progressão de regime, e que seja agilizada a liberdade dos internos que já se encontram nos presídios de regime semi-aberto.
10. Nos manteremos em greve de fome até que as autoridades competentes nos dêem a devida atenção mediante as reivindicações acima citadas.

“Nos manteremos em total disciplina aguardando com respeito e humildade, pedindo apenas que a justiça seja feita”

Atenciosamente,

Os 7.000 internos das 10 unidades prisionais em greve de fome.

Nos despedimos e prometemos que os documentos seriam entregues às autoridades do presídio e da Secretaria da Administração Penitenciária, e que o material estaria disponível à imprensa. A rigor, a imprensa não se interessou pelo material. Os jornalistas queriam um resumo do que foi visto e o que eles diziam que queriam.

Na saída conversei com o presidente, um preso chamado Cebola.

— Quanto tempo pode durar a greve de fome?

— Depende das negociações — respondeu.

— E o pessoal agüenta quanto tempo?

— Tem soro. Agüenta bastante.

— E se furar a greve?

— Não vai — fez um gesto que sugeria que o fura-greve morreria.

Na verdade, alguns presos tiveram que pedir seguro, por exemplo no Ary Franco, pois não agüentaram ficar sem comer.

— E o SOE?

— O problema é descontrolado. Enquanto seu Cid estava lá, não teve estresse. Foi quando ele saiu, que tudo aconteceu. Seu Cid é sujeito homem. Pode dizer isso pra ele.

Na prisão a credibilidade é uma das chaves dos relacionamentos e da manutenção da ordem. Por isso, pareceu possível naquele momento haver um desenlace pacífico para o episódio.

A direção coletiva de Bangu 3 estava a postos quando saímos da reunião com os detentos. Os textos foram fotocopiados para todos e foi feita uma leitura. Os diretores se ativeram ao que tinham competência administrativa para encaminhar ou tomar providências imediatas. Foram francos. Certas reivindicações que estavam fora de qualquer cogitação.

O item 2 se referia à má qualidade da comida e encaminhava a proposta de acesso dos presos à cozinha. Segundo os coordenadores, era preciso reconhecer o problema sem aceitar a proposta. De fato, a comida esteve muito ruim nas últimas semanas. Era preciso resolver isso em Bangu 3, pois nas outras unidades que a empresa presta serviços a comida estava boa. Porém, isso não seria resolvido com o retorno dos presos para a cozinha. No passado, a cozinha tinha ficado sob controle dos presos; entrava de tudo por lá. A alternativa era mais fiscalização sobre a qualidade da comida.

Pequenos detalhes revelavam-se pontos importantes nas relações de poder carcerário. Os internos queriam que a comida voltasse a ser servida em contêineres. Os diretores excluíram essa alternativa de imediato. Por um lado, o uso de cubas tornava a entrega da comida mais demorada. “Isso era parte do que os presos querem porque ganham mais tempo para circular”, explicou um dos coordenadores.

Antigamente, a prisão de segurança máxima fechava às 18 horas. Chegou a um ponto que estava trancando às 21 horas. Por outro lado, as cubas eram um veículo para distribuição de drogas; bocas de fumo ambulantes.

Quando o grupo de conselheiros se retirou a avaliação era de que estava aberto o diálogo, e que a própria direção do presídio poderia contemplar em parte algumas reivindicações, sem comprometer aspectos essenciais da segurança e ordem.

Na noite de terça-feira houve um primeiro encontro entre os coordenadores de Bangu 3 e a comissão dos presos. No dia seguinte, foi feita uma reunião pela manhã. De tarde as conversas continuavam quando chega uma ordem do secretário de Administração Penitenciária para mandar 22 presos, que eram efetivamente as lideranças do movimento coletivo, para o presídio Ary Franco, em Água Santa.

Imediatamente o telefone celular do Marcelo Freixo começa a receber telefonemas de presos, inclusive do Gaúcho, que já estava careca em Água Santa. O celular do Marcelo, como ele mesmo diz “tem mais grampo que o varal lá de casa”. Todo mundo sabe disso, principalmente os presos, que nunca se intimidam por esse fato.

Em Água Santa não havia negociação. Era só castigo. Na quinta-feira, a mobilização dos grevistas vai sendo ampliada. De noite, 3 mil presos em delegacias, ligados ao Comando Vermelho, já estavam na greve. A situação tendia a se agravar rapidamente: existiam presos passando mal³⁹ e início de conflitos com os guardas. O SOE faz o recolhimento do açúcar e sal nas celas.

Marcelo Freixo liga para o secretário Astério.

— Por que você não negocia com as demandas que estão dentro da lei? Lê a proposta deles e vê o que você pode fazer. Se a greve de fome chegar ao fim de semana pode ter consequências trágicas.

O secretário foi pegar a lista de reivindicações e voltou ao telefone.

— Tem alguns pontos que é possível atender de alguma maneira.

Os dois conversaram sobre cada item. Por fim, Marcelo perguntou:

— Esses pontos que você concede negociar podem ser levados para o pessoal de Água Santa e reabrir a negociação?

— Pode. Isso pode.

— Vou levar exatamente o que você disse.

A visita ao Ary Franco foi feita com o coordenador do núcleo dos defensores públicos no sistema penitenciário, Dr. Eduardo Gomes. Lá estava o Gaúcho. Começaram a repassar ponto por ponto o que o secretário de Administração Penitenciária havia dito. Ao lado estava Caveirinha, que negociou o fim da rebelião em Bangu, e que para minha surpresa, na reunião da terça-feira, vestia uma camiseta com o retrato de sua mulher e duas filhas.

— Funcionário na ala B! — Os presos gritavam para alertar os demais. É uma rotina da cadeia. Mas esse barulho estava atrapalhando.

Gaúcho berra.

— Pô, não vê que eu estou negociando!

O silêncio era agora total. Era uma liderança que estava mandando.

Cada ponto foi analisado.

— Se esses pontos forem cumpridos a greve acaba — Gaúcho concluiu .

Era o final da conversa. Foi acertado que o coletivo sairia da greve às 13 horas. E que os conselheiros iriam fazer uma reunião com o secretário Astério às 16 horas. Caveirinha agradece ao Marcelo.

— Sua palavra vale mais que uma bala.

— Que isso, Caveirinha?

— Fique tranquilo. Isso é bom.

O grupo de 11 conselheiros estava sendo aguardado pelo secretário de Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos. Abriu-se a reunião com a entrega dos últimos relatórios escritos, referentes às visitas de inspeção do Conselho da Comunidade em unidades prisionais do Rio de Janeiro.⁴⁰

39 As notícias eram de presos passando mal na Casa de Custódia Jorge Santana, Bangu 4 e Bangu 5.

40 Tratavam-se dos relatórios sobre as inspeções realizadas em junho no Presídio Ary Franco e, em julho, no Presídio Milton Dias Moreira. No relatório sobre o Presídio de Água Santa eram relatados casos de maus-tratos de presos. A entrega desse material precedeu à morte do chinês Chan em setembro.

A agenda da reunião começou pelos pontos que poderiam ser alvo de iniciativas e providências administrativas imediatas. Em primeiro lugar veio a agilização do exame criminológico⁴¹ dos presos. Em Bangu 3, demora cerca de 4 meses⁴² para ser concluído devido à carência de *peçoal técnico*,⁴³ em particular assistentes sociais.⁴⁴

É indispensável na análise sistema penitenciário do Rio hoje ser destacada a enorme importância do trabalho de assistência jurídica gratuita aos presos *carentes* realizada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Em agosto de 2003, a Defensoria estava presente em 19 unidades penitenciárias com 33 defensores. No passado, agentes penitenciários cobravam dos presos por inúmeros “serviços jurídicos”. Por esta razão, houve resistência dos agentes à vinda dos defensores. Hoje os defensores acabam atuando em praticamente todas as matérias jurídicas, relativas aos presos e suas famílias. A Defensoria representa hoje a face positiva da atuação do estado no sistema penitenciário, e os defensores que lá atuam recebem notável reconhecimento e respeito da massa carcerária. Por tudo isso, os presos pleiteiam mais defensores, e que o atendimento seja ampliado a todas as unidades do sistema penitenciário, inclusive às Casas de Custódia.⁴⁵

O coordenador do Núcleo da Defensoria Pública no sistema penitenciário, Dr. Eduardo Gomes, fez uma proposta. A Defensoria contribuiria na criação e nas operações de uma “equipe técnica volante de exame criminológico” de caráter emergencial. A proposta foi aceita pelo secretário Astério, que adiantou, que havia conseguido — depois das duas mortes em Bangu⁴⁶ — 250 vagas para concurso para agentes penitenciários. Este número é evidentemente insuficiente, mas é um pequeno avanço.

A questão da alimentação foi o segundo ponto da pauta.⁴⁷ Já estava claro que os presos não voltariam a trabalhar ou ter acesso à cozinha. Então, o controle da qualidade da comida teria que ser feito através da fiscalização. Primeiro, o secretário pediu que o Conselho da Comunidade ajudasse nesse aspecto da fiscalização. Segundo, informou que já estava em andamento um processo de seleção de nutricionistas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Cada nutricionista iria orientar a alimentação em quatro unidades. Terceiro, foi acertado que na segunda-feira, 25 de agosto de 2003, a nutricionista Tuta Massot iria a Bangu 3 para dar uma palestra, dando assim início a um esforço para melhorar a qualidade da comida que, em particular, naquela unidade foi identificada como de baixa qualidade por presos e agentes penitenciários.

41 A Lei nº 7.210, de 11-7-1984 prevê no seu art. 8º, *caput*, que: “O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução”. O exame criminológico deve ser realizado por peritos oficiais, no Centro de Observação (ver art. 96 da Lei nº 7.210). Na falta deste, deve ser realizado pela Comissão Técnica de Classificação (CTC). É o que ocorre no Estado do Rio de Janeiro. Sobre a CTC, ler: art. 6º da Lei nº 7.210 (Lei das Execuções Penais).

42 Depoimento do preso Fernando durante a primeira reunião com o coletivo, dia 19 de agosto. Outro preso citou exemplos em que o exame criminológico demorou seis.

43 Bangu 3 tem em agosto de 2003, 1 médico de clínica geral e duas enfermeiras, além de 2 assistentes sociais.

44 A demora maior, em Bangu 3, é causada — segundo a queixa dos presos — pelos assistentes sociais. É pedido um número maior de assistentes sociais, e também psicólogos e psiquiatras.

45 Nas entrevistas realizadas nas inspeções pelos conselheiros não surgem queixas contra defensores públicos.

46 Era uma referência às execuções sumárias do coordenador de segurança do complexo, e do diretor de Bangu

O terceiro ponto versava sobre o atendimento médico. Foi acertado na reunião que, com a finalidade de avaliar o conjunto de demandas feitas pelos presos e como uma providência imediata, ocorreria uma reunião com um representante da Superintendência Médica na terça-feira, 26 de agosto de 2003. Seria a primeira vez que um evento como esse se daria em Bangu 3.

O quarto ponto era politicamente delicado. Na quarta-feira anterior, durante uma reunião à tarde com os coordenadores de Bangu 3, veio a ordem do secretário Astério para transferir 22 detentos para o Presídio Ary Franco. Eram os principais líderes do CV no presídio, o que incluía, portanto, traficantes como o Tuchinha e o Polegar. Não cabia aos conselheiros comentar este encaminhamento disciplinar, apesar de ter sido uma iniciativa que, de certa maneira, desautorizou as negociações dos dois mais importantes coordenadores, que foram pegos de surpresa.

O secretário comentou que colocou as lideranças no castigo para intimidá-las e acelerar as negociações. Mas os fatos revelam que essa avaliação não era realista. Após a chegada dos líderes no Ary Franco, foi ordenada uma ampliação da greve: entraram no movimento mais 3.000 presos nas delegacias.⁴⁸ Houve, ao contrário do que a autoridade antecipara, uma *escalada* na mobilização.

O secretário afirmou que a sanção aos 22 líderes seria a mínima prevista no regulamento disciplinar — *dez dias* — e que todos voltariam para Bangu 3, porque o movimento grevista foi pacífico e o acordo que estava sendo feito para terminá-lo tinha total amparo legal.

O quinto ponto em pauta era sobre como as resoluções disciplinadoras da Secretaria estavam sendo interpretadas e aplicadas pelos guardas penitenciários. De acordo com os presos, os guardas na revista proibiam que os visitantes usassem roupas, inclusive calcinhas, vermelhas.⁴⁹ Isto estava gerando um comércio de roupas nas portas dos presídios. Um dos presos, Fábio, resumiu na reunião de terça-feira a queixa: “Preso transformou-se em produto que dá lucro”.

Vermelho é a cor que simboliza o Comando. Por isso, está proibida de ser usada pelos presos. Mas, comentou o secretário Astério, os parentes estão fora do alcance da resolução disciplinadora.

— Essa é a portaria feita pelo guarda da revista.

Dito isso pelo secretário, foi acertado que cópias das *resoluções da SEAP* seriam enviadas para a Defensoria Pública e para o Conselho da Comunidade.⁵⁰ Às unidades do sistema penitenciário seriam também enviadas cópias que ficariam expostas com a finalidade de dar publicidade de seu conteúdo a todos os interessados.

O último ponto de pauta era o mais tormentoso: disciplinar a atuação do Serviço de Operações Externas (SOE).

— Não se trata de acabar com o SOE — inicia Marcelo Freixo. Mas até os agentes penitenciários dizem que “o SOE está exagerando”.

— De onde vem a violência: de *todo* o SOE ou de alguns guardas do SOE? — pergunta o subsecretário Aldney Peixoto.

48 As mais importantes delegacias são as Polinters.

49 Foram feitas denúncias de que alguns guardas implicavam até com unhas vermelhas.

50 As cópias das resoluções foram enviadas para o Conselho da Comunidade e todos os conselheiros puderem ter acesso a elas. Cf. Ofício nº 672 / GAB/SEAP/03, datado:1/09/2003.



As lideranças que foram ouvidas em Bangu 3 afirmavam que faltava ao SOE comando e disciplina. Foram narrados alguns episódios de maus-tratos aos presos na reunião, sendo citados casos ocorridos em Bangu 2 e 5. Foi relatada a revista geral feita em Bangu 3, dia 14 de agosto, em que os presos agachados receberam tiros com balas de borracha de perto e na parte posterior do corpo. Foi mencionado que os guardas do SOE usavam toca ninja.

— Aí, eles se equiparam aos bandidos — disse o secretário.

Os conselheiros apresentaram algumas alternativas. A primeira seria o *acompanhamento externo*, pelo menos a curto prazo, principalmente nas revistas. Foi proposto que um defensor público e um conselheiro ficariam ao lado do coordenador de segurança observando os presos e monitorando o comportamento do SOE.

O secretário rejeitou esta alternativa.

— Nas condições atuais, isso envolveria um problema de segurança pessoal para o defensor e o conselheiro. A Secretaria não poderia autorizar esta participação porque seria responsável pela integridade física dessas pessoas.

Depois de alguma conversa foi acordado *na situação emergencial presente*, o seguinte. A Defensoria Pública e o Conselho da Comunidade seriam avisados de maneira a poder *logo após a realização das revistas* estar presentes nas penitenciárias.

A segunda alternativa apresentada pelos conselheiros era a imediata regulamentação da atuação do SOE. Atualmente suas atividades não estão definidas, o que favorece o entendimento dos guardas de que o SOE é o “BOPE do sistema penitenciário”, que poderia ser chamado para missões “especiais”. O secretário concordou que a regulamentação sugerida é uma prioridade. Foi também dito pelos conselheiros que era urgente uma preparação profissionalizante dos guardas do SOE. O secretário também concordou.

Por fim, os conselheiros voltaram a afirmar que os guardas precisavam ser identificados de alguma maneira. O secretário mencionou que estava querendo impor algum tipo de crachá de acesso para todos os servidores. Ficou, portanto, firmado que alguma forma de identificação do guarda do SOE seria criada.

Foi por último, indicado um conselheiro para redigir uma ata daquela reunião. Este documento seria enviado para a Secretaria de Administração Penitenciária no início da semana seguinte.⁵¹ Na terça-feira um grupo de conselheiros iria de novo a Bangu 3 para acompanhar a reunião do representante da Superintendência de Saúde com os presos.

51 Esta ata foi preparada pelo conselheiro Cesar Caldeira, e enviada à Secretaria de Administração Penitenciária através do subsecretário coronel Francisco Spargoli na terça-feira seguinte.

Terça-feira 26 de agosto: de volta a Bangu 3

Os conselheiros chegaram à Bangu 3 por volta das 11 horas. Estavam nos esperando, na sala da direção, o representante da Superintendência Médica e dois coordenadores do presídio. Perguntamos como tinha sido a visita da nutricionista Tutu Massot no dia anterior, e sua conversa com os presos sobre a alimentação. Os diretores não sabiam nada sobre a vinda da nutricionista, que afinal também não compareceu.

Os conselheiros se entreolharam desconcertados. Pensei que estava se aproximando a minha oportunidade de descer pela saída de emergência situada na sala ao lado para o pátio e ir embora antes que o presídio “berimbolesse”⁵².

O fato é que na terça-feira, depois de três dias do acordo firmado entre o secretário de Administração Penitenciária e a comissão da greve de fome, os dirigentes de Bangu 3 — centro operacional do CV — ainda não tinham recebido informações sobre o que havia sido negociado para se obter o fim do movimento coletivo. Aliás, no decorrer do dia verificamos que as diretrizes sobre o quê fazer após do fim da greve não chegaram às autoridades do complexo de Bangu. Os conselheiros ficaram genuinamente alarmados, pois, *no mínimo*, esta ausência de comunicação oficial tornava a própria administração prisional vulnerável.

Entreguei duas cópias da Ata da Reunião do Conselho da Comunidade ao secretário de Administração para os coordenadores de Bangu 3. Fiz o comentário que compreendia perfeitamente que eles aguardassem orientação administrativa específica sobre como proceder, mas que os pontos básicos do acordo que pôs fim à greve de fome estavam ali no texto.

Os presos de Bangu 3 já haviam, por exemplo, pedido que se fizesse uma reunião com os coordenadores. Porém, as autoridades cautelosamente resolveram adiar o encontro pois não tinham diretrizes oficiais sobre o que havia mudado, ou não, desde o início da greve. Entre todos nós ficou a imediata sensação de que se o que fora acordado para findar a greve de fome não fosse cumprido, o Conselho da Comunidade perderia a credibilidade para futuras mediações.

Os coordenadores presentes examinaram os pontos mencionados na ata. Um comentário foi assustador: 80% dos presos⁵³ que trabalham em Bangu 3, não foram classificados pela CTC. Por isso, esse trabalho não vale para a remição da pena. Dá para imaginar a revolta que ocorrerá quando esses presos se derem conta disso. Pensei de novo na escada de ferro e da saída de emergência sempre aberta para o pátio.

Mas a irracionalidade administrativa deve ter uma lógica que nos escapava. Haviam sido adquiridas três ambulâncias da marca Renault. Estavam novas, porém só levam três pessoas: o motorista, o preso e o médico, que deve acompanhar o preso. É claro: ficou fora desse veículo a indispensável escolta. Por isso, para se levar um preso para uma hemodiálise ficam imobilizados a ambulância, e também o carro de escolta do SOE, enquanto durar o tratamento. Por que não se comprou um veículo que coubesse inclusive a escolta do SOE?

Conversando com o coletivo

Fomos conversar com os presos, na sala onde estão os brinquedos de crianças. Dessa vez, no início da reunião estavam presentes 11 representantes das galerias, dos quais 10 eram brancos. Mais tarde, veio um segundo representante negro, e a comissão prosseguiu os trabalhos com 12 representantes dos presos. Logo que sentamos, foi providenciado cafezinho para todos os conselheiros. Era notável, no entanto, que os líderes da cadeia não estavam presentes. Havia barulho vindo das galerias. Um dos participantes da reunião saiu para mandar diminuir o volume das vozes. Diminuí um pouco e depois aumentou de novo. Isto certamente não ocorreria se fosse o Cebolinha, o Gaúcho ou o Caveirinha que ordenassem silêncio nas galerias; eles têm poder de fogo.

52 Gíria carcerária. “Berimbolar” significa entrar numa situação caótica.

53 Ao todo 80 presos trabalham em Bangu 3, contando inclusive os que “pagam” a cozinha (entregam a comida).

No início do encontro, apresentou-se o acordo feito na reunião na Secretaria de Administração Penitenciária. O relato foi cauteloso para não criar expectativas. Foi enfatizado que a nutricionista viria naquela semana, que haveria uma “CTC” volante em breve no presídio, e que as resoluções da SEAP seriam exibidas em local acessível a todos.

Afinal, a conversa chegou à questão da atuação do SOE. Foi relatado que haveria alguma forma de identificação dos guardas e que se evitaria o contato direto desses com os presos. Dois comentários vieram imediatamente, a respeito da possibilidade de se identificar o guarda:

— Bom, assim vai ser possível identificar o guarda quando houver excesso — disse Jorge, um dos líderes que conduzia a reunião.

— Inibe — concluiu o professor. — Evitar contato também é bom, porque o SOE instiga a gente.

Um preso trouxe uma quentinha e ofereceu ao Marcelo Freixo para abrir e experimentar. Ele provou; estava OK.

A conversa dos presos com o representante da Superintendência Médica, Souza, foi realizada num tom respeitoso. Principalmente, ouviu-se as queixas com paciência. Na discussão sobre como facilitar a comunicação entre os presos e os médicos, surgiu a proposta de se colocar uma caixa fechada na qual o preso faria seu pedido de atendimento e que o médico teria acesso direto.

Quando o diálogo já estava até bem-humorado. Souza mencionou que parte das deficiências do atendimento era devido aos internos terem depredado a sala da enfermaria na rebelião de 2001. O protesto foi imediato e quase em uníssono.

— Nós não quebramos a enfermaria! Foram os guardas que fizeram isso: destruíram a sala nova do dentista e rasgaram prontuários. E um compressor foi roubado por um funcionário.

Marcelo Freixo, que permaneceu em Bangu 3 negociando o fim daquela rebelião, confirmou a versão dos presos: a sala do Serviço Social, a Escola e o equipamento de Saúde tinham sido destruídos no dia seguinte à rebelião.

Nos despedimos e voltamos para a sala da direção.

Todos os coordenadores de Bangu 3 estavam agora presentes, e tinham recebido cópias da Ata da Reunião realizada na SEAP. O subsecretário-adjunto de unidades prisionais, Francisco Spargoli, prometeu entregar uma cópia assinada para o secretário Astério naquela tarde.

Passamos pela sala do médico para verificar como estava a situação dos remédios. Havia pouca variedade de remédios, mas dentre estes apenas um estava com a validade vencida em um mês.

Perguntei sobre o atendimento médico durante a greve de fome. Até a quarta-feira, os presos haviam se recusado a comparecer ao médico. Curiosa tática grevista: a fim de se obter direitos se abdica ao exercício de direitos. Na quinta-feira foram atendidos 25 presos. Na sexta, foram 60 atendimentos. Na tarde desse dia a greve foi encerrada com a negociação.

Quando o grupo de conselheiros voltava de Bangu a avaliação geral era de que o diálogo havia prevalecido para pôr fim à greve pacífica de fome. Uma governança prisional, que incluísse a efetivação dos direitos e a afirmação dos deveres legais, era possível na construção de uma ordem em Bangu 3. Porém seria indispensável o monitoramento e fiscalização constante para que sucessos episódicos virassem recursos para superar o déficit institucional e material constatado.

O “CÁRCERE DURO” COMO ESTRATÉGIA DISCIPLINADORA E A MOBILIZAÇÃO CONTESTADORA DO COMANDO VERMELHO

A estratégia de negociação adotada pelo Conselho da Comunidade para obter o fim da greve de fome do Comando Vermelho excluiu a discussão sobre a política do “cárcere duro”, principalmente por duas razões. Primeira: o Conselho tentou concentrar a discussão em torno de providências *administrativas* que pudessem ser tomadas de imediato e que tivessem amplo amparo legal. Segunda: o campo da disputa sobre o teor da regulação da política do “cárcere duro” é tipicamente de *advocacia* dos presos. O Conselho, conforme seu nome e mandato legal indicam, representam os interesses da *comunidade* da Comarca do Rio de Janeiro: *não é um Conselho de defesa da “comunidade carcerária”*.

Em visita à Vara de Execuções Penais,⁵⁴ a juíza Ana Paula Barros comentou que não existiam, por exemplo, mandados de segurança impetrados contra a aplicação da regulamentação disciplinar do RDES, e demais resoluções impostas desde o governo Benedita. Ou seja: os presos ligados ao Comando Vermelho não optaram pela via judicial para contestar a nova regulamentação.⁵⁵

O Comando Vermelho na abertura das conversas com o Conselho da Comunidade, no dia 19 de agosto, entregou dois documentos fotocopiados que tratam e contestam diretamente as resoluções disciplinadoras. Estes dois documentos são provavelmente anteriores à greve de fome: não são datados nem fazem referência à greve.⁵⁶

O primeiro texto é um “manifesto” dirigido ao “presidente da República, ministros, governador de estado, senadores, deputados, autoridades judiciárias e à sociedade”. O teor do “manifesto” do CV é de repúdio à política de endurecimento na política prisional, que é contraposta às políticas sociais como a da Fome Zero, do governo Lula. Segue a transcrição *literal* da primeira página do manifesto⁵⁷:

Julga-se por bem esclarecer também que o movimento da lei e da ordem separa a sociedade em dois grupos:

O primeiro, composto de pessoas da sociedade livre, que aclama proteção legal; e o segundo, de pessoas da sociedade presa, às quais se endereçam a rudeza e severidade da lei.

O que está acontecendo no Brasil, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, é o seguinte: “criou-se a idéia de que através de leis rígidas e punições cruéis pode-se resolver todos os males que afligem a sociedade livre”. Os meios de comunicação (a mídia) manipulados pelos lobistas dos setores públicos e privados, têm tido grande influência. Como a violência atrai público, aumentando audiência e vendendo jornais, dá-se enorme publicidade aos crimes.

A insistência do noticiário, manipulada por esses lobistas, cria a síndrome da vitimização. Daí a sociedade brasileira passa a crer que a qualquer momento poderá ser a próxima vítima, gerando assim A FALSA IDÉIA DA URGENTE NECES-SIDADE:

- de promulgar-se leis rígidas;
- de projetar alambrado em torno do complexo de Bangu;
- de se elaborar e executar plano de ação integrada entre Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Federal e Estadual;
- de se contratar 500 agentes penitenciários federais;
- de se construir presídios federais de segurança máxima;
- de se transferir para a esfera federal as penitenciárias de Bangu 1 e Bangu 3;
- de submeter os presos dessas unidades às punições rígidas, cruéis, estabelecidas pelo novo regime disciplinar especial (RDES), aliás em total afronta aos princípios dos direitos humanos.

E de outras medidas que, para tanto, a União se compromete, só de início, desembolsar R\$ 40 milhões em nome da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, quantia esta que deveria ser aplicada na Política de Ação Social, Programa Fome Zero e na efetiva ressocialização dos apenados. Falta à sociedade saber que futuramente os efeitos maléficos dessa conivente política de segurança se refletirá sobre ela.

54 Dia 17 de setembro de 2003, houve uma audiência com cinco conselheiros e a nova juíza Dra. Ana Paula Barros. Na ocasião foram entregues um conjunto de relatórios de visitas realizadas pelo Conselho à juíza.

55 Não há também notícia de contestação da regulamentação das resoluções, em particular da RDES, na Seção Criminal do

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até agosto de 2003. Toda a documentação desta greve está com o autor do estudo presente.

56 Um manifesto público dos grevistas também foi entregue. Tem data: 17 de agosto de 2003.

57 Este manifesto tem sete páginas digitalizadas.

O texto do Comando Vermelho afirma que o RDES seria aplicado a Bangu 1 e Bangu 3. No entanto, o RDES é atualmente aplicado⁵⁸ apenas em uma galeria de Bangu 1. Aparentemente, as lideranças do CV temeram que o RDES viesse a ser executada também em Bangu 3.

O segundo documento do CV é uma petição de 14 páginas. Na primeira página já afirma “a ilegalidade das severas restrições de direitos autorizadas pelo novo Regulamento Disciplinar Especial de Segurança em Bangu 1”. A reivindicação relativa ao assunto está presente no item 6 do documento:⁵⁹

Seja recomendada à Secretaria de Administração Penitenciária atenuação das rígidas sanções disciplinares impostas aos nossos companheiros de Bangu 1 pelo novo Regulamento Disciplinar Especial de Segurança (RDES), vez que as restrições de direito contidas no referido regulamento destoam dos princípios gerais do direito, do ordenamento jurídico moderno, dos objetivos essenciais da execução penal, como também atropelam princípios basilares consagrados pela Constituição Federal, especificamente contra o artigo 5º, inciso III, do diploma maior, artigo 58, LEP, artigo 3º da Resolução Federal número 14, de 11/11/94 (CNPCP), artigos 55, incisos I, II, III, IV e 56, inciso III, do RPERJ (Dec- Lei 8.887/96). Por isso mesmo, os rígidos tratamentos autorizados pelo Regulamento Disciplinar em questão são desprovidos de razoabilidade e, por suas características degradantes e retributivas, não vislumbram qualquer intuito ressocializador almejado pela sociedade.

Os cânones da Execução Penal enfoca o preso indisciplinado como pessoa de direito e não como objeto de sanção. Sabemos que todos os procedimentos estão sujeitos a desvios ou excessos, mas sabemos também que todas as portarias e regulamentos, de âmbito penitenciário, devem submeter-se conforme os rigores do princípio da legalidade, os excessos e desvios no curso da execução penal caracterizam fenômenos aberrantes, não só sob a perspectiva individualista do nosso estado jurídico.

Daí que a normalidade do processo de execução penal é uma exigência a que não se pode transgredir. Havendo-se considerar ainda, que não existem razões sérias e objetivas que justifiquem a imposição a título de castigo ou periculosidade, tratamentos tão perversos. Havendo-se entender também que não se pode confundir “*ordem pública com sensacionalismo ou estardalhaços provocados pela imprensa*” pelo que se ensejou a decretação do famigerado RDES, aliás eivado de inconstitucionalidades, devendo, por isso, ser revogado por questão de lógica e de humanidade. Com certeza, falece de interesse da sociedade a conservação do referido regulamento disciplinar que só embrutece, descaracteriza e que reproduz em nossos companheiros de Bangu 1 a incerteza e a revolta.

58 A Resolução SEAP/GAB nº 8, de 7 de março de 2003, indica no seu artigo 7º: “Será realizada, em caráter provisório, a galeria “A” da Unidade Prisional Laércio Pellegrino, para cumprimento das sanções previstas na presente Resolução”.

59 Esta é uma transcrição literal que mantém os negritos postos no texto original. Todos os erros presentes texto original foram preservados.



O material divulgado pelo Comando Vermelho ecoa, *com objetivos diversos*, a discussão do “Movimento Antiterror”, que também repudia a legislação fundada no “pânico”. Este grupo⁶⁰ lançou um manifesto e divulgou uma Carta de Princípios.⁶¹ Numa de suas passagens mais expressivas, a Carta de Princípios afirma:

A tendência do Congresso Nacional em editar uma *legislação de pânico* para enfrentar o surto da violência e a criminalidade organizada, caracterizada pelo arbitrário aumento da pena de prisão e o isolamento diuturno de alguns condenados perigosos durante dois anos — além de outras propostas fundadas na *aritmética do cárcere* — revelam a ilusão de combater a gravidade do delito com a exasperação das penas. Nesse panorama em que a emoção supera a razão do legislador, recrudescer o discurso político e se aviventam os rumos na direção de um *direito penal do terror*. Os apóstolos dessa ideologia, que considera o delinqüente um inimigo interno e socialmente irre recuperável, não estão vendo a multiplicação dos crimes hediondos (homicídio qualificado, seqüestro relâmpago ou duradouro, estupro e atentado violento ao pudor, latrocínio, roubo, tráfico de drogas etc.) e a repetição cotidiana das chacinas em bairros e periferias de grandes cidades, apesar da severidade da lei penal ao tratar dos chamados

crimes hediondos. Não percebem ou fingem não perceber que o crime organizado tem seus vasos comunicantes com a desorganização do Estado e com o processo desenfreado de corrupção dele resultante. Ignoram que a lei penal — por si só — jamais irá dismantelar esse *estado paralelo* que afronta à autoridade pública e intimida a população civil condenada a ficar no meio dos beligerantes (policiais e traficantes), desviando-se das “balas perdidas”, essa enganosa expressão, um eufemismo do cotidiano que mascara o anonimato e dilui a responsabilidade criminal. Suprimem do debate lúcido e da reflexão social a verdade elementar de que a violência e o crime devem ser enfrentados pela conjugação de esforços das *instâncias formais* (lei, polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, instituições, órgãos e estabelecimentos penais) e das *instâncias materiais* (família, escola, associações, universidade etc.) e para as quais devem convergir sentimentos e valores como a ética e a educação.

As linhas paralelas da violência descontrolada e do crime organizado são frutos da omissão, incompetência e corrupção dos poderes públicos de todos os níveis. Essa *guerra civil em miniatura* deflagrada nos sítios do Rio de Janeiro traduz, com suas incontáveis vítimas, a *crônica de mortes anunciadas*, parafraseando a história antológica de Gabriel García Marques.

60 Esta corrente de opinião é composta por advogados criminalistas, professores de Direito Penal e de Direito Processual Penal, defensores públicos, membros do Ministério Público, magistrados e cidadãos. Confira o *Manifesto Antiterror* e a *Carta de Princípios do Movimento*, que eram apoiados por 16 entidades e cerca de 300 operadores do Direito em junho de 2003, no site do IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais): www.ibccrim.org.br. A Carta de Princípios foi lançada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no dia 20 de maio de 2003.

61 “As reações iniciais dessa corrente surgiram com o Projeto de Lei nº 5.073/01 e o seu substitutivo que, modificando a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), elimina o exame criminológico para orientar o juiz quanto a benefícios no cumprimento

da pena privativa de liberdade e institui o Regime Disciplinar Diferenciado para submeter determinados presidiários ao isolamento celular diuturno até 720 dias (dois anos), no interesse da segurança máxima do estabelecimento penal e do combate às organizações criminosas. Esse substituto, cuidando do interrogatório do preso na unidade onde se encontra, tem como pretexto a supressão de despesas e a eliminação de riscos à segurança pública com o transporte dos réus ao fórum. Uma emenda alterou a proposta original para introduzir o interrogatório *on line*.” Trecho da Carta de Princípios do Movimento Antiterror. Esta Carta de Princípios propõe, por fim, como alternativa, um conjunto de 14 medidas listadas anteriormente por uma comissão coordenada por Miguel Reale Júnior, durante a gestão do ministro da Justiça José Carlos Dias.

“O MEDO É UMA PRISÃO QUE VEM DE TODOS OS LADOS.”

GUIMARÃES ROSA

Enquanto escrevia este artigo no sábado, dia de 13 de setembro, podia ouvir do escritório o som animado do “Choro na Feira” na Rua General Glicério⁶² e o estampido das balas disparadas no morro Dona Marta. Os tiroteios têm sido intensos nos últimos dias *mesmo pela manhã e de tarde*. Esta mudança no horário é uma novidade na minha vizinhança.

As mudanças ocorrem sempre. Difícil é diagnosticar seu significado. O secretário de Direitos Humanos, João Luiz Duboc Pinaud, após narrar o episódio da rebelião em Bangu 3, em que entrou no presídio em novembro de 2001, para negociar a liberar os reféns, refletiu em público: “Isto não seria mais possível nos dias de hoje”.⁶³

A cultura humanista e solidária, típica do Estado Social e Democrático de Direito, que ainda está presente nos dispositivos da Constituição de 1988 e na Lei das Execuções Penais de 1984, não conta mais com o apoio da opinião “pública” construída pelos meios de comunicação de massa. A intimidação orquestrada pelos narcotraficantes e o medo social gerado pela violência urbana favorecem a difusão da “cultura do controle”⁶⁴ no Rio de Janeiro, e em outras metrópoles.

Esta “cultura do controle” que se difunde desde a década de setenta tem algumas características já identificadas na literatura criminológica.⁶⁵ Há um declínio do ideal de reabilitação do criminoso, um dos pontos centrais do paradigma da política penitenciária anterior. Quando é abandonado o objetivo de ressocialização do preso, de fato, um conjunto de premissas, valores e práticas institucionais perdem sua função. Ocorre a reemergência das sanções de caráter punitivo severo e da justiça expressiva. A política criminal adquire um tom emocional, em particular ao buscar amparar a vítima. Volta ao centro da atenção dos tomadores de decisão a preocupação com a proteção do público. A prisão é reavaliada, e acolhida como um instrumento que funciona — não para produzir reforma ou reabilitação do preso — mas para puni-lo e incapacitá-lo de acordo com a demanda crescente de castigos. O pensamento criminológico também recebe novo foco. Não é mais o criminoso individual ou a criminalidade que é o objeto da investigação; agora o foco está no acontecimento delituoso. Por isso, as tarefas práticas são dirigidas para diminuir as oportunidades de delito e as erradicar as condições criminógenas. Dá-se uma expansão da infra-estrutura da prevenção do delito, e enfatiza-se a segurança cidadã. Tornam-se menos precisas as determinações da responsabilidade do setor público na área da segurança; a segurança privada expande-se enormemente. Novos estilos de gerenciamento e práticas de trabalho são inculcados em policiais e agentes penitenciários. Como o objetivo de reabilitação do preso foi abandonado, resta aos agentes penitenciários, como tarefa prioritária, manter sob segura custódia os internos para a proteção da sociedade. Por fim, como essa “cultura do controle” não oferece alternativa de reinserção econômica e social do egresso do sistema prisional, o campo de controle penal fica marcado permanentemente por uma situação de crise.

62 “Choro na Feira” é um excelente grupo de instrumentistas que toca todo sábado a partir das 13 horas na pracinha. A Rua General Glicério fica situada em Laranjeiras, zona sul do Rio.

63 Depoimento gravado do secretário João Luiz Duboc Pinaud, no dia 26 de maio de 2003, na Universidade Cândido Mendes – Ipanema.

64 A expressão é retirada da obra de David Garland. Ler: GARLAND, David. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

65 Resumem-se aqui pontos da obra de David Garland. Cf. op. supra. cit. p. 6-20.

No Rio de Janeiro de hoje, traços da “cultura do controle” condicionam as reações das autoridades da área de segurança pública, que disseminam por todo o sistema de controle penal este conjunto de discursos e práticas. Existem, porém, problemas e resistências a esse projeto.

As resoluções dos secretários estaduais que impuseram a política do “cárcere duro” para os líderes do CV permanecerão vigentes, até que provavelmente o Congresso Nacional, num futuro próximo, dê um embasamento legal para as providências já tomadas desde o governo Benedita. A validade jurídica dessas medidas poderão ser questionadas judicialmente no Rio. No entanto, a ação conjunta das autoridades fluminenses e do governo federal para evitar a transferência de Fernandinho Beira-Mar, que cumpre pena no presídio Artur Bernardes, para o Bangu 1, indica que há um consenso que a certos delinquentes deve-se impor o regime de “cárcere duro”.⁶⁶

Mas é justo neste ponto que se revela um grave problema. No sistema penitenciário fluminense, efetividade desta *política de castigo* seria, no mínimo, limitada pelo déficit institucional e pela corrupção existente, como evidenciou o episódio de 11 de setembro em Bangu 1. Haveria, portanto, a versão carioca: “cárcere duro” sem vigilância máxima.

Mudanças positivas foram evidenciadas ao longo do episódio da greve de fome do Comando Vermelho. Primeira: a participação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro cuja assistência jurídica ao preso carente constitui a linha de frente do Estado de Direito no sistema penitenciário.

Segunda: a mediação realizada por um ator institucional bastante complexo: o Conselho da Comunidade da Comarca do Rio de Janeiro. Seu sucesso na mediação da greve de fome já é resultado de um processo de aprendizagem de alguns conselheiros que, ao longo dos últimos anos, vêm cooperando na resolução pacífica de situações de rebelião de presos em que existem reféns. As constantes visitas às unidades carcerárias⁶⁷ trouxe para o grupo informações, contatos — com autoridades, agentes penitenciários e presos — e, principalmente, credibilidade. O Conselho da Comunidade funciona como uma rede de várias entidades da sociedade civil⁶⁸, e órgãos do estado que operam no sistema penitenciário. Na assembléia mensal são dados informes, discutidos os relatórios das visitas, e programadas as próximas atividades.⁶⁹ A imprensa mantém contato permanente com o presidente do Conselho em momentos de crise no sistema carcerário.⁷⁰

- 66 “Juiz autoriza a volta de Beira-Mar para o Rio: secretário de Administração Penitenciária do estado diz que vai recorrer porque não aceita a transferência do preso”, *O Globo*, caderno Rio, 2/09/2003, p. 21. Ler ainda: “Rosinha recorrerá ao STJ contra a medida: ministro Márcio Thomaz Bastos diz que decisão de juiz paulista foi um equívoco”, *O Globo*, caderno Rio, 3/09/2003, p. 12.
- 67 Em média são feitas duas visitas por mês. No entanto, conforme o relato da greve de fome, em situações de crise essa média aumenta muito. Em contraste, o Conselho Penitenciário no passado recente esteve muito ausente dos cárceres. Inspeções carcerárias realizadas pelo Conselho Penitenciário no período 1999-2002, total: dez. Sendo uma inspeção carcerária feita em 1999, sete realizadas em 2000; duas em 2001, e nenhuma inspeção em 2002. Em 2003 foram feitas duas inspeções: uma em janeiro e outra em agosto. Para obter estatísticas do Conselho, ver: <http://www.desipe.rj.gov.br/conspenitenciario/estatistica.htm> Em setembro de 2003 findou a gestão do presidente Orquínio de Oliveira. A nova composição do Conselho Penitenciário será presidida por Augusto Thompson.
- 68 Organizações não-governamentais como Justiça Global, Tortura Nunca Mais, entre várias outras. Universidades estão representadas como a UNIRIO e a UERJ. A OAB está também presente.
- 69 Uma das questões cruciais hoje no Conselho da Comunidade é obter uma base administrativa mínima para funcionar, como uma secretaria num escritório próprio para contatos. Atualmente o Conselho funciona na Avenida Erasmo Braga, 118, 7º andar, onde está situado o Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRESS).
- 70 Enquanto preparava este estudo eclodiu pelo menos uma nova crise a partir da morte do comerciante chinês, naturalizado brasileiro, Chan Kim Chang. Ler: “Morre comerciante chinês espancada na prisão: secretário de Direitos Humanos confirma agressão, mostra fotos e diz que a secretaria está sendo ameaçada”, *O Globo*, 2ª ed., caderno Rio, 5/09/2003, p. 17. O Conselho da Comunidade havia previamente entregue ao secretário de Administração Penitenciária, dois relatórios sobre o Presídio Ary Franco em que constavam denúncias de prática de tortura de detentos. Ler: “Conselho alertou duas vezes sobre torturas: Governo do Rio já sabia desde abril sobre violação de direitos na penitenciária onde comerciante foi agredido”, *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 8/09/2003, p. C3; “Afastado o vice-diretor do Ary Franco: secretário de Administração Penitenciária estuda devassa em presídio”, *O Globo*, 2ª ed., caderno Rio, 7/09/2003, p. 21.



O presente estudo documenta o complexo processo decisório na política penitenciária, assinalando em particular as práticas de *governança*.⁷¹ A mediação do Conselho da Comunidade na greve de fome dos presos do CV foi uma intervenção bem-sucedida, a partir de várias perspectivas.

Primeira: da perspectiva da *legitimidade e da participação*, houve uma ação em que vários atores institucionais, desde o secretário de Administração Penitenciária e os gestores do presídio Bangu 3 até os internos que compunham a Comissão de Greve entabularam negociações sobre providências administrativas que tinham amparo legal. O acordo para terminar a greve foi feito a partir das reivindicações mais restritas e percebidas como legítimas por todos os participantes do processo.

Segunda: da perspectiva da *direção estratégica do processo*, houve sucesso à medida que a ordem construída foi afirmativa somente de direitos reconhecidos formalmente. A complexidade da situação foi analisada coletivamente e somente o que era razoável e legítimo foi alvo das conversas. Esta orientação estratégica manteve-se atenta ao contexto e ao grau de crise existente.

Terceira: da perspectiva da *execução do acordo e da responsabilização* das partes envolvidas, houve falhas. A eficácia e a eficiência dos arranjos negociados ficaram parcialmente comprometidas pela falta de comunicação adequada entre a Secretaria de Administração Penitenciária e os gestores do Presídio Bangu 3. É uma falha grave a não comunicação imediata das diretrizes adotadas para pôr fim à greve de fome na sexta-feira aos coordenadores do complexo de Bangu. A ausência da nutricionista na segunda-feira também evidencia problemas de gestão. Quanto à transparência que deve orientar as relações entre as autoridades administrativas, houve também um grave equívoco. Os coordenadores de Bangu 3 que iniciaram as negociações com os presos foram desautorizados, e certamente ficaram afetados em sua credibilidade, quanto uma ordem da Secretaria de Administração Penitenciária conduziu 22 lideranças para o castigo no Presídio Ary Franco.

Por último, da perspectiva da *realização da equidade*, a mediação foi bastante proveitosa. Naquelas esferas em que o estado tem eficiência (serviços jurídicos e médicos), conseguiu-se avançar com encaminhamentos de políticas concretas para os problemas apresentados.

71 *Governança* diz respeito às interações entre estruturas, processos e tradições que determinam *como* o poder e as responsabilidades são exercidas, *como* as decisões são tomadas e *como* os cidadãos influenciam estas decisões. É uma noção ligada ao exercício do poder, suas relações e a responsabilização (accountability) daqueles que decidem. No presente estudo o foco de atenção está na interação entre múltiplos atores governamentais e outros não-governamentais. "Governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições". Cf. *Nossa Comunidade Global: O relatório da Comissão sobre Governança Global*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 2.

Revela-se, ainda, neste estudo de caso o déficit institucional⁷² do sistema penitenciário. As carências são tantas e de tal vulto que o próprio secretário de Administração Penitenciária solicitou em caráter emergencial, sem licitação⁷³, verbas para construção de presídios.⁷⁴

Por último, fica a indagação por que o Comando Vermelho decidiu comandar uma greve de fome *pacífica* de dentro de Bangu 3, um presídio que já havia sido alvo de duas importantes rebeliões armadas? A greve de fome foi um ensaio geral. A liderança pode verificar o alcance do seu controle, inclusive demonstrando a disciplina de seus soldados face à fome. Disseminou dentro do sistema carcerário suas orientações.

Nada disso é por acaso ou novo. O CV tem uma tradição de greve de fome, desde a Ilha Grande. Devido ao número enorme de jovens detentos ligados ao

CV, as lideranças podem ter vislumbrado a necessidade de socializá-los com um exercício organizado para todos da “federação”. O significado da greve dos 10 mil talvez se encontre nesta reconstrução da identidade dos guerreiros revoltados pelas “injustiças” do sistema penitenciário que não funciona de acordo com as leis do estado. É a visão de um “estado de desordem” porque produz regularmente injustiças para os excluídos.⁷⁵ Esta perspectiva *politiza* a atuação da rede criminosa Comando Vermelho ao vinculá-la às desigualdades sociais urbanas. E, por isso, nos aproxima mais de uma situação de convulsão social.

Será que a “cultura do controle” sozinha terá mecanismos para conter essa desordem social que se prepara e se anuncia?⁷⁶

e - m a i l : c a l d e i r a @ a x . a p c . o r g

72 Todos os dias a mídia expõe as mazelas do sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Ler, por exemplo: “Bloqueadores de celular já não funcionam em Bangu: estado diz que Bangu 1 deixou de ser prisão de segurança máxima”, *O Globo*, 7/09/2003, p. 1. No domingo, dia 7 de setembro, o programa *Fantástico*, exibiu imagens de presos falando livremente ao telefone celular e fumando e comprando maconha numa boca de fumo dentro do presídio Vicente Piragibe, no complexo de Bangu. Cf. “Cai mais um diretor de presídio: estado afasta três do comando do Vicente Piragibe, onde presos usam maconha e celular”, *O Globo*, caderno Rio, 0/09/2003, p. 12. Sobre a falta de eficácia no combate ao crime organizado, ler: “Brasil mapeia mas não pune crime organizado: Só 30% de juízes, políticos e policiais indiciados pela CPI do narcotráfico foram afastados”, *O Globo*, 13/04/2003, p. 1.

73 No governo Anthony Garotinho, houve dispensa de licitação, “pelo caráter emergencial” da situação carcerária, para a construção de três casas de custódia na região metropolitana. Várias irregularidades foram apontadas pela imprensa nessa iniciativa. Cf. “Presídio pronto desde maio está vazio: Obra foi contratada sem licitação, com argumento de que a superlotação das cadeias exigia uma medida emergencial”, *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, 11/08/2003, p. C3.

74 “Rosinha libera verba para construir presídios: Obras serão feitas sem licitação”, *O Globo*, caderno Rio, 17/09/2003, p. 12. Foram liberados R\$ 51 milhões para a construção de três presídios, duas penitenciárias, um hospital psiquiátrico e um hospital geral para os presos no estado.

75 Aliás, nas conversas com presos escutam-se frases que improvisam sobre esse mesmo tema. Na primeira visita que fiz a Bangu 3, o faxina já dizia o seguinte: “Se bacana pode roubar, pobre também pode”. Num estado em que o

atual secretário de Esportes, Chiquinho da Mangueira, supostamente comparecia a Bangu 3, onde estavam aos traficantes que controlam aquele morro, não dá para entender: por que um bandido se sente discriminado quando está encarcerado? Ler: “Escuta telefônica comprometeria Chiquinho: deputado diz que homem citado por traficante em gravação autorizada pela Justiça seria o secretário de Esportes”, *O Globo*, caderno Rio, 14/08/2003, p. 18; “Chiquinho: três inqueritos no MP: Comissão da Alerj ouvirá amanhã o secretário pela segunda vez”, *O Globo*, caderno Rio, 24/08/2003, p. 25; “Caso Chiquinho acaba em pizza: Alerj arquiva pedido de cassação de mandato de deputado que teria pedido trégua para tráfico”, *O Globo*, caderno Rio, 10/09/2003, p. 11. Sobre o caso do Propinoduto, ler: “Propinoduto causou rombo de R\$ 200 milhões à União: Justiça liberta representantes de banco suíço envolvido no escândalo”, *O Globo*, 28/08/2003, p. 1.

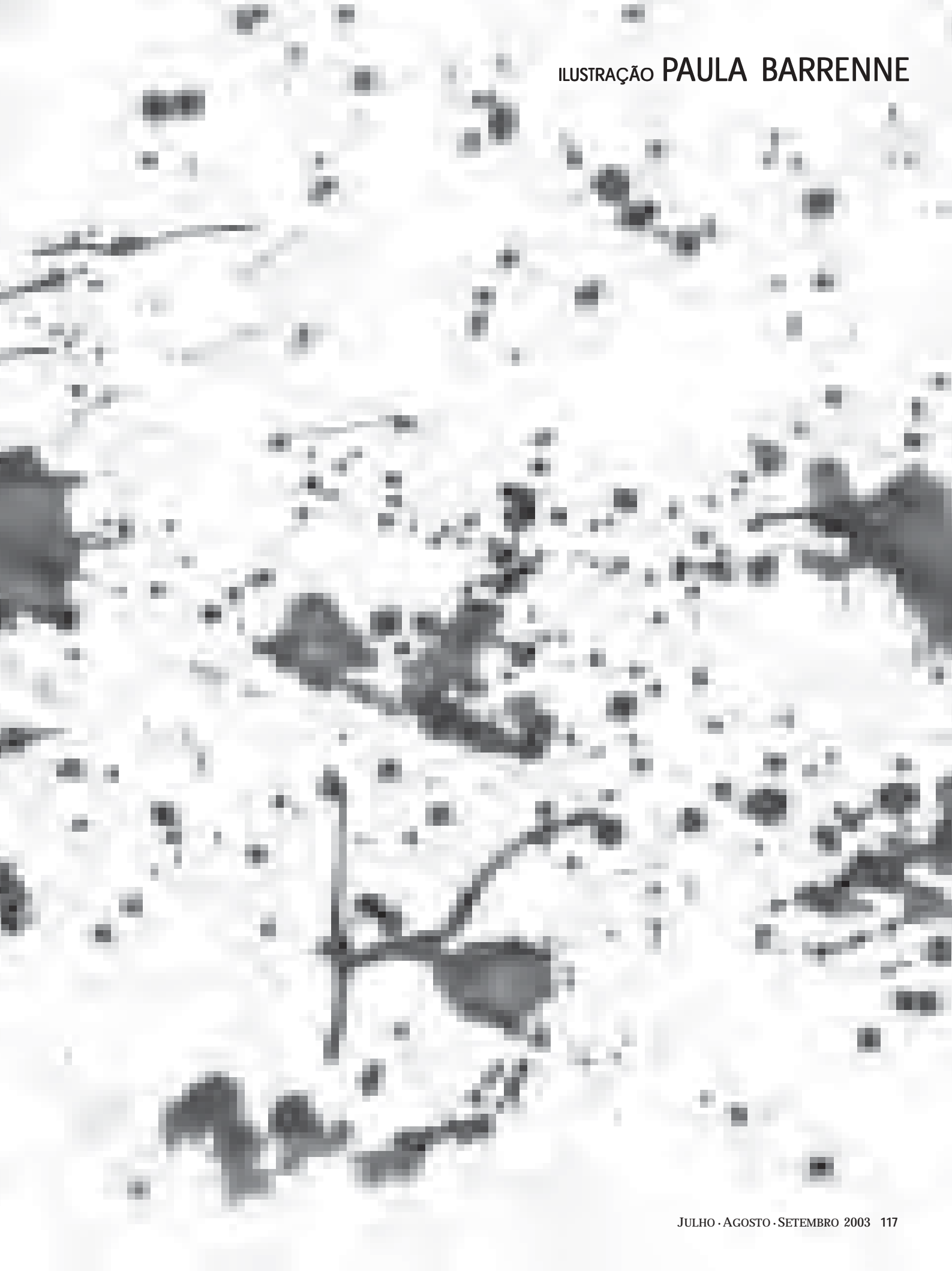
76 No dia 10 de setembro de 2003, o secretário de Segurança Anthony Garotinho anunciou que quatro mil policiais civis e militares estariam nas ruas do estado a partir das 22 horas. Segundo informações obtidas pela Secretaria de Segurança, através do Disque-Denúncia e de investigações, atos violentos poderiam atingir vias expressas, prédios públicos, consulados, shoppings e hotéis. O Comando Vermelho supostamente promoveria atos de vandalismo para ‘comemorar’ e não deixar ‘passar em branco’ o primeiro aniversário da chacina de seus adversários em 11 de setembro de 2002 em Bangu 1. Cf. “Alerta máximo contra o crime: Polícia põe 4 mil homens nas ruas após saber que bandidos planejam atos de vandalismo para marcar o aniversário da rebelião em Bangu 1”, *O Dia Online*, 11/09/2003. <http://odia.ig.com.br/odia/policia/pl110901.htm>



STF

Uma indiscrição
ETNOGRÁFICA

POR ELOÍ CALAGE
JORNALISTA



Sol feito brasa, ar seco, milhares de vozes ecoam pela Esplanada dos Ministérios, em direção ao Congresso, ânimos tão quentes quanto o asfalto, em manifestação contra a reforma da previdência. O carro entra numa curva, as vozes ficam distantes. O caminho segue pela rua ensombreada, pulcra de tão limpa, silenciosa. Latas de lixo coloridas e novas em seqüência para a coleta reciclada, os carros estacionados exatamente no lugar certo, as vozes baixas dos poucos passantes, me sinto em Bonn em meio à tranquilidade deste lugar onde tudo se apresenta em ordem e há uma refrigerada sensação de estar em segurança. De repente, sobre a imagem meio magrittiana das nuvens brancas do céu muito azul refletido nas paredes de vidro espelhado do Anexo II do Supremo Tribunal Federal... um grupo de índios, peitos nus, calções de tecido sintético colorido, corpo pintado, colares, cocares, arco-e-fleixa e sandálias havaianas. Que visão!

Enquanto os índios se identificam na recepção, o vento traz o eco dos manifestantes. Mas, aqui, deste lado da praça, não há nenhum esquema especial para a ocasião, o segurança fala com toda a segurança:

— Não, aqui eles não chegam. Aqui tudo é tranqüilo, só alvoroça um pouco quando tem sessão solene. Acho que ainda não descobriram o Supremo...

Nessa *eles* chegaram na frente, concluiu o segurança, com uma piscada de olho em direção ao grupo de índios. O porta-voz do grupo se apresenta com seu nome *brasileiro*, Wilson Pataxó:

— Nós estamos aqui pra fazer lobby.

Os pataxós, sul da Bahia, estão na Justiça há 22 anos, disputando terras invadidas por fazendeiros. No início do processo, os invasores eram poucos, hoje são mais de 300. A causa *subiu* ao Supremo, eles vieram pedir rapidez para o julgamento.

ROMA LOCUTA, CAUSA FINITA FALOU TÁ FALADO

Onze juízes e um destino: ser o último recurso e dar a última palavra em matéria de justiça no Brasil, os ministros do Supremo Tribunal Federal são, por lei, os guardiões da Constituição.

Tarefa tão nobre quanto descomunal, concretizada em aproximadamente 120 mil processos por ano. Em 2003, até final de agosto, o Supremo Tribunal Federal julgou 59.838 processos, do total de 64.574 recebidos. E tem mais: por lei, três dos membros titulares do Tribunal Superior Eleitoral e seus respectivos substitutos devem ser escolhidos entre os ministros do *Supremo* — como é chamado Brasil afora o STF —, um dos quais é eleito presidente, em sistema de rodízio e seguindo a ordem de antiguidade no cargo.

Para tal azáfama, como será o ambiente de trabalho dos juízes da nossa Suprema Corte?

VISTA O TERNO OU O TAILLEUR, DESLIGUE O CELULAR, TIRE OS ÓCULOS ESCUROS, PASSE PELA SEGURANÇA, VAMOS ADENTRAR O *PLENO*

A campanha soa às 14 horas. Togados, a capa preta e ancha caindo-lhes quase aos pés sobre os bem cortados ternos, eles entram em fila indiana em direção ao cancelo, seguindo rigorosamente a ordem de antiguidade no cargo. Todos os demais presentes permanecem em pé. Há um silêncio reverencial. Aqui, toque de celular é sacrilégio, óculos escuros nem pensar.

São silenciosos os passos sobre o chão atapetado. Mas há outras suavidades no andar elegante da única mulher do grupo, madura e bela com a cabeleira loura presa em coque, a pele muito clara realçada pelo delicado desenho da sandália alta, de finas tiras de couro preto.

Vai começar mais uma sessão plenária do Supremo Tribunal Federal. Por detrás dos espaldares de cada assento ministerial, os assistentes de plenário — ombros cobertos pela capa que lhes desce até a cintura — aguardam atentos para ajudar na acomodação de cada ocupante: cinco ministros de cada lado do cancelo, o presidente do Tribunal ao centro, tendo à sua direita o Advogado Geral da União. Eles tomam assento, a platéia se acomoda, o presidente abre a sessão.

Verifico, mais uma vez, se o celular está desligado e seguro o riso ao lembrar de Marilda Francisco da Silva, moradora de Nilópolis, sambista e cozinheira, que, ao ficar sabendo da existência do STF, arregalou os olhos, deu um requebro na língua e acertou em cheio:

— Supremo... tá abençoado. Deve ser um ambiente cheio de *advérbio de modos*...

DE COMO UM ADVÉRBIO DE MODO PÔDE SOLUCIONAR UM IMPASSE POLÍTICO

Em meio a tantos e importantes *atos de direito* em debate, fico impressionada com a frequência dos advérbios de modo. O ministro Nélson Jobim comenta que esta abundância também é notável na Constituição brasileira.

— Sempre que se quer enfraquecer o substantivo, usa-se o advérbio de modo...

Não que considere isso um erro, apenas expressão das ambigüidades em que precisou se amparar o legislador pressionado por interesses conflitantes. Exemplo disso, lembra o ministro, foi o impasse criado entre empresários e sindicalistas na redação da Constituição de 1988. A questão polêmica era o descanso semanal obrigatório dos trabalhadores. Sindicatos queriam que fosse aos domingos, empresários eram contra a fixação de um dia obrigatório. Nenhum dos dois grupos tinha maioria. Diante do impasse que se arrastava, Ulysses Guimarães pediu ajuda ao então deputado Jobim. Ele sugeriu a solução advérbio de modo, “descanso semanal obrigatório, *preferencialmente* aos domingos”, que assim passou a ser letra de lei.

A entrada do ministro Jobim em primeiro lugar neste texto contraria meu projeto de adesão ao cerimonial do Supremo, a ordem de antigüidade no cargo, obedecida até em torno da mesa do lanche de todo dia, sempre às 16 horas: primeiro o presidente, seguido sempre pelo ministro mais antigo. Que, neste momento, é o bem-humorado Sepúlveda Pertence:

— Ih! Deixa isso pra lá, que é muito triste... quando a

gente vê, já virou decano. Essa deferência toda deve ser uma espécie de consolo...

Mas, na hora do voto, o ministro mais novo tem a preferência. Qual a origem dessa inversão? Ouço explicações diferentes: os mais novos falam primeiro para votar sem o constrangimento de, eventualmente, divergir dos mais antigos, ou, ainda, por se acreditar que os juízes mais recentemente nomeados trazem consigo as mais novas aspirações da sociedade. Diante da segunda versão, o ministro Sepúlveda Pertence ri escancaradamente e pergunta:

— Onde você ouviu uma coisa dessas? No Supremo... de um ministro?! Duvido muito...

QUEM ESTÁ FORA NÃO ENTRA, QUEM ESTÁ DENTRO NÃO SAI

Coisa sagrada, o lugar de cada um no cancelo virou polêmica na posse do atual presidente, Maurício Corrêa. Seu antecessor, Marco Aurélio Mello, mudou a ordem das coisas colocando os ministros aposentados junto às demais autoridades nas cadeiras de honra, mas fora do cancelo. Quem não é *da casa*, certamente assistiu a cerimônia sem se dar conta do deus-nos-acuda que corria nos bastidores, conforme o relato de um funcionário aposentado. Expressão de alívio no rosto, meu informante comemora o ato do presidente Maurício Corrêa que, como o pistão de gafeira, promoveu a volta à calma colocando os ministros aposentados de novo dentro do cancelo, como manda a tradição. Mas o que teria motivado o gesto do ministro Marco Aurélio?

É MEIO A TANTOS IMPORTANTES *FATOS DE DIREITO* EM DEBATE,
FICO IMPRESSIONADA COM A FREQUÊNCIA
DOS ADVÉRBIOS DE MODO. O MINISTRO NÉLSON JOBIM
COMENTA QUE ESTA ABUNDÂNCIA
TAMBÉM É NOTÁVEL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA
— SEMPRE QUE SE QUER ENFRAQUECER
O SUBSTANTIVO USA-SE O ADVÉRBIO DE MODO



— Há ministros aposentados que advogam e não me parece correto que juízes e advogados ocupem o mesmo espaço.

Lembra que, em meio ao *frisson*, funcionários ansiosos perguntavam sobre o paradeiro das cadeiras ausentes do cancelo. Repete a resposta rindo: “mandei consertar”.

Coloco a questão para o mato-grossense ministro Gilmar Mendes, que diverge:

— Não coloco ninguém sob suspeição pelo fato de advogar. Sou, com orgulho, parceiro em livro de dois brilhantes advogados, Yves Gandra e Arnold Wald, e já votei contra causas por eles defendidas.

Episódio importante do anedotário supremo sobre quebras de protocolo foi protagonizado por Mário Soares, recebido em sessão solene, na condição de chefe de Estado estrangeiro. Nestas ocasiões, segundo o cerimonial, o presidente do Supremo e o Procurador Geral da República devem permanecer “nos umbrais da Corte”, para recepcionar o visitante, secundados, conforme a rígida hierarquia, pelos demais ministros, convidados e funcionários. Mas onde estavam, ficaram. Mais forte foi a tradição lusitana. O primeiro-ministro de Portugal perdeu toda a cerimônia ao avistar a funcionária Elza, belíssima mulata de olhos verdes, e foi para ela que apresentou, em primeiro lugar, os seus cumprimentos, num demorado abraço que provocou mais de um minuto de aplausos.



DAS ORIGENS E DO RITUAL DE INICIAÇÃO

No aperreio da invasão de Portugal por Napoleão e a conseqüente vinda de Dom João VI para o Brasil, fundou-se em 1808, a Casa da Suplicação do Brasil, responsável em última instância, pelo julgamento não apenas dos recursos oriundos da Justiça em território brasileiro, como também de todas as demais colônias portuguesas. Origem do atual STF, Casa da Suplicação continua sendo um nome bem mais apropriado, levando-se em conta o tempo que se leva para obter o veredito da Corte e conforme solenemente nos advertem os senhores ministros: em matéria de justiça, *periculum in mora*.

Formalmente, basta notório saber jurídico, reputação ilibada, nomeação pelo presidente da República aprovada pelo Senado e estamos diante de um novo juiz da nossa Suprema Corte, um ministro do *Supremo*, de fato e de direito. Começa então, nos bastidores, todo um minueto de aproximações e distanciamentos, ritual de tempo indeterminado, até que o novato seja reconhecido entre seus pares e o corpo da instituição. Olhos e ouvidos observam as visitas que o ministro novato recebe em seu gabinete, lugares que frequenta, jurisprudência que acolhe ou recusa e, principalmente, a quem se alia na hora de votar. A julgar pelo tamanho do privilégio — 1 em 11, para os atuais 170 milhões de brasileiros — um rito de passagem suave, se comparado, por exemplo, à *tocandira*, obrigatória para que um jovem indígena da Amazônia seja reconhecido como guerreiro por sua nação. Dele se exige que — sem expressar dor — coloque e mantenha por algum tempo a mão dentro de um cestinho de vime, onde esperam mais de três mil formigas famintas e venenosas. No Supremo, a ferroada pode vir em meio a um elogio, não deixa marcas na pele, mas provoca fortes reações.

Apesar da longa experiência em tribunais e da amizade com alguns dos ministros, Ellen Gracie Northfleet conhecida pelo rigor do seu voto *técnico* sentiu o peso da chegada. As longas pernas cruzadas, muito ereta no seu tailleur preto e branco, a ministra recorda com humor dos seus primeiros dias de Supremo. Às vezes, a tensão era tanta que, em meio às sessões, não conseguia acompanhar o conteúdo em discussão. Na hora do voto, pedia vistas ao processo. Sozinha, na calma, dava conta do recado. Mas, de novo chamada a votar:

— Eu me sentia em plena prova oral.

Nem tudo é prova oral, tem também a escrita. Carlos Ayres Britto, o primeiro sergipano a chegar ao Supremo depois de 63 anos, se desculpa, pelo DDD, por adiar, mais uma vez, uma entrevista. Domingo à tarde, está em Aracaju, rodeado de livros, empenhado na redação do seu primeiro voto.

Nomeado por Lula, de Carlos de Britto esperava-se que fizesse dobradinha com Joaquim Benedito Barbosa. Mas, surpresa, comenta-se, eis que ele, cada vez mais, parece acompanhar o *enfant terrible*, Marco Aurélio Mello. Foi assim que arrombou a festa daquela que se esperava fosse a sessão definitiva do processo 82.242-2, *habeas corpus*, solicitado pelo editor gaúcho Siegfried Elwanger, autor do livro *Holocausto judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século*. Condenado por prática de racismo, Elwanger usou de todos os recursos até chegar ao Supremo, sob o argumento de que o crime por ele praticado é o de incitamento contra os judeus, e não o de racismo, porque os judeus não são uma raça. Em dezembro de 2002, Moreira Alves, o então relator, hoje ministro aposentado, acolheu o pedido de Elwanger. Em abril deste ano, o processo foi retomado e Maurício Corrêa contrariou o relator, sustentando, com base no seqüenciamento do genoma humano, a existência de uma única raça, a humana, e, conseqüentemente, afirmando o crime de Elwanger como de racismo. Nos meses seguintes, os ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ellen Gracie e Sepúlveda Pertence acompanharam o voto de Maurício Corrêa, todos por escrito, em textos não inferiores a 30 laudas, num passeio pela legislação internacional e a obra de filósofos, historiadores, estudiosos do direito etc. O conjunto de votos, segundo a voz dos corredores, será transformado em livro (em tempo: 10 ministros do Supremo já foram eleitos para a Academia Brasileira de Letras).

A seqüência de votos excitou o mundo jurídico, grupos de advogados, estudantes e representantes de diferentes etnias acompanhavam a pauta de votação, para fruir ao vivo as sessões. Expectativa geral de unanimidade, rabino Sobel presente para celebrar. Em seu primeiro voto por escrito, Carlos Brito nadou contra a corrente, fundamentado na defesa do direito de livre expressão. Terminada a sessão, mas ainda não o julgamento, aparentemente, nada de novo sob as togas. Mas, pelos corredores, nas

ante-salas e gabinetes, comentários concluíam quase sempre que o ministro caiu na “tentação do novato”. Mas, alívio: Carlos Britto não decepcionou no quesito erudição, está salva a honra. Em nova sessão, Britto foi derrotado pelo voto dos seus pares.

Em seu gabinete, dever cumprido — e longo, foram 60 páginas de argumentação — Carlos Britto declara-se um homem prudente e, ao mesmo tempo, com gosto pela ousadia. Leitor infatigável de Voltaire, estava fortemente inclinado a ser contrário ao voto da maioria, quando, ao reler, mais uma vez o processo, foi assaltado por uma curiosidade: qual base física da editora de Elwanger, o lugar onde ele imprimiu seu livro? Rua Voltaire Pires, responderam os autos. E o ministro viu nisso um sinal para o fim de suas dúvidas.

“UM JUIZ É UM SERVIDOR COMO OUTRO QUALQUER”

É um ministro “duro”, comenta o assessor aposentado, informando que, de tão reservado, Celso de Mello sequer é frequência constante na hora do lanche, no intervalo das sessões. Pode ser questão de gosto, a maioria dos seus pares são frugívoros, refazem as energias com figos, mamões, maçãs, uvas... Carlos Britto é vegetariano radical. O mineiro Carlos Velloso aprecia fatias de queijo fresco, mas o paulista Celso de Mello é vidrado em sanduíches do McDonald’s. Nos dias de descanso, é comum ser encontrado num shopping center, em companhia dos dois filhos, diante de pilhas de sanduíches.

Ele se apresenta como um seguidor da “simplicidade republicana”, que entra na fila do aeroporto e anda de táxi em São Paulo, onde vai regularmente visitar os pais. No momento, diz-se empenhado em preservar a memória histórica do tribunal, separando a instituição dos interesses corporativos.

— Um exemplo bem claro, a aposentadoria. Não vejo razão para que o magistrado receba tratamento diferente daquele que é dado aos servidores em geral.

E reclama de uma injustiça: nas férias de julho, trabalhou 18 dias em processos cuja análise não poderia ser adiada. No último dia, pegou uma gripe fortíssima, mesmo assim veio para Brasília, mas ficou de cama dois dias.

Um colunista supôs que o ministro estava esticando o repouso e transformou isso numa nota publicada com bastante destaque. Mostra grande prazer ao recordar o tempo de cursinho pré-vestibular, colega do hoje ministro José Dirceu, na “pensão do Abelardo”, no Bexiga, na Travessa São Joaquim. Era uma época, aquela... anos depois, ao tomar posse como promotor (primeiro lugar no concurso), enfrentou o coronel Erasmo Dias, então secretário de Segurança de São Paulo. Diante de 500 pessoas, defendeu o “direito de insubmissão” dos servidores preteridos nas promoções em consequência de perseguições políticas. Hoje, considera legal e necessária a CPI do Judiciário e é a favor de se estender aos juizes em geral a possibilidade de processo de impeachment, atualmente só prevista para os ministros do Supremo, sob julgamento do Senado. Bem ao estilo *braves Kind*, Celso de Mello informa que durante sete meses esteve em primeiro lugar na média de produção, com 500 processos por semana. E ainda encontra tempo para, com o auxílio da Secretaria de Documentação, elaborar um roteiro de informações sobre o Supremo, que é distribuído aos visitantes, notas históricas e curiosas sobre o tribunal e seus ministros. Entre elas, o fato de que ao longo de toda existência do STF, considerando-se inclusive o tempo do império, apenas dois dos seus ministros não se graduaram em Direito em universidades públicas, um deles o também paulista Cezar Peluso, que estudou na PUC/São Paulo.

EXCESSO DE LEIS? VEJA

O COMENTÁRIO DOS ROMANOS

Cezar Peluso não tem tempo sequer para ficar sabendo que pedi uma entrevista já há três semanas. Aldenisa, chefe de gabinete (chefes de gabinete, são escolhidos obrigatoriamente entre os funcionários de carreira do Supremo) e admiradora explica:

— Se você soubesse... Esse pobre homem trabalha tanto, mas tanto, que tem dia que entra na sala com o pensamento lá longe, segue em frente, mudo. Acho que nem me vê. Mas eu dou o meu bom-dia e me sinto respondida. É assim mesmo...

Diante dele, que, hoje, ora viva, está todo comunicativo, vou logo perguntando como descansa. Fellini, Antonioni, Coppola, Kubrick. Para Cezar Peluso, cinema é a maior diversão mas também gosta muito de teatro. Joga

tênis regularmente, é um dos bons atletas da Associação Paulista de Magistrados.

Considera o furor legiferante dos parlamentares brasileiros coisa própria de nossa cultura, mas não apenas coisa nossa, ou novidade. Conclui em latim:

— *Plurimae legis corruptissima republica...* Foram os romanos que disseram, não eu...

Um dos *novatos*, acredita que, como ministro ainda não tem um voto especial a destacar mas gosta de lembrar de sua atuação como desembargador, quando se insurgiu contra o Código Civil:

— No Brasil, quem casa depois dos 60 anos é obrigado a seguir o regime de separação de bens, o que é um atentado à dignidade da pessoa. O Código anterior, de 1916, era pior, porque a interdição valia para os homens a partir dos 60, e para mulheres a partir dos 50. Hoje, há igualdade para os gêneros, mas a aberração continua a mesma.

SERÁ A TOGA A

VESTE DOS INGRATOS?

Nomeados pelo presidente da República, os ministros do Supremo Tribunal Federal votam de acordo com os interesses de quem os nomeou... Sim e não, e nem sempre. A toga é citada com risonho orgulho pelos ministros como “a veste dos ingratos”. O que, lá e cá e de vez quando, é confirmado pela História.

Nos Estados Unidos, cuja Suprema Corte serviu de modelo ao nosso STF, Eisenhower nomeou E. Warren, ex-governador da Califórnia. Mas — lembra o ministro Carlos Velloso — depois de vestir a toga, o ultraconservador Warren votou como um grande liberal, com positiva influência no movimento de integração racial. Contrariou tanto o padrinho, que Eisenhower o chamava de “o grande patife”.

No Brasil, presidentes e vice-presidentes do Supremo são escolhidos por seus pares. Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas mudou a norma, por decreto, nomeando, sucessivamente, Eduardo Espínola (em 1940) e José Linhares, em maio de 1945. Ao assumir a Presidência da República, em 1946, José Linhares revogou o decreto de Getúlio, restabelecendo ao Supremo a prerrogativa de eleger seu presidente.

DA JUÍZA ELLEN GRACIE, A LOURA TAÇA DE
 CRISTAL: “NÃO DEIXE DE ESCREVER
 QUE, APESAR DE TANTAS PESQUISAS DE OPINIÃO
 AFIRMAREM O CONTRÁRIO, OS BRASILEIROS CADA
 VEZ MAIS CONFIAM NA JUSTIÇA”



Durante a ditadura militar, por força do Ato Institucional nº 2 de 1965, numa tentativa de sustentação “legal” do regime, o número de ministros do STF passou de 11 para 16, com cinco novos ministros nomeados. Mas, uma vez togados, os juízes não corresponderam exatamente à expectativa, e, em 1971, Aducto Lúcio Cardozo, um dos nomeados, pediu aposentadoria, em protesto contra a censura. Mais recentemente, Carlos Velloso e Marco Aurélio Mello, nomeados pelo ex-presidente Collor, seguiram a mesma tradição. Marco Aurélio, primo de Collor, lembra com orgulho de ter sido voto vencido no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4/88, quando defendeu a tese da auto-aplicabilidade da Constituição ao limitar os juros reais em 12% ao ano. Perdeu de 10 a 1, mas se tivesse vencido...

SUPIMPA AMBULÂNCIA PARA SOCORRER CORAÇÕES

No estacionamento do Anexo II do Supremo, onde ficam os gabinetes dos ministros, uma bem equipada ambulância está permanentemente de plantão, com uma equipe de socorro do Corpo de Bombeiros. Nos dias em que se reúne o *pleno*, o plantão da ambulância é em frente ao edifício sede, onde se realizam as sessões. Não dá pra vacilar, comenta um assistente de plenário, “só pra começar são dois ministros diabéticos”, toda atenção é pouca. Além de ministros e funcionários, a ambulância também tem

atendido a visitantes, advogados, querelantes. “A emoção aqui, tem vez que é muita”.

Emoção e fôlego. Na sessão plenária do último dia 20 de agosto, Nélson Jobim suspirou aliviado ao concluir o minucioso estudo que fez das 44 alterações sofridas pela lei de 1999, que trata dos planos de seguro e assistência à saúde e que chegou a ser alterada duas vezes em um único mês. Foi assim, entre idas e voltas dos legisladores, que mais de 60% dos atuais planos de saúde pagos pelos brasileiros ficaram sem a cobertura do chamado plano base, na recente decisão do Supremo. Dura lex sed lex.

Para variar de emoções, o ministro Gilmar Mendes divide o espaço de sua ante-sala com diferentes lembranças. Numa parede, recortes de jornal emoldurados registram sua atuação na Advocacia Geral da União. Gilmar Mendes mudou a prática dos eternos e renovados recursos, aceitando derrotas sem recorrer ao Supremo, como no caso do FGTS, quando sugeriu ao governo estabelecer acordo com os trabalhadores. Em outra parede, uma camisa do Santos, com dedicatória, e uma foto em companhia de Pelé, mais santista que ele, ninguém.

UMA RECUSA, UM PEDIDO

Final de sessão plenária, espero pelo ministro Joaquim Benedito Barbosa Gomes. Mas ele não quer falar, é cedo. Comento seu voto — vencido, e desta vez em companhia

de Carlos Britto — no julgamento do *habeas corpus* impetrado contra decreto da Presidência da República por proprietário rural de São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Região de sérios conflitos, julgamento quente. O ministro não quer comentar nada. “Não quero provocar polêmica”.

Nos bastidores, ouço que ele está cansado de ouvir e ler que é o primeiro negro ministro do Supremo, como se o fato de ser negro fosse determinante exclusiva de sua nomeação. O ministro ficou particularmente desgostoso com a publicação de que fora barrado por um segurança. Verdade, ou versão, penso no que ouvi a respeito de Joaquim Barbosa da boca de um racista muito bem situado. “Ora, o Joaquim, ainda ontem trabalhava como gráfico numa oficina de jornal...” Não foi bem ontem, mas ao tempo do ministro ainda estudante, em Brasília. Passaram-se anos, cursos, concursos, estudos no exterior, domínio de quatro línguas, entre as quais o alemão, que é *cult* no Supremo, um livro publicado na França... Lembro da velha história da visita de De Gaulle aos Estados Unidos. Por onde passava, alguém o informava sobre a existência de um negro entre os generais do Exército americano. Finalmente, ao encontrar o general, De Gaulle constatou que era negro mesmo e aconselhou: “continuez... continuez...”.

Basta observar a lista de livros, ensaios e outros estudos de autoria do ministro Joaquim Benedito Barbosa para constatar o quanto a questão da democracia racial está presente em sua trajetória intelectual. Sim, ele é ministro por ter as qualidades exigidas para tal e, acredito que este mundo muda, *também* por ser negro, como ressaltou

o presidente Luís Inácio Lula da Silva, que o nomeou. Salve a mulatada brasileira, canta o Martinho da Vila.

E salve também Ellen Gracie, a loura taça de cristal, primeira brasileira a ser nomeada ministra do Supremo Tribunal Federal. Ela faz um pedido, que atendo: “não deixe de escrever que, apesar de tantas pesquisas de opinião afirmarem o contrário, os brasileiros, cada vez mais, confiam na Justiça. Prova disso é o número de demandas, que cresce muito mais do que a população.”

E, PARA ENCERRAR, O PRESIDENTE FAZ UM AVISO

O presidente não tem o hábito de conceder entrevistas exclusivas e só fala o quê e quando quer, informa o assessor de imprensa, exasperado com a minha insistência. No dia seguinte, lá está Maurício Corrêa, nas páginas amarelas da *Veja*, trovejante. Três dias depois, atravesso a seqüência de portas que levam ao gabinete do presidente do STF.

Pele bem cuidada, excelente humor, num corretíssimo terno azul-marinho, o presidente do Supremo surge lá longe na imensidão do grande salão em L. “Mas o que é isso?”, interrompe-o Nilza, a secretária de toda confiança, apontando para uma mancha de cor sobre a lapela do casaco. Ele sorri, tenta limpar a mancha com o auxílio de Nilza:
— É *rouge*...

São os afagos do ofício, os eminentes ministros do Supremo não conseguem dar muitos passos sem serem interrompidos por abraços, saudações, elogios ao desempenho.

SÃO OS AFAGOS DO OFÍCIO, OS EMINENTES

MINISTROS DO SUPREMO NÃO CONSEGUEM

DAR MUITOS PASSOS SEM SEREM

INTERROMPIDOS POR ABRAÇOS,

SAUDAÇÕES, ELOGIOS AO DESEMPENHO



Cavalheiro, desculpa-se com a *Inteligência* dizendo-se leitor, com muito prazer e, principalmente, grande respeito pelos leitores da revista. Ajeitando-se no sofá, ar mais solene, comenta as críticas que fez ao presidente da República, seu governo, partido e gostos pessoais. Para dizer o que disse, preferiu falar para mais leitores. Anuncia que, ao final da entrevista, fará uma declaração importante. Declarações importantes não estão na minha pauta, sorriso oriental, ele pergunta sobre minha origem, gosta de saber de onde vêm as pessoas que encontra. A palavra “gaúcha” é recebida com um sorriso, porque evoca um grande prazer, o livro *Filipson*, memórias de Frida Filipson, que chegou ao Rio Grande do Sul no início do século passado numa leva de migrantes judeus russos. Estranho e duro o destino de Frida, seus compatriotas eram todos artesãos, não estavam preparados para lavrar a terra. Por isso, os adultos saíam todos para tentar ganhar dinheiro nas cidades próximas, enquanto ela, menina de 12 anos, passava o dia a cuidar dos velhos naquele lugar isolado.

— O meu amigo Leon Alexandr, que é filho de dona Frida, me deu o livro. A gente lê tanta coisa... Mas aquele livrinho despretensioso é um verdadeiro encanto.

No final do dia, mesmo cansado, tem dificuldade de dormir:

— Minha mulher é uma festeira e tanto, tem uma disposição incrível... Mas eu não gosto, não, prefiro um banho morno e um pouquinho de televisão. Infelizmente, o normal é ter de enfrentar ainda mais leitura e leitura é excitante, então procuro o sono fazendo palavras cruzadas.

Detesta palavras cruzadas fáceis, uma chatice, e foge das mais difíceis, porque o despertam, o repouso está na dificuldade intermediária.

História, sociologia, antropologia, arqueologia, palenologia, gosta das ciências que se ocupam com as origens da espécie humana e a construção das civilizações, diverte-se com as grandes indagações, quem somos etc.

— Fico embaraçado. Quanto mais leio, cada vez entendo menos...

Entende, mas não está gostando dos rumos da Reforma do Judiciário.

— Minha indignação, em grande parte, vem da observação do tratamento que o Executivo dá ao Judiciário, como se não fosse um poder, mas um departamento. É do Judiciário a última palavra em matéria de Constituição.

Na questão previdenciária, por exemplo, lembra que o Judiciário defendeu a criação dos fundos de integralidade e paridade para a aposentadoria dos futuros juizes. E não admite a possibilidade de administração destes fundos fora do Poder Judiciário.

Em 2004, enfrenta a aposentadoria compulsória. Até lá, acredita que o Supremo receberá grande número de recursos relativos à Reforma Previdenciária. Também conta com mudanças na jurisprudência.

— Com os novos ministros, é natural que questões já decididas voltem à discussão e sejam criados novos paradigmas.

Assessores aflitos lembram outros compromissos. O presidente do Supremo abandona o vocabulário formal e parte para o popular, na importante declaração prometida:

— Levei uma paulada por ter falado, mas não me arrependo. Escreva aí: estou muito preocupado com a possibilidade de uma mexicanização do Brasil. Se isso acontecer, alguém avisou...

e - m a i l : c a l a g e e l o i @ i g . c o m . b r

A CENTRO-ESQUERDA

São
2
pra
lá,



PARLAMENTAR

POR FABIANO SANTOS
CIENTISTA POLÍTICO

ILUSTRAÇÃO CALAGE



2
pra
cá

durante os oito anos de mandato do presidente Fernando Henrique, o processo decisório em torno da agenda governamental ocorreu, no Congresso Nacional, de forma relativamente estável, com base em dois pilares: a distribuição de cargos ministeriais a políticos e técnicos indicados pelos grandes partidos e a coordenação dos trabalhos legislativos por parte da presidência das duas Casas e dos líderes partidários. Organizou-se coalizão legislativa de tamanho considerável cujo núcleo manifestou razoável disciplina, à exceção do PMDB e PPB, hoje PP, partidos que sempre contabilizaram facções dissidentes em grande parte das votações de projetos cruciais. De todo modo, o peso político de cargos controlados pelo Executivo e a concordância básica em torno das reformas de cunho privatizante e de modernização do Estado forneceram incentivos para que tal coalizão funcionasse de maneira razoavelmente eficiente, pelo menos até a metade do segundo mandato. Os dados são bastante contundentes a este respeito: a) do total de leis ordinárias, complementares e emendas constitucionais aprovadas no Congresso, durante o período FHC, em torno de 85% tiveram o Executivo como proponente; b) algo em torno de 1.338 medidas provisórias foram emitidas, com 588 originais e 750 reedições; e, finalmente, c) a disciplina média em plenário dos partidos coligados girou perto de 90%.¹

As eleições legislativas de 2002 alteraram significativamente a correlação de forças prevalecente no sistema político. O PT, vitorioso nas eleições presidenciais, não só obteve o maior crescimento na Câmara dos Deputados, como também se tornou o maior partido desta Casa, com 91 assentos. Em contraposição, os dois principais partidos de sustentação do governo Fernando Henrique Cardoso, PSDB e PFL, foram os que sofreram as maiores derrotas, em torno de 25 cadeiras perdidas, além do PMDB, do PP e do PTB, partidos que, com maior ou menor intensidade, também estiveram presentes no governo FHC, e que também incorreram em perdas, embora menos significativas. Pode-se dizer, sem exagero, que apenas o PDT, com menos 4 cadeiras, não seguiu a tendência geral das eleições de 2002, segundo a qual partidos da antiga oposição cresceram, ao contrário dos ex-governistas, que diminuíram.

Entre os chamados pequenos partidos, observou-se que dois deles cresceram de maneira significativa: PL e PPS,

respectivamente, com 14 e 12 cadeiras adicionais relativamente ao pleito de 1998. O impacto político deste resultado não pode ser menosprezado: a bancada do Partido Liberal, do vice-presidente José de Alencar, simplesmente ultrapassou a bancada do PDT e empatou com a do PTB — 26 deputados federais, ficando o partido de Leonel Brizola com apenas 21². Em análise anterior, argumentei que estes resultados apontam para uma nova geografia do poder político no Legislativo Federal brasileiro (Santos 2002). Se tínhamos sete “grandes partidos”, disputando espaço à esquerda e à direita, hoje a realidade é um pouco distinta. Não somente o PL assume papel de relevo, com direito a papel de destaque no Colégio de Líderes, mas também o PSB, o PPS e o PCdoB consolidam sua posição de parceiros importantes do presidente Lula à esquerda.

A nova geografia do poder político, contudo, não foi suficiente para assegurar vida fácil ao governo recém-eleito. Pelo contrário, o desafio político institucional da democracia brasileira, com a inédita vitória de uma coalizão de centro-esquerda, pareceu consistir exatamente no fato de ser a coalizão de partidos representados no primeiro Ministério de Lula de tamanho aquém daquele necessário para a obtenção da maioria absoluta dos votos na Câmara — mais exatamente, tais partidos controlavam algo em torno de 42% da representação na Câmara Baixa (soma das bancadas do PT, PL, PSB, PDT, PCdoB, PPS e PV vigentes em janeiro de 2003). Além disso, o governo não poderia confiar em um comportamento perfeitamente disciplinado de alguns aliados, notadamente o PL, cuja taxa de disciplina girou em torno de 75% em média, durante o período 1999-2002, e PTB, com média aproximada de 86% de disciplina neste mesmo período³. Neste cenário, de governo de minoria, o comportamento de partidos colocados ao centro do espectro ideológico, especificamente PMDB e PSDB, seria a chave decisiva da governabilidade, o que, por sua vez, pressuporia um novo modo de funcionamento do presidencialismo de coalizão, no qual os partidos estivessem dispostos a negociar com o governo em torno de conteúdos das políticas públicas propostas, e não mais em torno dos cargos e verbas a serem distribuídos.

Ao que tudo indica, todavia, o novo governo seguiu a rota habitual da política brasileira, isto equivale a dizer, por um lado, estimulando a troca de legendas de partidos originariamente de oposição em direção a partidos aliados,

embora o PT tenha se preservado desta dança, e, por outro, convidando o PMDB, grande partido de centro, para fazer parte da base formal de apoio ao presidente. Ao fim de diversas negociações, envolvendo cargos na estrutura da liderança do governo no Legislativo, a concessão imediata de cargos de segundo e terceiro escalões, além da promessa de postos ministeriais em futuro próximo, a bancada peemedebista aceita fazer parte da coalizão governamental. Com estes movimentos, o governo Lula, que havia iniciado sua administração controlando algo em torno de 40% das cadeiras na Câmara, termina seus primeiros seis meses com o apoio de 62% destas. Qual o significado político institucional desta mudança de cenário? Dois pontos são particularmente importantes aqui: em primeiro lugar, Lula optou por reduzir os custos de transação no Legislativo montando uma coalizão de ampla maioria, tornando a cooperação de partidos como o PSDB e o PFL teoricamente desnecessária para a definição e aprovação da agenda governamen-

constitucionais rechaçadas pelo PT e aliados, quando estes olhavam o cenário político da planície. Como não poderia deixar de ser, isto causou tensões na própria base aliada, com ameaças de expulsão, punições e embates públicos entre tendências do PT e lideranças dos demais partidos, conflitos que não deixaram de contar com a contribuição do vice-presidente José Alencar.

A análise a seguir tem como objetivo descrever o comportamento dos principais partidos com representação na Câmara dos Deputados ao longo destes primeiros oito meses de governo Lula. Um conjunto de 42 votações nominais foi pesquisado, todas estas obedecendo aos critérios de alta presença em plenário, de razoável grau de conflito e de fazerem parte da agenda governamental. Mostrarei que a despeito de aparências em contrário, o governo Lula trouxe impactos significativos não somente sobre o desempenho dos partidos, mas também no próprio modo de operação do presidencialismo de coalizão, tanto no que se refere

Lula optou por reduzir os custos de transação no Legislativo montando uma coalizão de ampla maioria, tornando a cooperação de partidos como o PSDB e o PFL teoricamente desnecessária para a definição e aprovação da agenda governamental

tal; em segundo, decide enfrentar os custos políticos de incluir na base do governo uma agremiação tida como “excessivamente pragmática” por amplos setores da opinião pública e de próprios membros da base aliada. O *trade-off*, custo de transação *versus* custo político, foi resolvido em favor do primeiro com o conseqüente agravamento do segundo.

Acrescente-se a estas dificuldades, a natureza da agenda proposta pelo governo ao Legislativo. Cabe lembrar que a vitória de Lula ocorre por conta da manifestação por parte da grande maioria do eleitorado do desejo por mais emprego e de um governo mais ativo na promoção do desenvolvimento. A coalizão que leva Lula ao poder possui nítido perfil de centro-esquerda, com forte apoio em setores desenvolvimentistas, nacionalistas e trabalhistas, todos severos críticos do governo anterior, derrotado nas urnas. Não obstante a agenda que marcou a vitória da oposição, o novo governo inicia o mandato aparentemente dando continuidade à política econômica pretérita de aperto fiscal e juros altos, além de enviar ao Congresso reformas

às parcerias estabelecidas entre as bancadas, quanto no grau de coesão que estas manifestam em plenário.

a Tabela 1 apresenta uma primeira informação importante para a análise do comportamento dos partidos, a saber, o movimento migratório entre bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. A migração partidária está intimamente associada à distribuição de postos ministeriais para os partidos que decidem se aliar ao governo. Fazer parte de um partido que controla ministério aproxima o parlamentar dos centros mais importantes de decisões alocativas de recursos públicos. Ademais, a decisão de apoiar sistematicamente o governo torna desconfortável a presença de um parlamentar em um partido de oposição, pois este terá sempre de confrontar a orientação de sua liderança, além de ficar exposto a retaliações em seu estado de origem. A força de atração do Executivo no sistema político brasileiro ficou mais uma vez comprovada na presidência de Lula:

partidos aquinhoados com ministérios receberam de partidos como PMDB, PP, PSDB e PFL, nada menos do que 46 deputados, sendo o movimento mais intenso na direção de agremiações de tradição conservadora como PL e PTB⁴. É importante notar que este recurso à migração partidária é, de fato, importante para o desempenho da coalizão governista, pois, como notamos no início do texto, o governo começa sua administração controlando apenas 40% das cadeiras da Câmara baixa. Com a adesão dos novos membros, a base ultrapassa a maioria absoluta dos votos. Até aqui, nada de novo no *front*.

Uma segunda informação básica sobre comportamento dos partidos na Câmara refere-se à proporção de encaminhamentos similares feitos por líderes de dois partidos sobre o total de votações nominais consideradas relevantes — neste ponto, já se pode notar mudanças significativas na operação do presidencialismo de coalizão. Os dados se encontram na Tabela 2.

De imediato percebe-se que um fenômeno muito interessante ocorre no governo Lula: se durante todo o período de redemocratização, passando pelos governos Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC, predominou um claro padrão ideológico no modo pelo qual os líderes se posicionavam diante das questões postas à votação, isto não mais se verifica no período que se inicia em janeiro. Levantamento feito por Figueiredo e Limongi (1999, *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora da FGV) indicou claramente a disposição dos partidos no *continuum* ideológico direita-esquerda, as maiores coincidências de encaminhamentos ocorrendo entre PFL/PDS (atual PP)/PTB à direita, PMDB/PSDB pelo centro e PT/PDT pela esquerda. O padrão atual sofre alteração significativa, pois o tom do posicionamento dos partidos deixa de ser ideológico, tornando-se mais propriamente governo + independentes *versus* oposição. Partidos como PFL e PSDB encaminharam de forma coincidente 75% das votações, sem poder, entretanto, contar com a solidariedade de PP, PTB e PMDB — PFL e PP coincidiram apenas 17,7% das vezes, sendo esta cifra de ridículos 7,7% para o PTB. Na mesma linha, PSDB e PMDB, antigos parceiros, trabalharam juntos em apenas 34,6% das decisões de voto. De outra parte, o PT torna-se o parceiro preferencial destes partidos, com 78% de

encaminhamentos similares ao do PP (um partido independente), 90% ao do PMDB (no limiar da independência e apoio formal ao governo) e 94% ao do PTB. Por conseguinte, nada mais distante da realidade vivida na Era FHC.

Visto o padrão de encaminhamentos, chegou a hora de verificarmos os índices de disciplina dos partidos. Os dados estão disponíveis na Tabela 3.

O primeiro fator relevante encontra-se na disciplina média dos partidos da base aliada (partidos representados no ministério), sempre acima de 90%, com exceção do PV (com 86,5%), o que indica que a heterogeneidade da coalizão e a natureza da agenda não afetaram a coesão agregada dos partidos no governo. Uma segunda observação importante refere-se ao comportamento do PMDB e do PP, partidos que embora deslocados do Ministério, demonstram boa vontade com o presidente — 89,9% e 85,3% de disciplina, respectivamente, números bastante próximos dos verificados para o período FHC. Em terceiro lugar, temos os efeitos do realinhamento partidário na Câmara — PSDB e PFL, partidos altamente disciplinados durante o período prévio ao governo Lula, manifestam comportamento significativamente distinto, com 78,9% e 81% de disciplina cada. Uma terceira informação interessante consiste no comportamento do PL, partido, como vimos, indisciplinado durante o mandato do presidente Fernando Henrique — sua bancada esteve ostensivamente presente nas votações da agenda governamental, além de manifestar alto grau de coesão. Novamente, nada mais distante da realidade vivida na Era FHC.

Duas questões surgem da análise pretérita: será mesmo que a natureza da agenda não causou nenhum impacto no comportamento de partidos da base aliada? A que se deve o comportamento pouco disciplinado de partidos como o PFL e PSDB? A primeira pergunta pode ser respondida com a observação das duas últimas colunas da Tabela 2. O governo encontra dificuldades na coalizão, mas esta não se manifesta na decisão de voto dos membros da bancada, mas sim na taxa de presença em plenário. A terceira coluna mostra, por exemplo, que a presença média da bancada do PT em plenário é de 79 deputados, o que corresponde, se aplicada sobre esta média uma disciplina de 97%, verificada na primeira coluna, a uma bancada efetiva de 77 deputados (repare que este é o número que aparece na quarta coluna da tabela). Se fizermos a mesma operação para to-

TABELA 1

Migração partidária intrabloco¹

PARTIDO ORIGEM	COALIZÃO DE GOVERNO						PARTIDO DE DESTINO			Part. N**
	PTB	PL	PSB	PPS	PDT	PV	PMDB	PPB/PP	OPOSIÇÃO PFL PSDB	
PTB		2	2				1	1		1
PL	3		1	1						
PSB	1									
PPS		1								
PDT	3								1	1
PMDB	5	2		1	1				1	1
PPB/PP	3	3	2						1	
PFL	5	8	1	1		1		1		1
PSDB	8	4		1			1	3		
Part. N*	1	2	3				1			

Fonte: Banco de dados Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON) IUPERJ.

*Partidos nanicos - PMN; PSDC; PSL e PST

**Partidos nanicos - PMN e PSL

¹ Estão excluídos da análise os seguintes deputados que mudaram mais de uma vez de partido: Alceste Almeida (PL-PPS-PMDB); Enio Tático (PSC-PL-PTB) e Francisco Garcia (PFL-PPS-PP).

TABELA 2

% indicações de votos semelhantes dos líderes partidários

	PSDB	PPB/PP	PMDB	PTB	PL	PT
PFL	75	17,3	17,3	7,7	11,5	9,6
PSDB		30,8	34,6	26,9	25	26,9
PPB/PP			80,8	80,8	75	78,8
PMDB				86,5	86,5	90,4
PTB					92,3	94,2
PL						92,3

Fonte: Banco de dados Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON) IUPERJ.

TABELA 3

Variações das bancadas e disciplina partidária 2003

PARTIDO	BANCADA ELEITA	DISCIPLINA	PRESENÇA MÉDIA	BANCADA EFETIVA
PT	91	97,7	79	77
PTB	26	91,8	37	34
PL	26	95,0	28	27
PSB	22	93,0	20	19
PPS	15	96,8	16	15
PDT	21	92,1	12	11
PC do B	12	97,9	9	9
PV	5	85,6	5	4
PMDB	75	89,8	50	45
PPB/PP	49	85,3	34	29
PFL	84	78,9	53	42
PSDB	70	81,0	44	36
PRONA	6	95,7	5	5

Fonte: Banco de dados Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON) IUPERJ.

TABELA 4

Disciplina partidária na reforma da Previdência - PEC 40/2003

PARTIDO	REFORMA DA PREVIDÊNCIA		DISCIPLINA %
	VOTOS INDISCIPLINADOS	VOTOS DISCIPLINADOS	
PT	11	80	87,9
PTB	8	39	83
PL	0	37	100
PSB	5	24	82,8
PPS	0	17	100
PDT	4	9	69,2
PC do B	4	7	63,6
PV	1	4	80
PMDB	19	45	70,3
PPB/PP	13	31	70,5
PFL	33	36	52,2
PSDB	29	28	49,1
PRONA	0	6	100

Fonte: Banco de dados Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON) IUPERJ.

dos os partidos da coalizão e somarmos os números correspondentes a estas bancadas e que constam da quarta coluna, chegaremos a uma bancada de 196 deputados, significativamente abaixo do quórum necessário para alcançar a maioria absoluta e a léguas de distância do apoio a reformas constitucionais⁵. A inclusão do PMDB e do PP à base, eleva este número para 271 congressistas na Câmara baixa, suficiente para aprovar matérias ordinárias e leis complementares, mas ainda distante de matérias constitucionais. Aqui reside a importância dos partidos de oposição para os destinos da agenda do governo no Congresso. Veja, por exemplo, a Tabela 4 que apresenta os dados relativos à reforma da previdência.

Uma primeira conclusão relevante consiste em algo já amplamente divulgado na imprensa. Nesta votação, como é sabido, PFL e PSDB literalmente racharam, PT experimenta taxa de indisciplina inédita, PDT define uma trajetória de oposição e, mais uma vez, o PL aparece como parceiro mais confiável, contabilizando 100% de votos a favor e suas fileiras⁶. Partidos como o PTB, PCdoB e PSB revelam grande dificuldade em manter sua bancada unida em temas sensíveis, embora tenham se mostrado cooperativos e altamente comprometidos com a agenda do governo em termos mais gerais. Finalmente, PMDB e PP também não caminham unidos em favor do governo: a disciplina destes dois partidos é quase idêntica, em torno de 70% de votos favoráveis à reforma. A conclusão é relativamente simples: por conta do grau de heterogeneidade da coalizão que montou no Legislativo e dos compromissos históricos com setores da esquerda nacionalista e desenvolvimentista, o PT continuará enfrentando obstáculos para manter sua base unida em torno de matérias de reestruturação do setor público e das relações do setor privado como Estado. Por isso, o

diálogo com a oposição é imprescindível. Sem os votos do PSDB e do PFL, as reformas como a previdenciária, tributária, da legislação trabalhista, do Judiciário e do sistema político, correm o risco de não serem aprovadas em plenário. Mais uma vez, nada mais distante da realidade vivida durante a Era FHC, na qual os partidos de oposição sempre votavam em bloco contra os projetos de emenda constitucional.

as evidências iniciais atinentes ao comportamento dos partidos no governo Lula apontam, em suma, para uma diferença fundamental com relação ao período anterior. Durante a presidência de Fernando Henrique, como se disse, dois pilares sustentaram a operação da base governista no Congresso: a distribuição de cargos ministeriais aos grandes partidos e o papel exercido pela presidência das duas Casas e dos líderes partidários na coordenação da agenda legislativa. Com Lula, um novo ingrediente é posto na mesa: a negociação permanente com partidos de oposição, negociação que transcende questões procedimentais e que, portanto, atinge o próprio mérito dos projetos em tramitação. O PT obedece à tradição ao distribuir ministérios aos partidos aliados, além de estimular, ou se calar face o troca-troca de partidos. Obedece também à tradição confiando aos líderes e presidente da Casa a tarefa de coordenar a agenda do Governo no Legislativo. Mas inova ao incorporar de maneira institucional os partidos de oposição ao processo substantivo de negociação das reformas, o que acaba por fortalecer a dimensão *policy seeking* de nossas tão criticadas agremiações. Se fez por necessidade ou opção, são outros quinhentos...

e - mail : f s a n t o s @ i u p e r j . b r

NOTAS

1. Neste texto, disciplina de um partido é definida como o percentual dos deputados desta agremiação que votaram de acordo com o encaminhamento feito pelo líder em votações consideradas relevantes. O critério de relevância utilizado é o de ter havido nas votações em que o quórum regimental foi atingido por pelo menos 10% de diferença entre o percentual de votos sim e o percentual de votos não. Os dados sobre produção legislativa constam de Octavio Amorim Neto e Fabiano Santos (2002, "A produção Legislativa no Congresso: entre a Paróquia e a Nação", in Werneck Vianna, Luiz - org., *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG) e os referentes à disciplina partidária, em Santos e Villarouca 2003.

2. Esta análise ainda não leva em consideração a migração partidária, o que será feito a seguir.

3. Estes dados foram extraídos de Santos e Villarouca 2003.

4. Estes números valem para o período compreendido entre o início da atual legislatura até o mês de agosto de 2003.

5. É importante mencionar que já estão incluídos, para fins de contabilização da presença média e da bancada efetiva, os impactos da migração partidária sobre a distribuição de cadeiras pelos partidos.

6. Vale notar também o desempenho do PPS, do ministro Ciro Gomes e de líderes como Roberto Freire, cujo desempenho, como demonstrado na tabela sobre disciplina, já indicava alta capacidade de presença e disciplina em plenário.

POR JAIRO NICOLAU
CIENTISTA POLÍTICO

PESSOAS, PARTIDOS E PARLAPATÓRIOS



ILUSTRAÇÃO ANDRÉ BETHLEM

Uma das principais críticas feitas ao sistema eleitoral utilizado nas eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil é a de que ele estimula a personalização da escolha e enfraquece os laços dos eleitores com os partidos. É freqüente vermos políticos descrevendo as eleições parlamentares mais como uma disputa entre colegas de uma mesma legenda, do que como uma disputa interpartidária. Também ouvimos eleitores declararem que escolhem seu candidato independentemente do partido ao qual ele pertence. Afinal, o partido conta ou não na decisão do eleitor brasileiro?

Até hoje não temos evidências seguras para avaliar a personalização (ou partidarização) da escolha nas eleições parlamentares no Brasil. Este texto apresenta alguns resultados de pesquisa realizada pelo IUPERJ, que trazem novas evidências sobre o assunto. De fato, os resultados confirmam opinião corrente sobre o sistema representativo brasileiro: a fragilidade dos partidos e o peso dos atributos do candidato na escolha para deputado federal. Ao final, discute brevemente algumas alternativas apresentadas para substituir o sistema em vigor no país (apontado como o principal responsável pela personalização) por outros, que poderiam fortalecer os partidos na arena eleitoral.

VOTO NOMINAL E DE LEGENDA NO BRASIL

Desde 1945 o sistema eleitoral utilizado na escolha dos deputados federais no Brasil mantém sua característica fundamental: o partido apresenta uma lista de nomes, mas a decisão sobre quais deles serão eleitos, cabe exclusivamente ao eleitor (lista aberta)¹. Em alguns países que utilizam a representação proporcional, os partidos ordenam a lista de candidatos antes das eleições e o eleitor não pode mexer na lista; ou seja, só pode votar no partido (lista fechada). Já em outros, o eleitor pode assinalar um (ou mais) nome(s) da lista ordenada previamente pelo partido (lista flexível).

Atualmente, o eleitor brasileiro pode votar em um candidato ou na legenda. Neste último caso, os votos são computados para distribuir as cadeiras, mas não influenciam a disputa interna entre os nomes da lista. A institucionalização do voto de legenda ocorreu de maneira paulatina no Brasil. No período em que não havia cédula oficial nas eleições para Câmara dos Deputados (de 1945 até 1958) a

legislação sugeria que o partido e o nome do candidato constassem da cédula. O voto era computado apenas para a legenda nos casos de imprecisão: a) se a cédula contivesse nome de um partido e candidato inscrito por outro; b) se duas cédulas com nome de dois diferentes candidatos fossem colocadas na sobrecarta².

A partir da introdução da cédula oficial, em 1962, o voto de legenda veio a ser uma opção, pois a cédula passou a contar com um espaço no qual o eleitor podia escrever as iniciais do partido ou da coligação. A eleição de 1982 — em que os eleitores foram obrigados a votar no mesmo partido — foi a única sem um espaço específico na cédula para o voto de legenda. As cédulas de 1986 e 1990 acrescentaram pequenos quadrados com as siglas dos partidos, que deviam ser marcados no caso de opção pelo voto de legenda. Em 1994, os quadrados com as siglas foram suprimidos e para votar na legenda o eleitor novamente teve que escrever o nome (ou a sigla) do partido. A partir de 1998, com a introdução do voto eletrônico, para votar na legenda basta digitar o número do partido.

A Tabela 1 apresenta a taxa de voto de legenda dos principais partidos a partir de 1986. Em média, apenas 12,9% dos eleitores votaram na legenda. A oscilação entre os anos e os partidos é intensa. Essa variação é provavelmente fruto da combinação de diferentes processos de votação ao longo do período (cédula de papel com a apresentação da lista de partidos, cédula na qual o eleitor necessitava escrever o nome ou a sigla do partido preferido, urna eletrônica), com diferentes estratégias dos partidos na campanha (prioridade no voto de legenda, presença de puxadores de legenda) e mesmo fora dela (propaganda com ênfase na reputação partidária). Essa última tem sido a estratégia do PT ao longo do período e explica, em larga medida, o alto contingente de votos de legenda recebido por ele.

Nos países (Finlândia e Polônia, por exemplo) nos quais os partidos não definem a ordem dos candidatos antes das eleições (lista aberta), o eleitor não tem a opção de votar na legenda e deve votar em um nome para ter seu voto computado para o partido. Já nos países (Suécia e Áustria, por exemplo) em que os eleitores podem alterar a ordem dos nomes apresentados pelos partidos (lista flexível), votar na legenda significa concordar com a lista tal como ordenada pelo partido. O Brasil é um caso singular, pois o voto dado na legenda tem um efeito parcial: contri-

bui para distribuir as cadeiras entre os partidos, mas não tem nenhum efeito na distribuição de cadeiras entre os candidatos de um mesmo partido. No extremo, uma eleição no qual todos os eleitores votassem na legenda, não haveria uma definição sobre quais candidatos seriam eleitos.

VOTO PARTIDÁRIO E PERSONALIZADO NAS ELEIÇÕES DE 2002

O alto percentual de votos recebidos pelos candidatos e o reduzido obtido pelos partidos nas eleições legislativas não é evidência suficiente para dizer que o contingente de voto personalizado é alto e voto partidário é baixo. Embora a percepção no meio político seja que o voto personalizado é predominante no Brasil, não há evidências empíricas sólidas para confirmá-la. Os resultados de uma pesquisa de opinião realizada pelo IUPERJ em dezembro de 2002 contribuem com novos dados³.

Uma primeira pergunta procurou mensurar o grau de simpatia/preferência dos eleitores pelos partidos políticos. Entre os entrevistados, 43% disseram ter simpatia por algum deles. Uma pergunta feita apenas para os que revelaram ter simpatia partidária, procurou também mensurar a intensidade da preferência: 17% do total de eleitores votam sempre nos candidatos do partido que têm simpatia, enquanto 26% disseram que, dependendo do candidato, podem não votar no partido para os quais têm simpatia (ver Tabela 2).

A Tabela 3 apresenta o grau de simpatia partidária por partido. Os quatro partidos citados (PT, PMDB, PSDB e PFL) são os que receberam mais de 1% das menções. O PT aparece de maneira destacada: um em cada quatro eleitores brasileiros tem simpatia pelo partido. Mais da metade dos eleitores que têm simpatia partidária é simpática ao PT. O mesmo padrão é encontrado quando se observa o grau (forte ou fraco) de simpatia.

Uma pergunta específica procurou dimensionar o que foi mais importante para o eleitor na votação para deputado federal: o partido ou o candidato. Para 87,3% dos

eleitores o candidato é o mais importante. O partido apareceu como importante para um número reduzido de eleitores (17,3%), aí incluídos 8,6% de eleitores que consideraram tanto o partido como candidato como importantes (ver Tabela 4).

A Tabela 5 dimensiona o grau de congruência entre a simpatia por um partido e o voto por esse partido nas eleições para a Câmara dos Deputados. Os dados são apresentados como proporção de todo o universo: 18,5% dos eleitores votam no mesmo partido que têm simpatia; 11,2% em partidos diferentes dos que têm simpatia; 9,6% têm simpatia por uma legenda, mas não se lembram ou não sabem em qual partido votaram nas eleições para deputado federal. Novamente, o desempenho do PT deve ser destacado: 13% dos eleitores brasileiros têm simpatia e votaram no partido para deputado federal.

Observando as Tabelas 3, 4 e 5, encontramos valores mais ou menos próximos para o grau de *partidarização* do eleitorado brasileiro: 17% com simpatia forte; 18,5% revelando congruência entre voto para deputado e simpatia partidária; 17,3% considerando o partido importante na escolha para deputado federal. Em linhas gerais, podemos dizer que o contingente de eleitores para os quais o partido é importante na escolha eleitoral ficaria na faixa de 15% a 20% do total.

Os entrevistados foram perguntados ainda acerca da principal razão para terem votado em um determinado nome (ou partido) nas eleições para deputado federal. A Tabela 6 apresenta um sumário das respostas sobre as razões para o voto nos candidatos. Apenas as respostas que foram citadas por pelo menos 1% dos eleitores são apresentadas. Alguns esclarecimentos são necessários. Em primeiro lugar, as referências específicas à atividade (passado e trabalho) foram separadas das menções às idéias do candidato. Por sua vez, respostas gerais sobre as idéias dos candidatos foram separadas da avaliação da propaganda que esses fizeram. A agregação desses três tópicos, revela que 54,4 % dos eleitores que votaram em candidatos mencionaram alguma característica deste (conhecimento, passado, trabalho, idéias e propaganda). Um número significativo de eleitores (18%) votou em nomes indicados por amigos e parentes. Um outro grupo de eleitores (13,1%) declarou escolher o candidato por este pertencer ao mesmo grupo social (território, igreja, categoria

NÃO HÁ EVIDÊNCIA
EMPÍRICA SÓLIDA QUE
CONFIRME SER O VOTO
PERSONALIZADO
PREDOMINANTE NO PAÍS
CONFORME
ACREDITAM
OS POLÍTICOS

TABELA 1

Percentual de Voto de Legenda Obtido pelos Principais Partidos. Eleições para a Câmara dos Deputados, 1986-2002

	1986	1990	1994	1998	2002	Média
PT	22,8	43,4	33,0	26,3	14,6	28,0
PCB/PPS	13,8	23,2	2,9	27,7	11,4	15,8
PDT	13,5	23,6	5,1	17,5	18,4	15,6
PDS/PPR/PPB	17,9	27,6	2,1	9,1	8,1	13,0
PSDB	-	9,7	10,8	19,7	9,4	12,4
PMDB	14,4	16,0	3,6	8,8	6,1	9,8
PTB	18,9	11,3	2,3	8,7	7,4	9,7
PCdoB	17,1	18,2	1,8	7,7	3,5	9,7
PSB	12,0	9,0	2,1	8,4	9,4	6,6
PL	3,3	9,6	2,2	9,6	5,7	6,1
PFL	5,7	6,9	2,3	5,7	5,7	5,3
Brasil	13,8	18,3	8,3	14,1	9,9	12,9

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

TABELA 2

Simpatia pelos partidos políticos

Simpatia Forte (tem muita simpatia, vota sempre nos candidatos do partido)	17%
Simpatia Fraca (tem simpatia, mas nem sempre vota nos candidatos do partido)	26%
Não tem Simpatia	57%
Total	100,0

N = 1931

TABELA 3

Grau de Simpatia por Partido Político

	PT	PMDB	PSDB	PFL	Outros	Total
Forte	10,5	2,0	1,9	1,1	1,6	17,1
Fraca	15,7	4,3	2,5	1,7	2,3	25,9
	25,6	6,3	4,4	2,8	3,9	43,0

N = 1931

TABELA 4

Na decisão do voto para deputado federal o que foi mais importante: a pessoa do candidato ou o partido?

	%
Candidato	82,7
Partido	8,7
Ambos	8,6
Total	100,0

N = 1843

profissional). Apenas 5,3% destacaram o pertencimento a um partido como a principal razão para escolha por um determinado candidato.

VOTO PREFERENCIAL E REFORMA ELEITORAL

Os dados da Pesquisa IUPERJ-2002 deixam claro que nas eleições para a Câmara dos Deputados os partidos contam pouco e a escolha eleitoral ocorre, sobretudo, em bases personalizadas. Há um razoável consenso entre os estudiosos de que o sistema de lista aberta contribui fortemente para a personalização das escolhas dos representantes no Brasil. Mas essa influência não é absoluta, como pode ser demonstrado pela experiência do PT. O partido ao longo de sua história estimulou a reputação partidária, conseguindo uma posição particular no espectro político: maior contingente de votos de legenda e de simpatia partidária, menor taxa de defecções entre os parlamentares da bancada no Congresso, e alta taxa de disciplina nas votações nominais. Ou seja: embora o sistema eleitoral tenha uma forte influência sobre as escolhas dos eleitores e dos partidos, esta influência está longe de ser determinista.

Do ponto de vista da reforma do sistema eleitoral é fundamental avaliar quais são os efeitos negativos da personalização da escolha eleitoral. Ou dito de outra maneira, é realmente ruim para o sistema representativo que a motivação para o voto seja a avaliação dos atributos dos candidatos e não a dos partidos aos quais estes estão vinculados? No caso de resposta positiva, e identificando o sistema de lista aberta como responsável pela personalização, o passo seguinte é pensar alternativas que poderiam estimular uma maior *partidarização* da escolha eleitoral. Mantida a representação proporcional, duas alternativas emergem: a adoção da lista fechada ou da lista flexível. Nos dois casos, os partidos apresentariam uma lista de candidatos ordenados antes das eleições. No sis-

tema de lista fechada os eleitores poderiam votar apenas na legenda. Já no sistema de lista flexível poderiam votar na legenda quando concordassem com o ordenamento apresentado pelo partido, ou em um candidato de sua preferência — um candidato mal posicionado na lista poderia garantir sua eleição, caso obtivesse um contingente expressivo de votos.

O Quadro 1 apresenta algumas vantagens e desvantagens de três opções de escolha de candidatos nos sistemas de representação proporcional. O sistema em vigor no Brasil teria a desvantagem de estimular a disputa entre os nomes de um mesmo partido e personalizar a escolha eleitoral. Por outro lado, permite que, além da escolha por um determinado partido, o eleitor possa escolher também um nome da lista. A principal proposta apresentada para substituí-lo, a lista fechada, tenderia a fortalecer os partidos na arena eleitoral, mas, além de reduzir a escolha dos eleitores, poderia dificultar a renovação dos dirigentes políticos. O sistema de lista flexível — que pode ter vários formatos para contabilizar os votos dados aos candidatos — tenderia a fortalecer os partidos, mas não garantiria o fim da disputa entre os candidatos de um mesmo partido nas eleições.

Fica claro que quaisquer das opções produzem efeitos para além do incentivo a uma maior ou menor personalização do voto. Fazer uma escolha por um novo modelo é necessariamente “comprar o pacote”. Caso nossos legisladores concordem que um dos objetivos da reforma eleitoral é o de fortalecer os partidos na arena eleitoral, é bom lembrar do que se perde ao abandonar o sistema de lista aberta, e quais aspectos negativos podem surgir no caso da adoção de um novo sistema eleitoral. Aliás, essa equação deveria servir como métrica de qualquer mudança institucional.

e - m a i l : j n i c o l a u @ i u p e r j . b r

NOTAS

1. Para uma descrição do atual sistema eleitoral brasileiro e das propostas para reformá-lo ver: “A Reforma da Representação Proporcional”, Jairo Nicolau, em *Reforma Política e Cidadania*, Maria Victória Benevides, Paulo Vannuchi e Fábio Kerche (org). São Paulo, Instituto Cidadania/Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

2. Até 1958, nas eleições proporcionais o processo de votação con-

sistia em inserir a cédula distribuída pelos partidos e candidatos em um envelope (sobrecarta) recebido junto à mesa eleitoral.

3. A pesquisa foi realizada entre os dias 12 e 15 de dezembro de 2002. Foram feitas 2.004 entrevistas domiciliares em 115 municípios de todo o país. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, em um intervalo de confiança de 95%. Os questionários foram aplicados pelo Instituto Vox-Populli.

TABELA 5

Percentual do Total de Eleitores que têm Simpatia por um Partido e votam no mesmo Partido. Percentual sobre o Total

	No mesmo partido	Em outro partido	Não sabe/ Não lembra	Total
PT	13,3	6,4	5,9	25,6
PMDB	2,4	2,0	1,9	6,3
PSDB	2,0	1,4	1,0	4,4
PFL	0,8	1,2	0,8	2,8
	18,5	11,2	9,6	39,1

N= 1931

TABELA 6

Qual a Principal Razão para ter Votado no Candidato a Deputado Federal?

Conhece o trabalho / conhece o passado do candidato	29,1
Gosta das idéias do candidato	20,0
Um conhecido/ parente me indicou o candidato	18,0
O candidato é da região, cidade, bairro	8,8
O candidato é do partido, do partido que simpatiza	5,2
Leu, gostou, viu a propaganda do candidato	5,3
O candidato prestou algum serviço para o eleitor ou sua família	2,1
O candidato é da igreja/ religião	3,3
O candidato é da categoria profissional/ é ligado ao sindicato	1,0
Outros	2,7
Não sabe/ Não respondeu	4,5
Total	100,0

N= 1384

QUADRO 1

Vantagens e Desvantagens dos Modelos de Lista Fechada, aberta e Flexível

Modelo	Vantagens	Desvantagens
Lista aberta	<ul style="list-style-type: none"> • Maior grau de escolha eleitoral. • Favorece uma maior renovação da elite política. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estimula a personalização da escolha eleitoral. • Disputa entre os candidatos do mesmo partido nas eleições. • Dificulta o controle de gastos de campanha. • Os dirigentes partidários têm pouco controle sobre quais candidatos serão eleitos.
Lista fechada	<ul style="list-style-type: none"> • Os dirigentes partidários têm controle sobre quais candidatos serão eleitos. • Facilita o controle de gastos de campanha. • Estimula a <i>partidarização</i> da escolha eleitoral. 	<ul style="list-style-type: none"> • Menor grau de escolha eleitoral. • Dificulta a renovação da elite política.
Lista flexível	<ul style="list-style-type: none"> • Permite que tanto as preferências dos eleitores como dos partidos sejam levadas em conta. • Favorece uma maior <i>partidarização</i> da campanha. 	<ul style="list-style-type: none"> • A competição entre os candidatos pode continuar. • Não garante o controle dos gastos de campanha.

MEU ROSTO

VENTO DO MAR NO



POR BEATRIZ RESENDE
PESQUISADORA

E O SOL A

QUEIMAR, QUEIMAR...



ILUSTRAÇÃO FERNANDO MENDONÇA

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Ela criou cidades enormes, aumentou o número da população urbana, em face da rural, em alta escala e, assim, arrancou do idiotismo da vida rural uma parcela significativa da população. Da mesma forma como torna o campo dependente da cidade, ela torna os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos civilizados, os povos agrários dependentes dos povos burgueses, o Oriente dependente do Ocidente.

KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS¹

A citação acima é parte de um dos mais importantes textos românticos escritos na primeira metade do século XIX, o *Manifesto comunista*, de Marx e Engels, de 1848. Cabe lembrar que Engels é um importante estudioso da cidade, com provocativas reflexões sobre a multidão urbana que se move anônima pelas ruas da cidade. Este trecho do *Manifesto* merece destaque, por um lado, ao soar, premonitório: “o Oriente depende do Ocidente” e, por outro, ao evidenciar as dificuldades do intelectual diante do tema da cidade, a ambigüidade que experimenta frente a importância da cidade como centro difusor e ainda a complexa relação que o cidadão mantém com o homem do campo, mesmo quando aquele pretende fazer a defesa deste, carregando uma espécie de consciência culpada. A palavra “idiotismus”, do original, tem sido uma pedra no sapato dos tradutores. Eric Hobsbawm justifica a expressão afirmando que “embora os seus autores partilhassem do costumeiro desprezo do cidadão pelo mundo rural”, a palavra tem antes o sentido de “horizontes estreitos” do que de “estupidez”².

O momento da divulgação do *Manifesto* é a época áurea dos folhetins, onde publicam Balzac e Alexandre Dumas. É para fazer concorrência ao enorme sucesso de venda causado pela série dos *Três Mosqueteiros* que o *Journal des Débats* compra *Os mistérios de Paris*, folhetim de Eugène Sue que tanta influência terá na literatura mundo afora, inclusive no Brasil. O “romance em fatias” — para usar a feliz expressão de Marlyse Meyer —, publicado em jornais, torna-se uma democratização sem precedentes da obra literária e o êxito de Eugène Sue deve-se, sobretudo, ao tema: a vida na cida-

de. A questão, portanto, não poderia estar ausente no texto mais conhecido dos nossos teóricos do socialismo, usuários da bela retórica romântica com expressões como a frase inicial; “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo”, ou a magnífica “tudo que é sólido desmancha no ar”.

Entre nós, começaria a surgir, neste momento, o melhor da literatura dedicada à vida nas cidades: *Memórias de um sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, é de 1854. Em 1862, José de Alencar publica *Lucíola* (a nossa Dama das Camélias) e, em 1875, o fundamental romance de literatura urbana *Senhora*. Machado de Assis seguirá criando seus romances, contos e crônicas, onde as ruas do Rio de Janeiro se tornam personagens, até o *Memorial de Aires*, em 1908.

Que cidade é esta, porém, que domina quase toda a nossa narrativa, que é freqüentemente visitada pela poesia e constrói a dramaturgia brasileira desde o início?

De saída, podemos deixar claro que se trata, num primeiro momento, da metrópole, da capital. Hoje podemos dizer que são as grandes cidades ou cidades globais. São estas que servem como referência, ou, de algum modo, como metáfora da vida moderna, da vida pós-moderna, da vida no terceiro milênio.

Hoje, a oposição que o trecho de Marx e Engels apresenta não parece fazer mais o mesmo sentido. Se atravessarmos os industrializados campos europeus encontraremos sofisticação e muito dinheiro. Nas ricas propriedades agrícolas do Império, *idiotizados* proprietários de campos de milho têm acesso à informação e, evidentemente, aos bens de consumo da economia globalizada. No vasto Brasil, com seu imenso e despovoado campo, a modernidade política e organizacional introduzida pelo Movimento dos Sem-Terra torna estranho qualquer referência à ingenuidade ou afastamento de referências urbanas, seja pela forma de organização, seja pela capacidade de apelo de seus bonés vermelhos, deixando claro que associar campo a bucolismo é mais do que utopia ultrapassada, é imaginação colonial (ou colonizadora). Por outro lado, as migrações internas trouxeram para as grandes cidades forte contingente populacional que se juntou aos já existentes excluídos urbanos. São estes, hoje, aqueles despossuídos que, ainda se-

gundo os dois pensadores citados, quando se libertassem, liberariam também, para sempre, toda a sociedade.

Quando falamos na relação que a literatura guarda com a cidade (e vice-versa) é preciso levarmos em conta a mobilidade tanto da literatura — ou das literaturas — como da vida nas cidades. A cidade como tema que forma e enforma a produção literária se dá nos mais diversos gêneros literários, e não apenas no chamado romance urbano, para usarmos uma categoria fora de moda, a de gênero, mas que nos pode servir de maneira instrumental se não for restritiva.

São as cidades dos mais importantes de nossos romances e contos, as cidades de memórias, em especial as de Pedro Nava ou as cidades da lírica modernista. São o tema de sua celebração maior naquela manifestação literária que está umbilicalmente ligada à cidade, à crônica. É a cidade fragmentada como a São Paulo de Mário de Andrade em *Paulicéa Desvairada*, ou o Rio de Janeiro em seu poema “Carnaval carioca”.

Embaixo do Hotel Avenida em 1923

Na mais pujante civilização do Brasil

(...)

Lhe embala o sono

A barulhada matinal de Guanabara...

Sinos buzinas clacsons campainhas

Apitos de oficinas

Motores bondes pregões no ar

Carroças na rua transatlânticos no mar...³

Diapasão de euforia que Ribeiro Couto vai elevar ainda mais em 1926, em “Rio de Janeiro”.

As multidões infatigáveis de funcionários públicos

Circulam entre os palácios democráticos

E no peito de todos um confuso entusiasmo de felicidade

Vibra tão forte com a luz

O Brasil é o maior país do mundo

A baía de Guanabara é a baía mais bela do mundo.

O povo brasileiro é o povo mais inteligente⁴

Não à toa, o título do livro de Ribeiro Couto denomina-se *Um homem na multidão*. A cidade brasileira dos anos

20 ainda é tão fascinante aos olhos do artista quanto a excitante Nova Iorque de Edgar Allan Poe, em 1850, quando escreve “The man of the crowd”, onde os transeuntes em massa encontram um prazer inédito ao se cotovelarem nas grandes avenidas.⁵

Logo de início, na poesia de Carlos Drummond de Andrade, em “Lanterna Mágica”, aparece, misturado ao espanto de mineiro que compra bonde, o elétrico impacto causado no poeta por sua chegada ao Rio de Janeiro, onde irá se fixar, nos anos 30.

Fios nervos risco faíscas

As cores nascem e morrem

Com impudor violento

(...)

Mas tantos assassinatos, meu Deus,

E tantos adultérios também.

E tantos tantíssimos contos-do-vigário...

(Este povo quer me passar a perna).

Meu coração vai molemente dentro do táxi.⁶



Em torno da crônica, podemos refletir sobre a mobilidade da cidade e como isto determina mudanças na prática literária. O exercício da crônica, no Brasil, está especialmente ligada a uma cidade, o Rio de Janeiro, onde surge como depoimento de escritores-jornalistas sobre o cotidiano da cidade, praticada excelentemente por Machado de Assis, Olavo Bilac, João do Rio e Lima Barreto. Sem dúvida, o fato de o Rio ter sido metrópole, sediando os principais jornais, com um papel especial na vida cultural do país e ser porto-de-mar, foi, por algum tempo, decisivo. Na verdade, o Rio foi, e continua sendo, alto-falante de modas, gírias e novos costumes, cidade iconoclasta, pouco afeita à reprodução de preconceitos. Não sei bem por que, mas na cidade se dá uma mistura especial e meio estranha de condições políticas, geográficas e comportamentais que faz com que a crônica esteja ligada ao Rio como a música à Bahia, a culinária a Minas, o vinho à França e as rosas à Inglaterra. Mas é preciso lembrar sempre que a crônica é praticada no Rio por escritores vindos de toda a parte do país. Dentre os “clássicos” da crônica moderna: Paulo Mendes Campos, Drummond, Bandeira, Rubem Braga, só Vinícius de Moraes e Sérgio Porto eram, por nascimento, cariocas.

É curioso observar que a prática da crônica, que passa do século XIX ao XX, encontra nos momentos em que o Rio de Janeiro foi expressão de liberdade — de costumes, de hábitos, de independência política numa cidade com vocação oposicionista — o final dos anos 50 e os anos 60 — o auge de sua realização. Quando o regime autoritário se impõe sobre o país, não há praia nem barzinho que faça com que a crônica continue encontrando inspiração. Aos poucos vai desaparecendo dos jornais, minguando, se retraindo. É somente algum tempo depois do processo de redemocratização que o exercício da crônica voltará, felizmente, a nossos jornais. Hoje é praticada com vigor por um plantel de qualidade que de renova constantemente ocupando espaço, inclusive, nos jornais eletrônicos.

Foi especialmente durante o período, no início do século XX, que antecedeu o grito modernista que a cidade alimentou com riqueza a nossa criação literária, com as obras de João do Rio, Lima Barreto e outros esquecidos companheiros de viagem, como Benjamin Costallat e Théo Filho, autores que acompanharam de perto a transformação da cidade em grande cidade, na busca, pelo

bem e pelo mal, do ideal cosmopolita. Ao final dos anos 1930, completado o modernismo, a cidade é outra, na literatura e fora dela.

Em importante estudo sobre o modernismo, Raymond Williams (também autor do clássico *O campo e a cidade*) apresenta a cidade como fator cultural-chave para a virada modernista e vai elencar os principais fatores positivos e negativos que caracterizam a nova cidade moderna que ocupa os textos literários. Por todo o estudo, predomina a convicção de que a metrópole é o espaço privilegiado da mudança histórica e da diversidade cultural e social.⁷

A primeira visão da cidade modernizada é aquela que provocou, também, importantes momentos da ensaística de Walter Benjamin, em escritos esparsos e no célebre trabalho sobre as passagens, *Paris, capital do século XIX*, onde fala da Paris que se moderniza. É a cidade por onde circula uma multidão de estranhos, fazendo com que desconhecidos partilhem do mesmo espaço e se olhem de frente. Em nosso caso, é a cidade onde não se cruza mais nas ruas com os mesmos conhecidos da Rua do Ouvidor ou da Festa da Penha. Por entre a multidão de desconhecidos, o indivíduo vive primeiro a solidão, mais tarde a anomia.

De certa forma ligada a estas sensações, surge outra que Williams aponta com felicidade: a sensação de impenetrabilidade da cidade. Diante do estranhamento e da sensação de perder-se em meio à multidão, a cidade aparece como algo incompreensível, impenetrável, misteriosamente ameaçadora. É a cidade dos crimes, de Conan Doyle e Edgar Allan Poe, onde a prática da violência começa a ser ligada ao espaço urbano, especialmente o das ruas escuras dos bairros boêmios, que vai se firmar na literatura *noir*, nos detetives que surgem na literatura inglesa, francesa, americana, se consagram. Entre nós, leitores habituados aos policiais importados, só agora vemos esta modalidade chegar à literatura brasileira contemporânea, em romances que extrapolam a condição de histórias detetivescas para se tornarem uma outra forma de romance urbano, especialmente na obra de Luiz Alfredo Garcia-Roza e seu detetive Espinoza, ou no recentemente publicado *Crime da Gávea*, de Marcílio Moraes.

Mas ao apresentar esta cidade moderna que aparece e interfere no literário e, mais do que isso, forja o movimen-

to modernista na literatura e nas artes, Raymond Williams aponta também positivities ou, talvez, para ler com olhos do novo século, ilusões ou utopias. Para o crítico, a cidade que cresceu, inchou, não é apenas o espaço por onde se move, alienada, a multidão, mas um novo lugar também para a solidariedade humana, quando a multidão se transforma em “massa”. Essa massa é heróica, organizando as palavras, organizando as classes subalternas, num companheirismo revolucionário na cidade industrializada. Entre nós podemos lembrar, entre outras, a cidade paulista de Patrícia Galvão (*Parque industrial*) ou a cidade do teatro de Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e Gianfrancesco Guarnieri.

É ainda dentro de uma visão ou antevisão de positivities que é apontada mais uma perspectiva modernista, a da cidade como centro emissor de vitalidade pela própria variedade, diversidade, dos que a habitam. É a cidade iluminadora, poderosa, a cidade antevisão do futuro, a do clássico *Metrópole* de Fritz Lang, mas também de nossos utópicos modernistas.

Concluído ou esgotado (depende do teórico que usarmos como referência, mas este é outro debate) o projeto moderno, a partir dos anos 60, na Europa e nos EUA, ou, entre nós, do início dos anos 80, os mitos do futuro e do novo como condição única de realização humana, social ou individualmente, passarão a ser questionados primeiro, afastados depois.

Como outras utopias modernistas, a utopia da cidade feita para a eletricidade, para os carros em velocidade que nosso maior arquiteto, o modernista Oscar Niemeyer tornou realidade em Brasília, passa a ser discutida.

As cidades por onde os passantes se perdem, as cidades revolucionárias das massas organizadas ou as cidades de fantasias futuristas vão dando lugar, primeiro, à cidade dos dramas individuais, do sofrimento ou da felicidade privada, vivida a portas fechadas, na tentativa de ignorar o que se passa nas ruas. A decepção com a possibilidade de um futuro melhor trazido pelo progresso na desejada cidade moderna irá, pouco a pouco, se transformando na constatação da falta de identidade de cidades invisíveis. Não à toa, será Ítalo Calvino, o autor de *Cidades invisíveis*, um dos últimos grandes autores modernos e, de certa forma, arauto do milênio seguinte.

No mundo de cidades globais, onde a informação passa a circular pelo espaço virtual e o sucesso dá lugar ao simultâneo, as referências espaciais começam a se alterar. Um primeiro momento de otimismo diante dos processos de globalização da informação, da cultura e mesmo da economia, nos levou a questionar a fisicalidade de nossas referências e a acreditar que as novas configurações transnacionais trariam o benefício de superar a exclusão impostas pelos nacionalismos e, constatando com Benedict Anderson que a nação é uma “comunidade imaginada”, colocamos o próprio conceito de nação em suspenso. O espaço deixava de ser categoria hegemônica, dando lugar ao predomínio da referencialidade pelo tempo. E o tempo é o tempo presente. No questionamento da idéia de nação, a metrópole parecia perder o sentido original, impondo-se a virtualidade da cidade global, aquela por onde o capital circula sem fixar-se. Seria um novo formato da metrópole, resultante,



para citar Saskia Sassen, da combinação de dispersão espacial e integração global que criou um novo papel estratégico para as grandes cidades.⁸

É neste momento que ocorre, na literatura, o que já chamei, em outro estudo, de “súbito desaparecimento da cidade”⁹. A cidade que primeiro aparecera como o espaço de misturas, de circulação febril, como a chinatown do filme *Blade Runner*, de Ridley Scott, vai tendo sua fisicalidade apagada. Com suas características próprias, as peculiaridades locais, borradas ou apagadas, vai se transformando numa sucessão de não-lugares, como mostra Marc Augé falando da “surmodernité”.

São os espaços de cidades fantasmas, cidades desterritorializadas, cidades sem cenário, cidade que é qualquer cidade ou nenhuma cidade. Na nossa literatura como na americana (de Paul Auster ou De Lillo) surgem as narrativas de cidades que são espaços sem identificação, sem referência local. Dentre as expressões mais importantes desta que passa a ser conhecida como ficção brasileira pós-moderna, estão sobretudo os romances de João Gil-

berto Noll, *Hotel Atlântico*, *O quieto animal da esquina*, *Harmada* e o excelente *A céu aberto* e os de Bernardo Carvalho, como *Bêbados e sonâmbulos* e *As iniciais*. A nenhum destes romances falta violência ou dramaticidade, mas se trata sempre de dramas não-localizados, sem definições espaciais, protagonizados por identidades cambiantes, que se estendem por uma temporalidade também indefinida.

Em 1995, porém, surge uma obra que terá importância, antes de mais nada como sintoma, apontando para mudanças que estariam a caminho: o romance *Cidade de Deus*, de Paulo Lins. Volta-se, então, para o local em toda a sua violência. É subcultura do crime, do arbítrio, do mundo organizado não mais pelo trabalho mas sobretudo pelo universo infrator do narcotráfico. Surge uma circularidade trágica nesta cidade-gueto dentro da cidade, comunidade tomada pela iminência da tragédia que cerca seu cotidiano. Paulo Lins, nesta retomada do local e no assumir de uma nova dicção, ados que, vindos do espaço da exclusão usam sua própria voz ao invés da dos tradicionais mediadores, os intelectuais, que, até recentemente por eles falavam, marca o início de uma nova leva de representações da cidade na literatura, fora dela, ou no tênue limite dos textos depoimentos. À *Cidade de Deus* se sucederão outras obras que pretendem trazer para o erudito campo do literário o universo de parcelas da cidade que já se manifestavam de maneira expressiva em outras forma de expressão artística, como a música e a dança.

Ao despertarmos para o século XXI, que na verdade se iniciou em 11 de setembro de 2001, iremos nos confrontar com mais uma configuração da grande cidade. Quando explodem as torres do World Trade Center, na cidade global de Nova Iorque, coração do império que governa o mundo, não é o individualismo dominante no universo capitalista que é derrotado, nem são também forças revolucionárias que surgem organizadas. Nada que o dramático século XX pudesse ter imaginado ser o destino de suas cidades. O que se dá é a explosão de forças represadas e por isso incontroláveis, a manifestação de anônimos que representam coletividades de certo modo também anônimas. Esta explosão inesperada atinge a cidade no seu coração — ou falo —, no que se torna-



ra o símbolo da dominação do Oriente pelo Ocidente, do bárbaro pelo civilizado, para retomar a citação de Marx e Engels que nos serviu de epígrafe. Este gesto súbito e imprevisível se dá pela mão do estrangeiro, do expulso da cidade e aparece como um erro imperdoável mas que se tornara inevitável. De algum modo resultado da incontornável “força do destino”.

Neste momento, fecha-se a era da vida das cidades regida, ou formatada, pelo dramático, e instaura-se a hegemonia do trágico.

O século XX, parece-me — e este é um raciocínio que começo a desenvolver — chega a seu fim como o século do dramático, momento da loucura e do colapso como experiências privadas, e por isso dramáticas, do infortúnio, da desgraça, do êxito ou da felicidade como emoções da vida privada. O que significa dizer, mais uma vez, cenas dramáticas.

No século da psicanálise, o drama como gênero literário atingiu seu apogeu, aparecendo sob formas as mais diferenciadas, mas quase sempre lidando com o tema do eu que se impôs durante o período. No término do milênio, a visão de mundo que terminou prevalecendo foi a do meu mundo, minha cidade, minhas razões, minha ideologia, meu estado, meu reino, minha religião.

O novo século não se inicia com o gesto do herói individual, daquele revolucionário que podia mudar a ordem das coisas em um gesto, não é bem assim que podemos perceber os gestos suicidas dos que destruíram ícones do capitalismo globalizado. Os personagens que surgem nas cenas veiculadas pela mídia de todo o mundo são anônimos, mas pretendem representar uma condição partilhada, comunitária, pública. O indiscutível erro dos terroristas é o resultado de uma situação maior que seu possível drama pessoal. Por isso o erro é uma *falha trágica* que altera a vida da cidade atingida. Em seguida, ainda ferida¹⁰, a cidade atacada preparará sua vingança. Para atingir toda uma ampla coletividade, outra cultura, será preciso atingir também uma cidade símbolo. A cidade moderna ataca então a cidade antiquíssima e mísseis caem sobre Bagdá.

Mais uma configuração da vida nas cidades estaria, então, se evidenciando. Lembremos a mobilidade da cidade e do literário de que falei no início, fazendo com que essas novas configurações dêem formas novas à literatu-

ra das cidades. Recorro aqui à forma no sentido do jovem Lukács, quando, em *As almas e as formas*, afirma que o elemento social, ou seja, aquilo que, na arte, na literatura, estabelece relações sociais, é a forma.

A vida da cidade será encenada, então, em casos mais radicais sob a forma própria à tragédia, no sentido aristotélico mesmo do termo, ou por contaminações de diversos tipos, sob novas formas do trágico.

As principais condições de encenações trágicas que ressurgem, tanto no cotidiano da cidade do século XXI como em sua literatura, estão: 1. Na relação que o trágico guarda, inexoravelmente, com a vida pública, mais do que com a vida privada, com o universo coletivo ao invés do individual. A tragédia contemporânea, como a clássica, é partilhada pelo público que a ela assiste, compartilhando do sentimento (*pathos*) trágico. 2. A ação trágica acontece no espaço público da cidade. A cidade é o *locus* e é também personagem. É seu destino, sua vida que envolvem as seqüências advindas do erro trágico. A cidade é atingida e reage à ação trágica. 3. Finalmente, como mais um elemento herdado do modelo da Antigüidade Clássica, nesta encenação do trágico contemporâneo, o protagonismo cabe ao estrangeiro, nas múltiplas identidades que este estrangeiro exhibe, seja a do exilado ou a do excluído.

Se tomarmos como parâmetro essas três condições mencionadas, poderemos identificar como a tragédia aparece, hoje, como forma de manifestações artísticas e culturais as mais variadas, para além, mesmo da literatura.

Podemos, facilmente, listar uma série de produções artísticas (incluindo as midiáticas, numa tentativa de reler as grandes divisões) e iremos das fotos dos jornais ao cinema e à novela de TV, passando pelo teatro para chegar à literatura. Exemplo forte pode ser o filme de José Padilha, de 2002, “Ônibus 174”, que reconstrói a tragédia vivida pela cidade do Rio de Janeiro quando aconteceu o seqüestro do ônibus 174, na tarde de 12 de junho de 2000, que terminou com duas mortes: a da jovem que viera do Nordeste para morar no Rio e se dirigia para o trabalho numa escola da favela da Rocinha e a morte, já anteriormente anunciada, desta espécie de personagem da tragédia moderna que foi o jo-

vem Sérgio, ou Sandro, ou *Mancha*, sobrevivente da chacinha da Candelária. Na “vida real”, como no filme, os acontecimentos sucedem no tempo cronológico da tragédia (do início do dia até o cair da noite), num espaço único, e são acompanhados pelo público que os cerca em semicírculo e pelo coro, no filme os que comentam os fatos, na “realidade” a imprensa que transmite os fatos em “tempo real”.

No filme de Padilha é especialmente interessante a *presentificação* dos fatos acontecidos, com a utilização de uma estética *suja*, aproximando intencionalmente as imagens do documentário das captadas pelas câmaras do serviço de trânsito da cidade ou das transmitidas pela TV.

Um outro exemplo de provocação a pensar a contemporaneidade da tragédia nos foi proporcionado pela recente opção do jovem grupo Teatro do Pequeno Gesto, do Rio de Janeiro, ao encenar *Medéia*, de Eurípedes, numa releitura que apresenta a personagem, sobretudo, como a estrangeira na cidade.

Nossa leitura moldada pelo neoclassicismo europeu vê sempre Medéia como a mais cruel das personagens, onde

o ciúme supera até o sentimento mitificado por nossa cultura como *instinto* maternal. Se voltarmos sobretudo a Eurípedes, encontraremos Medéia — heroína trágica tão freqüentemente reescrita por todas as formas, do teatro ao cinema, passando pela televisão, sobretudo como a estrangeira na cidade, a “mulher bárbara”, aquela de quem, como diz o coro, nem a cidade nem um amigo teve compaixão. Ao final, porém, é Medéia a única personagem que, após cometer a falha trágica, pelo famoso recurso cênico do “deus ex-machina”, é salva e parte no carro do Sol, seu avô. Na dramaturgia de Fatima Saad e Antônio Guedes, é a releitura da mulher estrangeira, exilada na cidade do saber e da ciência, onde as leis deveriam se sobrepor à força, que comove o público contemporâneo. Não à toa, outras montagens de *Medéia* já aparecem anunciadas no panorama teatral.

Para voltar ao campo da literatura, basta-nos um exemplo, talvez o mais expressivo que possamos encontrar na literatura contemporânea: o premiado romance de Luiz Ruffato, *Eles eram muitos cavalos*, publicado em 2001. O título, enigmático, sai de poema de Cecília Meireles: “Eles eram muitos cavalos,/ mas ninguém sabe seus nomes,/sua pelagem, sua origem...”

A obra do escritor mineiro, que vive em São Paulo, não é exatamente um romance no sentido tradicional, embora se apresente como tal, são 69 textos, tratados sob formas diversas, que vão de um modelo dramático ao poema em prosa, do conto curto à descrição enumerativa, ou à reprodução dos recados de uma secretária eletrônica até a lista de anúncios em procura de parceiros.

Seja qual for o tom adotado na construção dos fragmentos unidos pelo fio constituído pela vida na cidade global, a São Paulo deste terceiro milênio, o trágico os atravessa. Mesmo quando a prosa organiza-se próxima ao poético, o tom sempre é do destino trágico:

*Para quê
Se tudo acaba
tudo
tudo se perde num átimo
o sujeito no farol se assusta
atira
e o cara sangrando sobre o volante o carro ligado
o povo puto atrás dele*



Pode ser a listagem de livros numa estante, um cardápio, uma mensagem na internet, ou o texto de um diploma de evangelização. E pode, também, assemelhar-se a um microconto, como o antológico “Noite” (os fragmentos são numerados e nomeados, cenas da cidade) ou “Aquela mulher”, dolorosamente fragmentário e absolutamente trágico:

(...)

aquela mulher que se arrasta espantalha por ruavenidas do morumbi ignorando ao relento se ratos ou baratas ignorando se chuva ou sol escorrem pela guia ignorando sapatos tênis havaianas polícia ignorando aquela mulher que se arrasta espantalha por ruavenidas do morumbi

não era assim

não

não era

(...)¹¹

Falando sobre “cidades feridas”, Barbara Freitag estabelece importante diferença entre “cidades em ruínas” ou “cidades mortas” e as cidades feridas pelas mãos do homem, cidades que pedem socorro e onde “os primeiros que ouvem seu grito de dor são os moradores”, e afirma:

A “cidade ferida” ainda dispõe de uma população urbana, disposta a lutar pela “cura” de sua cidade, esforçando-se por tratar as feridas e devolver à cidade outrora orgulhosa a dignidade e a beleza que a distinguiam de outras.¹²

Na obra de Ruffato os moradores são personagens de histórias onde aparecem bebês perseguidos por ratos, assassinos a sangue-frio em troca de qualquer rádio de pilha, conformismo e humildade ou revolta descontrolada, na cidade de “janelas cerradas, cidadela irresgatável, lá fora o mundo, calor, poluição, tensão, corre-corre”. Apesar de tudo, entre esta população de humilhados e ofendidos, qualquer vislumbre de esperança viceja fácil. Há, quase sempre, um desejo oculto, pequena ambição que pode fazer com que a vida valha a pena.

Evidencia-se, então, que nas cidades transformadas pelo homem e encenadas pela literatura como *locus* por excelência do trágico deste início de século XXI, continua existindo, no entanto, a esperança de se encontrar uma solução, ainda que trazida por inesperado recurso de algum “deus ex-machina”, que traga de volta a alegria e o prazer que só o flunar pelas ruas, sozinhos ou por entre a multidão, pode nos dar.

e - mail: bresende@centroin.com.br

NOTAS

1. Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Marcus Vinicius Mazzari. Revista Estudos Avançados no. 34. vol.12. set-dez.1998. São Paulo, USP. Pág. 7 a 43
2. HOBBSAWM, Eric . *Sobre a história*. S.P. , Companhia das Letras, 1998, pag. 298.
3. ANDRADE, Mário. *Poesias completas*. São Paulo, Martins, 1966. Pag. 110 a 121
4. COUTO, Ribeiro. *Um Homem na Multidão*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1926.
5. No original: “This latter is one of the principal thoroughfares of the city, and had been very much crowded during the whole day. But, as the darkness came on, the throng momentarily increased; and, by the time the lamps were well lighted, two dense and continuous tides of population were rushing past the door. At this particular period of the evening I had never before been in a similar situation, and the tumultuous sea of human heads filled me, therefore, with a delicious novelty of emotion.”

6. ANDRADE, Carlos Drummond. *Alguma poesia*. R.J. ,Record, 2001. pag.33
7. WILLIAMS, Raymond. “Metropolitan Perceptions and the Emergence of Modernism”. In: *The politics of Modernism*. Londres, Verso, 1990. pags 37 a 48.
8. SASSEN, Saskia. *The global city*. New York, Princeton University Press, 1991.
9. RESENDE, Beatriz. “Súbito desaparecimento da cidade na ficção brasileira dos anos 90”. In: *Apontamentos de crítica cultural*. Rio de Janeiro, Aeroplano/DNL, 2002
10. Cf o excelente texto de Barbara Freitag ‘Cidades feridas’ na home page do Projeto Itinerâncias, da UNB http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/cidades_feridas.pdf
11. RUFFATO, Luiz. *Eles eram muitos cavalos*. São Paulo, Boitempo, 2001. Pag. 70-71.
12. FREITAG, Barbara, trabalho citado.



As infernais
doenças
DEMOCRÁTICAS

Por André Cezar Médici
Economista



Ilustração

Marcelo Duarte



redução da incidência de doenças transmissíveis tem sido encarada como um dos grandes progressos alcançados pela humanidade nos últimos anos. Para todos? Bom, aí é diferente. Se estivermos falando dos segmentos mais ricos da população mundial, é verdade. Mas o que dizer daqueles que, por viverem em países mais pobres, ou mesmo nas regiões mais pobres dos países de renda média como o Brasil, ainda morrem por doenças que já foram eliminadas, faz muito tempo, dos espaços públicos e da vida privada dos leitores dessa revista? E que dizer dos novos riscos epidemiológicos, como AIDS, SARS e outros que, depois que se espalham, acabam incidindo preponderantemente entre os mais pobres?

Com o avanço da globalização, nos é permitido ter informação cotidiana sobre a incidência de novas e a reincidência de velhas endemias. Mas para boa parte das pessoas que vivem nos principais centros urbanos mundiais, mesmo na América Latina e no Brasil, estas informações são apenas virtuais, dado que o risco de exposição é baixo. Por outro lado, o convívio com estas endemias é compartilhado entre aqueles para os quais os progressos alcançados na saúde pública são igualmente virtuais, dado que seu cotidiano os leva a viver com menos de dois dólares por dia¹, sem luz quando escurece, sem água tratada para cozinhar e banhar-se, sem alimentação adequada e suficiente, sem sexo seguro e sem serviços de saúde.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, em 2001, as doenças transmissíveis representavam quase 20% da mortalidade mundial e se somadas a outras causas de morte associadas à pobreza, tais como infecções respiratórias e intestinais, atenção deficiente ao parto e desnutrição, se conclui que quase um terço da humanidade perde sua vida precocemente por causas evitáveis através de medidas de saúde pública ou de assistência médica a baixo custo.

Cerca de 11 milhões de pessoas morrem anualmente por doenças transmissíveis, dos quais 2,9 milhões por AIDS; 1,6 milhão por tuberculose e 1,1 milhão por malária. Entre as crianças, cerca de 2 milhões morrem a cada ano por infecções intestinais e outros 1,3 milhão por doenças evitáveis como o sarampo, a coqueluche e o tétano

neonatal. Além do mais, 500 mil mulheres por ano morrem por causas associadas à gravidez e ao parto e 500 mil crianças por deficiências nutricionais (Tabela 1).

Em regiões mais pobres, como os países africanos, a percentagem de mortes provocadas por doenças transmissíveis chega a 52%, enquanto que na Europa (incluindo os países do Leste Europeu) atinge somente 2%. Nas Américas a proporção é de 15%, mas excluindo a presença dos Estados Unidos e Canadá, onde boa parte das velhas endemias foi erradicada, esta proporção aumenta para valores próximos ao da média mundial (Gráfico1).

Outra forma de visualizar o problema é através dos estudos de carga de enfermidade, medida pelo número de Anos de Vida Saudável (AVISA) perdidos por doença ou mortalidade. A relevância deste indicador está no seu potencial explicativo de como as doenças podem afetar a produtividade sistêmica de um país, reduzindo o tempo dedicado a tarefas produtivas como trabalho na vida adulta ou escolaridade na infância e adolescência. Do total de AVISA perdidos em 2001 ao nível mundial, as doenças transmissíveis representaram 25%, sendo que na África a proporção foi de 52%, comparada a 4% na Europa e 9% nas Américas (Tabela 1).

As doenças transmissíveis ocupavam sete entre as dez principais causas de morte entre os países em desenvolvimento em 2001, enquanto que representavam somente duas das principais causas de morte nos países desenvolvidos (Tabela 2). Somente a tuberculose e as infecções respiratórias agudas aparecem simultaneamente entre as dez principais causas de mortalidade dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Entre os países em desenvolvimento apresentam-se entre as dez principais causas de morte a AIDS (em primeiro lugar), as infecções respiratórias agudas (segundo lugar); as infecções intestinais (quarto lugar); as doenças infecciosas da infância (sexto lugar), a malária (sétimo lugar), a tuberculose (oitavo lugar) e o sarampo (décimo lugar).

Estes dados mostram que existe uma forte relação entre a incidência de doenças transmissíveis e o nível de renda nacional. Países pobres são menos propensos a combater com sucesso estas enfermidades por deficiências na organização de seus sistemas de saúde pública, pela falta de medidas de intervenção ambiental contra vetores, pela deficiente educação e informação das famílias quanto aos

TABELA 1

Distribuição da mortalidade e dos anos de vida saudáveis (AVISA) perdidos por causa de morte ao nível mundial – 2001

Causas de Enfermidade	Número de mortes		AVISA perdidos	
	Absoluto (em mil)	%	Absoluto (em milhões)	%
Doenças Infecciosas e Parasitárias	10.937	19,3	359,4	24,5
• Tuberculose	1.644	2,9	36,0	2,5
• HIV-AIDS	2.866	5,1	88,4	6,0
• Infecções Intestinais	2.001	3,5	62,5	4,3
• Doenças infecciosas da Infância	1.318	2,3	48,3	3,3
• Malária	1.124	2,0	42,3	2,9
• Doenças Tropicais	138	0,2	13,0	0,9
• Outras	1.846	3,3	68,9	4,7
Infecções Respiratórias	3.947	7,0	94,0	6,4
Complicações da Gravidez e Parto	509	0,9	30,9	2,1
Causas Perinatais	2.504	4,4	98,4	6,7
Deficiências Nutricionais	477	0,8	33,0	2,2
Outras Causas	38.180	67,5	1.106,6	58,0
TOTAL	56.554	100,0	1.466	100,0

Fonte: Organização Mundial da Saúde - Informe 2002

GRÁFICO 1

Porcentagem de mortes e de AVISA perdidos por doenças transmissíveis Total e algumas regiões mundiais – 2001

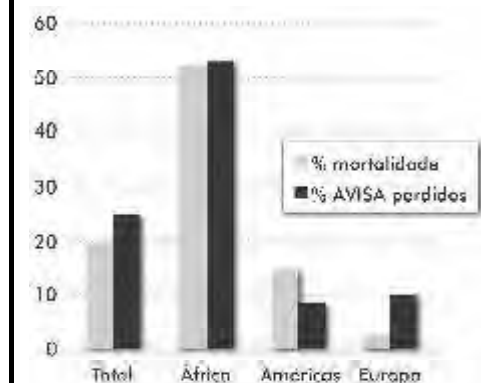


TABELA 2

Relação das dez principais causas de mortalidade nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos – 2001

PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO		PAÍSES DESENVOLVIDOS	
Causa de Mortalidade	Número de Mortes (1.000)	Causa de Mortalidade	Número de Mortes (1.000)
1. HIV/AIDS	2.678	1. Doenças esquêmicas do coração	3.512
2. Infecções respiratórias agudas	2.643	2. Acidentes cerebrovasculares	3.346
3. Doenças esquêmicas do coração	2.484	3. Insuficiência pulmonar crônica	1.829
4. Infecções intestinais	1.793	4. Infecções respiratórias agudas	1.180
5. Acidentes cerebrovasculares	1.381	5. Câncer do sistema respiratório	938
6. Doenças Infecciosas da Infância	1.217	6. Acidentes de trânsito	669
7. Malária	1.103	7. Câncer de estômago	657
8. Tuberculose	1.021	8. Doença hipertensiva cardíaca	635
9. Insuficiência pulmonar crônica	748	9. Tuberculose	571
10. Sarampo	674	10. Suicídios	499

Fonte: Organização Mundial da Saúde, Informe 2002. Os dados para países desenvolvidos correspondem aos países com baixa e muito baixa mortalidade dentro de cada uma das cinco regiões da OMS. Os dados para os países em desenvolvimento correspondem aos países com alta e muito alta mortalidade entre as cinco regiões da OMS.

hábitos e medidas de proteção a serem tomadas e pela falta de recursos financeiros e humanos para adquirir insumos estratégicos e organizar os sistemas de vigilância epidemiológica que são necessários para combater estas enfermidades.

POBREZA E DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS: O CASO DA AIDS, MALÁRIA E TUBERCULOSE

Desde os anos setenta vem-se estudando mais pormenorizadamente a relação entre saúde, pobreza e desenvolvimento econômico. Projeções com base em estudos econômicos e dados de 1990, realizadas entre 31 países em desenvolvimento, mostram que se a expectativa de vida fosse 10 anos maior, cerca de 35 milhões de pessoas deixariam de estar abaixo da linha de pobreza nos próximos 25 anos (Bloom & Canning, 2000).

Entre as doenças que têm tido mais impacto nos níveis mundiais de pobreza estão a AIDS, a malária e a tuberculose. Por esse motivo, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a redução da incidência destas enfermidades como um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)².

AIDS

A Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS), surgiu, como epidemia, no final dos anos setenta³. Desde então sua incidência apresentou rápida expansão ao nível mundial. Das enfermidades transmissíveis, a AIDS é a que representa a maior carga de enfermidade (5% das mortes e 6% dos AVISA perdidos a cada ano). Entre os países em desenvolvimento é atribuída à AIDS a maior frequência de mortes (2,7 milhões de pessoas).

Em 2001 já se acumulavam 22 milhões de mortes por esta enfermidade, das quais 76% ocorridas no continente africano. Cerca de 36 milhões de pessoas convivem atualmente com a doença, das quais cerca de 80% na África e 5% na América Latina e Caribe. Cerca de 21% do total de mortes ocorridas em 2001 no continente africano são atribuídos a esta enfermidade, enquanto que nas Américas a proporção se reduz para 1,5%. O forte ritmo de expansão da AIDS poderá elevar o número de enfermos para cifras entre 50 e 75 milhões, por volta de 2010.

Dada sua rápida expansão e concentração nos países e comunidades mais pobres, a AIDS foi considerada como

um problema de segurança mundial pelo Conselho de Segurança da ONU e muitos recursos econômicos internacionais têm sido destinados recentemente para o combate a esta enfermidade. Mas tais recursos, como será visto posteriormente, ainda estão longe de satisfazer às demandas para combater a endemia.

Estudos baseados em dados da Agência das Nações Unidas para o combate à AIDS (UNAIDS) mostram que as taxas de prevalência são sensivelmente maiores em países pobres. Na América Latina esta tendência também se verifica nos países onde as taxas de prevalência são superiores a 1% da população (Gráfico 2). No entanto, ocorre o contrário nos países onde as taxas de prevalência se situam entre 0% e 1% (Gráfico 3)⁴. Vale destacar que, depois da África (com 9% de prevalência) a Região do Caribe, isoladamente, é a segunda pior área afetada pela AIDS, com taxas de prevalência estimadas em 2,3% da população em 2001 (Tabela 3).



Os primeiros estudos sobre economia da AIDS, datados de 1997, realizados sobre a base de 51 países de renda média e baixa, não demonstraram impactos significativos da incidência desta epidemia sobre o desenvolvimento econômico, mas esta tendência se reverteu nos últimos anos. Dados mais recentes evidenciam fortes impactos da incidência de AIDS sobre a produtividade e o crescimento da economia. Para exemplificar, entre 2002 e 2005 a AIDS poderá reduzir o Produto Interno Bruto (PIB) dos países caribenhos em 4,2%. Nos países africanos, a redução do PIB poderá chegar aos 17%, considerado o período 1997-2010 (Isaksen, J. et al., 2002).

Os impactos econômicos e sociais negativos da AIDS também se verificam no comportamento do mercado laboral. Estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que, nos países africanos onde a taxa de prevalência de AIDS é atualmente superior a 10% da população⁵, os níveis de emprego serão, em 2010, 22% menores do que seriam caso houvesse um decréscimo da prevalência de AIDS, mesmo que a taxas moderadas, a partir de hoje. Tal efeito ainda é reforçado por perdas paralelas na produtividade, na formação de capital humano e nos níveis de consumo e investimento das famílias. Assim, as perdas de capital físico e humano associadas a

GRÁFICO 2

Correlação entre taxas de prevalência de AIDS e renda per capita na América Latina (países com prevalência maior que 1% da população)

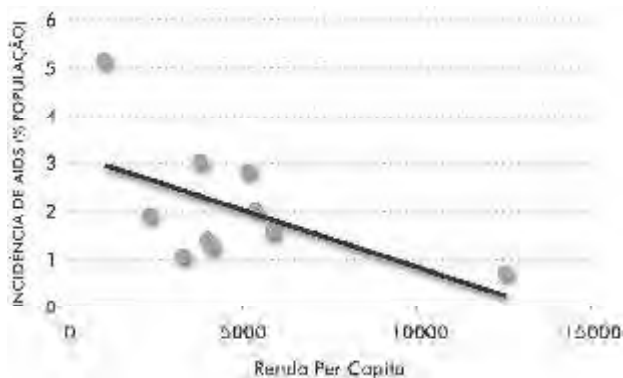


GRÁFICO 3

Correlação entre taxas de prevalência de AIDS e renda per capita na América Latina (países com prevalência menor que 1% da população)

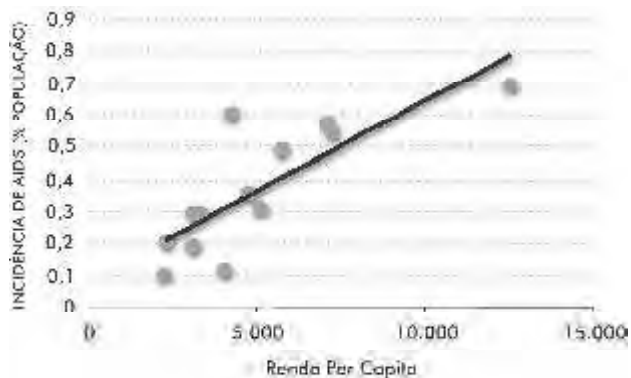


TABELA 3

Estimativas globais associadas à AIDS em 2001

Região	Início da epidemia (década)	Número estimado de infectados (milhões)	Número estimado de novos casos por ano (mil)	Taxa de prevalência na população adulta (%)	Mulheres com AIDS (%)	Principal forma de transmissão entre adultos
África Subsaariana	Final dos 70/ Início dos 80	28,10	3.400,0	8,4	55	HS
Sul e Sudeste Asiático	Final dos 80	6,10	800,0	0,6	35	HS
América Latina	Final dos 70	1,40	130,0	0,5	30	HSH, DEV, HS
Caribe de fala não-hispânica	Final dos 70/ Início dos 80	0,42	60,0	2,3	50	HSH, HS
Europa do Leste e Ásia Central	Início dos 90	1,00	250,0	0,5	20	DEV
Sudeste Asiático e Pacífico	Final dos 80	1,00	270,0	0,1	20	DEV, HS, HSH
América do Norte	Final dos 70/ Início dos 80	0,94	45,0	0,6	20	HSH, DEV, HS
Europa do Ocidente	Final dos 70/ Início dos 80	0,56	30,0	0,3	25	HSH, DEV
Norte da África e Oriente Médio	Final dos 80	0,44	80,0	0,2	40	DEV, HS
Austrália e Nova Zelândia	Final dos 70/ Início dos 80	0,02	0,5	0,1	10	HSH, DEV
TOTAL		40,18	5.065,5	1,2	48	

Fonte: ONU-AIDS e OMS, 2002: HS = Heterossexual, HSH = Homens que têm relações sexuais com homens; DEV = Viciados em drogas endovenosas.

TABELA 4

Estatísticas associadas à AIDS para alguns países latino-americanos e caribenhos (por volta de 2001)

Países	Casos Registrados (mil)	Casos Estimados (mil)	Mortes acumuladas registradas (mil)
Argentina	14,9	130,0	8,1
Brasil	170,0	540,0	66,0
Colômbia	8,4	71,0	-
Haiti	9,0	210,0	1,2
Honduras	1,0	63,0	1,1
Jamaica	3,0	9,9	5,8
República Dominicana	5,0	130,0	1,0
Trindade e Tobago	2,5	7,8	-
Venezuela	4,8	62,0	-

Fonte: Registros Nacionais

AIDS poderão reduzir a capacidade dos trabalhadores especializados em contribuir para o crescimento da produtividade econômica. Com isso, as economias largamente afetadas por esta enfermidade, além de redução da poupança doméstica, dos investimentos externos e da erosão dos estoques de capital físico, sofrerão perdas de produtividade de seu estoque de capital humano, o que poderá contribuir ainda mais para intensificar um círculo vicioso de estagnação e imigração de trabalhadores qualificados (Hamoudi & Birdsall, 2002).

Tuberculose

Tuberculose é uma das endemias que mais mortes tem causado na história da humanidade. Embora seja conhecida há séculos, o bacilo que causa a doença e seu isolamento foram descobertos por Robert Koch no século XIX (1882) e sua prevenção e tratamento eficaz começaram a se difundir na primeira metade do século XX⁶. A partir dos anos quarenta, a incidência de tuberculose se reduz sensivelmente nos países desenvolvidos e em alguns em desenvolvimento. Mas as estratégias de vacinação, vigilância epidemiológica e tratamento, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde e utilizadas nos países mais desenvolvidos, não têm sido replicadas adequadamente nos países mais pobres. A inexistência de registros sistemáticos de casos e o aumento da resistência à primeira geração de drogas contra a tuberculose, fruto de tratamentos incompletos ou interrompidos pelos indivíduos ou serviços de saúde, levaram, tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento, a sofrer um recrudescimento da enfermidade. A melhoria dos processos de vigilância e notificação de casos durante os anos setenta e oitenta mostrou a gravidade do problema, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a tuberculose como uma emergência global e a desenvolver técnicas de observação e tratamento de curto prazo (DOTS) que representam hoje a forma mais eficaz de combater a enfermidade.

Em 2001, a tuberculose respondeu por 3% das mortes mundiais e 2,5% da carga global de enfermidade. As taxas de incidência são estimadas em 138 casos por 100 mil habitantes. Dados recentes mostram que a incidência de tuberculose está crescendo a uma taxa de 0,4% ao ano, mas, nos países em desenvolvimento, o crescimento é bem

maior. De qualquer forma, a tuberculose encontra-se entre as dez causas de morte de maior frequência, tanto em países desenvolvidos (onde responde por 571 mil mortes anuais) como nos países em desenvolvimento (onde lhe são atribuídas 1.021 mil mortes por ano).

Existem 22 países considerados como de alta frequência de casos de tuberculose⁷, os quais respondem por 80% da incidência estimada ao nível mundial (Tabela 5). Em termos relativos, a maior frequência de casos se encontra em países africanos e asiáticos, especialmente Quênia, Zimbábue, África do Sul e Camboja, onde as taxas de incidência são superiores a 500 por 100 mil habitantes. Em termos absolutos, China e Índia concentram mais de um terço dos casos mundiais.

Entre os países de alta frequência, o Brasil é o único listado da América Latina embora sua prevalência seja menor do que a dos demais pertencentes a esse grupo (64 casos por 100 mil habitantes ou metade da incidência global da enfermidade). Mesmo assim, a taxa brasileira é mais de duas vezes superior à da Região das Américas, calculada em 29 por 100.000 habitantes. O Brasil concentrava, em 2001, 33% dos casos registrados de tuberculose das Américas e junto com o Peru detinham 50% dos casos da região. Mas as taxas mais altas de incidência, no contexto latino-americano, se concentravam no Haiti, Bolívia e Peru, todos com mais de 200 casos por 100 mil habitantes (Tabela 6).

Além de ser desigualmente distribuída entre os países, existem vários fatores que fazem com que a tuberculose esteja fortemente vinculada à pobreza, entre os quais se menciona: (a) domicílios pobres, por terem maior densidade de pessoas por cômodo, facilitam a transmissão; (b) piores condições nutricionais e ambientes de trabalho insalubres reduzem a resistência imunológica para contrair a doença; (c) por terem menor acesso aos serviços de saúde, os grupos mais pobres têm menores chances de contar com diagnóstico e tratamento oportuno desta enfermidade.

Dado que a maior incidência da doença se concentra em população em idade economicamente ativa (15 a 64 anos), os custos econômicos e sociais são bastante elevados. Pacientes com tuberculose, quando recebem tratamento adequado, perdem entre três e quatro meses de

TABELA 5

Casos estimados de tuberculose nos países com maior número de casos – 2001

Países	População (milhões)	Casos Estimados (milhares)	Taxas por 100 mil habitantes
Índia	1.025,1	1.820	178
China	1.285,0	1.448	113
Indonésia	214,8	582	271
Bangladesh	140,4	328	233
Nigéria	116,9	275	235
Paquistão	145,0	247	171
África do Sul	43,8	243	556
Filipinas	77,1	229	297
Federação Russa	144,7	193	134
Etiópia	64,5	188	292
Quênia	31,3	161	515
Congo	52,5	159	302
Vietnam	79,2	141	179
Tanzânia	36,0	124	344
Brasil	172,6	111	64
Tailândia	63,6	86	135
Zimbábue	12,9	81	628
Camboja	13,4	79	585
Myanmar	48,4	78	162
Uganda	24,0	78	324
Afganistão	22,5	71	314
Moçambique	18,6	49	265
Total (1)	3.832,1	6.771	177
Total Mundial (2)	6.310,9	8.464	138
(1)/(2) (%)	60,7	80,0	128,3

Fonte: Organização Mundial da Saúde – Informe de Tuberculose 2003

TABELA 6

Taxas de incidência de tuberculose e percentagem dos casos de tuberculose identificados por DOTS – América Central e Caribe, 1999

País	Taxa de incidência (por 100 mil habitantes)	Percentagem dos casos identificados por DOTS
Argentina	55	18
Bolívia	239	77
Brasil	70	4
Chile	26	85
Colômbia	51	30
Costa Rica	17	30
Cuba	15	95
República Dominicana	135	7
Ecuador	172	26
El Salvador	67	55
Guatemala	85	54
Haiti	361	24
Honduras	92	15
Jamaica	8	100
México	39	38
Nicarágua	88	80
Peru	228	95
Trinidad y Tobago	12	23
Uruguai	29	91
Venezuela	42	82

Fonte: World Bank, World Development Indicators Database, 2002

trabalho por ano e destinam cerca de 30% de sua renda anual ao pagamento de despesas direta ou indiretamente associadas com esse tratamento. Estudos do início da década mostravam que 26% das mortes⁸, da população em idade economicamente ativa, se deviam à tuberculose. Atualmente esta proporção deve ser menor, dado que a incidência de AIDS tem sido a causa secundária de muitas mortes que têm a tuberculose como causa primária de mortalidade.

A AIDS complicou o quadro mundial da tuberculose, ao ser uma das principais enfermidades oportunistas contraídas pelos seus portadores e ao aumentar a resistência da tuberculose aos medicamentos convencionalmente usados para o seu tratamento. Estima-se que um terço das 36 milhões de pessoas correntemente infectadas com AIDS contraíram tuberculose e que 50% das mortes de AIDS têm como causa primária a tuberculose. Por outro lado, calcula-se que os problemas de resistência múltipla aos medicamentos convencionalmente utilizados em tuberculose chegam a 30% em alguns países em desenvolvimento⁹ e que, para os pacientes onde essa resistência múltipla se apresenta, as taxas de mortalidade podem chegar a 50% dos casos.

Por todos estes motivos, considera-se que os atuais custos da tuberculose podem levar a perdas anuais de até US\$ 12 bilhões. Em países como a Índia as perdas anuais provocadas pelo absenteísmo derivado da tuberculose são de US\$ 370 milhões, sem contabilizar os custos indiretos associados aos gastos das famílias e dos serviços de saúde públicos e privados.

Malária

A malária é uma enfermidade conhecida há séculos, embora hoje esteja restrita, em caráter endêmico, às áreas tropicais. Cerca de 102 países apresentam a doença em seu quadro nosológico e se estima que 2,5 bilhões (mais de um terço da humanidade) estão expostos ao risco da doença.

Estando presente entre as populações pobres, mesmo quando não leva à morte, a malária deixa uma série de seqüelas, aumentando indiretamente a morbidade e mortalidade, especialmente de crianças e mães. Sua presença intensifica a anemia entre crianças e determina seu cres-

cimento abaixo da curva de peso e altura. Além do mais, é uma das maiores causas que levam ao baixo peso ao nascer, também contribuindo para aumentar as taxas de mortalidade materna.

A OMS prevê que 300 milhões a 500 milhões de pessoas contraem malária anualmente e que embora a mortalidade registrada seja de 1,1 milhão de pessoas por ano, poderia chegar a algo entre 1,5 e 3,0 milhões, dado os altos níveis de sub-registro, derivados de uma vigilância epidemiológica deficiente, sobretudo nos países mais pobres. Segundo os registros disponíveis, a malária responde por 2,0% das mortes, ao nível mundial, mas seu peso na carga de enfermidade (quantidade de AVISA perdidos) é bem maior, chegando aos quase 3%. As tendências existentes mostram que, apesar dos esforços crescentes, sua incidência vem aumentando globalmente. Nesse sentido, é também mais uma das doenças consideradas como calamidade mundial.

Da mesma forma como acontece com a AIDS e a tuberculose, a malária tem se concentrado nos países mais pobres. A Tabela 7 mostra que na África a doença responde por 9% das mortes a cada ano, enquanto que nos demais continentes não passa de 2%. No entanto, a carga de enfermidade da malária, sobretudo nos países africanos e do Sudeste Asiático, é bem maior que isso, chegando a 10% e 4% nestas duas regiões, respectivamente. Cerca de 90% dos casos se concentram na África, onde se estima que morra uma criança a cada 30 segundos em decorrência da malária. Excluindo-se o continente africano, os países onde a enfermidade está mais presente são Afeganistão, Brasil, Colômbia, Índia, Ceilão e Vietnam.

Embora seja baixa sua incidência, as taxas de infestação de malária nas Américas aumentaram mais de doze vezes, desde finais dos anos cinquenta até a virada do milênio, havendo se estabilizado, nos anos noventa entre 1,0 e 1,2 milhão de casos por ano (Gráfico 4). Como praticamente não existem mais casos autóctones na América do Norte, especialmente Estados Unidos e Canadá, quase todos os registros são relativos à América Latina e países do Caribe.

O mapa apresentado no Gráfico 5 mostra as áreas de risco de contrair malária nos países da América Latina e Caribe. Observa-se que as zonas de alto risco (em preto) são as que se apresentam na Amazônia e América Cen-

TABELA 7

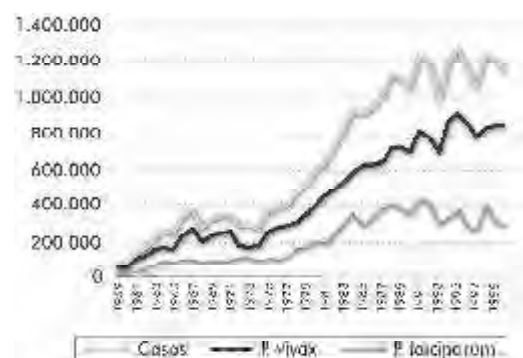
Participação percentual das doenças infecciosas, AIDS, tuberculose e malária na carga total de mortalidade e na quantidade de AVISA perdidos por região da OMS em 2001

Região	Doenças infecciosas	AIDS	Tuberculose	Malária	Outras infecciosas
CARGA DE MORTALIDADE					
África	52,2	20,6	3,1	9,0	19,5
Américas	6,4	1,5	0,8	0,0	4,1
Mediterrâneo Oriental	24,3	1,4	3,2	1,3	18,4
Europa	1,9	0,3	0,8	0,0	0,8
Sudeste Asiático	21,2	3,1	4,8	0,7	12,6
Pacífico Ocidental	6,0	0,5	3,0	0,1	2,4
TOTAL MUNDIAL	19,3	5,1	2,9	2,0	9,3
AVISA PERDIDOS					
África	52,8	18,8	2,5	10,1	21,4
Américas	8,6	1,9	0,7	0,1	5,9
Mediterrâneo Oriental	25,5	1,3	2,2	1,5	20,5
Europa	3,9	0,6	1,1	0,0	2,2
Sudeste Asiático	22,4	3,2	3,8	3,9	11,5
Pacífico Ocidental	9,0	0,8	3,4	0,2	4,6
TOTAL MUNDIAL	24,5	6,0	2,5	2,9	13,1

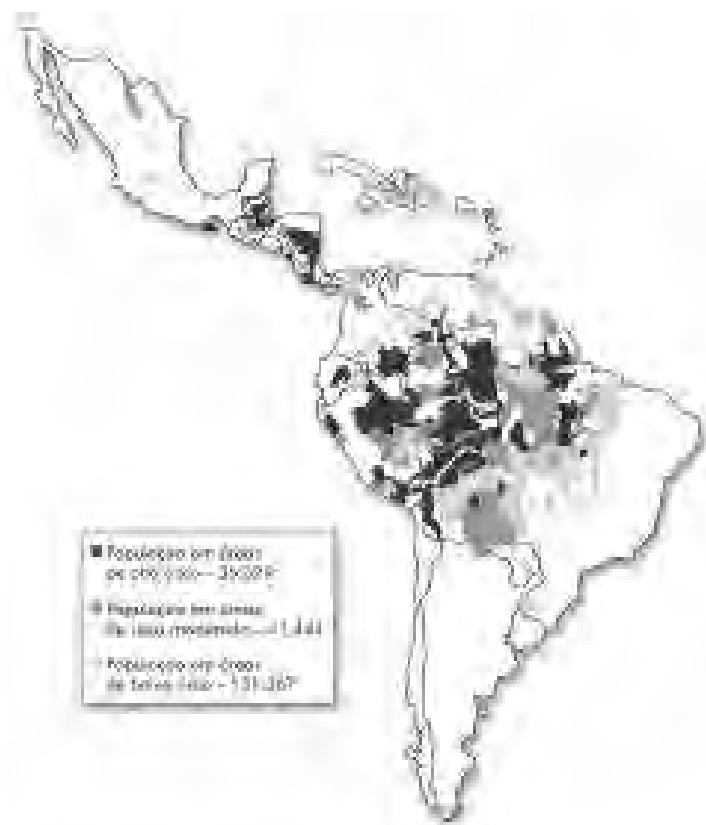
Fonte: OMS, Informe da Saúde Mundial de 2002

GRÁFICO 4

Total de casos de malária por tipo de parasito - Região das Américas, 1959-2001

**GRÁFICO 5**

Malária na América Latina e Caribe - População exposta segundo o nível de risco em 2000 (em mil habitantes)



tral. Estima-se que 35 milhões de pessoas vivem em áreas de alto risco. Seguem-se as pessoas que vivem em áreas de risco moderado (cerca de 41 milhões, marcadas em cinza escuro) que se concentram no Brasil e alguns pontos nas áreas amazônicas dos países andinos e México. Nas zonas de baixo risco (em cinza claro), vivem cerca de 131 milhões de pessoas, habitantes de cidades nas regiões pantanosas e de clima mais úmido na América do Sul, México e determinadas áreas costeiras da América Central e Caribe. O crescimento do processo de urbanização e de assentamentos irregulares de população, a construção de rodovias em áreas de floresta tropical, a invasão de reservas indígenas, o desmatamento e a ocupação desordenada de territórios onde a presença da doença era silvestre, através da intensificação dos processos migratórios e fatores climáticos como inundações, são os maiores fatores que levam à expansão das áreas de risco da malária.

Sendo transmitida pelo mosquito *anopheles*, a malária incide através de dois tipos de parasitos na América Latina (o plasmódio vivax, responsável por uma forma mais branda, e o plasmódio falsíparum, cuja contaminação apresenta maior letalidade). A persistência da malária tem sido um dos grandes problemas de saúde pública na região, especialmente nas áreas mais tropicais, como a Amazônia e a América Central. Cerca de 14 países concentram mais de 99% dos casos de malária, como se pode ver na Tabela 8. As taxas de incidência mais elevadas na América Latina podem ser encontradas em países como Suriname, Guiana e Brasil. No entanto, somente o Brasil, por sua dimensão populacional e territorial, concentra 53% dos casos de malária das Américas.

Estudos recentes (Gallup et al., 1998) mostram que, apesar da geografia (proximidade dos trópicos e florestas equatoriais e tropicais) ser o principal fator determinante da presença de malária, os níveis de pobreza e desenvolvimento são altamente importantes na dinâmica da enfermidade. A desigualdade crescente entre os níveis de progresso econômico entre a África Subsaariana e o resto do mundo, ao longo do século XX, fez com que a brecha na incidência da enfermidade aumentasse ao longo do tempo. Entre 1970 e 1997, por exemplo, as taxas de incidência na África Subsaariana aumentaram de 107 para 165

por 100 mil habitantes, enquanto no resto do mundo se reduziu de 7 para 1 por 100 mil¹⁰. Países onde o número de famílias abaixo da linha de pobreza é maior que 18% têm alta probabilidade de pertencer ao grupo de alta incidência de malária. Isto porque entre as famílias pobres não existem os recursos necessários para investir em ações antimalária, tais como o uso de mosquiteiros impregnados com inseticida e a compra de medicamentos para o tratamento dos casos. A Tabela 9 mostra a relação entre taxas de incidência de malária, pobreza e desenvolvimento, a partir de indicadores de 102 países calculados pela OMS de 1999.

Por outro lado, em regiões de alta incidência e, como é o caso dos países da África, a presença da malária responde por perdas anuais médias equivalentes a 1,3% do PIB. Simulações realizadas por McArthur et al. (2003) mostram que sua eliminação poderia trazer efeitos anuais no crescimento econômico superiores a 3% do PIB em países como Malawi e superiores a 1% em países como Gâmbia, Ilhas Salomão, São Tomé e Príncipe, Togo, Namíbia, Zâmbia, Quênia, Vanuatu e Tanzânia. Em países da América Latina os efeitos seriam mais modestos, com ganhos anuais de 0,1% do PIB em países como Honduras e Nicarágua. Estudos recentes realizados na Bolívia mostram, naquele país, perdas derivadas da malária equivalentes a 0,2% do PIB. No entanto, nas regiões onde a incidência é maior, como é o caso dos Departamentos de Beni e Pando, tais perdas poderiam chegar a 6,4% e 4,9% do PIB (Barrientos, 2001).

Razões para a Reemergência de Enfermidades Transmissíveis

Embora a análise feita até agora tenha se concentrado em três enfermidades (AIDS, tuberculose e malária), as demais doenças transmissíveis respondem por 9,3% das mortes mundiais e 13,1% da carga de enfermidade, com pesos especialmente elevados na África, Oriente Médio e Sudeste Asiático. Entre estas doenças estão as infecções intestinais, as doenças infecciosas infantis e as enfermidades tropicais, que respondem por 3,5%, 2,3% e 0,2% das mortes respectivamente. Isso sem contar com a dengue, que embora tenha baixo peso na carga de mortalidade, tem um forte peso na carga de morbidade, especialmente na América Latina, onde representa quase 1% do total de AVISA perdidos.

TABELA 8

Países da América Latina onde é elevada a presença de malária

País	Taxas de Incidência (por 100.000 habitantes)	Porcentagem de casos das Américas	Porcentagem da população abaixo da linha de pobreza
Suriname	440.4	1,2	40
Guiana	230.9	2,1	43
Brasil	58.8	53,6	17
Venezuela	35.7	2,7	31
Equador	23.6	8,6	35
Guatemala	21.9	4,7	58
Colômbia	21.4	9,5	18
Peru	16.3	6,1	49
Bolívia	10.7	2,8	49
Belize	9.7	0,2	35
Nicarágua	8.8	2,3	50
Honduras	7.7	3,1	50
Haiti	6.8	1,5	65
Republica Dominicana	4.0	1,0	21

Fonte: Organização Pan-americana da Saúde

TABELA 9

Indicadores associados à malária em 102 países - 1999

Indicadores	Países de baixa morbidade de malária (médias)	Países de media morbidade de malária (médias)	Países de alta morbidade de malária (médias)
Taxas de morbidade por malária (por 100 mil habitantes)	30	574	6.697
PIB per capita (em dólares internacionais)	3.595	2.193	1.267
Taxa média de crescimento do PIB nos últimos cinco anos (em %)	1,45	1,51	0,22
Taxa de Investimento como proporção do PIB (em %)	22,7	10,0	18,3
Taxa de Matrículas de Educação Primária (% da idade)	100	99	76
Taxa de Matrículas em Educação Secundária (% da idade)	49	35	16
Latitude absoluta (distância em graus da linha do equador)	25.5	14.0	9.4

Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2001

Dependendo da região considerada, o peso de cada enfermidade pode ser diferente, em função de fatores ambientais e sociais, mas existe uma forte tendência a que boa parte dos riscos de transmissão de enfermidades, com o aumento da globalização, do comércio, das viagens e das migrações internacionais, passem a ser objeto de regulações internacionais mais complexas, assim como de doações e cooperação internacional, para minimizar o efeito da propagação mundial destas enfermidades.

Vários fatores podem estar contribuindo para o aumento do risco de recrudescimento das enfermidades transmissíveis em muitos países. Estima-se que nos primeiros cinco anos da década de noventa, cerca de 500 milhões de pessoas viajaram em vôos internacionais. As guerras e guerrilhas, ao nível mundial, geram por ano, em média, 18 milhões a 20 milhões de refugiados, grande parte deles fugindo, de país para país, no interior da África e Ásia, e outros 20 milhões a 30 milhões de pessoas migram anualmente por outros motivos relacionados a trabalho ou em busca de melhores condições de vida.

A imigração oriunda dos países pobres para os Estados Unidos tem sido um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da tuberculose naquele país. O mesmo fenômeno vem acontecendo na Europa, onde, em alguns países, os casos de doenças transmissíveis associados a imigrantes superaram os casos autóctones durante alguns anos da década de noventa.

As migrações internas e o êxodo rural também têm provocado desmatamento e ampliação das áreas urbanas em cidades nos países tropicais, sem a adequada infraestrutura sanitária para absorver estas populações em condições epidemiologicamente seguras.

Muitos novos casos de enfermidades transmissíveis, incluindo doença de Chagas, malária e AIDS, têm sido transmitidos, desde o início dos anos noventa, através de transfusão não-segura de sangue nos países em desenvolvimento.

No caso de doenças como Chagas e malária, onde é fundamental o controle ambiental, através da fumigação de residências e locais públicos, um dos fatores de aumento da reincidência tem sido o uso errado dos calendários de fumigação e também o aumento da resis-

tência dos vetores às inseticidas utilizadas¹¹.

Vários estudos e modelos econômicos têm demonstrado que doenças que reduzem a expectativa de vida das populações em massa, afetam o comportamento das famílias no sentido de reduzir sua contribuição à formação da poupança nacional. Neste sentido, além do seu impacto a curto prazo nas taxas de crescimento econômico, a permanência de enfermidades transmissíveis muda o comportamento das famílias e reduz sua contribuição ao investimento, podendo levar à estagnação econômica (ver Dixon et al., 2000 e Freire, 2002).

O QUE PODERIA SER FEITO?

Combater enfermidades transmissíveis não é caro e é altamente custo-efetivo, isto é, os benefícios econômicos e sociais superam os custos envolvidos. No entanto, exige organização, experiência e persistência das ações em longo prazo. Ainda que tenha aumentado a consciência de que é necessário investir mais em medidas de saúde pública e prevenção de enfermidades transmissíveis, o grande desafio dos países em desenvolvimento nesta área é superar a fragilidade de suas instituições, a ausência de critérios para o estabelecimento de prioridades políticas e a deficiência dos processos de educação e informação para as comunidades mais pobres sobre os riscos associados a enfermidades transmissíveis.

AIDS

Das três doenças anteriormente enumeradas, a prevenção e o tratamento da AIDS são os mais caros. No caso da prevenção, o acesso de mecanismos eficazes de aconselhamento aos grupos de risco exige técnicas de investigação e comunicação especiais. No caso do tratamento, o custo dos medicamentos de última geração (anti-retrovirais) que são utilizados para prolongar a vida dos pacientes que contraem a doença é ainda proibitivo para a maioria dos países pobres, embora novas iniciativas, inclusive lideradas pelo Brasil, têm contribuído, através de uma discussão mais aberta sobre a necessidade de quebra de patentes, para rebaixar os custos.

É óbvio que, dado sua alta letalidade, a prevenção é a forma mais custo-efetiva de investimento em programas contra a AIDS. Os programas mais eficazes são aqueles que atingem populações de risco identificado, como os tra-

balhadores sexuais. No entanto, programas voluntários de aconselhamento nos serviços de saúde e de exames de sorologia entre possíveis portadores de HIV, o uso de *condoms* em homens e de *condoms* femininos em mulheres expostas a alto risco de infecção, melhoria da qualidade do sangue, prevenção da transmissão intrauterina do vírus ao feto, uso seguro de seringas para viciados em drogas endovenosas, também podem ser custo-efetivos. Recentemente tem sido discutido o eventual uso de anti-retrovirais, além do tratamento, também para a prevenção da enfermidade. Neste caso, se estima, baseando-se em experiências desenvolvidas em Uganda, que o uso de anti-retrovirais poderia inibir a transmissão de AIDS entre um infectado e um não infectado pela enfermidade. No entanto, estas experiências ainda não apresentam resultados definitivos (Marseille et al., 2002).

Experiências realizadas no Quênia (1991) mostram que se poderia prevenir a transmissão da AIDS entre os trabalhadores sexuais por custos situados entre US\$ 8 e US\$ 10 por caso evitado. A melhoria dos programas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis do Ministério de Saúde na Tanzânia, na segunda metade dos anos noventa, levou a redução de 38% do número de casos em dois anos, a um custo de US\$ 350 por caso evitado ou US\$ 13 por AVISA perdido evitado. Os programas de aconselhamento e teste voluntário promovidos pelos governos destes dois países (Quênia e Tanzânia) também demonstraram a redução do custo por AVISA perdido evitado em US\$ 11 e US\$ 13, respectivamente.

Existem algumas evidências de que a distribuição de *condoms* é altamente custo-efetiva em programas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar, mas não há nenhuma documentação para o efeito isolado da prevenção de AIDS. No entanto, a distribuição de *condoms* femininos para trabalhadoras sexuais tem sido custo-efetiva, conforme a avaliação de um programa desenvolvido na África do Sul, a um custo médio de US\$ 454 por caso evitado (Marseille et al., 2002).

Programas de controle de qualidade da oferta de sangue em Uganda provaram também que se pode prevenir a transmissão de AIDS a um custo de US\$ 172 por caso evitado (European Commission, 1995).

Os programas de prevenção da transmissão de HIV de mães para fetos durante a gravidez são complicados, à

medida que envolvem dietas especiais e administração de anti-retrovirais. Programas desta natureza, a partir de processos desenvolvidos pelo CDC (Centers for Disease Control and Prevention) do governo norte-americano e aplicados em uma *coorte* de 20 mil mulheres portadoras de HIV na África do Sul, demonstraram um grande sucesso, a um custo de US\$ 37 por AVISA perdido evitado. Processos mais recentes, como a administração de nevirapina em mães com HIV durante os trabalhos de parto e nos bebês nas primeiras 72 horas após o nascimento, também se têm demonstrado eficazes na África do Sul, a um custo de US\$ 19 por AVISA perdido evitado ou US\$ 506 por caso pediátrico de AIDS evitado, em áreas onde a prevalência é de 15%. Em populações onde a prevalência é maior (ao redor de 30%) o custo por AVISA perdido evitado é de US\$ 11 e por caso pediátrico de AIDS evitado é de US\$ 298 (Marseille et al., 1999).

Programas de aconselhamento, teste e notificação a parceiros sexuais, provisão de agulhas e tratamento de dependentes para viciados em drogas endovenosas são caros para serem assumidos por países menos desenvolvidos, mas têm-se provado eficazes em outros contextos, como nos Estados Unidos (área de Baltimore), a um custo que vai de US\$ 3,5 mil a US\$ 32 mil por caso evitado. Para países como os Estados Unidos, tais programas são custo-efetivos, dado que o custo de manutenção de um paciente com HIV durante sua expectativa adicional de vida é, em média, de US\$ 195 mil. Países da Europa do Leste, como a Bielorrússia, têm experimentado programas similares a um custo sensivelmente mais baixo por caso evitado (US\$ 240 a US\$ 442).

Estudos recentes mostram que, considerando dez diferentes tipos de forma de prevenção da AIDS, o custo médio nos países em desenvolvimento tem sido ao redor de US\$ 18 por AVISA perdido evitado. Entretanto, não havendo recursos disponíveis, as necessidades de financiamento para estes programas continuam a ser difíceis de financiar.

Sem vias de dúvida, a forma mais custo-efetiva de evitar a AIDS seria a descoberta de uma vacina universal contra a enfermidade. Mas ainda que este processo esteja em curso através do financiamento de muitas instituições, incluindo a *Bill and Mellinda Gates Foundation*, os re-

sultados até agora apresentados não são animadores. A vacina desenvolvida pela empresa norte-americana VaxGen utilizou mais de quatro mil voluntários nos Estados Unidos, Canadá, Holanda e Porto Rico entre 1999 e 2002 e não demonstrou uma redução estatisticamente significativa da infecção no conjunto da população estudada, ainda que se tenha encontrado resultados ligeiramente mais favoráveis aos grupos de população negra e asiática.

Dentre os programas de combate à AIDS na América Latina, o programa brasileiro, financiado inicialmente pelo Banco Mundial, tem sido considerado um modelo de combate ao HIV/Aids em países em desenvolvimento, combinando acesso gratuito ao tratamento anti-retroviral com agressivas campanhas de prevenção ao HIV. O programa está ampliando os esforços para redução da transmissão vertical, de mãe para filho, implantando o Projeto Aids na Escola (com o Ministério da Educação e as secretarias estaduais de Saúde) e atuando junto a organismos multilaterais de comércio e saúde para baratear a compra de medicamentos do coquetel anti-aids. Existiam em junho de 2003 cerca de 222 mil casos registrados de AIDS, mas as estimativas do número de casos existentes varia entre 400 e 600 mil. A diferença se deve à grande subnotificação e notificação tardia da enfermidade. Mesmo assim, dada a progressão da doença no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, se estima que haveria no país entorno de 1,2 milhão de casos atualmente. A diferença pode ser justificada pela eficiência do programa de prevenção de enfermidade adotado pelo Ministério da Saúde. Assim é possível que a transmissão da AIDS no Brasil tenha se estabilizado e que o crescimento dos casos existentes nas futuras estatísticas esteja associado à melhoria dos processos de vigilância e notificação.

Por este motivo, o Brasil ganhou em 2003 o Prêmio Gates de Saúde Global tendo sido selecionado por um júri de líderes internacionais em saúde pública, incluindo o corpo de diretores do Conselho Global de Saúde e especialistas de três continentes¹².

Tuberculose

Desde o início dos anos oitenta vem se desenvolvendo, ao nível mundial, estratégias de alto impacto e baixo cus-

to para o controle da tuberculose pelos serviços de saúde. Dado a baixa efetividade das vacinas existentes e o crescimento da resistência da doença aos medicamentos utilizados, vêm se desenvolvendo novas estratégias onde a interrupção da transmissão passaria a estar associada à intensificação dos tratamentos dos casos existentes, até sua cura.

Estas estratégias, em meados nos anos noventa, foram padronizadas e estruturadas pela OMS, em um pacote básico de medidas governamentais e intervenções que estabeleceram um sistema denominado DOTS (*Directly Observed Therapy System*), que consiste em cinco passos básicos: (i) obter o compromisso dos governos em manter e custear atividades de combate à tuberculose; (ii) estabelecer um sistema de vigilância baseado em exames microscópicos de fluidos das mucosidades do sistema respiratório para todos os pacientes sintomáticos; (iii) padronizar sistemas de tratamento e acompanhamento de casos (com duração estimada entre seis e oito meses) para todos os pacientes sintomáticos, reportando os resultados aos níveis centrais do sistema de vigilância epidemiológica; (iv) manter o suprimento e a entrega de todo o pacote de medicamentos necessário ao tratamento dos casos identificados e (v) estabelecer um sistema padronizado de registro e remessa de informação dos resultados de tratamento, registrar o desempenho do processo e informar casos de resistência aos medicamentos utilizados (WHO, 2002a).

O custo estimado per capita da estratégia DOTS, segundo os dados da OMS, seria de US\$ 238 e, dadas as eventuais complicações, os custos por morte evitada poderiam chegar a US\$ 485 (WHO, 2003). Dessa forma, com gastos estimados em US\$ 9,3 bilhões (US\$ 3,8 bilhões a mais do que o gasto corrente em 2000 com tuberculose nos 114 países de mais alta incidência), durante o período 2001-2005, seria possível evitar 3,5 milhões de mortes adicionais e tratar adequadamente 12,8 milhões de casos adicionais de tuberculose, ao nível mundial. Ao fim da década de noventa, a estratégia de DOTS já estava sendo aplicada em 148 países e a proporção de pacientes tratados crescia a uma taxa de 23% ao ano.

A OMS também prevê adaptar e expandir DOTS para os casos de tuberculose relacionados a AIDS, os quais exigem formas mais complicadas de tratamento, além de

dedicar recursos para o atendimento a casos de multi-resistência medicamentosa, pesquisa e desenvolvimento de novas drogas e os esforços para produzir e licenciar uma nova vacina eficiente para a tuberculose até o ano 2015.

Ainda que o Brasil esteja adotando a estratégia DOTS, o comportamento da tuberculose tem preocupado autoridades do Ministério da Saúde. Depois de baixar sistematicamente entre 1982 e 1990, quando atingiu o patamar de 30 casos por 100 mil habitantes, a tuberculose voltou a crescer sistematicamente, alcançando 65,7 por 100 mil em 1999. Este crescimento, como vem ocorrendo em outros países (inclusive nos Estados Unidos) pode estar associado à propagação da AIDS, onde a tuberculose surge como uma infecção oportunista de baixa resistência a medicamentos. Os dados de 2001 mostram que a incidência se estabilizou no patamar de 64 por 100 mil habitantes, mas situação começou a preocupar a sociedade brasileira quando a imprensa passou a divulgar a existência de registros de casos da enfermidade entre populações de classe média.

Malária

A principal estratégia utilizada para combater a malária, ao nível mundial, denominada “Fazer Retroceder a Malária” (*Roll Back Malaria - RBM*), vem sendo multipatrocinada por diversos organismos internacionais como a OMS, UNICEF e Banco Mundial. Criada em maio de 1998, esta estratégia deriva de um programa anterior, da própria OMS, chamado “Iniciativa Global de Controle da Malária” que se iniciou em 1993. O objetivo da RBM é reduzir a transmissão da malária a níveis insignificantes até 2010.

A iniciativa RBM consiste basicamente em seis ações de alta relação custo-efetividade que quando combinadas podem levar a reduções elevadas nos níveis de transmissão de malária. Estas ações consistem em:

(a) diagnóstico precoce e tratamento oportuno dos casos, dado que casos tratados evitam a transmissão e a geração de novos casos;

(b) medidas preventivas sustentáveis, como o combate a vetores de transmissão da doença, a vigilância epidemiológica baseada em controle social e participação da comunidade, no uso de mosquiteiros impregnados com inse-

ticida pela população e a administração correta de medicamentos, com vistas a evitar o aumento da resistência às drogas existentes;

(c) prevenção e controle da malária em mulheres e crianças (grupos mais vulneráveis) durante a gravidez, ao parto e puerpério e nos primeiros anos de infância, através da administração de medicamentos que inibem a contaminação e desenvolvimento da doença;

(d) organização dos serviços de saúde (locais e centrais) para dar respostas rápidas a situações de emergência, no caso de epidemias, através da preparação de planos estratégicos de combate à malária e da capacitação de recursos humanos para a prevenção, diagnóstico oportuno e tratamento dos casos;

(e) intensificação dos esforços de comunicação social para aumentar a consciência, tanto da população como das autoridades locais de governo, sobre os riscos e consequências da enfermidade, assim como para difundir conhecimento sobre os processos de controle.

(f) parceria institucional dinâmica entre governos e organismos internacionais envolvidos na busca de soluções, financiamento, insumos estratégicos e capacitação de recursos humanos para tal fim.

Por outro lado, há muito tempo se vem desenvolvendo esforços para encontrar uma vacina para a malária. As experiências até agora desenvolvidas, inclusive pelo colombiano Manuel Patarroyo, para encontrar uma vacina eficaz para a doença não têm sido bem-sucedidas¹³.

Os custos do tratamento da malária vêm se reduzindo bastante nos últimos anos. Em 1997, se situavam entre oito e 36 dólares, por AVISA perdido evitado (Mills, 1997). Atualmente, segundo dados da OMS, poderiam variar entre um e oito dólares. Experiências recentes na China mostram que este custo sairia para o governo como US\$ 0,70 por caso tratado num período de 10 dias de tratamento.

Na América Latina, cerca de 21 países desenvolve programas de combate à malária (10 na América Central e Caribe, nove na Região Amazônica, incluindo o Brasil, e dois no Cone Sul) com base na estratégia de RBM.

No Brasil a incidência da malária aumentou até meados da década de noventa, se estabilizou e vem decrescendo ultimamente tanto em mortalidade como em número de internações. O número de casos de malária por falsipa-

rum vem se reduzindo rapidamente. Nos Estados da Amazônia Legal, onde a doença é endêmica, a doença se reduziu de 373 mil para 186 mil casos entre 2001 e 2002 e o número de casos relacionados al plasmódio falsiparum (mais letal) se reduziu de 75 mil para 42 mil no mesmo período.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO

A necessidade de recursos globais para a eliminação de enfermidades transmissíveis, ao nível mundial, foi estudada em um informe publicado em 2001, coordenado pelo economista Jeffrey Sachs, com base nos resultados da Comissão de Macroeconomia e Saúde (CMS), criada pela Organização Mundial da Saúde (Sachs, 2001). O estudo serviu como base de cálculo dos recursos necessários para sanar os problemas de saúde provocados por doenças de alta incidência e baixo custo nas próximas décadas, nos países em desenvolvimento.

De acordo com este Informe, com os recursos atualmente disponíveis, o decréscimo na incidência de enfermidades transmissíveis se daria lentamente, especialmente nos países em desenvolvimento. Tomando como base os dados da OMS, o Informe estima que o número de mortes anuais associados a doenças infecciosas, desnutrição, infecções respiratórias e causas perinatais nos países em desenvolvimento se reduziria de 14,3 milhões para 13,0 milhões, entre 1998 e 2015, caso não fossem ampliados os recursos para a prevenção e tratamento destas enfermidades, na proporção de US\$ 26 bilhões por ano, entre 2002 e 2007 e de US\$ 44 bilhões anuais entre 2008 e 2015¹⁴.

Caso sejam feitos estes investimentos, o número de mortes associado a estas enfermidades cairia mais rapidamente, ou seja, de 14,3 milhões para 4,7 milhões entre 1998 e 2015.

Com isso, se estima que investimentos adicionais de US\$ 508 bilhões, durante 14 anos poderiam evitar 53,3 milhões de mortes, a um custo médio de US\$ 9,530 por morte evitada ou de US\$ 159 por AVISA perdido evitado, sem contar os impactos no decréscimo da morbidade¹⁵. As Tabelas 10 e 11 mostram os impactos na mortalidade e os recursos necessários para alcançar as metas de redução de mortalidade previstas pela CMS. As estimativas da Tabela 10 mostram, no entanto, que os países da África e Ásia, do

ponto de vista de suas necessidades futuras, absorveriam a maior parte dos recursos que seriam eventualmente financiados neste processo¹⁶. Isto porque os países em desenvolvimento de renda média e renda média alta teriam a possibilidade de financiar, com seus próprios recursos, a maior parte das intervenções prioritárias apontadas por estes programas, com exceção de determinadas necessidades de maior custo, como a compra e distribuição de anti-retrovirais para o tratamento de AIDS¹⁷.

O informe da CMS estima que os atuais níveis de ajuda internacional para o combate às enfermidades mencionadas anteriormente seriam da ordem de US\$ 3,4 bilhões em 2002. Levantamentos existentes mostram que o financiamento para o período 1997-1999 alcançou uma média anual de US\$ 2,6 bilhões, dos quais US\$ 455 milhões foram recursos para programas de combate à AIDS, malária e tuberculose. As principais fontes de financiamento existentes são:

(a) fundos de organismos internacionais (Nações Unidas e Bancos de Desenvolvimento, como o Banco Mundial);

(b) fundos de cooperação técnica bilateral compostos pelos países, onde os recursos da USAID e DFID, agências de cooperação técnica internacional dos Estados Unidos e Reino Unido, respectivamente, têm sido os mais significativos, e;

(c) recursos corporativos de grandes empresas privadas, como a Fundação Kellogs e a Fundação Rockefeller. Atualmente, o mais importante destes fundos é o financiado pela Fundação Bill e Melinda Gates o qual se formou com mais de US\$ 20 bilhões da fortuna pessoal do casal para doações para o progresso social de países em desenvolvimento. Este fundo prevê investir em iniciativas globais de saúde algo ao redor de US\$ 1 bilhão por ano.

Aumentar os recursos de cooperação técnica internacional, de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 26 bilhões, num período de apenas 5 anos, exige todo um esforço adicional de coordenação entre doadores. Será necessário destinar, não somente mais recursos fiscais dos países ricos, canalizados através das agências internacionais (Nações Unidas e Bancos de Desenvolvimento), mas também recursos adicionais de filantropia corporativa, como os atualmente praticados pela Fundação Gates e outras.

Os esforços de coordenação e ajuda externa, exigirão maior precisão no desenho das estratégias de interven-

TABELA 10

Necessidades de financiamento, recursos potencialmente existentes e brecha de recursos para financiar a redução da mortalidade por doenças infecciosas e desnutrição, infecções respiratórias, condições maternas e condições perinatais nos países em desenvolvimento (em US\$ bilhões anuais)

Tipo de país	Necessidades de financiamento	Recursos potencialmente existentes	Brecha de recursos a ser financiada
2002 (cenário base)			
Total (1)	106.2	102.8	3.4
África Subsaariana (baixa renda)	8.3	7.0	1.3
África Subsaariana (média renda)	12.6	12.5	0.1
Ásia do Leste e Pacífico	42.3	41.8	0.5
Ásia do Sul	36.0	34.9	1.1
Europa Oriental e Ásia Central	4.5	4.4	0.1
América Latina e Caribe	2.5	2.2	0.3
2007			
Total	189.3	163.5	25.8
África Subsaariana (baixa renda)	20.8	10.8	10.0
África Subsaariana (média renda)	18.5	16.5	2.0
Ásia do Leste e Pacífico	81.0	75.0	6.0
Ásia do Sul	59.3	52.3	7.0
Europa Oriental e Ásia Central	6.3	5.9	0.4
América Latina e Caribe	3.4	3.0	0.4
2015			
Total	327.4	283.4	44.0
África Subsaariana (baixa renda)	35.5	17.5	18.0
África Subsaariana (média renda)	25.9	22.9	3.0
Ásia do Leste e Pacífico	155.3	145.3	10.0
Ásia do Sul	95.8	84.8	11.0
Europa Oriental e Ásia Central	9.4	8.4	1.0
América Latina e Caribe	5.5	4.5	1.0

Fonte: Sachs, 2001

(1) A brecha em 2002 é o que está sendo financiado com os atuais níveis de ajuda externa internacional para estas enfermidades

TABELA 11

Impactos da redução da mortalidade por doenças infecciosas e desnutrição, infecções respiratórias, condições maternas e condições perinatais se forem feitos os investimentos previstos pela Comissão de Macroeconomia e Saúde da OMS (milhões de mortes anuais).

Enfermidade	1998	2005	2010	2015	2020
Sem os investimentos necessários para reduzir a mortalidade					
Total	14,0	13,5	13,3	13,0	12,7
Doenças Infecciosas e Deficiências Nutricionais	9,1	9,0	8,9	8,8	8,7
Condições maternas	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3
Infecções respiratórias	2,3	2,2	2,2	2,1	2,1
Condições perinatais	2,1	1,9	1,8	1,7	1,6
Com os investimentos necessários para reduzir a mortalidade					
Total	14,0	9,9	5,2	4,7	4,6
Doenças Infecciosas e Deficiências Nutricionais	9,1	6,5	2,8	2,8	2,8
Condições maternas	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1
Infecções respiratórias	2,3	1,7	0,7	0,7	0,7
Condições perinatais	2,1	1,5	1,4	1,1	1,0

Fonte: Sachs, 2001

ção, como também novos compromissos dos países em pôr os recursos de contrapartida e os esforços necessários para alcançar os objetivos pactuados. Isto exigirá:

(a) Diagnósticos completos dos níveis de ajuda necessários aos países em desenvolvimento que contemplem a definição clara de prioridades de investimento, objetivos de cobertura das intervenções de saúde e resultados esperados. Uma das estratégias que vem sendo praticada pelos organismos multilaterais (como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outros) para aumentar a capacidade de financiamento dos países pobres altamente endividados é o uso dos recursos oriundos do perdão dos juros da dívida externa com estes organismos, através da definição de investimentos prioritários em documentos voltados para a redução da pobreza¹⁸.

(b) Seletividade das doações, no sentido de apoiar os países interessados em resolver os problemas identificados;

(c) Transparência no desenho, implementação e avaliação dos programas pactuados;

(d) Assistência técnica dos países e agências internacionais que financiam os programas, através de especialistas acreditados;

(e) Processos de revisão independentes dos resultados, por parte dos doadores, e de corte dos recursos aos governos que não cumprirem com os objetivos inicialmente pactuados sem justificativas pertinentes.

Os esforços em conseguir os recursos adicionais para o combate a estas enfermidades vêm sendo implementados através de uma nova arquitetura institucional dos recursos de assistência técnica. Instituições como o Banco Mundial têm se concentrado em propostas setoriais, como os programas para combate à AIDS na África, a partir de 2001, que permitiram coordenar esforços de múltiplos doadores em prol de um esforço comum.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA INTERNACIONAL AO COMBATE DE ENFERMIDADES TRANSMISSÍVEIS

Desde a publicação do informe da CMS e da Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), várias iniciativas estão sendo iniciadas para suprir as necessidades de recursos para a saúde nos países em desenvolvimento. As principais iniciativas são o Fundo Global para a AIDS, Tuberculose e Malária (GFATM); a Ali-

ança Global para Vacinas e Imunizações (GAVI), as Facilidades globais para a compra de vacinas (GVF), a Conta para Alcançar os Desafios do Milênio patrocinada pelo governo norte-americano (Millenium Challenge Account), os recursos de Assistência Técnica Oficial aos países em desenvolvimento (International Development Association), coordenados pela OECD, e os recursos administrados pela Fundação Gates.

Para alcançar os objetivos da CMS na área de combate à malária seria necessário que a cobertura de tratamento à tuberculose passasse de 44% (previsão para 2002) até os 70% dos que contraem a doença, em 2015. Na área de combate à malária, a prevenção, hoje praticamente inexistente, deveria aumentar dos 2% aos 70% das áreas onde vivem as populações em risco e o tratamento dos casos de 31% para 70%, entre 2002 e 2015, respectivamente. No que se refere a AIDS, onde os desafios são maiores, as atividades de prevenção deveriam aumentar sua cobertura de 10% a 80% da população em risco e o tratamento com anti-retrovirais, hoje restrito a menos de 1% dos infectados, deveria estar disponível, ao menos, para 65% dos enfermos (Sachs, 2001).

No entanto, confiar na ajuda internacional, ventilada com esperança e certo otimismo no informe da CMS parece estar longe de se tornar uma solução para o problema das enfermidades transmissíveis. Entre 1996 e 2002, os recursos destinados ao combate à AIDS nos países em desenvolvimento cresceram mais de dez vezes, alcançando cifras equivalentes a US\$ 2,8 bilhões. Desses recursos mais de um terço provém de fundos nacionais e pelo menos a metade de cooperações técnicas bilaterais. Recursos das Nações Unidas, dos Bancos em Desenvolvimento e de organizações não-governamentais internacionais, como a Gates, têm contribuído com menos de 15% dos recursos gastos.

Somando-se aos recursos institucionais (US\$ 2,8 bilhões) os gastos das famílias (US\$ 1,2 bilhão), se teria a cifra global estimada do gasto com AIDS nos países em desenvolvimento em 2002: cerca de US\$ 4,0 bilhões (Gráfico 6). Em 2002 se estima que faltaram pelo menos um quinto dos recursos (US\$ 1,0 bilhão) para atender às necessidades de prevenção e tratamento de AIDS nos países em desenvolvimento. Estima-se que tais necessidades, até 2005, deverão mais que duplicar, passando para algo em

GRÁFICO 6

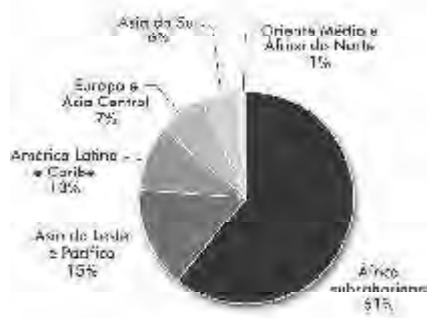
Gastos internacionais com AIDS nos países em desenvolvimento – Estimativa para 2002



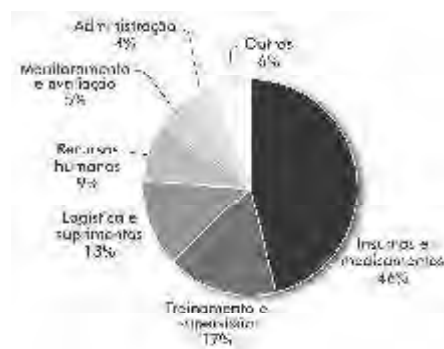
GRÁFICO 7

Distribuição dos US\$ 1,5 bilhão do GFATM em 2002 e 2003

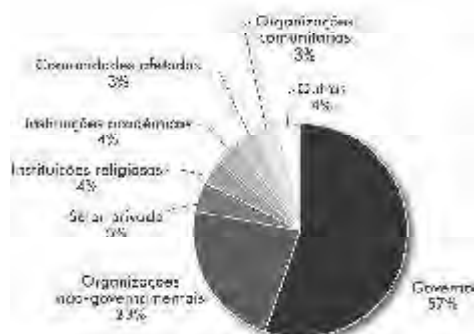
Por região



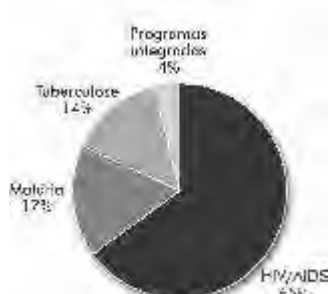
Por tipo de gasto



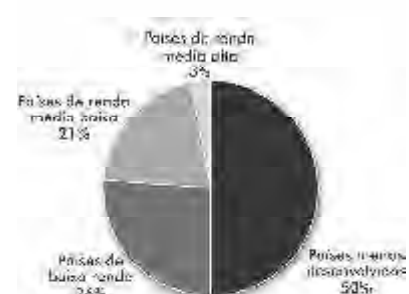
Por instituição gestora



Por tipo de enfermidade



Por nível de renda do país receptor



torno de US\$ 11 bilhões. No entanto, os recursos disponíveis não passariam dos US\$ 6 bilhões anuais, havendo necessidades de financiamento de quase 48% das despesas (The Economist, 2003) para que sejam alcançados os objetivos previstos.

Dadas estas circunstâncias, caberia investigar como se comportariam as principais fontes de recursos para mitigar o problema das enfermidades transmissíveis nos países em desenvolvimento nos próximos anos.

Fundo Global para AIDS, Tuberculose e Malária

O GFATM foi criado em janeiro de 2002, com base em decisões das Assembléias da ONU de junho de 2001 e de encontros posteriores, como um fundo especial a ser constituído com recursos dos oito países mais ricos (G8) com vistas a reduzir a incidência de doenças que ameaçam a segurança mundial, como a malária, a AIDS e a tuberculose. O fundo é administrado por um Conselho composto de 23 representantes de empresas doadoras, instituições multilaterais e das Nações Unidas e outras. Entre suas funções, o Conselho elege os projetos e países que serão beneficiados com os recursos do Fundo em cada ronda de aprovação de projetos. A missão básica do fundo é buscar parcerias entre o setor público e o setor privado para aprovar projetos, com base em soluções inovadoras, liderando ações na luta contra estas três enfermidades, através de uma administração ágil, flexível, transparente e responsável.

Seriam propiciados recursos para financiar ações de larga escala em países que preparem estratégias viáveis para cobrir os recursos que faltam para completar seus programas. As propostas devem obedecer a critérios de responsabilidade fiscal e comprometimento com os resultados, preparando instrumentos adequados de avaliação de processo e resultados, que possam ser posteriormente acompanhados por avaliadores externos independentes. Para que sejam completados todos estes atributos durante a preparação dos projetos, o fundo ofereceria recursos para que instituições relevantes, ao nível nacional, preparem propostas a ser submetidas para o GFATM.

O informe da CMS menciona que o GFATM seria capaz de aplicar, entre 2002 e 2007, uma média de US\$ 8 bilhões anuais na luta contra estas três enfermidades. Estes recursos deveriam crescer progressivamente até chegar a US\$ 12 bilhões anuais.

Para os anos 2002 e 2003 (rondas 1 e 2) o fundo comprometeu US\$ 1,5 bilhão (bem menos do que os recursos anuais esperados) para serem distribuídos entre 153 projetos de 92 países de alta incidência de pelo menos uma destas três enfermidades. O Gráfico 7 mostra como estes recursos podem ser repartidos por região, tipo de gasto, instituição gestora, tipo de enfermidade e nível de pobreza do país receptor durante estes dois anos.

Do ponto de vista global, os recursos da GFATM estão sendo aplicados de acordo com os parâmetros que definem a carga de enfermidade destas doenças. A maioria dos recursos vai para programas de AIDS, em países menos desenvolvidos da África, para gastos em insumos e medicamentos a ser administrados pelas instituições públicas governamentais.

Aliança Global para Vacinas e Imunizações (GAVI)

Esta instituição, fundada no ano 2000, tem como princípios: (a) aumentar a cobertura de vacinação, ampliando a capacidade local de prover tais serviços com vistas a reduzir as mortes, especialmente de crianças decorrentes da falta de imunização; (b) reduzir o prazo entre a criação de novas vacinas e sua disseminação nos países, com vistas a aumentar o acesso à população e, (c) acelerar o desenvolvimento e geração de novas vacinas, especialmente para o combate de doenças transmissíveis infantis.

A estrutura de governo do GAVI é composta por um Conselho renovável composto por 5 membros: o Banco Mundial, a UNICEF, o Fundo de Vacinação, a OMS e a Fundação Bill e Mellinda Gates. Além disso, participam do Conselho 11 membros de organismos multilaterais, governos nacionais, empresas farmacêuticas, instituições de pesquisa e organizações filantrópicas que se comprometem a atingir os princípios acima definidos. Seu braço financeiro é o Fundo de Vacinação. Esta instituição recebeu recursos da Fundação Gates (US\$ 750 milhões) que a tem permitido, junto com outros recursos de países doadores (US\$ 250 milhões) trabalhar na melhoria do acesso dos países pobres a vacinas e incentivar a indústria farmacêutica a produzir e distribuir vacinas para os países em desenvolvimento. Desde sua origem, GAVI tem auxiliado países com renda per capita de menos de US\$ 1.000 a submeter propostas de financiamento para a aquisição e distribuição de vacinas, com metas claras e mecanismos de avaliação.

Entre 2000 e 2002 foram gastos cumulativamente aproximadamente US\$ 130 milhões e cerca de 75 países já aderiram a estas propostas. Com estes recursos foram compradas e entregues entre 2000 e 2002 a estes países cerca de 180 milhões de doses de vacina contra doenças como difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, influenza e febre amarela. Cerca de 10,5 milhões de crianças foi imunizadas contra a hepatite B, o que permitiu evitar cerca de 90 mil mortes. Além disso, foram investidos recursos para o desenvolvimento de novas vacinas e distribuídas seringas para impedir a transmissão sanguínea de enfermidades através de sua reutilização.

Fundo Global para a Pesquisa em Saúde

Esta proposta surge da CMS, que propõe a criação de um fundo de US\$ 3,0 bilhões anuais, que teria como propósito utilizar US\$ 1,5 bilhão anuais no financiamento de pesquisa biomédica e de saúde e US\$ 1,5 bilhão anuais adicionais no desenvolvimento de novas vacinas e medicamentos para enfermidades transmissíveis, buscando parcerias com o setor privado, especialmente para o desenvolvimento de ações em AIDS, malária e tuberculose.

Este fundo também financiaria ações de pesquisa operacional nos países para aumentar a escala de intervenções, a difusão de informações sobre experiências bem-sucedidas de controle de enfermidades transmissíveis através da internet entre universidades e instituições de pesquisa, voltadas especialmente para os países em desenvolvimento, a regulação internacional do mercado de drogas e patentes, com vistas a favorecer o acesso dos países mais pobres a medicamentos essenciais e o incentivo à difusão de tecnologias de produção de bens públicos internacionais (ou regionais) como medicamentos, vacinas e técnicas de vigilância epidemiológica para que os países mais pobres possam ampliar a produção local e se beneficiar da maior disponibilidade destes bens.

Até hoje o Fundo não foi concretizado como os demais, dadas as dificuldades de levantar uma linha de base das necessidades nesta área e das difíceis negociações políticas que deveriam ser realizadas entre os atores envolvidos no processo. No entanto, ele seria essencial para resolver vários pontos de estrangulamento no desenvolvimento de medicamentos e vacinas para doenças transmissíveis. A Tabela 12 traz uma lista de prioridades de

pesquisa e desenvolvimento de novas drogas para o combate às principais enfermidades transmissíveis, seu impacto e seu interesse por parte da indústria farmacêutica em termos de desenvolvimento.

Millenium Challenge Account

Em março de 2002 o presidente norte-americano George Bush propôs a criação da Millenium Challenge Account (MCA) como um programa de ajuda externa para países de baixa renda, com vistas à “investir em seus povos e encorajar o liberalismo econômico”. Segundo alguns analistas, a MCA poderá representar uma das mudanças mais drásticas na orientação da política de ajuda externa norte-americana desde a administração Kennedy, basicamente pela sua dimensão: US\$ 5 bilhões anuais (50% a mais que o gasto com ajuda externa em 2002) focalizados totalmente em ajuda externa ao desenvolvimento.

Muitos segmentos da sociedade americana estão assustados com a proposta, dado que ela, ao misturar aspectos de segurança mundial com ajuda a países em desenvolvimento, poderá contribuir ainda mais para a fragmentação da política de ajuda externa norte-americana e reduzir o papel da USAID, retardando o processo de coordenação com outras agências públicas e privadas internacionais que se organizam para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A MCA busca apoiar o desenvolvimento econômico e reduzir a pobreza. Está focalizada em seis amplos propósitos: (a) promover segurança global; (b) promover desenvolvimento; (c) promover ajuda humanitária; (d) apoiar transições econômicas e políticas para a democracia; (e) construir democracias e (f) resolver problemas de escala global, como a degradação ambiental e a luta contra o HIV/AIDS. Embora os seis objetivos sejam absolutamente válidos, o apoio simultâneo a eles poderá gerar conflitos e tensões diplomáticas em muitos países, dado que nem sempre os governos que necessitam de ajuda para reduzir as taxas de incidência de doenças transmissíveis estão interessados em contribuir para a segurança global ou democratizar suas sociedades. Nesse sentido, existe também a tendência de que haja uma politização do processo de seleção dos países que terão acesso aos recursos da MCA.

A seleção de países que terão acesso aos recursos deverá privilegiar critérios de necessidade com a vontade política de organizar suas ações para a democracia e o liberalismo econômico como projetos de desenvolvimento. Os investimentos do MCA, a curto prazo, deverão concentrar-se na África — um amplo e inseguro continente onde o terrorismo ainda co-existe com governos intransparentes e autoritários em muitos países. Na visita do presidente norte-americano ao continente africano no mês de julho de 2003, foram prometidos investimentos superiores a US\$ 15 bilhões somente para AIDS. Estes recursos fazem parte do Plano de Emergência para a Redução da AIDS e estariam sob o guarda-chuva da MCA. São recursos que, somados aos demais fundos globais, teriam um importante papel no alcance dos ODM e das metas pactuadas com o GFATM.

Os princípios de gestão da MCA inovam em alguns aspectos em relação à administração tradicional de fundos de doação, possibilitando maior autonomia de gestão, transparência e responsabilidade no uso dos recursos. Além do mais, implicam em custos burocráticos menores e estão focalizados em avaliação dos resultados.

O grande desafio da MCA é vencer a barreira do Congresso norte-americano em conceder os recursos propostos. Para o ano fiscal de 2003/4, os recursos aprovados não deverão passar de US\$ 1,3 bilhão e as estimativas da Comissão de Orçamento do Congresso, dada a preocupação em administrar o déficit crescente do governo, são ainda mais conservadoras para os próximos anos.

Recursos da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA)

A IDA é uma instituição, financiada a partir de recursos dos países mais ricos (G7), que oferece empréstimos para países pobres, sem juros, e com prazos de 35 a 40 anos para pagar. Os empréstimos são concedidos para:

- Acelerar o crescimento econômico, através de políticas macroeconômicas e setoriais, especialmente para o desenvolvimento rural e do setor privado;
- Apoiar os setores sociais, especialmente em evitar o crescimento de doenças transmissíveis e AIDS, numa perspectiva de gênero.
- Melhorar a capacidade de administração dos governos nacionais e locais, especialmente no controle do

gasto público e no combate à corrupção;

- Proteger o meio ambiente para um desenvolvimento sustentável e
- Promover o comércio e a integração regional.

Os países beneficiários da IDA são 79, onde a maioria da população vive com menos de US\$ 2 por dia. A maioria destes países não tem acesso aos mercados de crédito internacional e, nesse sentido, a IDA se constitui sua principal fonte de recursos para projetos ligados ao desenvolvimento. A administração dos recursos da IDA é feita pelo Banco Mundial.

Com cerca de 41 anos de história, a IDA se encontra atualmente na sua 13ª Reposição de Recursos. Em 2001, a IDA tinha em sua carteira 285 projetos (comparados aos 184 existentes em 1991), por um valor total de US\$ 13,9 bilhões. Destes projetos, 34% se concentravam nas áreas de população, saúde e nutrição.

A 13ª reposição de recursos da IDA, que corresponde ao período julho-2002/ julho 2005, pretende emprestar recursos estimados em US\$ 23 bilhões, os quais darão prioridade à redução da pobreza e ao alcance dos ODM, com base em esforços de coordenação entre agências e nos diagnósticos de prioridades contidos nos Documentos de Prioridades para Redução da Pobreza (PRSP). Foi recomendado que, mantidos os esforços de coordenação com outras agências, os recursos da IDA deveriam financiar até 100% dos programas de combate à HIV/AIDS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Doenças transmissíveis têm um grande impacto social, ao reduzir a esperança de vida, ao gerar uma cadeia de mortalidade precoce e ao reduzir o bem-estar psicológico das populações. No entanto, elas têm também um grande impacto econômico pelos seus efeitos negativos na redução da produtividade do trabalho; no consumo e no investimento das famílias; na formação de capital humano e no custo econômico adicional que geram para seu tratamento, quando existem recursos disponíveis.

As principais doenças transmissíveis que afetam o bem-estar da população mundial são AIDS, tuberculose e malária. Juntas, elas respondem por 10% da mortalidade mundial e por mais de 50% nos países de menor desenvolvimento. Reduzir ou eliminar estas enfermidades teria um grande efeito, não somente no bem-estar social, mas

TABELA 12

Prioridades de pesquisa e desenvolvimento para novos medicamentos relacionados às doenças dos países mais pobres

Doença	Número estimado	Limitações dos medicamentos existentes	Factibilidade científica de desenvolver novos medicamentos	Engajamento corrente da indústria em pesquisa e desenvolvimento
Malária	1-2 milhões	Resistência aos medicamentos existentes e alto custo dos novos medicamentos	Alta factibilidade	Baixo
Tuberculose	2 milhões	Resistência aos medicamentos existentes e dificuldades à duração e complexidade	Alta factibilidade, mas com longo prazo de maturação.	Baixo
Filariose/ oncorcose	Pouca mortalidade mais custos sociais elevados	Os medicamentos não matam o parasito em todas as fases de desenvolvimento da doença – rápida reinfeção	Alta factibilidade	Baixo
Leishmaniose	60 mil	Resistência aos medicamentos e baixa resolutividade	Alta factibilidade	Baixo
Esquistossomose	14 mil	Resistência aos medicamentos	Alta factibilidade no que se refere a WHO. A indústria não compartilha a mesma opinião	Nenhum
Tripanossomíase	66 mil	Resistência parcial aos medicamentos que não se desenvolve em todos os estágios da doença	Alta factibilidade no que se refere a WHO. A indústria não compartilha a mesma opinião	Nenhum
Doença de Chagas	21 mil	Não existem drogas para todos os estágios da doença	Alta factibilidade, especialmente nos casos crônicos.	Nenhum

Fonte: Sachs, 2001

também no crescimento econômico. Estimativas macroeconômicas básicas divulgadas no informe da CMS mostram que um aumento em 10% na esperança de vida poderia levar a aumentos de 0,3% a 0,4% do PIB por ano. O custo anual para redução de cada ano de vida perdido por estas enfermidades, levaria a um aumento na renda nacional anual pelo menos três vezes superior.



A manutenção de altos níveis de incidência de enfermidades transmissíveis nos países mais pobres tem sido acelerada pela presença de fatores associados à globalização. Migrações internacionais decorrentes de guerras e guerrilhas e da busca de oportunidades econômicas, a degradação ambiental, os desastres naturais, o crescimento acelerado das cidades sem adequada infra-estrutura urbana são fatores que aceleram o processo de crescimento da incidência destas enfermidades.

Associado a isto, a falta de infra-estrutura adequada para tratamento e prevenção de novos casos contribui para o crescimento global destas enfermidades, num contexto onde aumenta a resistência às vacinas e medicamentos existentes. Dado que afetam os países mais pobres, cujas populações não podem pagar pelos medicamentos para seu tratamento e nem os governos podem arcar com os pesados custos para sua prevenção, é reduzido o interesse econômico dos laboratórios internacionais para a produção de insumos voltados ao tratamento e prevenção destas enfermidades.

Doenças transmissíveis não são, portanto, apenas problemas de saúde. São emergências globais com fortes efeitos econômicos e sociais e que denotam as falhas na organização dos serviços sociais básicos do Estado. Os recentes episódios associados a SARS, que levaram a centenas de mortes na China em pouco tempo, ocorreram não somente pelo caráter letal e as características de transmis-

são da nova enfermidade, mas também porque o sistema de vigilância sanitária e epidemiológica daquele país estava em destroços. No entanto, com a ajuda internacional e a vontade política do governo, foi possível controlar a enfermidade, apesar dos custos econômicos associados à mesma (interrupção dos fluxos comerciais e de turismo aos países da região) terem sido estimados pelo Banco Asiático de Desenvolvimento em cerca de US\$ 16 bilhões.

Nesse sentido, os US\$ 26 bilhões de investimento anual em saúde, propostos pela CMS poderiam gerar US\$ 186 bilhões de acréscimo anual no PIB mundial. Apesar de estes argumentos terem desencadeado uma onda de investimentos e doações para o enfrentamento das enfermidades transmissíveis, há ainda muito mais fumaça do que fogo.

Os recursos do GFATM, que deveriam, segundo os prognósticos da CMS, estar se aproximando dos US\$ 5 bilhões anuais em 2003, não passaram até agora de US\$ 1,5 bilhão a ser gastos em dois anos. Os recursos do GAVI, mesmo com a disposição da Fundação Gates em financiar até US\$ 750 milhões, tem sido desembolsados lentamente. O Fundo para a Pesquisa em Saúde, proposto pela CMS, sequer saiu do papel. Mesmo os recursos do MCA de US\$ 5 bilhões, anunciados com toda a pompa pelo governo americano, parecem estar limitados pela necessidade do Congresso norte-americano em controlar as pressões sobre o déficit público impulsionadas pela administração George Bush.

Nesta perspectiva, é provável que a presença de enfermidades transmissíveis continue por muito tempo no cotidiano das populações mais pobres e que eventuais surtos de epidemias conhecidas ou mesmo novas tomem de surpresa, de vez em quando, os debilitados sistemas de vigilância epidemiológica dos países em desenvolvimento.

e - m a i l : a n d r e m @ i a d b . o r g

NOTAS

1. A quantia de dois dólares diários (comparáveis em termos de paridade de poder de compra internacional) tem sido definida como linha de pobreza para efeitos de comparação internacional.
2. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram pactuados por 189 países, durante a 55ª Assembléia Geral da ONU, e ratificados na Conferência de Monterrey em março de 2002. Estes oito objetivos, dentre os quais se formularam três na área de saúde (redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna e redução da AIDS e outras enfermidades transmissíveis na proporção de dois terços das taxas existentes em 1990 até 2015) conformam os compromissos mundiais com a redução da pobreza e promoção da equidade social.
3. O primeiro caso de AIDS foi reconhecido e registrado em 1981, mas registros isolados de vários países induzem a pensar na existência de outros casos durante os anos setenta.
4. Foram excluídos os países do Caribe Inglês (Bahamas, Barbados, Jamaica e Trinidad & Tobago) que, por serem ilhas de pequena dimensão territorial e populacional, com forte abertura para o comércio exterior e o turismo, são desproporcionalmente afetadas pela incidência de AIDS proveniente de fontes externas.
5. Botswana, Kênia, Malawi, Mozambique, Namíbia, África do Sul, Uganda e Zimbábue.
6. A primeira vacina contra a tuberculose (BCG) foi criada em 1922, mas só passou a ser utilizada em larga escala a partir de 1945. Depois da Segunda Guerra Mundial também começaram a se desenvolver um conjunto de medicamentos capazes de tratar e curar os casos desta doença.
7. Os países são Índia, China, Indonésia, Bangladesh, Nigéria, Paquistão, África do Sul, Filipinas, Federação Russa, Etiópia, Quênia, Congo, Vietnã, Tanzânia, Brasil, Tailândia, Zimbábue, Camboja, Myanmar, Uganda, Afeganistão e Moçambique. Estes países não são necessariamente os de maior incidência, mas são os que, quantitativamente, apresentam o maior freqüência de casos.
8. Ver Murray, C. et al., 1993.
9. Dados de 1995 mostraram que os custos associados à múltipla resistência medicamentosa para a tuberculose por paciente na cidade de Nova York podem chegar a US\$ 250 mil, valor 125 vezes maior do que o custo de tratamento associado a um paciente que não desenvolveu múltipla resistência.
10. Em 1900, o número de casos de malária na África por 100 mil habitantes era de 223 contra 192 no resto do mundo. Desde então, a malária vem declinando sua incidência nos países desenvolvidos, até praticamente desaparecer, enquanto que permaneceu a níveis elevados no continente africano.
11. A nova geração de inseticidas a ser utilizada contra o mosquito *anopheles gambiae*, vetor da malária estará baseada em estudos do genoma deste inseto, de forma a permitir testar novas combinações moleculares que permitam inseticidas mais efetivas.
12. O júri considerou os seguintes critérios: contribuições extraordinárias relativas ao progresso do conhecimento e prática de saúde em sociedades de baixa renda, liderança comprovada, um sólido registro de conquistas, inovação no planejamento de programas, capacidade organizacional, colaboração com parceiros, evidência de que as contribuições foram adotadas através das fronteiras geográficas e organizacionais e impacto substancial na saúde ao redor do mundo.
13. A vacina preventiva sintética de Patarroyo (SPF66) demonstrou uma eficácia de 40% ao ser testada na América Latina e de cerca de 70% em crianças com menos de um ano de idade. No entanto, em países da Ásia a eficácia relativa da vacina foi menor. Ainda que tenha sido pressionado por laboratórios internacionais para desenvolver a vacina sob seus auspícios, Patarroyo resolveu transferir a propriedade de seus experimentos para a OMS. Uma vacina só é considerada válida quando sua eficácia corresponde a 95% dos testes realizados.
14. Os recursos seriam aplicados num conjunto selecionado de intervenções preventivas e curativas que incluem o tratamento dos casos de tuberculose (DOTS), a prevenção (mosquiteiros impregnados e fumigação de domicílios) e tratamento dos episódios clínicos de malária, dentro da estratégia de RBM, a prevenção e tratamento de AIDS (incluindo cuidado paliativo, administração clínica de episódios críticos, prevenção de doenças oportunistas, tratamento domiciliar e compra e distribuição de anti-retrovirais), tratamento de doenças infantis (infecções respiratórias agudas, infecções intestinais, desnutrição e anemia); prevenção de doenças infantis (vacinação através da BCG, OPV, DPT, sarampo, hepatite B e outras); Intervenções para evitar mortalidade materna (consultas pré-natais, tratamento de complicações durante a gravidez, atendimento especializado ao parto, cuidados obstétricos de emergência, atenção pós-parto e planejamento familiar). Parte dos recursos também seria aplicada no desenvolvimento de novas vacinas e na pesquisa para substituição de drogas resistentes ao tratamento de enfermidades como tuberculose e malária.
15. Considerando-se a hipótese conservadora de que cada AVISA perdido evitado geraria anualmente o valor de um PIB/per capita nestes países (aonde o PIB per capita é de US\$ 563, em média, para o conjunto destes países, na estimativa da CMS) o investimento seria altamente custo-efetivo do ponto de vista macroeconômico, ou seja, se estariam gerando recursos líquidos equivalentes a US\$ 404 dólares para cada AVISA perdido evitado.
16. Logicamente que estes recursos seriam suficientes, desde que os países em desenvolvimento utilizassem plenamente todo o seu potencial de geração de recursos próprios para co-financiar estas atividades. É necessário, portanto, aumentar a eficiência alocativa dos recursos gerados pelas economias em desenvolvimento para que se possa alcançar a composição adequada entre recursos próprios e recursos de doações necessários a atingir as metas previstas.
17. Este seria, por exemplo, o caso dos países do Caribe de língua inglesa, que apesar de serem de renda média alta, não têm escala para enfrentar uma infecção de AIDS que atinge, em média, a 4% da população.
18. No glossário da assistência técnica internacional, estes países vêm sendo chamados de HIPC (High Indebted Poorest Countries). Nestes países, a alocação dos recursos fiscais economizados através da redução de dívida é planificada nos PRSP (Poverty Reduction Strategic Papers).